

# ابن مروان IBN MARUÁN

Revista Cultural do Concelho de Marvão



nº 5 - Dezembro de 1995

ابن مروان

IBN MARUÁN

Revista Cultural do Concelho de Marvão

Nº 5 — Dezembro de 1995



- 7 editorial  
9 nota de abertura

**temas**

- 13 OS MOSAICOS ROMANOS DO GARRIANCHO BEIRÃ-MARVÃO  
Isabel Cristina Fernandes e Jorge de Oliveira
- 25 A CABEÇA ZOOMÓRFICA DO MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO E O  
ESTUDO DA «CULTURA DOS BERRÕES»  
Manuel F. S. do Patrocínio
- 41 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA DA BEIRÃ — 1994  
Maria do Cêu Nunes de Almeida Frutuoso
- 47 UM APONTAMENTO DOCUMENTAL PARA O ESTUDO ARTÍSTICO DO  
CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO  
Sérgio Gorjão
- 51 POR ENTRE A AMMAIA DESCONHECIDA...  
Maria Adelaide Pires Martins

**vária**

- 59 A RECUPERAÇÃO DO MENIR DA MEADA  
E O SEU ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO NA BACIA DO  
RIO SEVER  
Jorge de Oliveira
- 89 O PENSAMENTO E ACCÃO PASTORAL DO BISPO DE ELVAS, D. JOSÉ  
JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO  
Francisco António Lourenço Vaz
- 97 MUROS RELIGIOSOS DE CASTELO DE VIDE  
Carmen Balesteros e Jorge de Oliveira
- 109 TURISMO CULTURAL EM CENTROS HISTÓRICOS FORTIFICADOS  
Libânio Reis
- 113 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E DO HOMEM NA POESIA POPULAR  
DO SUL DA BEIRA INTERIOR  
Francisco Henriques e João Carlos Caninas
- 127 A PORTA DA VILA  
José D. Murta

### **gente nossa**

- 161 MANUEL RAMIRO SALGUEIRO — O HOMEM E A ESCRITA  
Carlos Marques
- 173 MESTRE TEMPERA — O Homem e a Obra  
Carlos Abafa

### **tempo de escrita e grafismos**

- 197 S. MAMEDE  
Vários
- 227 AUTISTAMENTE  
António Manuel Vaz Gonçalves

### **memórias**

Os artigos assinados são da inteira  
responsabilidade dos seus autores.

A Direcção da Revista não se compromete  
com a publicação dos artigos não solicitados.

Solicita-se permuta. On prie  
l'échange.  
Exchange wanted. Tauschverkehr  
erwünscht.

Director: António Moura Andrade  
(Presidente da C.M.Marvão)  
Coordenador: Jorge Oliveira  
Presidente do Conselho de Redacção: José Luís Murta Ruivo (Vereador da Cultura)  
Conselho de Redacção: António Caria Mendes  
Carlos A. L. Abafa  
Carmen Balesteros  
Eliseu Dias da Silva  
Emília Silva  
Felicidade Tavares  
João Vidal

Jorge Oliveira  
José Caldeira Martins  
Manuela Andrade  
Edição e Propriedade: Câmara Municipal de Marvão - 7330 Marvão  
Capa - Projecto Gráfico e Edição Electrónica:  
Carlos A. L. Abafa  
Na capa — *As galinhas* — pintura de Mestre Tempera, com arranjo gráfico de Carlos Abafa  
Impressão: Gráfica Calipolense, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares  
Depósito Legal nº 73235/93

Colaboraram neste número: António Moura Andrade, Carlos A. L. Abafa, Carmen Balesteros, Jorge Oliveira, Sérgio Gorjão, Francisco Henriques, João Caninas, António Gonçalves, Maria Olívia Diniz Sampaio, Mário Elias, Manuela Andrade, Isabel Cristina Fernandes, Manuel Patrocínio, Maria do Céu Frutuoso, Emília Machado, Francisco Vaz, José D. Murta, Libânio Reis, Maria Albertina Afonso, Vasco da Câmara Pestana, Xana, António Bilou, António Covinhas, Amélia Alexandre, Sandra Abafa, António Caldeira, Maria Adelaide Pires Martins.

**T**endo sempre como principal preocupação lutar pela continuidade da IBN-MARUÁN revista Cultural do Concelho de Marvão, é com muita alegria que anunciamos a publicação do quinto número desta obra.

Como temos tido oportunidade de afirmar por diversas vezes, trata-se de uma iniciativa que nos proporciona algumas dificuldades mas que, devido ao grande número de desinteressados colaboradores, tem sido possível manter a regularidade que desde o início temos vindo a prometer.

Neste momento estamos já preocupados com a elaboração da Revista nº 6, para o qual possuímos já bastante material.

Mais uma vez queremos aqui deixar um profundo agradecimento a todas as pessoas que se dignaram colaborar connosco tornando, assim, possível, a concretização deste objectivo.

O Presidente da Câmara



António Moura Andrade

**N**a *Nota de Abertura* do número quatro desta revista lançámos o desafio para que ela pudesse também contribuir para a divulgação das artes. Nesse sentido propusemos a várias personalidades, com formações distintas, para que numa folha A4 nos (re)tratassem a Serra de S. Mamede, no seu mais amplo sentido. Corresponderam ao nosso desafio e o resultado divulga-se agora neste número 5 da Ibn Maruán. Para o número 6 gostaríamos de voltar a contar com um espaço, que queremos cada vez maior, igualmente dedicado às artes. Por considerarmos que o Rio Sever marcou e marca de uma forma clara a paisagem do Nordeste Alentejano e conseqüentemente as gentes da raia, propomos que a temática a abordar, em termos artísticos, no próximo número da Ibn seja *O Sever e as suas gentes*.

Mas a arte não se esgota neste número cinco da Ibn com os *(re)tratamentos da Serra de S. Mamede, a arte, neste caso a pintura, a escultura e o desenho*, estão também presentes no estudo/memória que o nosso colaborador Carlos Abafa desenvolveu em torno daquela complexa e multi-facetada figura do *Mestre Tempera*. Trata-se de um estudo e de uma memória há muito solicitada por tantos que, como nós o conhecemos em vida e por outros que dele apenas conhecem partes da sua obra. Inclui-se ainda na secção *Gente Nossa* uma entrevista a mais um Homem da nossa Terra e que nos tem deliciado com os seus estudos. Manuel Ramiro Salgueiro que tantos conhecem pela sua escrita aceitou ser questionado pelo Carlos Marques, revelando, ainda mais, a inquietude que o vale da Escusa não conseguiu conter.

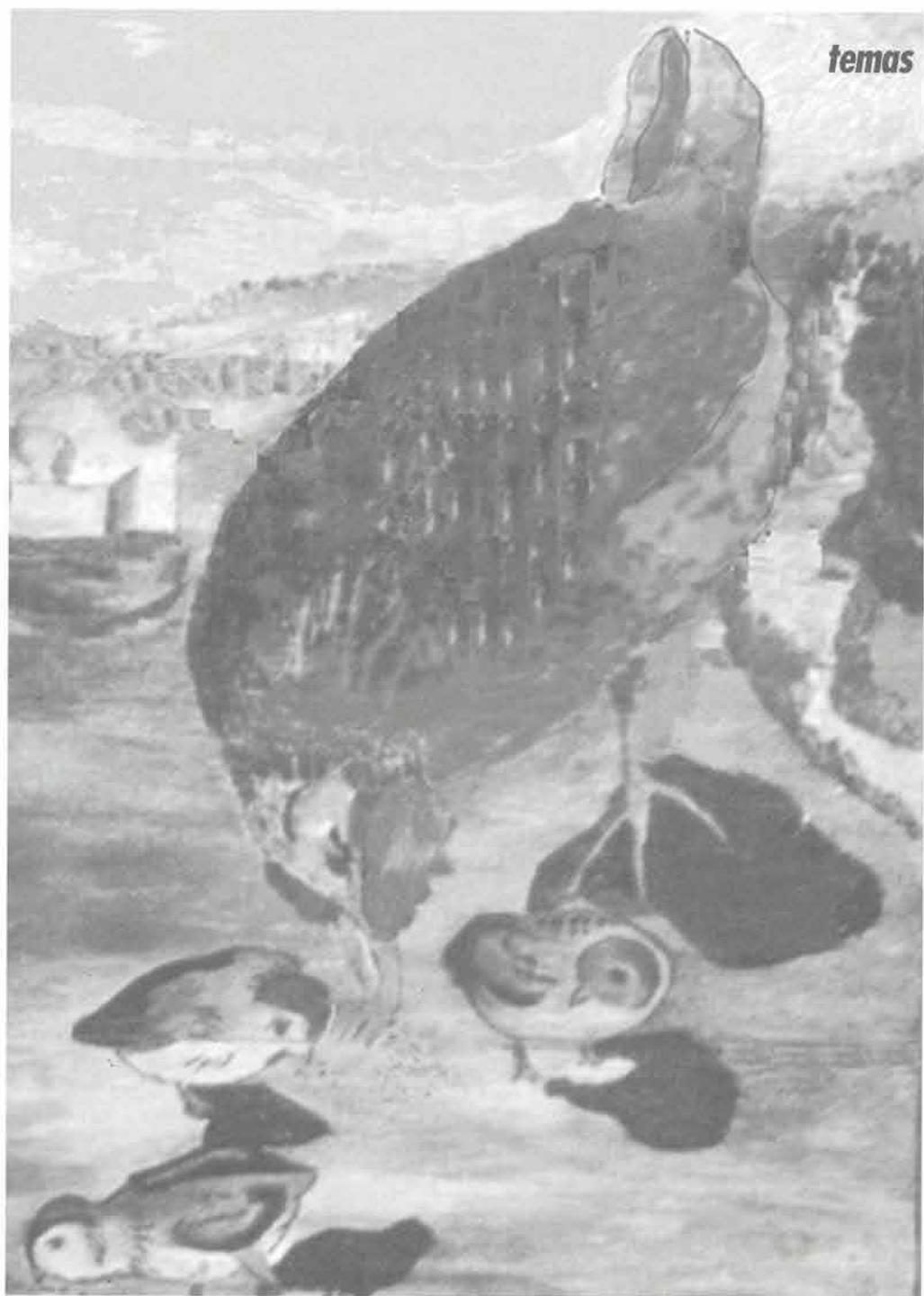
Paralelamente à revelação das artes e dos homens contém a Ibn nº 5 um importante conjunto de estudos que contribuem para que à semelhança dos números anteriores a Revista Cultural de Marvão seja já fonte obrigatória para todos aqueles que sobre o Nordeste Alentejano queiram desenvolver estudos, ou tão só conhecer esta região da raia.

Ao publicarmos a Ibn registamos com agrado que o número de colaboradores foi aumentando, do mesmo modo que a variedade de temas se foi alargando.

Lançado que está o desafio aos que às artes se dedicam, não queremos deixar, contudo, de renovar o convite a todos os que de alguma forma sobre esta região desenvolvam estudos e que os queiram ver publicados na Ibn Maruán que no-los enviem dirigidos à Câmara Municipal de Marvão.

J.O.

*temas*



# OS MOSAICOS ROMANOS DO GARRIANCHO BEIRÃ-MARVÃO

Isabel Cristina Fernandes  
Jorge de Oliveira

## 1. NOTÍCIA DA DESCOBERTA

No início dos anos sessenta quando se procedia à abertura de valas na Tapada do Garriancho para a plantação de oliveiras foram postos a descoberto, para além de várias estruturas habitacionais, diversos painéis de mosaicos. Alertada a Câmara Municipal de Marvão foi, pelo seu presidente, Dr. Manuel M. Machado, sugerida a sua recobertura com areia e posteriormente com terra por forma a evitar que os mosaicos fossem arrancados pelos muitos populares que aí se deslocaram e que queriam levar "recordações".



*Tapada do Garriancho vista de Poente .  
A — Localização dos mosaicos; B — Necrópole*

Decorridos quase trinta anos sobre esta importante descoberta tivemos conhecimento que o Sr. José Gomes Esteves, na altura Secretário da Câmara Municipal de Marvão, havia procedido a um levantamento fotográfico dos vestígios identificados. Por nós contactado na sua casa de Nisa amavelmente nos facultou uma das suas pastas de recordações onde se guardam várias fotografias dos referidos mosaicos.

Foi a partir destas fotografias, únicos documentos conhecidos, que procedemos ao breve estudo que agora apresentamos. Embora a documentação fotográfica seja a preto e branco, fomos informados pelo Sr. José Gomes Esteves que os referidos

mosaicos são policromados, embora alguns compartimentos, sobretudo os mais pequenos, se apresentem pavimentados unicamente por *tessellae* brancas e negras.

A tantos anos de distância não foi já possível saber, ao certo, quantos compartimentos foram postos a descoberto, nem a sua localização exacta. As fotografias existentes mostram, unicamente, os painéis não havendo imagens do contexto, inviabilizando, desta forma, um estudo mais alargado.

Hoje, no local da sua identificação, um frondoso olival envolve uma pequena casa para guarda de alfaías agrícolas e uma eira. Qualquer destas estruturas incorporam

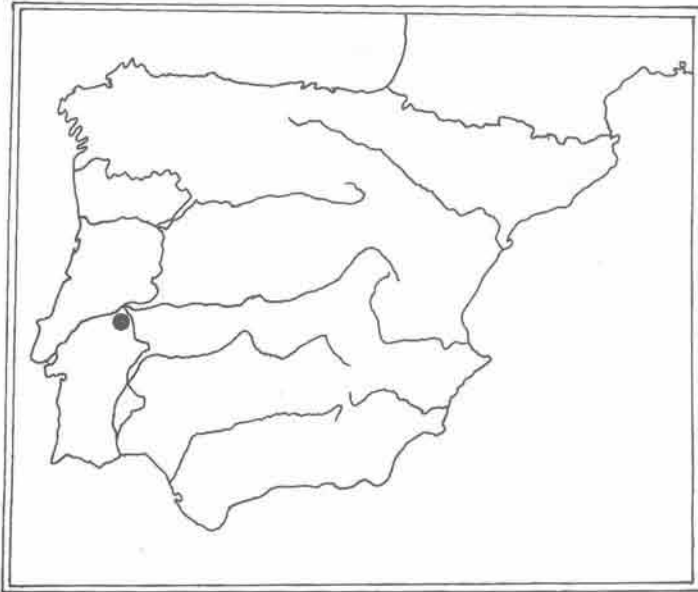


Tapada do Garriancho  
A — Casa; B — Eira; C — Localização dos Mosaicos

materiais romanos, sendo bem visíveis, à superfície do solo, abundantes fragmentos de *tegulae* e *imbricis*. Na encosta nascente um grande peso de lagar em granito ainda aflora do solo. Através de um pastor soubemos que junto à eira têm aparecido

UTM, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, 1/25000, folha nº325 de 197: X-63712 Y-437327.

Praticamente sobre a linha de contacto entre os xistos e os granitos a Tapada do Garriancho insere-se num contexto

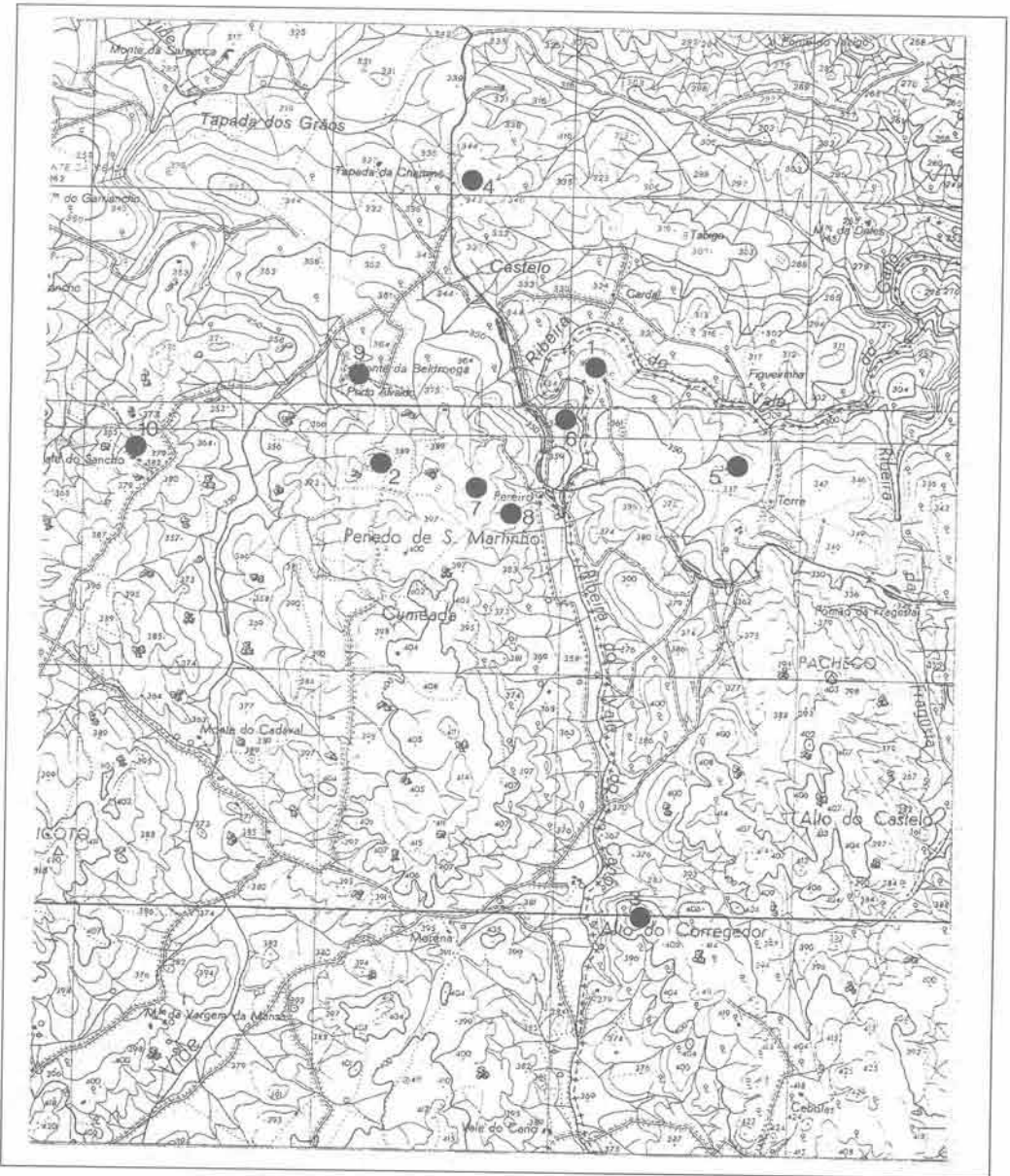


várias moedas e alguns pesos de barro, informando-nos, ainda, que lhe haviam contado que um outro pastor que em tempos por ali apascentava ovelhas teria desenterrado um galo de ouro, cujo produto da sua venda lhe havia proporcionado uma grande fortuna.

## 2. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

A Tapada do Garriancho localiza-se no limite Noroeste do Concelho de Marvão, na margem direita da Ribeira do Vale do Cano, numa suave colina com uma cota de 344 metros, possui as seguintes coordenadas

arqueológico rico e diversificado. A menos de mil metros para poente, já no concelho de Castelo de Vide localiza-se a anta do Porto Aivado e não muito mais distante a do Vale de Sancho. A cerca de quinhentos metros para norte, também em Castelo de Vide, conhecem-se vestígios de um habitat pré-histórico cartografado como "Castelo". A duzentos metros para sul, já no concelho de Marvão, foram, recentemente, identificadas duas sepulturas romanas de inumação. Na Tapada da Torre, também conhecida como Torre do Azinhal, que se localiza a menos de mil metros para Sudeste da Tapada do Garriancho, são ainda visíveis vestígios de uma grande construção romana,



### CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DO GARRIANCHO

- Legenda:*  
1 — Mosaicos do Garriancho; 2 — Povoado de S. Martinho; 3 — Povoado do Corregedor;  
4 — Povoado do Castelo; 5 — Torre do Azinhal; 6 — Necrópole Romana; 7 — Necrópole Medieval; 8 — Lagareta; 9 — Anta do Porto Aivado; 10 — Anta do Vale Sancho.

reutilizada na Idade Média e que teria sido muito afectada por um ciclone em 1941. Na margem esquerda da Ribeira do Vale do Cano, no denominado Penedo de S.Martinho, que se distancia menos de mil metros para Sudoeste da Tapada do Garriancho para além das múltiplas sepulturas medievais escavadas nos afloramentos graníticos e de uma grande lagareta, identificámos um interessantíssimo povoado pré-histórico, que certamente se encontra relacionado com o já noticiado por Afonso do Paço no Alto do Corregedor, local onde se levantava também um menir, cuja parte superior se guarda agora no Museu Municipal de Marvão.

Para além destes testemunhos arqueológicos que se conhecem num raio de pouco mais de mil metros, importa compreender os vestígios romanos da Tapada do Garriancho no conjunto das casas agrícolas romanas já identificadas no curso médio do Rio Sever, de onde se

destacam as das Amoreiras, Pombais, Torre, Chaminé, Machuqueira, Meada e Cabeço do Seixo.

As estruturas habitacionais localizadas na Tapada do Garriancho, já anteriormente referenciadas por Afonso do Paço (Paço, 1950), parecem, portanto, pertencer a uma casa agrícola romana de grande importância e que, de alguma forma, poderá estar relacionada com o nome por que é denominada a ribeira que quase a envolve por completo. A Ribeira do Vale do Cano deverá, assim, o nome a uma grande conduta de água, de origem romana, mas várias vezes modificada, e da qual ainda hoje é possível observar alguns troços, na margem esquerda desta ribeira nas imediações do povoado pré-histórico do Corregedor. A sua orientação no sentido sul-norte parece indiciar a possibilidade de se tratar de um aqueduto destinado a abastecer o estabelecimento agrícola romano do Garriancho, ou da Torre do Azinhal.

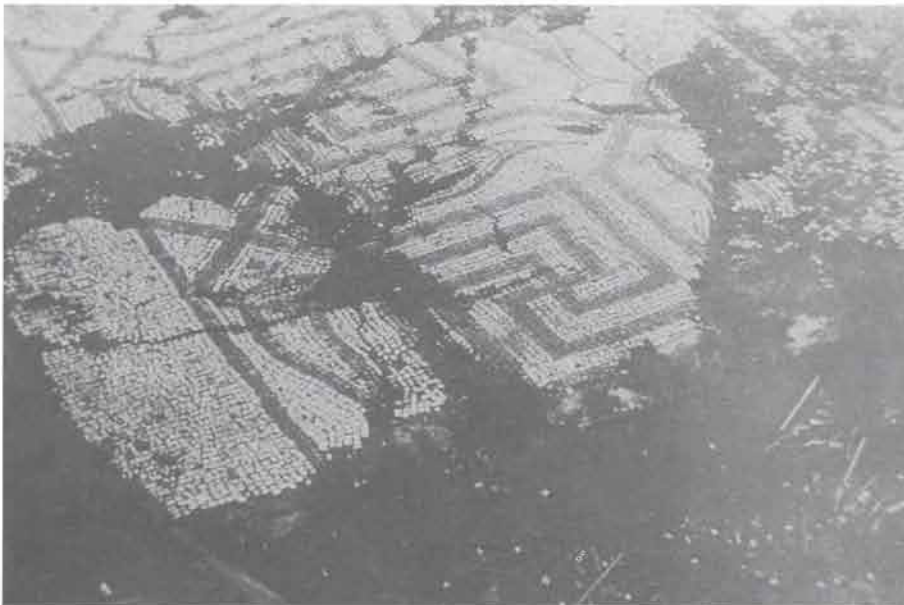


Foto 1



Fotos 2

### 3. DESCRIÇÃO DOS MOSAICOS DA TAPADA DO GARRIANCHO

Na impossibilidade de analisar os materiais utilizados, a diversidade cromática e de obter as dimensões correctas, cingimo-nos à riqueza, à variedade e aos tipos de elementos decorativos para propôr uma cronologia entre o séc. II e inícios do III para este conjunto baseados, unicamente, na documentação fotográfica existente.

#### Fotos nº 1,2 e 3

O conjunto 1, 2 e 3 apresenta em destaque um meandro de suásticas de volta dupla (tipo 35 f- Viegas, Abraços, Macedo, 1993) mas com variante na saída. Parece

fazer parte de uma moldura larga, provavelmente de um painel rectangular, função que é comum neste tipo de motivo, usado desde cedo. As saídas das suásticas, atrás referidas, formam por sua vez caixas hexagonais de tipo favo, que envolvem cada meandro e que foram preenchidas com figuras várias, entre as quais se distinguem peixes e uma cornucópia, símbolo de abundância.

Alguns Paralelos:

- Conímbriga, Casa dos Repuxos, Ala Norte do Peristilo Central/Mosaico 4 — séc. II, início do III (Oleiro, 1992)



Foto 3 e 4

- Mérida, Calle de Sagasta, Alcazaba-  
séc. II (Freijeiro, 1978)
- Bavay (Bélgica)- séc. I/II (Receuil  
General..., 1963)
- Besançon (França) — séc. II, lb..

Fotos nº 4, 5 e 6

Estamos perante uma nova moldura  
composta por fusos cruzados, entrelaçados,  
formando cruces. No centro das cruces e



Fotos 5 e 6

na zona de separação de cada uma, as superfícies livres são preenchidas com losangos. Era frequente a utilização do losango como elemento de enchimento.

**Fotos nº 6, 7 e 8**

Na fot. 6, e na fot. 7 observa-se uma composição que termina num arco



Foto 7

peltiforme, o qual prolonga as suas extremidades formando volutas. Este aspecto característico das peltas ter-se-á iniciado no primeiro quartel do séc. II (Oleiro, 1973).

Do conjunto circular que aparece em primeiro plano na fot. 6 pouco se pode adiantar, uma vez que se trata da única imagem disponível deste sector.

Quanto ao medalhão visível nas fot. 6, 7 e 8, constatamos que no centro do primeiro círculo se dispõe um nó de salomão realçado por uma base circular de tom mais escuro. Este motivo foi utilizado por todo o império romano a partir do séc. I (Oleiro, 1973).

O nó de salomão é ladeado à direita e à esquerda por losangos pontilhados onde se inscrevem cruces do tipo *cruz de malta*.

Nas fiadas circulares seguintes alternam filetes simples de tesselas claras e escuras seguidos de dois filetes denticulados

(3 fiadas de tesselas nos denticulos e duas no filete). A moldura circular final é formada por um entrelaçado em cordão, do tipo "corrente", muito vulgar noutros mosaicos encontrados no nosso país.

Alguns Paralelos:

- *Nó de Salomão*: Faro, R. Inf. D. Henrique e Ventura Coelho- séc. II/inícios do III (A. Alarcão et alii).

- Conímbriga, Casa dos Repuxos, Ala Norte do Peristilo Central e Mosaico 4 — séc. II/inícios do III (Oleiro, 1992).

- Fliessen(Região renana) — séc. II (Receuil..., 1960)

- Medernach (Luxemb.), lb..

- Itálica - séc. II (Freijeiro, 1978).

- Mérida, Calle de Sagasta, Alcazaba- séc. II (Freijeiro, 1978).

- *Cruz de Malta*: Soria, Los Quintanares (Blasquez y Ortega, 1983).



Fotot 8

Nesta imagem, o motivo central dos cinco círculos concêntricos que definem o medalhão de composição geométrica é um losango pontilhado com uma apresentação semelhante à da cruz de malta. Seguem-se dois filetes denticulados, um simples e uma moldura em entrançado. Em segundo plano observam-se várias peltas que circundam um

nó de salomão. As peltas são motivos que também surgem com frequência na arte musivária romana e se mantêm até épocas tardias.

Alguns Paralelos:

- *Peltas*: Conímbriga, Casa dos Repuxos, Mosaicos 1.1 e 1.4- séc. II/III (Oleiro, 1992).

### Referências Bibliográficas

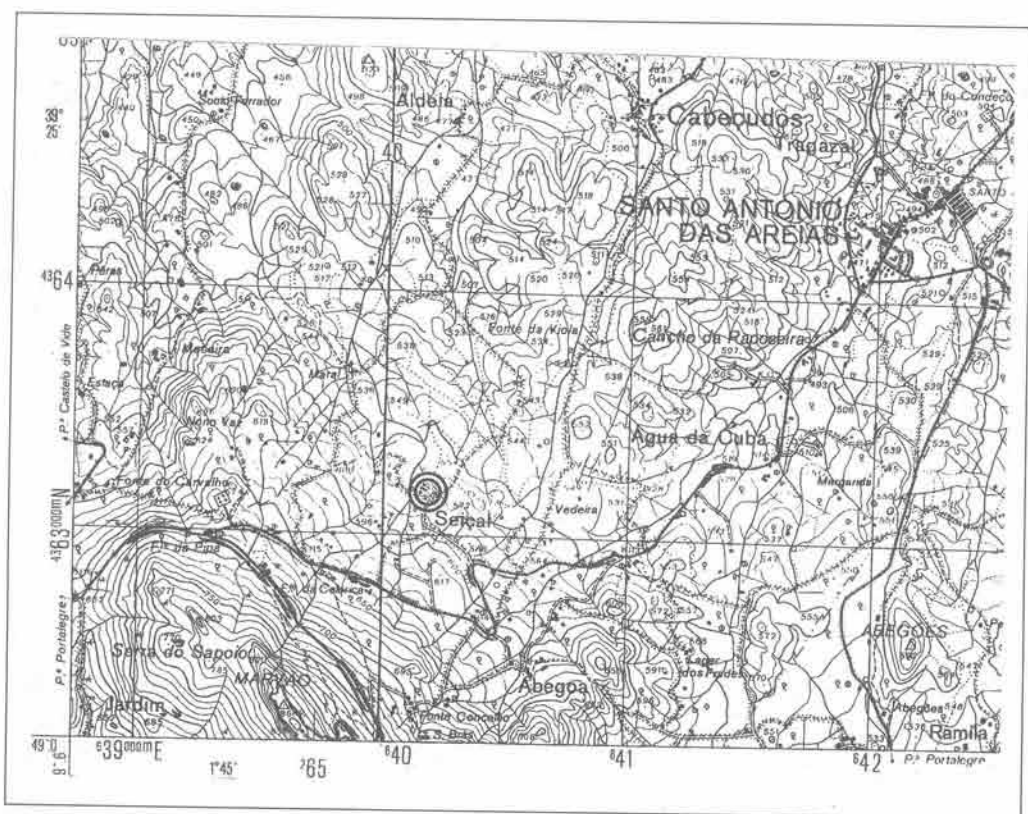
- ALARCÃO, Adília; BELOTA, C.; ENCARNAÇÃO, J. D'; Almeida, M.M.de; 1980, O Mosaico do Oceano de Faro, in " *Anais do Município de Faro*", X, pp. 219-232.
- BLASQUEZ, J.M. y Ortego, T.; 1982, Mosaicos Romanos de Soria, *Corpus de Mosaicos de España*, Fasc. VI, Madrid.
- FREIJEIRO, A. Blanco; 1978, Mosaicos Romanos de Merida, *Corpus de Mosaicos de España*, Fasc. I, Madrid. — Mosaicos Romanos de Italica (I), *Corpus de Mosaicos de España*, fasc. II, Madrid.
- OLEIRO, J.M. Bairrão; 1973, Mosaicos de Conímbriga Encontrados Durante as Sondagens de 1899, in *Rev. Conímbriga*, Coimbra, 12, pp.67-158.
- OLEIRO, J.M. Bairrão; 1992, Conímbriga — Casa dos Repuxos, *Corpus dos Mosaicos Romanos em Portugal*, Conímbriga.
- PAÇO, M. Afonso do; 1950, Carta Arqueológica do Concelho de Marvão, in *Actas do XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Tomo VIII, Lisboa.
- VIEGAS, Catarina; Abraços, Fátima; Macedo, Marta; 1993, *Dicionário de Motivos Geométricos no Mosaico Romano*, L.A.C., Conímbriga.
- VÁRIOS AUTORES; 1957, 1960, 1963, *Receuil Général des Mosaïques de la Gaule*, Xe Supplément à "Gallia", C.N.R.S.  
Vol. 1 — Gaule- Belgique 1, paris, 1957.  
Vol. 2 — Province de Belgique, Partie est, Paris, 1960.  
Vol. 3 — Province de Belgique, Partie sud, Paris, 1963.

# A CABEÇA ZOOMÓRFICA DO MUSEU MUNICIPAL DE MARVÃO E O ESTUDO DA «CULTURA DOS BERRÕES»

Manuel F. S. do Patrocínio



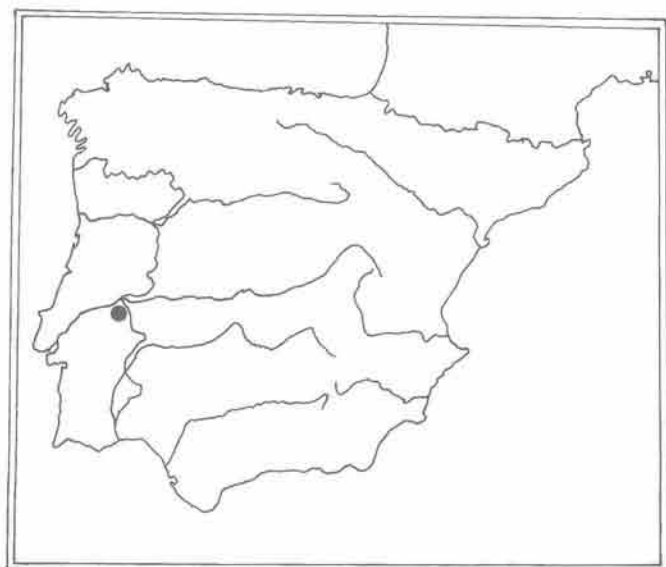
Foto 1 — Peça no Monte do Seical



Localização do Monte do Seical — C.M.P. n.º 336

Recente achado, no Seical, perto de Marvão, de uma peça de escultura zoomórfica atribuível às culturas de raiz pré-romana, que foi protagonizado de forma casual pelo Dr. Caldeira Martins, veterinário, e agora exposto no Museu Municipal graças à doação do Dr. Manuel Magro Machado, em cuja propriedade a peça se encontrava, vem contribuir para algum avanço no nível de conhecimentos da denominada *Cultura dos Berrões*. Foi a informação prestada pelo Conservador do Museu Municipal de Marvão, Professor Dr. Jorge de Oliveira, que nos permitiu congregiar diversos elementos informativos

das nossas próprias actividades de pesquisa, os quais vieram a dar origem a este artigo, facto que não pode passar sem uma nota de agradecimento dirigida à sua pessoa, uma vez que, com a sua colaboração, tornou-se assim possível apresentar a público algumas conclusões que realçam o profundo valor desta descoberta. Ou seja, não apenas se alarga para sul os limites geográficos de uma área cultural até agora essencialmente concentrada nas zonas montanhosas interiores que prolongam o maciço ibérico, como também porque se confirmam uma vez mais as características principais de um tal grupo de produções escultóricas, do qual se



## 1. INTRODUÇÃO: DIMENSÕES E PROBLEMATICA DO ESTUDO DOS BERRÕES

As primeiras notícias relativas aos "berrões" remontam ao séc. XIII, segundo uma referência presente no foral de Salamanca, embora só a partir do séc. XVI se tenham começado a esboçar as primeiras tentativas de explicação das peças. Durante os sécs. XIX e XX, difundir-se-á, por fim, toda uma extensa bibliografia

inventariaram já algumas centenas de peças. Os propósitos deste trabalho residem, pois, na enunciação de diversos factos e ideias que nos autorizam a afirmar a importância da escultura zoomórfica antiga.

A casa agrícola do Seiçal localiza-se na freguesia de Santa Maria, na encosta norte da Serra de Marvão e possui as seguintes coordenadas do sistema GAUSS, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, 1/25000, folha nº336: X-4020 Y-6320. A peça antes de ser recolhida para o Museu Municipal de Marvão jazia à porta da casa do Seiçal à semelhança de outras pedras informes que aí ainda se encontram e que servem, por norma, de bancos. Quer o rendeiro da casa, quer o seu proprietário desconhecem a origem desta peça. Nas imediações da casa do Seiçal identificaram-se, unicamente, as ruínas de um habitat atribuível à Alta Idade Média, com presença de uma pequena necrópole formada por sepulturas abertas no granito, algumas claramente antropomórficas.

dedicada ao assunto, tomando assim corpo as teorias que actualmente vigoram sobre o entendimento desta assinalável categoria escultórica, e a sua respectiva relação com a época e a sociedade de fins do I milénio a.C. [ver LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 13 e SILVA 1988: 77 e ss.]. No que diz respeito ao conjunto destas peças sobre o território português, o trabalho mais desenvolvido foi apresentado por J. Rodrigues dos Santos Júnior [SANTOS JÚNIOR 1975], sendo o tema, aliás, bastante tratado ao longo de uma vasta série de artigos, embora ainda se não tenha chegado ao ponto de obter uma sistematização satisfatória, seja porque a maior parte dos estudos são parcelares ou referindo-se a achados locais, seja porque é exaustiva a tarefa de congregar toda a série de dados referentes às peças e aos seus respectivos contextos, históricos, arqueológicos ou artísticos. Com efeito, apesar da sua evidente importância como expressão artística das sociedades proto-históricas, estas esculturas só merecem muitas

vezes uma referência episódica ou documental nas obras de síntese e manuais historiográficos que abordam, em capítulos próprios, este período da Antiguidade no território português. No entanto, o tema surge integrado com o seu devido destaque nas teses consagradas ao âmbito das culturas castrejas ou da sua actividade plástica, como se poderá depreender de trabalhos que tratam a cultura castreja, seja o clássico *La Civilización Céltica en Galicia*, de F. López Cuevillas, sejam as recentes teses de A.C. Ferreira da Silva, Guadalupe López Monteagudo ou Francisco Calo Lourido [cf. bibliografia].

Apesar do número de peças recolhidas, não tem sido simples estabelecer uma visão clara sobre o que representa este sistema plástico, que corresponde a um conjunto de descobertas arqueológicas onde faltam muitas vezes enquadramentos definidos, e que são além do mais pautadas pelo ritmo do acaso, o que turva o entendimento acerca das origens ou funcionalidade inicial de tais obras. Sabe-se, pelo menos, que a concentração dos achados sobre áreas específicas deixa transparecer algo mais do que um sentido aleatório na distribuição dos achados, que surgem de um lado e outro da fronteira, cobrindo as províncias adjacentes ao Minho ou ao Douro, Trás-os-Montes (onde se registará o maior número de achados), Beira Alta e Beira Baixa, em Portugal, ou, em Espanha, nas províncias de Pontevedra, Orense, Burgos, Ávila, Toledo, Cáceres, Segóvia, Cáceres, Zamora e Salamanca [ver LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 14-18]. A cabeça de Marvão introduz o Alto Alentejo no conjunto destas áreas, não tanto como um centro produtor, mas como uma área de recepção clara de influências.

Certas manifestações arqueológicas assinalam regiões culturais definidas, como

o repertório da estatuária dos guerreiros galaico-lusitanos característica do noroeste peninsular e da Beira interior, ou os castros da Meseta ibérica que se desenvolvem na denominada *Cultura de Las Cogotas*. Regista-se, portanto, uma sucessão de diversas regiões que, em tempos pré-romanos, e durante a romanização, se distinguiriam pelas suas próprias realizações locais, subsistindo, no entanto, em horizontes de sobreposição e influência. Embora seja ainda domínio de discussão as correlações étnicas de cada área, também as produções escultóricas dos verracos vão corresponder a uma região cultural própria, surgindo principalmente nas áreas que outrora eram habitadas pelos Vetões, os quais ocupavam o extremo oriental e setentrional da antiga Lusitânia, tal como a estatuária dos guerreiros se vai inscrever nas zonas habitadas pelos grupos galaicos e tal como se definem como celtibéricos os povos que ocupavam a Meseta hispânica.

Em consequência, a investigação tem-se esforçado por estabelecer leituras que possam identificar os centros e as periferias de cada espaço cultural, bem como o grupo humano que lhes está subjacente. É assim que a concentração de achados de berrões no distrito de Bragança (mais de 50) levou, nomeadamente, um autor como Santos Júnior a considerar o Nordeste transmontano como o centro irradiador desta cultura. Este facto, adicionado a evidências que atestam o próprio vigor da cultura castreja de Trás-os-Montes, viria a servir de base, para se defender a ideia de que os Draganos, tribo pré-céltica das regiões interiores e montanhosas do Nordeste português e Astúrias, era o principal grupo produtor desta escultura, uma tese defendida não só por Santos Júnior como por Bosch Gimpera, dos quais teria irradiado uma tal tradição



plástica [ver SANTOS JÚNIOR 1975 e SILVA 1988: 85]. No entanto, o mosaico de povos da Península constituiu um fenómeno social complexo e diverso no quadro das suas manifestações culturais, apesar das afinidades entre os grupos étnicos; seria, de facto, a falta de coesão entre os diferentes grupos, recorde-se, um dos factores que conduziram ao triunfo dos exércitos romanos. Na verdade, quando nos dispomos a confrontar os dados das evidências peninsulares com aquilo que se conhece para a própria Europa, descobriremos não só afinidades como se esclarece melhor os sentidos de formação e desenvolvimento desta categoria escultórica, que fundamentam a ideia de que há, de facto, um enraizamento continental e mediterrânico quanto às origens do tema e o seu respectivo aproveitamento formal.

No que se aponta para os âmbitos cronológicos em que os verracos teriam sido produzidos, flutuamos mais uma vez entre limites imprecisos, muito embora se saiba que este tipo de escultura só emerge após a introdução das tradições do trabalho em pedra das oficinas clássicas, associada à penetração de certos cultos de origem

européia, o que se teria sentido mais particularmente no período de integração no Império Romano, que vai do séc. II a.C. ao séc. II d.C., conforme a atribuição cronológica de algumas peças de escultura, de verracos e não só, onde aparecem inscrições epigráficas latinas. Tais séculos tanto marcam o início e o auge da presença romana na Península, em reflexo aliás, do seu predomínio sobre o Mediterrâneo, como têm igualmente a ver com o sentido histórico das manifestações de afirmação do sistema artístico dos Romanos. O processo afectou as sociedades periféricas do Império que, em muitos casos, nem sequer teriam tradições plásticas propriamente identificáveis; tanto mais revolucionária será, assim, a mutação que parece denotar-se no desenvolvimento iconográfico dos temas que se reportam aos sinais de vida das culturas locais, muitas vezes, até, com um declarado sentimento de resistência à absorção imperial [ver ALMEIDA 1971: 296 e ALMEIDA 1981: 7]. Mas este fenómeno é comum à própria Europa: mesmo os temas iconográficos atribuíveis às sociedades celtas, que constituem o paradigma da Europa pré-romana, só aparecem amplamente difundidos após a romanização, tomando só então a sua forma graças àquilo que é definido em termos concretos, por Miranda Green, como o "*estímulo da representação mimética aplicada a conceitos divinos, anteriormente tácitos e anicónicos*" [GREEN 1989: 1].

A certas peças peninsulares em pedra são atribuídas datas de fabrico que remontarão ao séc. VI a.C., caso das esculturas provenientes da área da meseta onde se desenvolveu a *Cultura de Las Cogotas*. A confirmar-se este *terminus* cronológico e geográfico, esta região será, pois, o sítio de onde irradiou na Península o

modelo da escultura zoomórfica antiga, onde se incluem os verracos, reforçando-se um sentido de origem e formulação de uma tradição cultural que se associará à entrada de grupos célticos no território, ocorrida na mesma data [ver LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 7, 17 e ss.]. Ou seja, se o tema iconográfico dos zoomorfismos possui evidentes raízes proto-históricas, pela sua integração nas práticas religiosas e pela sua qualidade simbólica, a passagem para a representação plástica de qualidade monumental coincidirá com a própria passagem para a História clássica. Supõe-se que tenha existido uma categoria de figurações feitas em madeira, a preceder a difusão dos trabalhos em pedra, tal como era corrente nas sociedades bárbaras, de que se conhecem alguns exemplos, embora quase todos estes vestígios tenham desaparecido por causa da fragilidade material, mas que teria obviamente lugar como uma escola figurativa de transição entre dois momentos de uma evolução histórica.

## 2. A PEÇA DE MARVÃO: ANÁLISE FORMAL E ESTILÍSTICA

Talhada num bloco único de granito, a peça de Marvão faz-se distinguir em primeiro lugar pelo seu desenho sinuoso, que fornece volume e sentido figurativo à peça. Um segundo sinal distintivo nesta peça corresponde ao facto da representação corresponder apenas à cabeça do animal, já que o mais frequente é surgirem estátuas que representam o animal de corpo inteiro, também num bloco íntegro que, em muitos casos, se prolonga até ao talhe da base de colocação, uma vez que alguns exemplos surgem sobre peanhas [ver SILVA 1988: 58-62]. Embora haja peças que patenteiam um

estado degradado de conservação, acidentalmente mutilado por causa do tipo de resistência de alguns dos materiais de fabrico (caso do granito fino) ou intencionalmente, quando afecta, nomeadamente, a destruição das zonas que representam os órgãos genitais [SILVA 1988: 80 e LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 47], há motivos para se pensar que esta cabeça constitui uma obra independente.

Por um lado, a escola de produção dos verracos privilegia sempre os blocos únicos, que permitem um esquema eficaz de sustentação e equilíbrio do peso, não sendo portanto de concluir que a cabeça de Marvão tenha sido feita com um sentido de articulação com outros elementos, de modo a obter-se uma estátua montada. A parte da nuca e a base encontram-se, por seu lado, completamente lisos, uma vez que a intenção do artífice seria concentrar todas as atenções sobre a fisionomia frontal e lateral, sem qualquer outro esforço de concepção que se destinasse a representar o animal inteiro. Por outra parte, embora as representações de corpo inteiro sejam o grupo mais numeroso dos verracos, também não são pouco frequentes as representações em separado da cabeça, com vestígios que se reportam sobretudo a algumas zonas geográficas localizadas: distritos do Minho, Orense e Pontevedra, e ainda outros exemplos de Zamora e Trás-os-Montes [ver LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 196-197].

De acordo com o que diz Guadalupe López Monteagudo, o modo de exibição destas cabeças isoladas relacionar-se-ia com uma intenção de colocação parietal, aparecendo na parte posterior do verraco um conjunto de ressaltos de pedra destinados à fixação vertical, conforme se vê no achado *in situ* de Paderne, em que uma representação independente da cabeça



surgiu na parte inferior do recinto inferior do povoado; se se tratasse, por sua vez, de uma cabeça decepada, teríamos em contrapartida a percepção de relevos sobre a superfície da zona de corte [ver LÓPEZ CUEVILLAS 1953: 359-360 e LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 48-49]. Todavia, conforme se assinalou já, o exemplar de Marvão não tem nenhum recurso comparável, pois as superfícies posteriores e de base apresentam-se completamente isentas de qualquer relevo ou vestígio residual de elementos de sustentação, na mesma pedra que a peça ou em material diferente. Quanto à hipótese de se tratar de uma peça para encaixe numa parede, função que se aponta para outras peças similares, não se percebe como isso poderia aplicar-se sem desvirtuar o sentido figurativo da peça.

Mas, qualquer que seja o meio de exibição desta escultura, teremos na sua execução um sentido prioritariamente simbólico, uma vez que apenas se representa a cabeça e o focinho do animal, servindo o alisamento inferior e posterior como recurso próprio à colocação e exibição da escultura sobre uma superfície estável e imóvel, com uma utilidade específica intencional, que, à partida, se relacionaria com dedicações

votivas ou funerárias. Os detalhes da representação serão sumários e em reduzido número; porém, bastam para que se identifique o motivo apresentado, um porco, adequando-se os aspectos figurativos àquilo que parece ser também regra geral das representações zoomórficas, que é o sentido naturalista, de escala natural.

As dimensões desta peça de Marvão consistem numa altura aproximada de 30 cm., seguindo-se o alinhamento posterior da cabeça, por um comprimento de 42 cm., desde esse extremo até à ponta revirada do nariz. Considerando-se que a medida da cabeça corresponde a um terço das medidas conjuntas do corpo, então o verraco de Marvão confirma o respeito pela prática corrente. Em geral, as estátuas zoomórficas peninsulares podem ir até aos 3 m. de comprimento, por 1,5 ou 2 m. de altura, caso da representação taurídea de Guisando (Ávila), embora as medidas médias das esculturas que representam porcos e javalis se situem antes pelo 1,5 m. de comprimento, até um máximo de 2 m., e 90 cm. de alto, isto, naturalmente, quando não se trata dos berrões em escala reduzida, que reproduzem os aspectos plásticos da escultura maior mas possuindo uma utilidade mais ritual, cuja altura se limita aos 30 cm [LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 48-49 e SILVA 1988: 58 e 89].

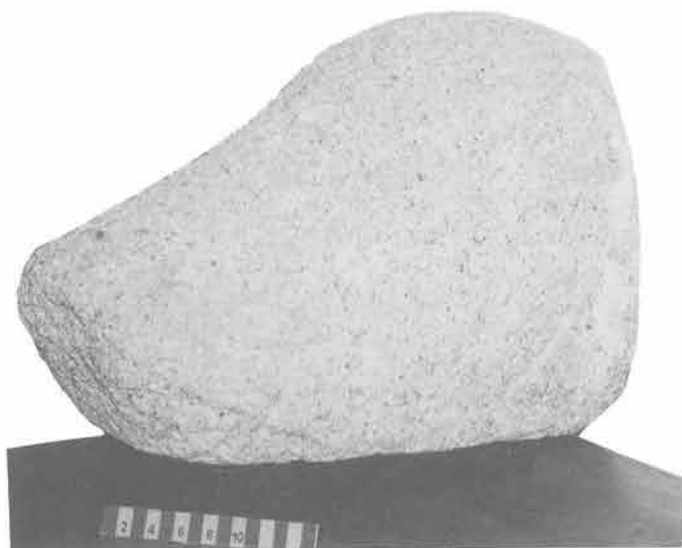
Quanto ao modo de representação, os berrões comportam uma certa variação, com traços mais naturalistas ou abstractos, de uma forma mais cuidada ou rudimentar, conforme os exemplos dispersos, o que revelará as capacidades do próprio artista ou, inclusivamente, a sucessão de cópias. No caso desta escultura de Marvão, graças ao seu estado de razoável conservação, é notória a intenção de captação de traços segundo o registo do modelo natural,

embora a estilização esteja sempre presente. O que parece notável na cabeça de Marvão é o seu sentido pictórico, que, a partir do acento linear de volume, desenvolve o perfil do animal, desde o alteamento de topo até ao focinho protuberante, e, configurando frontalmente uma idêntica verosimilhança com as formas naturais arredondadas, nota-se claramente a disposição das orelhas, olhos, narinas e boca. O único estrago aparente está no facto da peça ter já a sua superfície muito esfacelada, e, também, porque os aspectos fisionómicos do animal foram apenas ligeiramente escavados, numa combinação entre o sentido de volume e a intenção pictórica.

Na verdade, todos estes aspectos são reveladores de uma intenção original de simplicidade de traços que contribui para exprimir uma certa habilidade de desenho. O resultado final é uma evidente elaboração cuidada dos elementos que reproduzem um modelo natural, ao nível do seu posicionamento físico sobre um dado espaço, de maneira a conferir-lhe a sua expressão simbólica. Não seria de admirar que esta peça fosse proveniente de uma oficina especializada, onde se tivesse já assimilado o princípio clássico da representação naturalista, e isto apesar da rigidez quase inexpressiva da figura que, todavia, se adequaria aos propósitos de uma representação simbólica de um tema. Contudo, até ao presente, sem que haja quaisquer registos referentes à determinação dos centros produtivos locais e a sua respectiva hierarquização, ou indicadores dos níveis de formação dos artífices, a tendência é de acentuar sobretudo o nível de arcaísmo desta arte, cuja natureza é obviamente periférica em relação às principais oficinas clássicas [ver SILVA 1988: 59].

De qualquer forma, nesta cabeça de Marvão, há um evidente efeito plástico ganha essencialmente virtude na observação lateral em três-quartos, cuja perspectiva permite uma maior atenção ao desvio dinâmico do desenho geral, em contraste com a tomada frontal, onde a figura se perde momentaneamente, na sua organização compositiva, pela representação do focinho empinado que contraria e sobrecarrega o sentido visual da dinâmica referida. Assim, apesar dos aspectos de esquematismo, esta peça de Marvão sugere um tratamento mais aperfeiçoado do que registará a maioria das esculturas desta categoria. A volumetria linear e estilização pictórica são, deste modo, os principais aspectos de estilo que caracterizam a peça que, oferecendo-lhe uma sugestão com sentido físico, distinguem igualmente um sentido orgânico subjacente, inspirador de uma evocação de forças misteriosas com conotações espirituais profundas, muito embora a representação seja a de um animal aparentemente comum. Porém, conforme se observará adiante, o porco possui, nas sociedades proto-históricas, uma dimensão valorativa muito sobrecarregada.

As peças catalogadas como *verracos* ou *berrões* dividem-se normalmente entre a representação de suínos e de taurídeos, incluindo-se também alguns exemplares que se identificam como figuras de cabras ou bodes, o que autoriza o estabelecimento de tipologias; a simbologia, conforme se referirá adiante, mantém-se comum para os dois tipos de representação, embora haja variações consoante a intenção de exibição das peças [ver SILVA 1988: 60-64]. No caso dos principais grupos, é muitas vezes difícil observar, pelo estado deteriorado da conservação das peças, se, no primeiro caso,



os suínos correspondem à figura do porco ou do javali. Mas o javali possui um atributo próprio, que são as duas garras que lhe saem da dentadura para fora da boca, e as quais aparecem difundidas em diferentes exemplos espalhados pela Europa, em peças de escultura melhor conservadas de pedra ou, sobretudo, se se trata de objectos em bronze. Em termos figurativos, quando comparado com o porco, o javali é menos obeso e tem linhas mais esguias, surgindo o focinho muito mais achatado- isto prolonga-se na própria representação escultórica [LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 47].

Todos os detalhes figurativos da peça alentejana, portanto, não denotam nenhuma intenção de fazer salientar qualquer dos elementos para além da sua dimensão pictórica, pois não se regista qualquer autonomia de volume de orelhas, olhos ou boca, relativamente à forma conjunta da cabeça. As orelhas aparecem-nos coladas à zona mais anterior da escultura, em distribuição simétrica sobre ambos os lados, desenhadas de alto a baixo e definidas por

meio de dois traços que se afundam ligeiramente na pedra, acabando por tocar-se numa ponta aguçada que se revira mesmo antes da base da cabeça. Mas a superfície da peça seria contínua, se não existissem os traços, pois as orelhas estão completamente achatadas e só o trabalho de desenho as aproveita como elemento da figura. O mesmo sucede com a boca, constituída por um longo traço escavado, de projecção côncava, que

vai de uma face à outra, no extremo anterior do verraco; a linha de boca é sobretudo visível do lado esquerdo da figura, pois não está aqui prejudicada pela marca que encontramos à direita.

Em contrapartida, o focinho possui uma borda saliente, dotada da figuração escavada de duas narinas, a reproduzir a realidade anatómica do animal, e fazer destacar a forma agitada da linha de cabeça, uma vez que se trata do ângulo onde a superfície se inverte, cortando-se numa aresta reentrante. Os olhos, por fim, estão representados, cada qual, por dois círculos concêntricos, separados por um novo recurvamento escavado nesse reduzido espaço da superfície da cabeça, em que a linha exterior também configura uma borda que reproduz as caixas oculares, e onde o círculo interior toma a forma de um pequeno bojo, repetido simetricamente em cada olho. Os dois olhos estão colocados na zona de transição entre a testa e o focinho, pelo que resulta daqui um efeito curioso: vistos de cima, parecerão deitados; vistos em perfil,

ao invés, alinham-se sobre o alongamento do focinho.

Outros elementos figurativos presentes na peça de Marvão sugerem outro nível de representações. Nota-se, no lado direito da peça, entre o nariz e a boca, um refluxo da superfície que corresponde a uma moosa accidental, o que, se não se reparasse na ausência de um buraco idêntico do lado esquerdo, poderia induzir o observador à conclusão de que seria a saída de um dente; mas esta falha pode corresponder à própria desagregação do material, uma vez que a sua incidência é longitudinal, tal como se estivesse a propagar-se ao longo de um veio rochoso. Em contrapartida, no topo da cabeça, observa-se outro afundamento da superfície, que coloca mais dúvidas entre a consideração de se tratar de outro acidente, ou, ao invés, de um gesto deliberado, que se assemelha a um tipo de sulco frequente noutras peças. Efectivamente, sabe-se que as esculturas de verracos possuem por vezes uma multiplicidade de incisões intencionais.

A peça de Marvão não comporta muitos mais aspectos desta abundância, pois mais não se vê que alguns traços que, por não se referirem a pormenores fisionómicos, sugerem uma intenção de realce críptico. Trata-se concretamente de dois sulcos que surgem quase simetricamente alguns centímetros acima da linha da boca, um sobre cada uma das faces. O sulco direito forma uma cunha, enquanto do outro lado apenas configura uma linha, e o modo como aparecem gravados é idêntico ao das restantes incisões na linha que define a boca e as orelhas. Por falta de elementos explicativos, ou outro exemplo igual, estes traços não se oferecem a qualquer interpretação plausível, seja como marca ritual ou como sinal de alguma eventual identificação da oficina de fabrico. M<sup>2</sup> de

Fátima Matos Silva assinala, precisamente, a frequente utilização de traços insculpidos, seja em cova, covinha ou "fossette", seja em linhas diagonais e cruzadas em forma de sulco, e mesmo em linhas de tipo ofiolomórfico, aplicados principalmente sobre os berrões de pequena escala, mas surgindo também em peças maiores, como o verraco de Cabanas de Baixo, que tem cerca de vinte sulcos sobre a cabeça, o que apareceria como resultado de algum propósito, embora também haja peças, como no berrão de Fornos, em que as covinhas são accidentais [SILVA 1988: 71].

Ainda segundo M<sup>2</sup> de Fátima Matos Silva, sabe-se que "na quase totalidade dos casos, os sulcos dispõem-se sem qualquer organização espacial, mas predominantemente nas zonas laterais dos berrões, raras vezes na cabeça, traseira ou dorso", zonas onde são ao invés frequentes as covas, e em que a finalidade deste aparato "decorativo", não é "nem aparente, nem óbvia" [SILVA 1988: 69].

### 3. EM TORNO DA QUESTÃO DAS INTERPRETAÇÕES HISTÓRICAS E FUNCIONAIS

Raras são as representações escultóricas de verracos que se acham contextualizadas *in situ*, o que, à partida, é o primeiro factor condicionante de leituras interpretativas quanto à utilidade e significados deste conjunto de peças, apesar do número de vestígios indicar que, na Antiguidade, seria efectivamente um tipo de objecto importante das indústrias culturais. Mesmo assim, é possível estabelecer algumas correlações com sítios e utilizações definidas: embora limitados, os achados *in situ* revelam-se como bastante significativos, caso

dos berrões do Picote e de Paderne, que surgiram associados a estruturas de santuário, tal como os verracos espanhóis de Ulaca, Las Cogotas, ou Tornadizos de Ávila, e caso, ainda, de uma série de exemplos que comprovam uma clara função funerária, seja porque está próxima uma necrópole (normalmente com sinais de romanização), seja porque aparecem inscrições, em Latim, sobre o dorso dos animais, ou sobre estelas funerárias que, estando acompanhadas pela escultura dos berrões, assinalam os sepulcros [LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 141 e ss.; SILVA 1988: 79-80].

No entanto, a sua progressiva dispersão e reaproveitamento, torna evidente que houve uma perda de atribuições de valor às representações dos verracos. Por um lado, não há indícios de que o fabrico de berrões se tenha manifestado para além dos fins dos sécs. II-III d.C., conforme se indica para o caso de outro achado *in situ* de Martiherrero (Ávila) [LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 140]. Por outro, é frequente que os achados descontextualizados se encontrem perto de níveis arqueológicos posteriores, utilizando-se então como simples pedra construtiva, que indica a dessacralização do objecto, ou, ainda, procedendo de sítios que vieram a ser cristianizados, próximo de eremitas com fundação na época de cristianização dos antigos castros da Idade do Ferro [LÓPEZ MONTEAGUDO 1989: 14]. Ou seja, apesar da sua importância nas culturas locais, os berrões não terão sobrevivido à desagregação do próprio sistema plástico da Antiguidade, traduzida não só na adopção de uma nova simbologia cristã, que tenta afastar todos os sinais de paganismo, como pela perda de capacidade de reproduzir formas naturalistas na arte decorativa, acompanhando aquilo que Henri

Focillon designou como “a decadência da pedra”, em que “uma concepção cifrada do universo, que dispensa a representação das figuras” vem substituir “uma plástica que é dominada pelo homem” e pela “semelhança” e “verosimilhança das imagens” [FOCILLON 1980: 29-30].

A cabeça de Marvão, cumprindo aquilo que parece ser a regra geral, foi recolhida num local descontextualizado, embora próximo de uma necrópole de ambiente tardo-romano, com a qual não se pode ainda estabelecer, contudo, outra relação directa. Conforme se referiu de início, foi notada casualmente por um particular que, não fosse um olhar treinado, teria passado pela peça desapercivelmente. Na ocasião, esta cabeça de berrão servia de assento, estando portanto ao ar livre e em posição invertida, o que pode ter contribuído para uma menor exposição a processos erosivos, mas sem que se possa traçar qualquer outro registo, ou saber se alguma vez esteve em contexto funerário ou votivo, constituindo um artefacto local ou alguma importação. Mesmo assim, caso se trate de uma peça vinda de longe, sabendo-se que não se apontam outros paralelos no Alto Alentejo, é de pressupor que este objecto de Marvão tenha sido propositadamente transportado ainda durante a Antiguidade, circulando portanto pela região, graças às sucessivas contingências das épocas posteriores.

Fará sentido, no entanto, considerar estarmos perante o que se designa ser um “berrão esporádico”, ou seja uma peça que se encontra fora do seu âmbito natural de produção (como o seriam Trás-os-Montes ou Las Cogotas), em virtude de trocas ocorridas por acontecimentos culturais, comerciais, migratórios, ou até uma peça usurpada na sua qualidade de troféu ganho através de



confrontos tribais [ver SILVA 1988: 75-76]. Mas, como se vê, as tentativas de interpretação são variadas, e haverá um quadro de hipóteses que se desenha a partir daqui, segundo aquilo que nos é permitido pelo confronto dos elementos de análise retirados do estudo da própria *Cultura dos Berrões*, e que poderão resultar numa das seguintes explicações para o aparecimento desta cabeça em Marvão:

1ª) a peça seria proveniente de um santuário indígena, não descoberto ou destruído;

2ª) a peça estaria inserida numa estrutura defensiva ou habitacional, com sentidos votivos ou apotropaicos, e, em reforço dos sentidos de protecção doméstica, seria igualmente uma representação de um animal do sexo feminino;

3ª) a peça faria originariamente parte de um espólio funerário de algum sepulcro local, igualmente desconhecido;

4ª) a peça teria sido retirada do seu contexto inicial e reaproveitada com novos sentidos, de adorno ou de reactualização ritual, em épocas tardias;

5ª) mantendo-se a sua condição de objecto isolado, indicar-se-á uma proveniência exterior à região, ou, em contrapartida, poderá revelar-se antes um

processo de extensão de determinados cultos até à área, o que permitirá esperar novos achados do mesmo tipo de escultura.

Interessaria, pois, alargar o campo de estudo até aos sinais da vida social, não só da região como das outras envolventes, de modo a procurar pistas que esclarecessem a própria interacção entre a produção artística antiga e os seus respectivos níveis de recepção, o que não será feito agora.

#### 4. O NÍVEL SIMBÓLICO DOS "BERRÕES"

Nunca foi posto em dúvida, com efeito, que estas estátuas, representadas de corpo inteiro, ou apenas na sua parte, possuem um simbolismo muito elaborado, próprio de povos que sempre houvessem desenvolvido um contacto íntimo com o mundo natural, derivando daí um repertório de explicações sobrenaturais para a vasta gama de manifestações de forças superiores ao Homem; assim, os berrões teriam uma utilidade específica de significados associada a práticas religiosas. No séc. XIX, explicavam-se, pois, os berrões como símbolos dos deuses *terminales*, protectores dos caminhos (Aureliano Fernandes Guerra), como ídolos culturais (Martins Sarmento) ou como esculturas funerárias, segundo o que foi instituído por Emile Hübnér. Por sua vez, José Leite de Vasconcelos avançava já a ideia de prestações funcionais simultâneas, em que os berrões representariam divindades tutelares não só dos defuntos, como igualmente protectoras dos povoados, ou das casas, quando se tratasse de cabeças isoladas, ou então guardiãs dos rebanhos (segundo A. Tranoy).

Quando se descobrem os santuários com associação de estátuas de grande porte

(caso do santuário de Castro de Marmelar, onde se recolheu, em 1952, o berrão do Picote), tornou-se possível confirmar em estudos recentes a difusão de um culto próprio em que este tipo de esculturas teria destaque, e em que as peças de maior porte, como as de Picote, Murça, ou Bragança, seriam ídolos votivos locais, entendendo-se subsequentemente as figuras de escala reduzida como a reprodução dos modelos maiores, com intenção de amuleto ou ex-voto [ver SILVA 1988: 77-80]. O culto dos berrões relaciona-se com o próprio modo de vida destas sociedades locais, que dependiam da fertilidade dos animais para a sua subsistência e riqueza; daí o seu processo de sacralização e desenvolvimento de atitudes rituais, como o costume de castrar os porcos cobridores envelhecidos, para não estragar a qualidade da criação, que ainda se pratica actualmente em Trás-os-Montes. Associava-se também a este quadro de ideias toda a evocação do sentido de força e virilidade, não sendo portanto de estranhar a insistência de representação de órgãos genitais masculinos exuberantes em muitos berrões de maior tamanho.

Assim, *"o culto dos berrões estaria ligado também à fertilidade"*, mas *"tal como nos guerreiros galaicos, a sua função primordial seria a de divindades protectoras das comunidades castrejas, aplicadas aos diversos anseios e necessidades, a protecção na guerra, nos primeiros, da casa, e seus habitantes, nos dois e dos pastos e rebanhos, no caso dos segundos"* [SILVA 1988: 83].

A dimensão simbólica desta categoria figurativa aprofunda-se, quando se faz o confronto com os exemplos iconográficos dos povos continentais europeus. Sabe-se, nomeadamente, que a representação do javali e do porco constituía o símbolo zoomórfico mais importante do repertório

das imagens religiosas dos Celtas, em que estes animais eram frequentes acompanhantes das divindades, como Arduinna, a deusa da floresta sagrada das Ardenas. O javali, cuja crista que é, aliás, constantemente representada na escultura dos berrões, representaria a ferocidade e a indomabilidade, evocando tanto a guerra como a caça, ou seja, as ocupações masculinas mais frequentes das sociedades da Idade do Ferro. Esta categoria figurativa teve grande difusão, aliás, nas escolas de trabalho artístico sobre artefactos metálicos na época de La Tène, punhos de espada, trombetas de guerra, ou moedas.

O porco seria a imagem da prosperidade e da riqueza doméstica; um e outro, simbolizariam ao mesmo tempo a festa e a hospitalidade, motivo de celebração e regozijo colectivo dedicado aos heróis das batalhas que ficariam sempre com a melhor porção da carne; é quase escusado referir que as fontes clássicas, seja Estrabão como Diodoro Sículo, ao descreverem os hábitos alimentares dos Bárbaros, incluíam a notícia do consumo do porco [ver GREEN 1989: 139 e ss. e GREEN 1992: 44-45]. A diferença de se representar ora um javali selvagem, ora o porco caseiro, teria uma relação com a distribuição de evocações respectivas entre os princípios masculino e feminino, em que o javali corresponde à evocação dos valores guerreiros e em que o porco teria um protagonismo de nível doméstico.

Mas a simbologia do porco faz-nos também avançar pelo nível das crenças da vida além-túmulo. Os banquetes traduziam-se muitas vezes em libações rituais que preparavam o funeral dos guerreiros, e, neste caso, o festejo relacionava-se com o trânsito glorioso para o Paraíso. Por outro lado, as lendas da literatura irlandesa me-

dieval, onde se recolhe o essencial das seculares tradições célticas formadas na oralidade [ver REES 1990], também incluem histórias em que o porco, dotado de força destrutiva e capaz de iludir os seus perseguidores, acabava por os arrastar até o *Outro Mundo*, onde se desenrolariam um sem número de provas destinadas a fazer valer as capacidades valorosas desses heróis enganados. Em termos sociais, ao que parece, as imagens do porco teriam uma evidente conotação social uma vez que, conforme nos diz Miranda Green, "*o elo aristocrático com o porco é evidente nas abastadas sepulturas célticas que mostram os festejos no Outro Mundo*", além dos próprios vestígios de consumo da carne deste animal em povoados da Idade do Ferro [GREEN 1989: 139]. O tema das representações taurídeas, por sua vez, remontará antes às sociedades europeias da Idade do Bronze, ou, se o quisermos, até mesmo ao dealbar das civilizações do Oriente (instituído-se de forma marcante como símbolos da própria divindade sobretudo no Egípcio faraónico), igualmente atribuído de sentidos de força e virilidade, e aparecendo ainda nas imagens mitológicas romanas associado à evocação de Júpiter [ver GREEN 1989: 149-151].

Portanto, deveremos recuar até meados do I milénio a.C., altura em que se assiste a grandes mutações migratórias ou ligadas à difusão das inovações na tecnologia, para considerarmos a origem deste tema iconográfico e ao desenvolvimento dos seus valores simbólicos, onde terá peso a própria definição da estrutura hierárquica das sociedades pré-romanas. Por um lado, a imagem do porco integra-se nos sistemas de explicação e representação do mundo natural; por outro, concluir-se-á que os sentidos

funerários associados a esta mensagem iconográfica derivam da sua constante utilização em contextos sepulcrais de estirpe, com toda a sua carga de exaltação heróica da guerra e do culto da força. Com o decorrer do tempo, porém, este tipo de simbologia deixa de ser tão directa e torna-se um vestígio residual desse modo de utilização, uma vez que são as próprias sociedades que também se transformaram.

Assim, as imagens dos "berrões" de contextos peninsulares, embora pressupondo-se que pertencem a datas coetâneas com o processo de romanização e de assimilação e simbiose das culturas periféricas com o sistema clássico, reforçam muito bem a exaltação dos valores ancestrais dos indivíduos que, originariamente, não seriam romanos, e que se reconheceriam nas religiões locais castrejas, como forma de fazer salientar a perenidade da sua própria memória histórica. Até certo ponto, contrariando hipóteses que assinalam esta escultura zoomórfica como autóctone, poderemos antes considerar com mais rigor que os "berrões" são a expressão local de uma tipologia iconográfica que teve origens continentais, e que conta igualmente com manifestações dignas de nota no quadro da arte céltica, o que permite pensar em influências claras do celticismo.

A cabeça de verraco de Marvão, embora possua dados muito vagos quanto à sua origem ou utilização original, pode entender-se como bastante representativa de determinados aspectos que nos levam ao fulcro da actividade cultural das sociedades pré-romanas, cujo estudo se mantém em aberto e não isento de problemáticas, malgrado o esforço que tem sido desenvolvido pelos arqueólogos no sentido de se explorar a fundo os vestígios materiais, que confirmem

as fontes escritas ou revelem outros elementos. Dir-se-á que o enigma que rodeia a peça ainda a torna mais apelativa, apesar de parecer tão incógnita quanto o longo tempo que passou perdida na paisagem. Tal como eram outrora símbolo de forças que não eram deste mundo, também hoje nos surgem como guardiões perenes das portas do passado desconhecido, e a sua função como objecto museológico serve-nos ainda para compreender que o percurso das sociedades não é uniforme, nem totalmente contínuo, e que a comparação das nossas respectivas diferenças quanto a esse passado

distante poderá servir para a devida avaliação do que é importante na actividade espiritual do Homem. Mais do que dizer que não há dados concretos, e sem incorrer em especulações abusivas, pode afirmar-se que esta cabeça de Marvão tem certamente muito a ver com as sociedades locais, entretanto romanizadas, e suas respectivas práticas culturais, como expressão de sentimentos profundos que ganham, assim, uma visibilidade representativa de uma época precisa, num sentido de permanência de atitudes com enraizamento remoto.

#### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1971) "Uma escultura castreja de Calheiros (Ponte de Lima)", II Congresso Nacional de Arqueologia- Actas, Coimbra, Junta Nacional da Educação.  
Id., (1981) "Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto)", Arqueologia, 3, Porto (separata).
- CALO LOURIDO, Francisco (1993) A Cultura Castrexa, Vigo, Edicións 'A Nosa Terra'.
- FERREIRA DA SILVA, Armando Coelho (1986) A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira, C.M. de Paços de Ferreira- Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- FOCILLON, Henri (1980) A Arte do Ocidente, Lisboa, Editorial Estampa.
- GREEN, Miranda (1989) Symbol and Image in Celtic Religious Art, Londres, Routledge.  
Id., (1992) Dictionary of Celtic Myth and Legend, Londres, Thames & Hudson.
- LÓPEZ CUEVILLAS (1953) La Civilización Céltica en Galicia, Santiago de Compostela, Porto y Ciº Editores.
- LÓPEZ MONTEAGUDO, Guadalupe (1989) Esculturas Zoomorfas Céltas de La Peninsula Ibérica, Madrid, Anejos de Archivo Español de Arqueología, x.
- REES, A. e B. (1990) Celtic Heritage, Londres, Thames & Hudson.
- SANTOS JÚNIOR, J. Rodrigues dos (1975) Berrões Proto-Históricos no Nordeste de Portugal, Lisboa, Direcção Geral dos Assuntos Culturais.
- SILVA, Mª de Fátima Matos (1988) "Subsídios para o estudo da arte castreja- A Cultura dos Berrões: ensaio de síntese", Revista de Ciências Históricas (Universidade Portucalense), III, Porto.

# BREVE CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA DA BEIRÃ — 1994

Maria do Céu Nunes de Almeida Frutuoso



*Estação de Caminho de Ferro da Beirã, com seus azulejos. Foto de Carlos Abafa*

A origem deste levantamento, deve-se à iniciativa de um grupo de elementos desta terra, que assistindo ao enfraquecimento das condições mínimas que lhe permitiam olhar o futuro serenamente continuando junto das suas raízes, resolveram não baixar os braços.

De modo exemplar não aceitaram este destino e organizaram-se de forma a encarar os seus problemas, a compreendê-los e identificá-los, mas acima de tudo resolvê-los.

Assim, esta comunidade de forma análoga a um ser vivo, pensa, avalia, procura resolver os seus problemas e como não quer parar, pois parar é morrer, precisa de se pôr de novo a andar.

A Beirã precisa de carinho e compreensão, mas também de estímulo e

ajuda, pede para não se desagregar, para que os seus filhos não iniciem uma diáspora, porque a sua terra morreu.

A ADT/NA, como entidade que se orienta dentro destes princípios, da promoção e desenvolvimento local, princípios estes que são essenciais para evitar a desertificação das comunidades do interior e permite preservá-las de uma forma viva e não artificial, desde logo se associou com empenhamento ao nascimento e formação da ANTA, associação com os mesmos objectivos e anseios para a sua terra e que aqui se apresenta hoje.

Foi seguida a metodologia utilizada em termos de desenvolvimento local.

Havia que conhecer de forma aprofundada a realidade desta freguesia, para isso iniciámos a recolha de dados



*Estação de Caminho de Ferro da Beirã, ex-posto Fronteiriço. Foto de Victor Correia*

necessária a um levantamento detalhado, com a sua finalidade de conhecer e identificar os problemas desta freguesia.

Desta forma, procedemos a um inquérito a todos os agregados familiares, incluindo Beirã e Barretos, do qual foi possível apurar que:

A população da Beirã tem assistido a uma gradual queda demográfica, entre

1960 e 1995 a sua população passou de 1331 a 605 habitantes.

Na freguesia da Beirã, quase 75% da população, possui casa própria, confirmando a tendência existente em regiões rurais. Mas é sobretudo nos Barretos que esta característica impera.

Podemos considerar os habitantes da freguesia da Beirã, com um nível médio de

qualidade de vida, atendendo a que quase todos os seus habitantes possuem distribuição de água ao domicílio, ligação à rede eléctrica, televisão, entre outros. Contudo, alguns itens ainda são obviamente fracos, tais como: telefone, automóvel, férias, refeições em restaurantes.

A média geral do rendimento *per capita* da população ao nível da freguesia, situa-se nos 32 contos, valor este bastante baixo, o que nos indica que as condições de vida desta população tem algumas carências, tendo em conta que esta cifra nem sequer chega à equivalente ao ordenado mínimo nacional, que corresponde a cerca de cinquenta e dois mil e duzentos escudos.

Mais, têm rendimento *per capita* acima de 50 contos, somente 13,3% da população com profissão remunerada e 16% de reformados, o que nos indica que acima deste nível de



Choça da Freguesia da Beirã. Foto de Victor Correia

rendimento, os reformados ultrapassam as pessoas em idade activa, este é talvez um dos dados mais importantes para perceber a crise que atravessa a Beirã, isto quer dizer que os postos de trabalho que ocuparam estes reformados deixaram de existir e não foram substituídos por outros, o que nos leva a concluir que se não houver brevemente uma inflexão em termos de rendimento per capita acima dos 50 contos, restarão somente reformados.

De grosso modo, podemos verificar que os reformados da CP, dos Serviços Alfandegários e Guarda Fiscal, são os que têm maior rendimento *per capita*. Isto só é verificável, devido à fraca dinâmica económica, pois seria de esperar que nos níveis de maior rendimento se verificassem percentagens elevadas na profissão remunerada e baixas nos reformados, o que não acontece.

Provavelmente os 86,7% com rendimento *per capita* inferior a 50 contos, serão trabalhadores não qualificados e agricultores.

Trabalham por conta própria 26,1% e por conta de outrem 73,9%. Mas nos trabalhadores por conta própria 87,8% têm um rendimento *per capita* igual ou inferior a 30 contos. Daí, podemos inferir que uma larga maioria de trabalhadores por conta própria auferem rendimentos bastante baixos e exercem a sua actividade por conta própria, por não existirem postos de trabalho por conta de outrem.

Quanto aos sectores de actividade profissional, no sector primário a percentagem é de 24,2%, no secundário de 31,2% e o terciário com maior peso 44,6%, verificou também que os trabalhadores agrícolas não se deslocam para outras localidades, pois a grande maioria trabalha nas suas terras ou em terrenos arrendados

na sua freguesia. Assim, consideramos que os inseridos no sector secundário e terciário exercem a sua profissão noutras localidades.

As domésticas são cerca de 13,8% e a maioria terá esta condição, porque não tem outra alternativa, considerando o fraco rendimento em geral e o baixo nível de escolaridade. Em relação aos 5,1% de desempregados é aparentemente uma percentagem baixa, mas só reivindicam esta condição aqueles que tiveram uma profissão razoavelmente remunerada e um grau de instrução mais elevado.

Ao nível da escolaridade, têm 4 anos de escolaridade ou menos 77,4% dos inquiridos, onde se inclui 27% de analfabetos, considerando que dos 39,6% da população com 4 anos de escolaridade, uma parcela razoável desta percentagem serão analfabetos, funcionais, com dificuldades para interpretar um texto e fazer as operações algébricas mais elementares.

Têm 9 anos de escolaridade ou mais 12,1% da população inquirida e 1,5% frequenta ou concluiu o ensino superior, contudo somente 0,2% dos indivíduos fizeram formação profissional.

Os escalões etários com maior peso em termos de população, situam-se nos grupos de 70 ou mais anos, 60 a 69 e 50-59 anos.

Resumindo, estamos em presença de uma comunidade envelhecida, de fraco nível de escolaridade e com um mercado de trabalho quase inexistente, o que obviamente conduz a um baixo nível de rendimentos.

Foi também auscultada a população da Beirã, quanto às aspirações que tinham para a sua freguesia.

A quase totalidade da população, tem como aspiração prioritária um centro de dia, com apoio domiciliário, o que mais uma vez vem reforçar o envelhecimento da população.

A reabertura das Termas da Fadagosa, foi indicada pelos inquiridos como uma das principais potencialidades da freguesia, visto que ainda hoje se consideram estas Termas, como um mito de emprego e desenvolvimento para a localidade, semelhante ao que aconteceu no passado.

Para além disso, também o aparecimento de pequenas ou médias indústrias artesanais, geradoras de emprego é outra das principais necessidades apontada pela população.

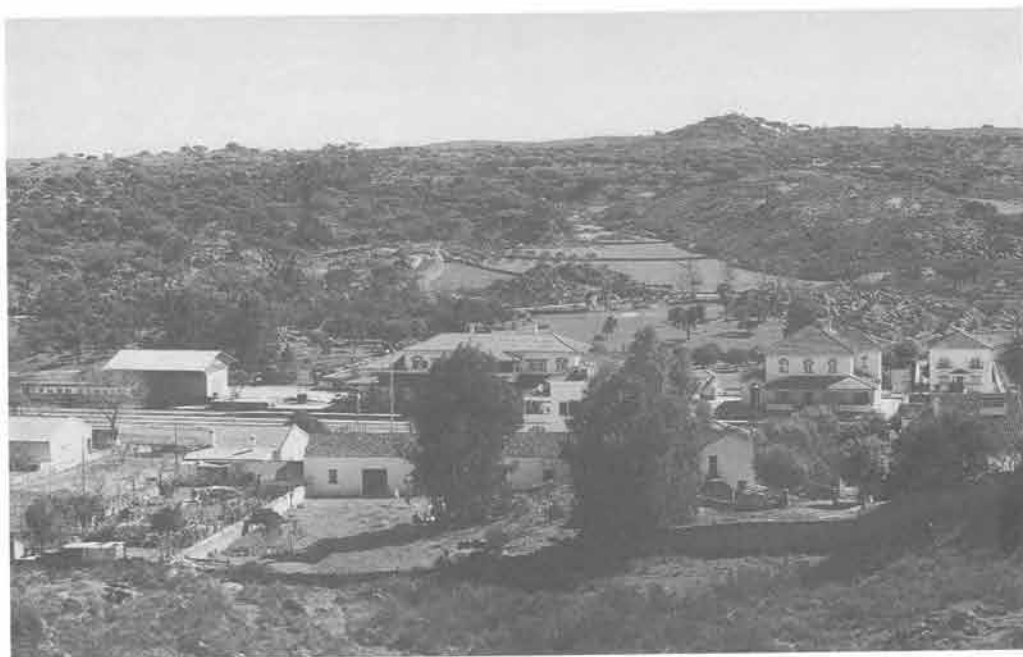
Também o aproveitamento dos imóveis existentes na Beirã e que se encontram encerrados, seria uma forma de evitar a sua degradação no ponto de vista de alguns residentes. Cerca de 30,4% dos agregados familiares, atribuí grande importância ao melhoramento dos serviços de saúde.

Quanto à ocupação de tempos livres, de uma forma geral a população da Beirã, tem como aspirações:

Um centro de convívio para jovens e idosos, cerca de 64,4% dos agregados familiares indicam como principal esta aspiração, dando também alguma importância à ocupação de tempos livres com jogos e outras actividades lúdicas.

Alguns elementos da população referiram a abertura do pavilhão, exposições de artesanato, uma biblioteca e passeios de estudo, como prioridade na ocupação dos tempos livres.

Assim, consideramos que será fácil implementar e organizar acções que tenham como objectivo a recuperação e revitalização de ofícios e produtos tradicionais.



*Vista geral da Beirã. Foto de Victor Correia*

## Conclusão

É hábito dizer-se que ao encerrar a Escola, encerra a Aldeia, contudo é importante ressaltar que quando a "massa crítica" termina, a Aldeia sucumbe.

São determinantes os passos que vão ser efectuados a seguir, é imperdoável que se permita o encerramento de mais uma Aldeia em Portugal, sobretudo se essa Aldeia ainda possui gente activa, alguns jovens e vontade de ir mais além, procurar o caminho da sobrevivência e do desenvolvimento, encetando "demarches" para continuar a ter voz e principalmente a ser ouvida e a existir. As pessoas não estão paradas, movimentam-se, muitos recusam-se a abandonar a Aldeia onde nasceram, mostram os seus recursos e belezas, as suas Termas outrora no auge e agora abandonadas, o património arqueológico, a estação da CP, o clima ameno.

A Escola ainda está aberta, os Correios ainda funcionam e acima de tudo, os seus habitantes recusam deixar perder a sua Aldeia e a si próprios.

A tentativa de desenvolvimento local em zonas de interior, afastadas dos grandes centros de decisão e das grandes vias rodoviárias, tem de se efectuar a contar com

os seus próprios recursos naturais e humanos, recorrendo às suas potencialidades e tradições, mas adaptando-se às exigências de uma sociedade consumista que selecciona a escolha dos produtos pelo forte apelo comercial, pela qualidade ou por ambos.

Respostas pontuais e isoladas, conduzem geralmente ao insucesso; por isso é necessário que se elabore um plano integrado de revitalização desta Aldeia, para em seguida se definirem estratégias de actuação em conjunto com todos os parceiros, instituições, visando o desenvolvimento e revitalização da mesma.

Antigamente, quando as portas deste País estavam fechadas ao mundo, era a Beirã uma das portas para o exterior. Agora, com as portas completamente abertas para o mundo, não vamos permitir que elas se encerrem para a Beirã.

Para concluir, queria deixar-vos com uma frase que um dia ouvi algures a alguém, mas penso que ela é de cada um de nós "É a diferença na qualidade dos Homens, que faz a diferença na qualidade das Sociedades".

# UM APONTAMENTO DOCUMENTAL PARA O ESTUDO ARTÍSTICO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELA DE MARVÃO

Sérgio Gorjão



*Convento N.ª Sr.ª da Estrela — Marvão*

O primeiro objectivo deste "trabalho", ainda que de forma muito modesta, é dar à luz da História, mais concretamente àqueles que se interessam pelo convento da Senhora da Estrela (sobretudo no que toca ao edificio e às suas manifestações artísticas), mais um breve mas curioso documento, testemunhado que, de certa forma, ainda se mantém vivo e merece ser melhor conhecido.

O documento transcrito, composto por duas folhas de papel diferentes, reportam-se à edificação do presente retábulo da capela-mor da igreja do convento que, curiosamente, se à primeira vista nos parece uma obra plenamente do século XVIII (devido ao seu gosto artístico barroco), verificamos, no entanto, que é já do século XIX, provavelmente realizada no ano de 1802 ou 1803, fazendo fé na data da declaração do contratador<sup>1</sup> da obra.

Infelizmente não tivemos possibilidade de averiguar a existência do projecto original da obra, entregue ao contratado João dos Reis, mas parece-nos pouco provável a existência de semelhante desenho ou, mais concretamente, do "risco".

Sobre o convento em si, nomeadamente no seu aspecto artístico, furto-me a fazer considerações em virtude de não ser esse o objectivo deste trabalho, bem como por haver quem, com certeza, conheça o convento substancialmente melhor e possa fazer uso destas informações com mais proveito e correcção.

## APONTAMENTO DO RETABOLO QUE SE PRETENDE FAZER EM A CAPELA MOR DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DA ESTRELLA \*

### *(Disposições Contratuais para a Execução da Obra)*

Na forma do risco, e da planta terrena será posto este retabolo com bom firme e bem travado em todas as peças para a parede das costas do retabolo com toda a segurança, e sendo todo feito de adobo e cal de arêa bem trabalhada esta cal, sem se gastar neste retabolo nem pedra nem saêbro de qualidade alguma, levará logo entre as columnas huma pouca, digo huma porta, para a serventêa do Throno, e a outra porta em correspondencia para hum almario, estas portas serão feitas de madeira de castanho muito bem feitas, e almofadadas, e com fexaduras, e correspondencias huma da outra, e oleadas a oleo, fingindo madeiras de fora. O Altar há-de reformar-se de estuque com os seus fingidos pondo-lhes no meio huma Crus a Romãna, levará hum forro por cima deste

Altar de madeira para o Commodo da pedra d'ara, e também para cautella das toalhas; sobre este Altar se fara huma banquetta fingida de pedra; levará também um forro de madeira por cima, e bem segura para a segurança dos castipcais e feita na forma do risco, o Sacrario será todo forrado de madeira e com segurança, e por fora na forma do risco, a porta será na mesma forma do risco, as pianhas dos Oratorios levarão seu foro de madeira para ficarem mais seguras e bem metidas na parede, e todas estas madeiras ficarão de oleo fingindo pedra azul e todo o retabolo serão todos lizos de cinco qualidades de pedras das melhores e muito firmes que he pedra preta, pedra marmore, pedra azul, pedra amarella fingindo pedra de salermo, e pedra vermelha bem emitadas todas estas cores de que se

tracta; em primeiro todas estas tintas serão amapcadas no estuque para formarem as primeiras cores, e então fingidas em cima porque todas estas podem ser lustradas; a boca do Throno ha-de ser mais estreita hum plano para ficar na forma do risco; Emquanto ao Throno todas as sacadas fingida como fica dito. E tambem o Camarim ha-de ser reformado de alguma couza mais necepcaria e branqueada a abobeda, e as paredes, e tudo bem acabado na melhor perfeição da Arte. Toda a Capella mor ha-de ser (a) abobeda e as paredes branqueadas, e as duas semalhas da dita Capella han-se ser picadas, e guarneçadas e estucadas para fingirem pedra branca ou pedra marmore com frizo de pedra preta. Em baixo levará um soco de altura de cinco ou seis palmos fingido de pedra preta, e tudo acabado nesta forma. Em primeiro lugar será vista esta obra quando se principiar e no meio da obra, quando se quizer principiar a estucar, e no fim da obra para receber o ultimo quartel, que receberá este dito dinheiro em tres pagamentos hum no primeiro, outro no meio, eo outro no fim. Receberá este pera abono da mesma obra o Retabolo velho para aproveitar dali algumas madeiras aonde forem necepcarias.

*(Declaração do Contratador da Obra: Frei Francisco de Santa Clara Gomide, Pregador e Guardião do Convento de Nossa Senhora da Estrela)*

Frei Francisco de Santa Clara Gomide, Pregador e Guardião do Convento de Nossa Senhora da Vila de Marvão.

Por este por feito, e assignado, confeço ajustei a obra da Capella Mor deste Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, com o Senhor João dos Reis para fazer de estuque, por preço de quatrocentos, e quarenta mil reis, na forma, qualidade, e condições, que vão juntas a este escrito assignadas pello sobre ditto João dos Reis, e por mim, o que me obrigo a satisfazer na forma das mesmas condições, juntas a este; comtando que o asima ditto João dos Reis cumpra sem falencia alguma, as mesmas condições, porque faltando alguma dellas, ficarei dezobrigado do cumprimento deste, porque debaxo das mesmas condições he que somente me obrigo a satisfação.

Para a todo o tempo constar que me obrigo por este, o assignei, e para testemunho de que se obriga a fazer a obra, aseita este Contrato, e se assignou tambem commigo.

Frei Francisco de Santa Clara Gomide  
João dos Reis  
Maio 12 de 1802

*(Declaração do Contrato para a obra: João dos Reis)*

Eu abaxo Asinado Confeso aseitei esta obra Para A por pronta Na Forma do Ritto e tambem Na mesma Forma deste apontamento sem Falencia de qualidade alguma con todas as condições sobreDitas e para o que Recebi No dia 16 de Marso para primeiro pagamento da dita, a quantia de sento e quarenta e quatro mil Reis e por ter Resebido estes o sabeis —144 000.

João dos Reis

Recebi de segundo pagamento sento e quarenta e seis mil Reis — 146 000 do segundo pagamento hoje — 31 de Julho.

290 000 João dos Reis

<sup>1</sup> O contratador foi: Frei Francisco de Santa Clara Gomide, Pregador e Guardião do convento.

\* (AN/TT — Convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, Maço de Documentos nº 10, Doc. 42)

# POR ENTRE A AMMAIA DESCONHECIDA...

Maria Adelaide Pires Martins

"Uma história...  
um passado...  
uma descoberta...  
de outros povos".

Neste labirinto mundano, caminho por entre os campos à procura de uma história esquecida no espaço e no tempo.

Observo em meu redor e eis que não encontro um vestígio que me dê a conhecer aquilo que outrora foi a minha região.

Convicta com a minha intenção, vasculho livros empoeirados e pedras soltas ornamentais que abundam às soleiras das portas de casas caídas.

Os dados oriundos da história já escrita dizem-nos, que, a região compreendida entre Marvão e Portalegre é rica em história, que faz deste recanto alentejano um documento vivo do passado de outros povos.

De Odiara chamada "(...) toda a região compreendida entre os rios Tejo ao Norte e Guadiana ao Sul"<sup>1</sup>, é também incluída e descrita no Conventus Pacensis com uma beleza e harmonia sem igual (...) "É ao norte desta província e no ângulo formado pelo recanto oriental, fronteiro ao vizinho reino de Espanha, que se estende a fértil e pitoresca região da antiga Medobriga ou Aramenha, dominada pelo altaneiro castelo de Marvão, que, lá em cima se ergue como sentinela vigilante desta parte da fronteira"<sup>2</sup>

Nos textos e obras consultadas depreende-se que nos solos férteis desta

região se encontra soterrada uma cidade romana, que nos vai levar a um estudo mais pormenorizado sobre o seu nome.

Assim, (...) *"a localização da cidade romana de Ammaia, de que nos falam vários textos antigos, tanto gregos como latinos levou muitos séculos a ser determinada. Seduzidos por alguns pormemores descritos por Plínio, quiseram vários autores dos séculos XVI, XVII e XVIII a situar na actual povoação de S. Salvador de Aramenha (concelho de Marvão) antiga cidade de Medúbriga ou Medóbriga"*.<sup>3</sup>

Com a vinda de antigas colónias fenícias, cujo objectivo era encontrar regiões ricas em metais, segue-se um desenvolvimento do interior do país.

A região do concelho de Marvão foi uma das escolhidas por estes povos, não só pela riqueza minéria mas também pela fertilidade dos solos, permitindo-lhes uma conciliação entre a indústria e agricultura.

*"Com afinidades étnicas com este povo, ou vindo depois dele para a região de que tratamos, aparecem os medubrigenses, nome derivado de Meidubriga, Mundobriga ou Medobriga, os quais se estabeleceram e fixaram na fértil e rica zona da planície da actual freguesia de S. Salvador da Aramenha, onde depois se ergueu a opulenta e afamada cidade romana que daquele povo tomou o nome"*<sup>4</sup>

Aos habitantes desta região de S. Salvador de Aramenha e Porto da Espada bem como à área compreendida entre estas duas povoações chamou, Plínio de "Plumbarii" (Chumbeiros) nome que provinha das vastas minas de chumbo existentes na cidade e arredores, assim, Aramenha tornou-se uma importante cidade industrial e passa a ser o município mais importante a sul do Tejo.

*"A palavra Medrobriga, que deu o nome a este município, parece querer*

*significar, segundo alguns, cidade ou povoação dos Medos; opinam porém outros a actual província da Estremadura Espanhola e o Oceano Atlântico no território que pouco mais ou menos, hoje corresponde à província do Alentejo"*<sup>5</sup>

A localização da cidade de Ammaia tem gerado bastante controvérsia, assim, uns localizam-na na Aramenha, outros no Azinhal e outros em Portalegre; a sua localização em Portalegre deve-se ao facto de aí se ter encontrado uma epigrafia nomeando esse município. Mas, para além da construção de edifícios em Portalegre, esta cidade romana também contribuiu para a construção da Ponte de Alcântara em Espanha, uma vez que se encontra numa inscrição dessa ponte o agradecimento a vários municípios entre os quais, o de Meidubriga.

Meidubriga, perto de Marvão *"dista de Mérida sessenta e quatro mil passos, que são 26 léguas medidas das nossas de Espanha..."*

O Convento Jurídico de Mérida abrangia toda a vasta região de Alcântara, Cória, Cáceres, Trujilho, Placência, Ávila e à sua jurisdição pertencia também a cidade de Medóbriga, e, portanto, todo o território do actual termo de Marvão<sup>6</sup>

Esta cidade era uma via militar do Imperador Antonino o Pio, no caminho que de Olissipo (Lisboa) conduzia de Émerita Augusta (Mérida - Espanha).

*"Este caminho, saído de Olissipo, devia passar por Scalabis (Santarém), correndo por alguns espaços a norte do Tejo em direcção a Nisa e dali a Alpalhão, a Medobriga a Portalegre e a Mérida"*<sup>7</sup>

Esta cidade espanhola, conserva ainda hoje a sua história do passado através das ruínas do seu Teatro e Anfiteatro, também em S. Salvador 'existem' as ruínas de um

Teatro Romano, que despercebido se esconde por entre as ervas daninhas dos nossos campos.

Uma cidade está presente no mundo quando deixa impresso o seu testemunho, embora a cidade de Ammaia tenha sido destruída pelo Imperador Júlio César 30 a. C., um dos maiores testemunhos da sua existência foi o célebre Arco de Aramenha o qual ainda há bem poucos anos se ostentava numa das portas do lado nascente da muralha exterior da praça de Castelo de Vide.

"O Arco de Aramenha, notável não só pela sua antiguidade e importância histórica, como também pelo valor artístico da sua bela e sólida arquitectura, havia sido encontrado nas ruínas desta antiga vila romana e transferido dali para a vila de Castelo de Vide, onde foi colocado na chamada Porta do Carro que, desde então passou a ser conhecida pelo nome de Porta de Aramenha. Assim o indicava a seguinte inscrição colocada na parte superior do mesmo arco:

*"No reinado de D. João V foi este portado tirado debaixo das antigas ruínas ... no sítio chamado Aramenha, transferido e posto neste lugar por Manuel de Azevedo Fortes, governador desta praça, no ano de Christo de 1710".(...)*<sup>8</sup>

Quando em 1890 se iniciou a construção do edifício para o Asilo da Infância Desvalida, este Arco foi destruído a tiro de dinamite perdendo-se uma peça preciosa da cidade de Ammaia.

Poderá surgir uma questão ao longo deste trabalho, qual a designação correcta para Aramenha: Ammaia ou Medobriga? Vamos tentar chegar a algum consenso sobre este ponto.

Como já foi referido os habitantes desta verdejante região do Alentejo foram

chamados de Medobrigenses. "*Não pode, porém, ser motivo de dúvida a existência dos Meidubrigenses como habitantes de um município da Lusitânia porque deles há autêntico e fiel testemunho a já citada inscrição da Ponte de Alcântara sobre o rio Tejo, parecendo também ser ponto assente, e incontrovertido, depois das investigações do notável arqueólogo Emilio Hübner, que o povo ali mencionado é o mesmo a que se refere Hirtio e Plínio dos quais este último chama 'Meidubrigenses qui plumbarii sunt'*"<sup>9</sup>.

Para além da opinião de Hübner, Plínio também identificou os Medobrigenses como sendo chumbeiros, o que leva a querer a existência de chumbo nesta área, assim, não há motivo de dúvida quanto ao facto de identificar Medobriga com Aramenha sendo os dois nomes pertencentes a uma só região. Na opinião de Borges de Figueiredo os nomes identificam-se com a mesma povoação, assim, verifica-se "*a mesma concordância entre Meidubriga ou Medobriga, com a povoação que depois se chamou Aramenha, situada nas faldas da serra de S. Mamede*".<sup>10</sup>

Percorrendo o local da antiga cidade, encontramos a pitoresca aldeia de Porto da Espada.

Diversos são os vestígios de exploração metalúrgica, uma vez que esta região era rica em ouro, prata, chumbo e cristais de rocha.

A Cova da Moura situada no Mato da Caleira ou Mantinho é uma das escavações mais importantes.

Caminhando no vale fértil e florido, em direcção à aldeia de Porto da Espada encontramos nos seus terrenos ruínas de três fornos de cal, branca para caiar as casas e preta para a sua construção.

Testemunhos de um passado, os fornos que se encontram ao longo dos campos circundantes da aldeia de Porto da Espada, deveriam ser elementos de 'conservação' histórica.

Por entre os campos e acompanhando a natureza e a acção do homem, no caminho que leva à Faria, encontra-se uma cova, chamada vulgarmente de 'Cova da Aldrave'; no entanto a designação correcta é 'Cova do Algarve' (entendendo-se Algarve como buraco), ao descermos a este buraco encontramos estalactites, que lentamente e com o decorrer do tempo, se foram formando com gotas de água cristalina abundante nesta zona. Nesta Cova, corre um ribeiro que à saída e segundo a tradição oral, tem uma inscrição, não se sabendo qual o desígnio dos seus caracteres.

Neste recanto verdejante onde as Serras se impõem majestosamente e a água corre despreocupada por entre a vegetação, traçamos caminho e rotas que nos fazem pensar nesta zona de beleza natural.

Caminhando desde a 'Cova do Algarve' até às Caleiras da Escusa, grutas situadas na povoação com o mesmo nome e chegando até Castelo de Vide, deparamos com uma realidade nem sempre conhecida.

Ao traçarmos esta rota vamo-nos apercebendo das riquezas ao longo do caminho; entre o Porto da Espada e a Cova da Moura, no sítio chamado Queijeira, encontrava-se uma pedreira, de onde se extraiu pedra para a construção da Barragem da Apartadura situada na povoação da Rasa. Desde 1989, que se iniciou a exploração da pedreira, com o decorrer do tempo, os tiros de dinamite foram descobrindo a riqueza do subsolo: grutas e algarves, pedras cobertas de cristais, estalactites e estalagmites que

comprovam a existência de grutas ao longo do terreno calcário e de várias nascentes subterrâneas que se unem com a nascente dos Olhos de Água.

Nesta rota despreocupada onde a união da natureza possibilita a união dos povos de séculos passados, que encontraram aqui neste canto da Serra de S. Mamede a sobrevivência das suas vidas, façamos esta ligação curiosa mas possível entre dois concelhos, através do seu solo: — Caleiras da Escusa e Castelo de Vide.

Uma incógnita que só o tempo ou o homem pode definir...

Noutros tempos, discutiu-se muito, se Amaia, cidade nomeada nos roteiros da antiguidade, devia identificar-se com a cidade de Portalegre ou com a actual região da Aramenha. Após o aparecimento de uma inscrição na área de Aramenha que nomeava o nome de Amaia, tudo indica que Aramenha, seja a sua localização. Assim, tentando desvendar o mistério desta região, salientamos que, "*o nome Meidubriga (ou Medóbriga), com que se procurou em tempos identificar Aramenha, convém melhor a Meda, castro de Ranhados, na Beira Alta*"<sup>(1)</sup>.

Podemos considerar que Ammaia, existiu realmente nestas paragens do Alentejo, porque as inscrições autenticam a existência do município de Ammaia nesta região.

Tendo patente o estudo epigráfico, onde o desvendar dos caracteres nos dão a conhecer uma história verifica-se, assim, mediante estudos a existência desta cidade onde o acaso levou a sua falsa localização na cidade de Portalegre, porque foi encontrada uma epigrafia, na Ermida do Espírito Santo na freguesia de S. Lourenço.

A consagração de culto a Júpiter, está patente em várias inscrições encontradas nesta cidade, bem como em diversas regiões

a sul do Tejo. Por todo o país encontram-se mosaicos figurativos de peixes, golfinhos e hipocampos, nesta cidade foi encontrado um hipocampo (monstros que segundo as fábulas são metade cavalo e metade peixe).

A região de Ammaia, bem como a região que a compreendia está ainda repleta de história, Aramenha conserva ainda hoje três pontes consideradas romanas: a do Ribeiro das Trutas, a da Madalena e a da Portagem, constituindo uma passagem esquecida para outra margem, assim, como é também esquecida a homenagem que os cidadãos de Ammaia decidiram prestar anualmente ao Imperador Cláudio. Só nos alfarrábios se encontra a história que nunca se conhece, porque os acontecimentos mundiais, têm ainda hoje mais expressão no dia a dia de cada cidadão do que estes recantos no Alentejo escaldante, mas neste ponto do mapa ainda se conservam os vestígios de uma antiga cidade romana subterrada, na edificação de casas caídas por entre soutos e olivais. É um descanso merecido para quem trabalha a sombra de uma latada, repousando sobre uma ara ou base de coluna romana.

Como referência ao pensamento de Hegel, podemos dizer que a História é a

expressão do pensamento humano, "*A razão governa o mundo e portanto a história universal desenvolveu-se racionalmente*".

Isto explica acontecimentos diferentes, cada povo tem a história que merece. Tudo o que acontece em história tem a sua justificação racional.

Cada povo tem a cada momento a história que merece, assim também Ammaia teve o seu prestígio num tempo passado.

Também esta cidade romana teve o seu momento histórico.

Podemos hoje apenas contemplar a grandiosidade desta cidade através dos caracteres epigráficos, mas ficamos com a certeza de que Ammaia, não pode ser esquecida porque as aras não estão expostas à erosão do vento como as frágeis areias do deserto.

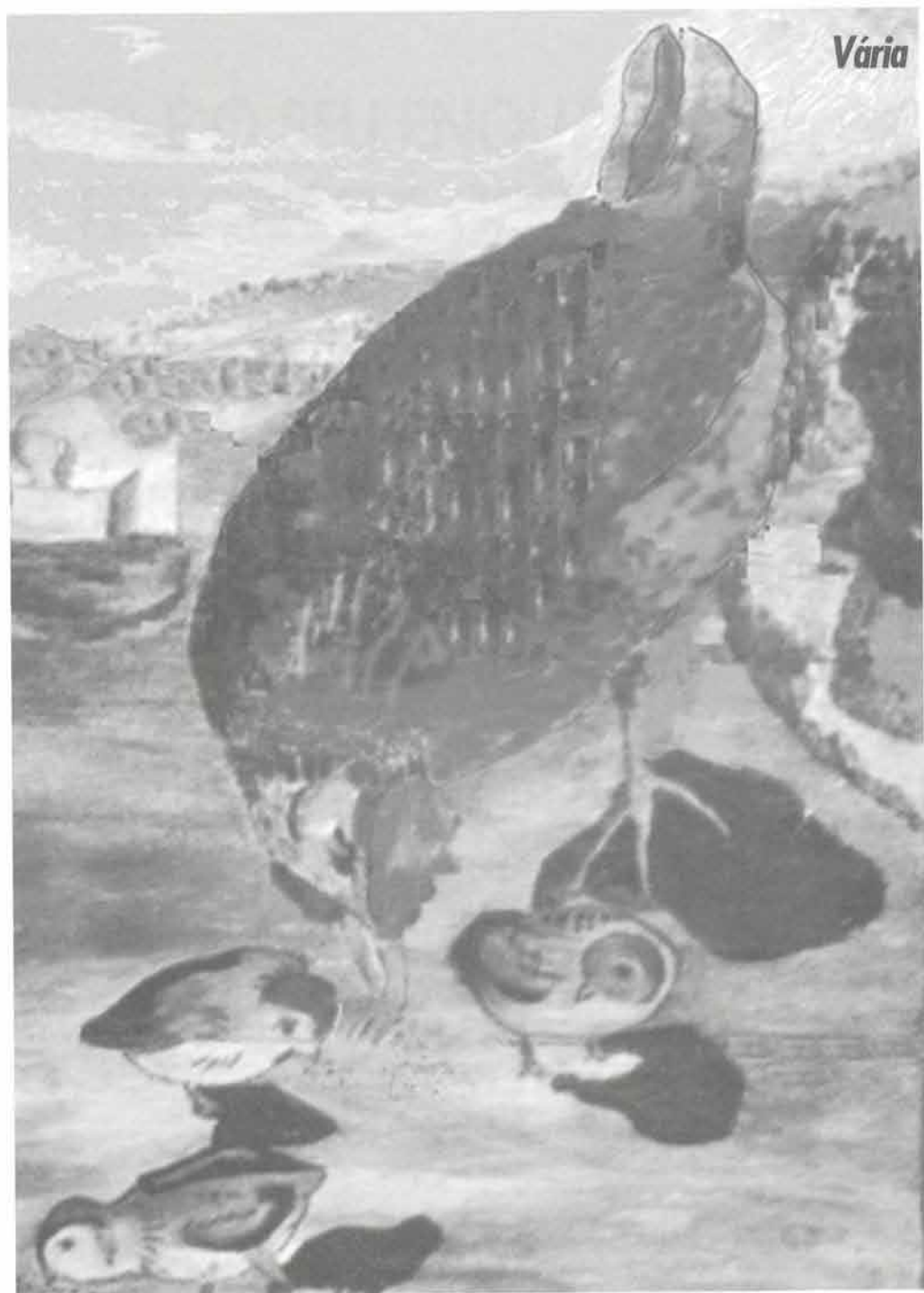
Há uns séculos atrás era um importante município romano, hoje é um insignificante ponto de passagem para Castelo de Vide, Marvão e Espanha.

Esconde-se entre campos verdejantes uma história, um povo, uma cidade...

Não é conhecida... É apenas um ponto de passagem...

Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, Jorge de — *Portugal Romano*, História Mundi, Editorial Verbo, Lisboa, 1974.
- COELHO, P. M. Laranjo — *Marvão (Elucidário breve de uma visita a esta vila)*, Portalegre, 3ª Edição, 1988
- D'ENCARNAÇÃO, José — *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984.
- D'ENCARNAÇÃO, José — *Introdução ao estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 1984.
- JALHAY, Pe. Eugénio — *Epigrafia Amaense, contribuições para o estudo da Aramenha romana (Concelho de Marvão)*, Sep. Rev. Brotéria, vol. XLV, Fasc. 6, Lisboa, Dezembro de 1947.
- LEXICOTECA, *Moderna Enciclopédia Universal*, Tomo I, pp. 270, Círculo de Leitores, 1984.
- PAÇO, Afonso do; D. Fernando Almeida — *Duas inscrições romanas inéditas do Museu de Marvão*, Guimarães, 1962.
- <sup>1</sup> COELHO, Laranjo *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988.
- <sup>2</sup> Idem, Ob. Cit.
- <sup>3</sup> JALHAY, Pe. Eugénio *Epigrafia Amaense, contribuição para o estudo da Aramenha romana (Concelho de Marvão)*, Sep. rev. Brotéria, vol. XLV, fasc. 6, Lisboa, Dezembro de 1947.
- <sup>4</sup> COELHO, Laranjo *Terras de Odiana*, 2ª edição, Câmaras Municipais de Castelo de Vide e Marvão, Lisboa, 1988.
- <sup>5</sup> Idem, Ob. Cit..
- <sup>6</sup> Idem, Ob. Cit..
- <sup>7</sup> Idem, Ob. Cit..
- <sup>8</sup> idem, Ob. Cit..
- <sup>9</sup> idem, Ob. Cit..
- <sup>10</sup> idem Ob. Cit..
- <sup>11</sup> ALARCÃO, Jorge *Portugal Romano*, História Mundi, Editorial Verbo, Lisboa, 1974.



# A RECUPERAÇÃO DO MENIR DA MEADA E O SEU ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO NA BACIA DO RIO SEVER

Jorge de Oliveira



*foto 1 — Menir da Meada antes do início dos trabalhos*

## Nota prévia

Os trabalhos de campo que conduziram à recuperação do Menir da Meada contaram com a colaboração das seguintes personalidades: escavação e desenho — Técnicos do Sector de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide; restauro - Sr. Manuel Graxinha (C.M. de Évora), Sr. Vieira (C.M. de Évora), Sr. Hernani Sarnadas (C.M. de Castelo de Vide) e Sr. Bica Penhasco (C.M. de Castelo de Vide). Contámos ainda com o empenhamento das seguintes entidades e empresas: Câmara Municipal de Castelo de Vide, Câmara Municipal de Évora, Granitos Maceira, Empresa Manuel Rodrigues, Universidade de Évora, e I.P.P.A.A.R. (Direcção Regional de Évora). Pudemos ainda contar com a preciosa colaboração do Dr. António Carlos Silva (IPPAAR) e do Dr. Panagiotis Sarantopoulos (C.M.E.). A todos os nossos agradecimentos.

## 1. LOCALIZAÇÃO

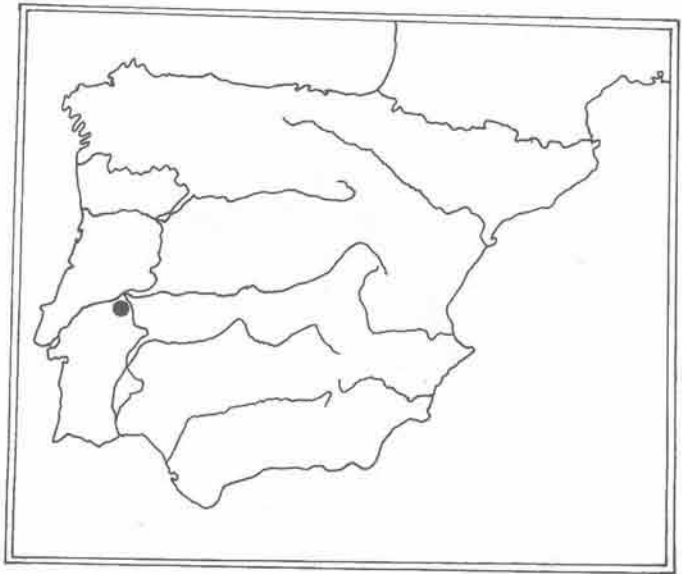
○ Menir da Meada localiza-se na Tapada do Cilindro, freguesia de Santa Maria da Devesa, concelho de Castelo de Vide. Possui as seguintes coordenadas hectométricas do sistema UTM, obtidas sobre a Carta Militar de Portugal, folha nº 325 de 1971:

X— 3377

Y— 7317

Implantado sobre a linha de contacto do xisto com o granito este monólito foi obtido em granito porfiróide de grão grosseiro, extraído dos afloramentos que nas imediações se localizam.

Actualmente rodeado de sobreiras este menir implanta-se em terrenos normalmente semeados de trigo, numa cota de 370 metros.



## 2. O MENIR ANTES DA ESCAVAÇÃO

Noticiado pela primeira vez por José P. Martins Barata em 1965 (Barata, 1965), este volumoso monumento encontrava-se

fracturado em duas partes. Um fragmento estava ainda *in situ* embora algo inclinado para poente. A outra porção, a de maiores dimensões, encontrava-se tombada também para poente, embora e provavelmente, na altura da fractura e queda, tivesse rolado, afastando-se do local da queda cerca de noventa centímetros para sul.

O fragmento que se encontra tombado possuía um comprimento de 5, 20 metros e um diâmetro máximo de 115 centímetros. A sua forma cilíndrica, que teria dado o nome à propriedade onde se encontra, apresentava-se suavemente afilada na extremidade. Próximo da ponta um leve ressalto envolve diagonalmente todo o monólito, parecendo evidenciar uma glande.

Na extremidade oposta do fragmento tombado, os efeitos da erosão e das fogueiras que frequentemente eram acesas por pastores e caçadores provocaram a separação de pequenos pedaços de rocha, alterando significativamente as superfícies de contacto entre os dois fragmentos do menir.

Facilmente se observava que a parte do perímetro em contacto com o solo se encontra bastante regularizada, contrastando com a superfície exposta aos elementos. Adivinhava-se, desde logo, que a fractura do monólito teria ocorrido haveria muito tempo.

O fragmento que se encontrava ainda *in situ*, emergia do solo cerca de 120 centímetros. Esta porção do menir apresentava sinais ainda mais evidentes do efeito dos elementos naturais. A superfície de fractura encontrava-se totalmente alterada, e ocada. Uma linha de fractura cortava diagonalmente quase toda a parte externa deste fragmento. O desvio para poente, em relação à vertical, era de cerca de quinze graus.

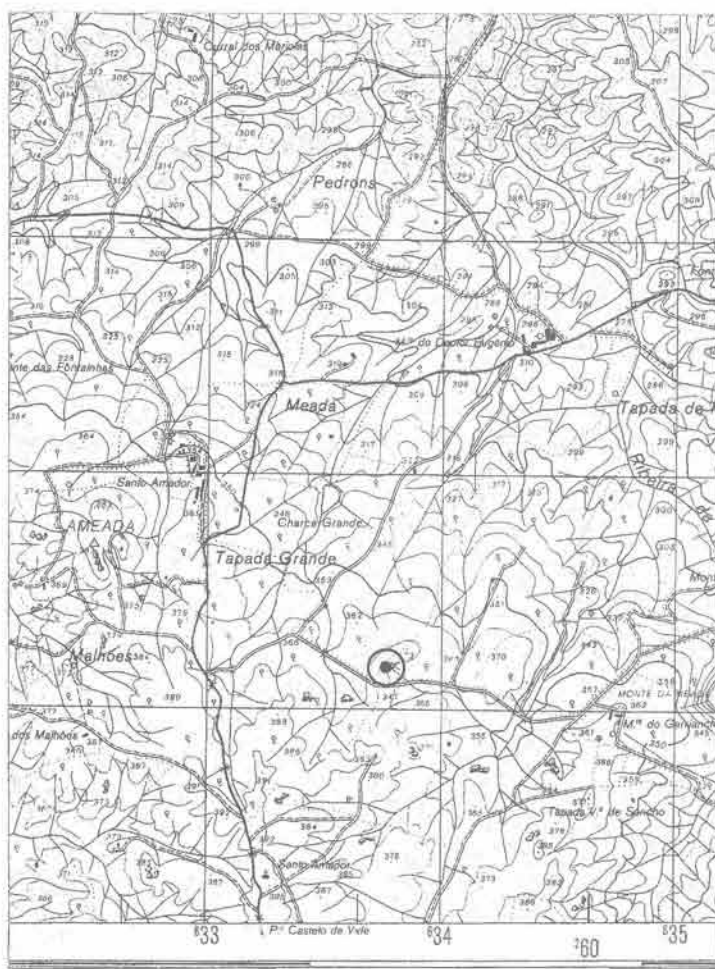
### 3. ESCAVAÇÃO DO MENIR

Incluídos no nosso projecto de investigação SEVER os trabalhos desenvolvidos neste menir visavam compreender a sua forma de implantação, recolher eventuais materiais datáveis, repor na vertical o fragmento que ainda se conservava no alvéolo e unir a este a parte fracturada.

Após a marcação de uma rede de quadrículas de 2X2 metros, organizada a partir de dois eixos ortogonais orientados respectivamente Norte-Sul e Este-Oeste magnéticos, tendo como centro o fragmento *in situ*, cotaram-se todos os vértices das quadrículas. Um quadrado de quatro por quatro metros tendo como centro o monólito foi seleccionado para ser submetido a decapagens sucessivas.

Antes do início da escavação e com o auxílio de uma máquina, procedemos à rolagem do fragmento tombado aproximadamente cento e cinquenta centímetros para sul. Esta rolagem justificou-se, por um lado para facilitar os trabalhos de escavação, e por outro para possibilitar que a superfície que se encontrava em contacto com o solo pudesse ser devidamente estudada. Ao proceder-se a esta remoção verificou-se que a marcação da glande mantinha-se contínua, confirmando-se, ao mesmo tempo que a superfície até agora oculta apresentava um alisamento que o restante perímetro, em contacto com os elementos, já havia perdido.

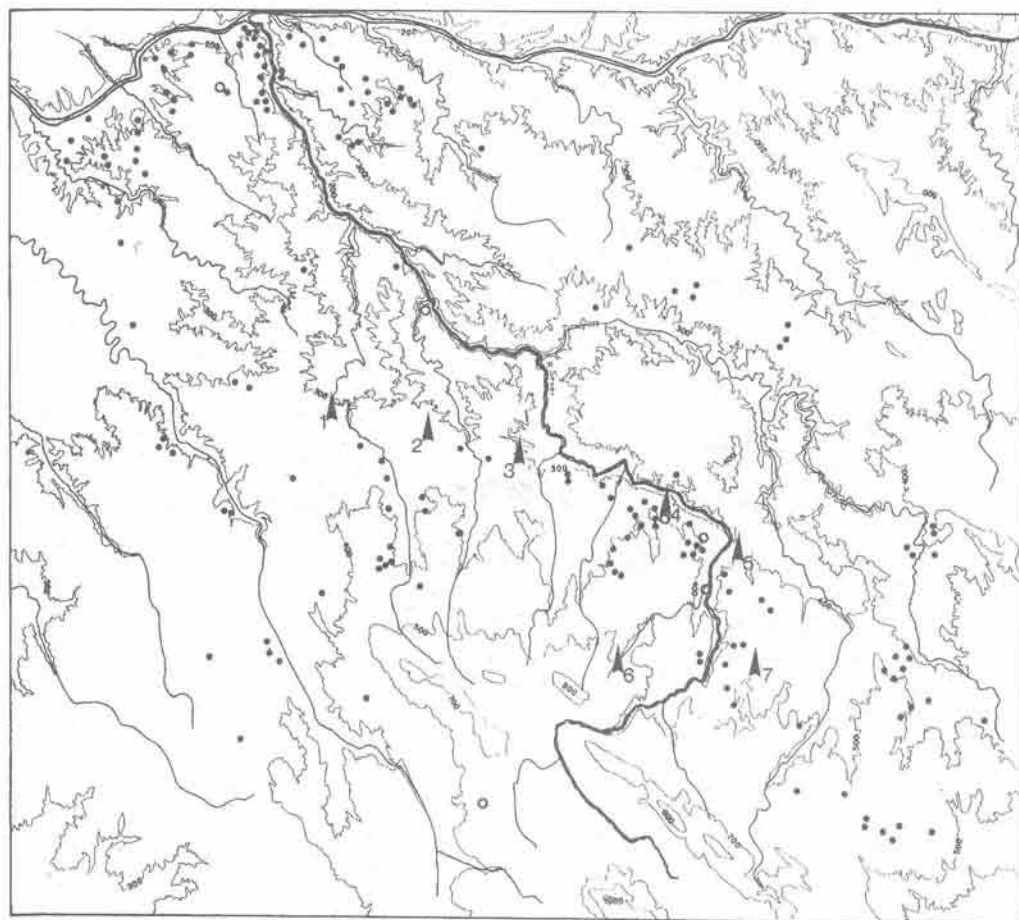
A escavação iniciou-se com a limpeza geral do terreno. De imediato começámos a registar blocos de granito e grauvaque, unicamente no quadrante poente do



Localização do Menir da Meada C.M.P. nº 325

monólito. Estes blocos que no nível superficial se encontravam pouco compactados, à medida que se iam baixando as decapagens, verificávamos que, por um lado diminuían de volume, e por outro apresentavam uma maior compactação. Na união destas pedras foi utilizada argila clara, possibilitando, assim, a estabilidade do monólito. No primeiro nível, por entre as pedras ainda muito soltas registámos um fragmento de rebordo de *tegula*.

Em torno do menir apenas encontrámos calços de sustentação no quadrante poente. No restante perímetro atingimos, de imediato a rocha de base. Esta, ainda que com alguma irregularidade, foi sendo detectada a uma profundidade média de vinte centímetros. Nalguns locais eram visíveis na alterite de base os sinais da lavoura. A potência de solo era, portanto, praticamente nula em torno do menir.



CARTA HIPSONÉTRICA (ABREVIADA)  
DA BACIA DO SEVER

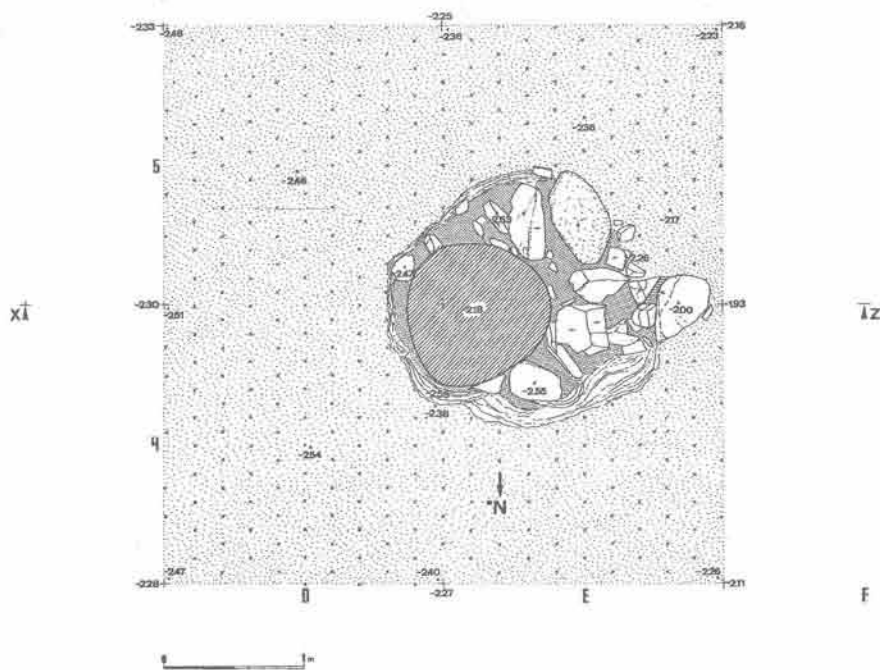
● SEPULTURA MEGALÍTICA  
▲ MENIR  
○ HABITAT

LEGENDA:

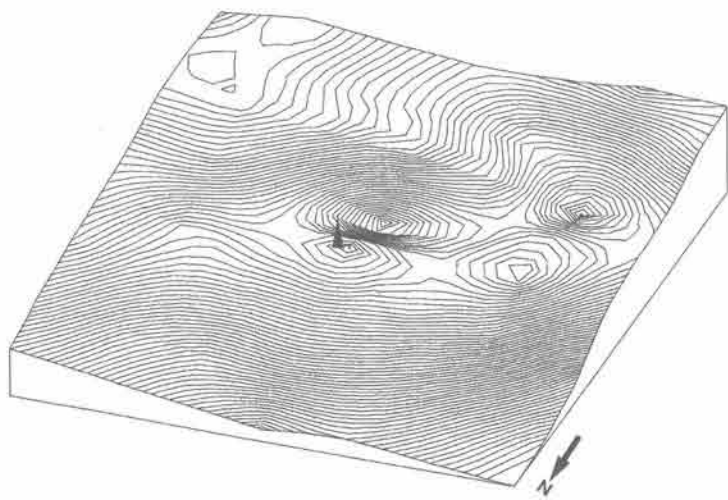
1 — Menir do Carvalho; 2 — Menir da Meada; 3 — Menir do Corregedor; 4 — Menir dos Pombais; 5 — Menir da Porra del Burro; 6 — Menir da Água da Cuba; 7 — Menires do Vale de S. Benito

Concluída a decapagem prevista procedemos ao desenho e cotagem dos blocos que calçavam o estreito alvéolo onde

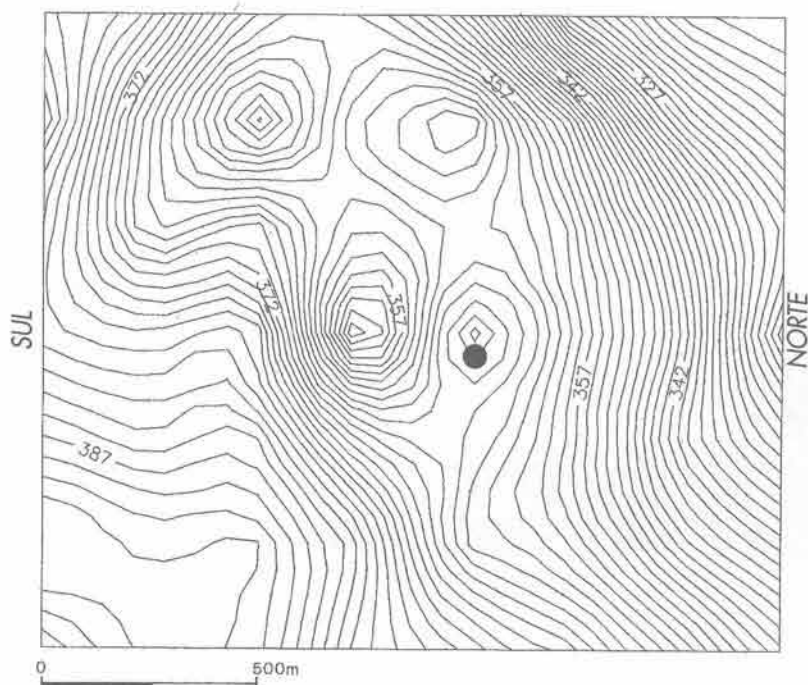
se implantava o menir, seguindo-se a desmontagem desta estrutura de apoio.



Para se proceder à colagem dos dois fragmentos foi necessário avaliar a estabilidade da base e recolocar na vertical o fragmento mais pequeno. Assim, retiraram-se todas as pedras até se atingir a base do menir. Verificou-se que a fossa de implantação não ultrapassava os 55 centímetros de profundidade, em relação ao nível de superfície, vinte



Menir da Meada



Menir da Meada

dos quais em terra pouco compactada. Por entre os calços e a argila que consolidavam o alvéolo arrampado, por onde tinha deslizado o menir aquando do seu levantamento, recolhemos alguns carvões de dimensões muito reduzidas que aguardam datação.

#### 4. RECUPERAÇÃO DO MENIR

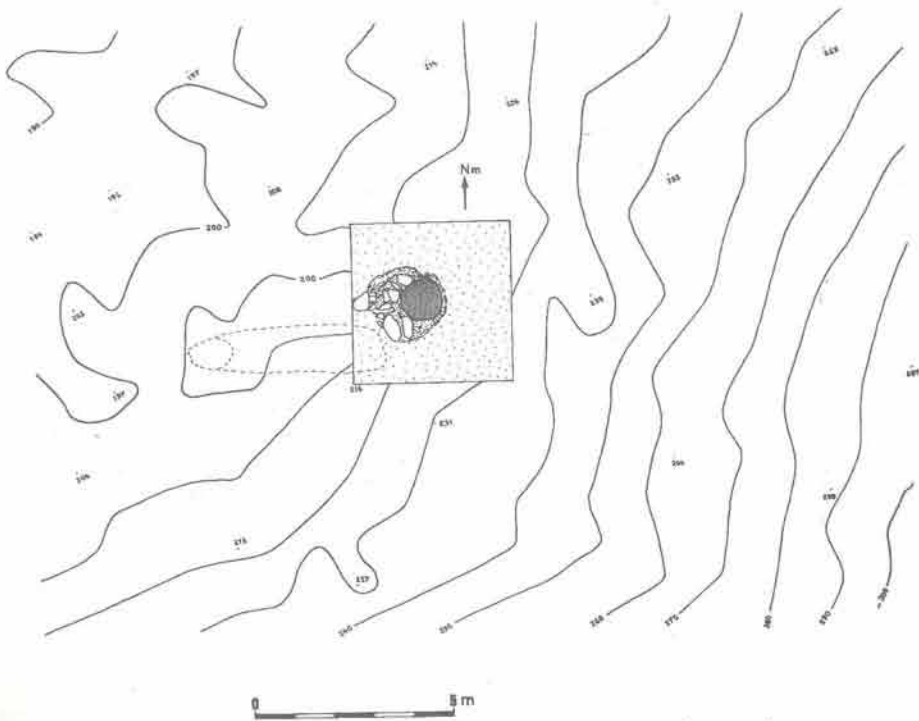
Constatado que o alvéolo e os calços existentes eram insuficientes para garantir a estabilidade necessária ao equilíbrio de todo o monumento, procedeu-se ao alargamento do alvéolo e à colocação na vertical do fragmento *in situ*. A fossa de implantação foi alargada em cerca de cinquenta centímetros em torno do menir, construindo-se com cimento, pedra e areia uma sapata

suficientemente sólida. Esta estrutura de consolidação atingiu uma altura de 130 centímetros desde a base do monólito. Em forma de calote de esfera possui um diâmetro de cerca de 3,20 metros, envolvendo completamente o monumento.

Após duas semanas de secagem retomaram-se os trabalhos com a abertura de três furos transversais à base do menir onde se introduziram três barras de aço envolvidas em resina e pó de granito, para consolidação da linha de fractura anteriormente descrita. Todas as fissuras foram unidas com resina e pó de pedra. Consolidada a fractura procedeu-se à preparação das superfícies de contacto. O elevado grau de deterioração da rocha obrigou à extracção de uma camada de pedra de cerca de dez centímetros em ambas as superfícies.



Foto 2 —  
Menir da  
Meada após  
a limpeza  
do terreno



Menir da Meada — área escavada



Foto 3 — Menir da Meada — Início da escavação



Foto 4 — Menir da Meada — Calços de sustentação

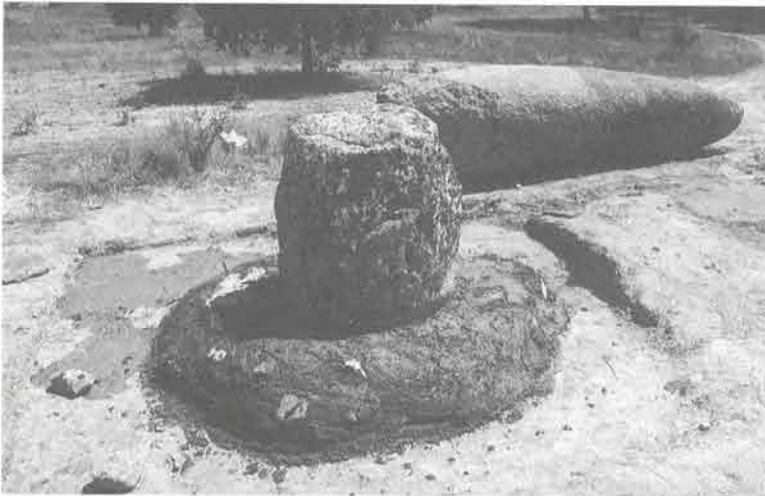
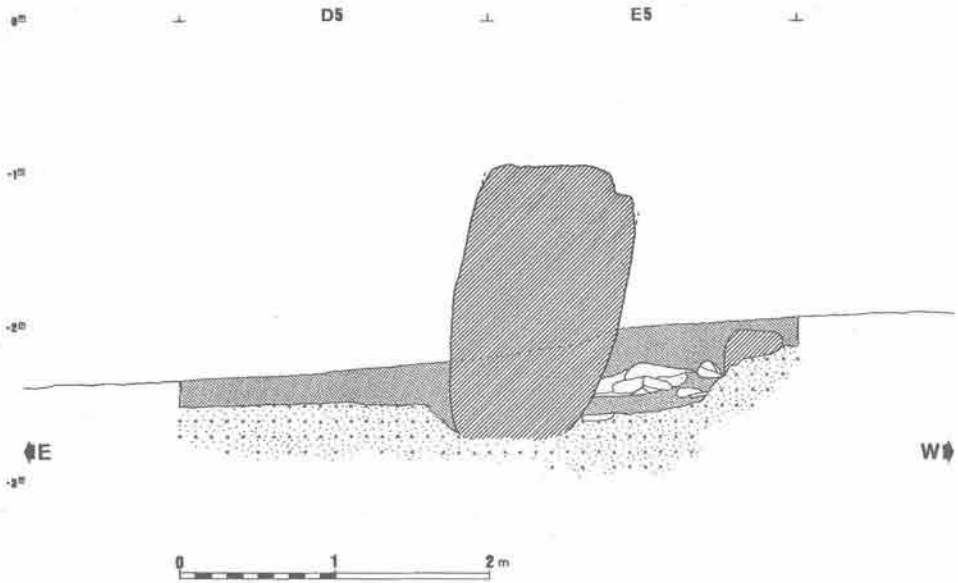


Foto 5 Menir da Meada — Nova sapata de sustentação

Ao obterem-se superfícies estáveis e niveladas abriu-se em cada superfície um furo centrado onde seria introduzido um cilindro de aço tratado, com 4,5 centímetros

de diâmetro e 120 centímetros de comprimento (60cm em cada fragmento). Ao fragmento de menir que se encontrava tombado colou-se de imediato e com os produtos anteriormente descritos este *pivot* central. No fragmento *in situ* procedeu-se à abertura de um furo com cerca do dobro

do diâmetro da barra de aço. Esta diferença de diâmetro destinou-se a facilitar o acerto no contacto das duas metades no momento da união.

Cerca de quinze centímetros abaixo do relevo identificador da glande abriram-se quatro furos destinados a receber as garras de amarração para levantamento do bloco de granito tombado.

A união dos dois fragmentos que começou a ser preparada desde o dia 14 de Junho de 1993 efectuou-se unicamente no dia 25 de Setembro, data em que foi disponibilizada, gratuitamente, pela empresa Granitos Maceira, uma máquina com envergadura e potência suficientes para erguer a mais de seis metros de altura as onze toneladas de granito que pesa o fragmento tombado.

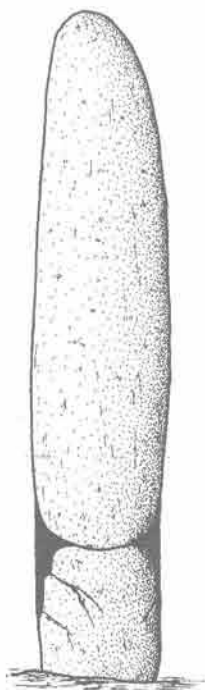
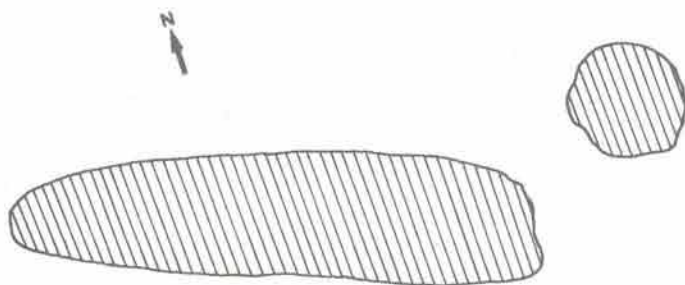
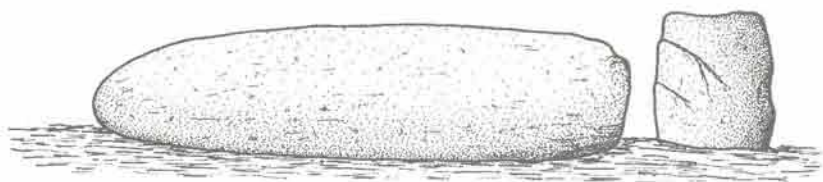
Após uma tentativa falhada foi possível reunir os dois fragmentos há muito separados. Novamente, resina e pó de pedra com algum secante colaram as duas partes

em que se encontrava partido o menir da Meada.

Cinco garras de aço embutidas na face exterior reforçaram a união. Algum cimento, cola de pedra e pequenos blocos de granito possibilitaram o enchimento necessário para a recomposição do perfil original deste grande menir. Embora se tivesse dado por concluída a recuperação do monumento em Dezembro de 1993, temos vindo a constatar que se torna urgente o preenchimento com resina e pó de pedra de alguns levantamentos já evidentes na superfície do menir exposta a norte. Este trabalho será desenvolvido assim que consigamos os apoios necessários por forma a que este menir, provavelmente o de maiores dimensões totalmente talhado pelo homem conhecido na Península Ibérica, possa



Foto 6 — Menir da Meada — Preparação das superfícies para a colagem



*Menir da Meada — Castelo de Vide*



Foto 7 — Menir da Meada — Abertura dos orifícios para inclusão das garras de sustentação

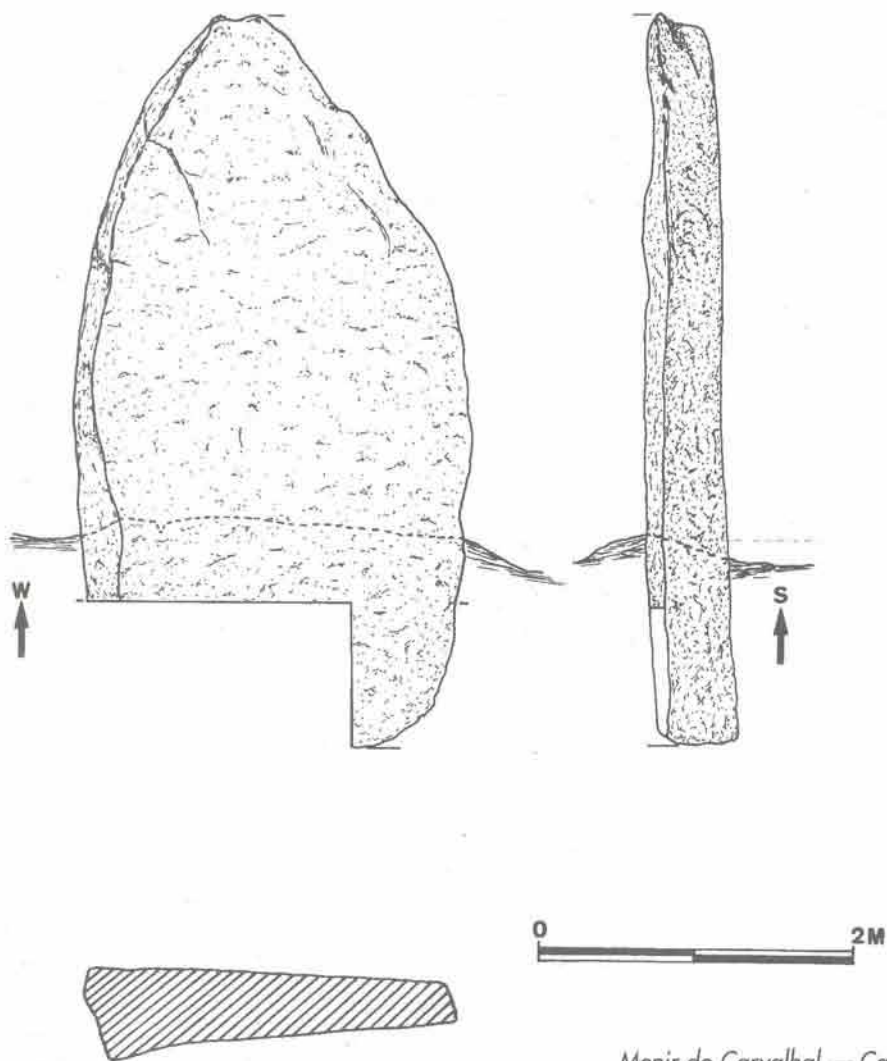
continuar a ser admirado nas próximas gerações.

## 5. HISTÓRIA DO MONUMENTO

Ainda sem datas para a amostra de carvão recolhido na base, poderemos, com alguma segurança afirmar que este monólito terá sido talhado e erguido na mesma altura em que se construíram as grandes sepulturas megalíticas da região. Provavelmente nos inícios do quarto milénio antes de Cristo as comunidades da encosta da Serra de S. Mamede abrem uma fossa em rampa, calculada milimetricamente para nela ser introduzido o grande bloco de granito de grão grosseiro, previamente talhado e regularizado, onde fizeram destacar, através

de uma saliência uma glande, reforçando a simbologia fálica que a restante forma já deixava adivinhar.

O menir é introduzido no alvéolo pelo lado poente e posteriormente calçado com recurso a blocos de granito e grauaque unidos por argila. O alvéolo escavado no granito e por nós detectado com uma profundidade máxima de 35 centímetros impossibilitava, por si só, a estabilidade do grande bloco de granito com uma altura de 7, 15 metros e um peso que atinge as 16 toneladas. Provavelmente a potência de solo neste local, no quarto milénio antes de Cristo, seria superior à actual. Nesse solo teria existido um anel lítico suficientemente resistente para dar estabilidade a este grande menir. Desse anel, que teria originalmente consolidado o menir, apenas



*Menir do Carvalho — Castelo de Vide*

subsistiam, no início dos nossos trabalhos, alguns blocos no interior da rampa de implantação e que não foram arrastados pela lavoura.

Pelo estado de conservação da superfície do fragmento de maiores dimensões que se encontrava em contacto com o solo, muito semelhante à superfície

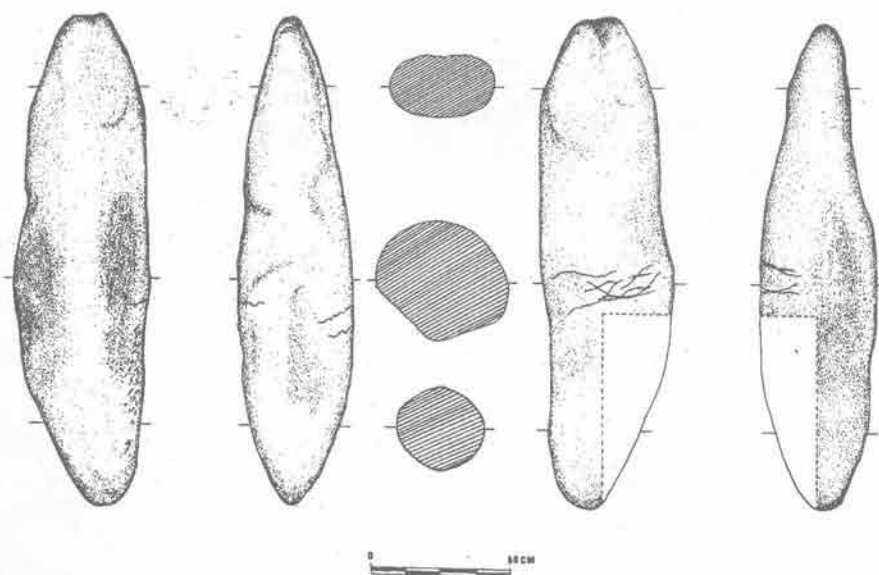
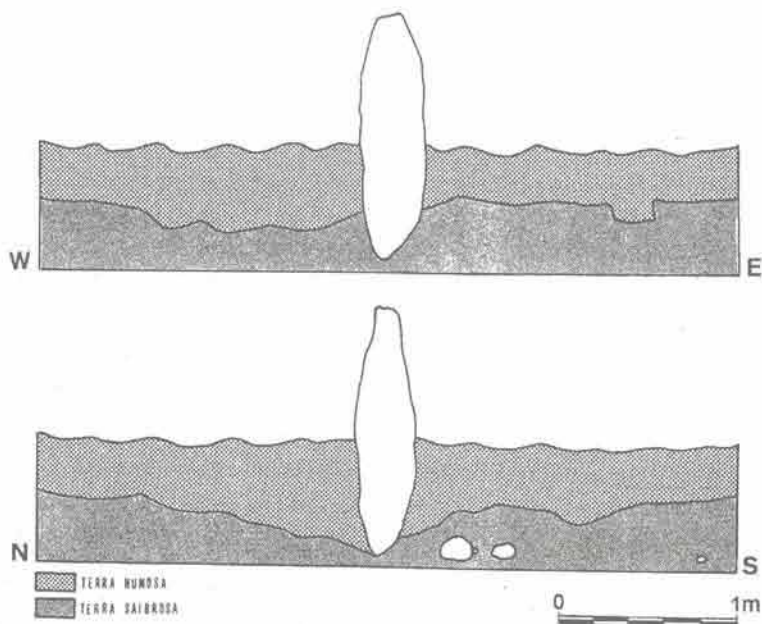
inclusa ainda no alvéolo que contrasta nitidamente com as partes expostas aos elementos, verificamos que a fractura ocorreu em época muito recuada. A fractura parece ter resultado de um desvio de todo o monólito para poente, exactamente para o local onde o alvéolo tinha sido originalmente mais alargado. Esse desequilíbrio levou à

fragmentação do monólito por uma linha de fractura ainda hoje visível. Torna-se muito difícil datar a época em que ocorreu a destruição do menir. A ausência de uma fundamental coroa de sustentação, destruída, provavelmente pela lavoura efectuada em torno do monumento, a época muito recuada em que ocorreu a queda, a localização do monumento num espaço profundamente romanizado (a barragem romana da Tapada Grande localiza-se e cerca de quatrocentos metros do menir) e a presença de um fragmento de tegula no nível superior dos calços ainda existentes, sugerem-nos que, provavelmente, a queda do menir da Meada deverá ter ocorrido logo quando se começou a praticar uma agricultura intensiva nesta região, o que deverá ter ocorrido durante o domínio romano.

Outras hipóteses podem ser colocadas, atendendo, sobretudo, à grande semelhança existente entre as pátinas das partes protegidas. Esta grande semelhança poderá fazer recuar ainda mais a data da fractura do menir. Esta hipótese poderá ser reforçada, quer pela diferença em relação às superfícies sujeitas à erosão, quer pela possibilidade de nunca terem existido mais calços líticos do que os por nós detectados. Se não foi construída qualquer estrutura de reforço em torno do monólito, qualquer pequeno abalo sísmico poderá ter provocado, em época ainda mais recuada, a queda do menir. Contudo, parece pouco consistente a hipótese dos levantadores deste monumento, após tão grande investimento de trabalho no corte, tratamento e transporte do menir, descuidarem a sua fixação e posterior estabilidade.



Foto 8 — Menir da Meada — Abertura do orifício para introdução do "Pivot" central



*Menir da Água da Cuba: cortes e alçados*

Na ausência de mais dados, resta-nos aguardar pelos resultados das datações que os carvões recolhidos no interior do alvéolo poderão fornecer e que de alguma forma nos ajudarão a posicionar cronologicamente algum episódio relacionado com este singular monumento.

## 6. OS MENIRES DA BACIA DO RIO SEVER

Na área envolvente do rio Sever são conhecidos treze monólitos considerados como menires. Na margem portuguesa conhecem-se os menires do Carvalho e Meada no concelho de Castelo de Vide, o do Corregedor, Pombais e Água da Cuba no concelho de Marvão, e no termo municipal de Valência de Alcântara os da Porra del Burro e os do Vale de San Benito.

Numa primeira abordagem verifica-se que em termos volumétricos e de local de implantação o menir da Água da Cuba e os possíveis menires do Vale de San Benito se distinguem claramente dos restantes. Estes menires, de pequenas dimensões, foram implantados em apertados vales aplanados, contrastando com a posição dominante dos outros. Pelo seu posicionamento e volumetria, sobretudo o da Água da Cuba, parecem transmitir mensagens algo distintas dos outros monumentos.

Entre os menires de maiores dimensões observa-se grande diversidade. O menir do Carvalho é formado por uma laje de granito em forma de mitra com 4,80 metros de altura, 2,15 metros de largura máxima, por 45 centímetros de espessura na zona medial. O menir fálico da Meada tem uma



Foto 9 — Menir da Meada — 1ª tentativa de elevação do fragmento tombado



Foto 10 — Menir da Meada — Momento da união dos dois fragmentos.

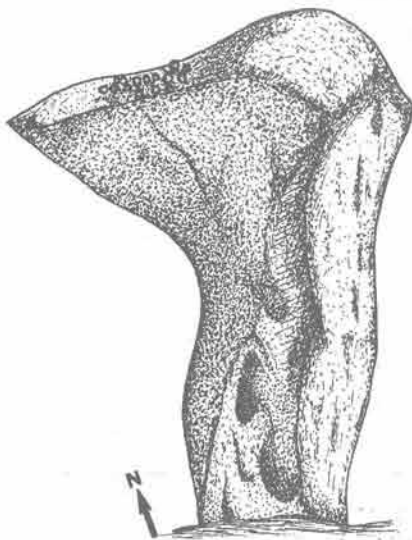
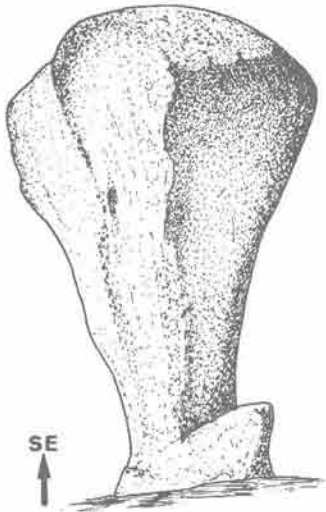
altura de 7,52 metros e um diâmetro máximo de 1,25 metros. Do menir do Corregedor apenas hoje existe a extremidade superior. A porção existente possui um comprimento de 69 centímetros e um diâmetro máximo de 32 centímetros. Pelo fragmento ainda existente parece ter pertencido a um menir

de forma fálica que provavelmente ultrapassaria os dois metros de altura.

O Menir dos Pombais foi talhado num afloramento granítico que encima o ponto mais elevado dum habitat com materiais de superfície atribuíveis ao Calcolítico. Num afloramento que provavelmente já teria alguma forma alongada, as superfícies foram claramente desbastadas e regularizadas de modo a obter-se uma figura cilíndrica encimada por uma saliência que parece esboçar uma glândula pênica. Com uma altura total de 3,20 metros e um diâmetro médio na zona trabalhada de 80 centímetros, este menir configura outra variante entre os menires conhecidos na região.

Na margem direita do Sever no local denominado e cartografado como Porra del Burro existem vários afloramentos dos quais se destaca um, quer pelas suas dimensões, quer pelas suas formas caprichosas, mas sobretudo pelas pequenas pedras que sobre ele se encontram. Embora Muñoz

Carballo (Carballo, 1983) considere que neste local se encontram três menires, apenas um destes afloramentos nos pareceu ter sido objecto de alguma manifestação megalítica. Apesar de se tratar de um afloramento em granito muito alterado parece ainda identificarem-se, a meia altura, sinais de aí



*Porra del Burro Valência de Alcantara*



terem sido abertas várias das enigmáticas covinhas, bastante comuns nos monumentos megalíticos.

Segundo Muñoz Carballo "La pieza fue retocada o tallada a partir de un bloque natural aparentemente en toda su altura y contorno, desde la base hasta alcanzar la parte superior, que debe de tener el ancho original del bloque. Se aprecian perfectamente los detalles y técnicas de talla empleada, desprendiendo grandes lajas del bloque, sin que las aristas producidas fuesen suavizadas." (Carballo, 1983:42) Embora não possamos aceitar que o desbaste na base do monólito seja totalmente obra humana como o afirma Muñoz Carballo, parece-nos que este sugestivo afloramento foi alvo de práticas rituais, provavelmente desde a Pré-História ainda bem testemunhadas pela memória popular e pelas pequenas pedras que sobre ele se encontram. Um ritual semelhante ao descrito por Pires Gonçalves para a Rocha dos Namorados no concelho de Reguengos de Monsaraz parece também ter sido praticado e provavelmente ainda o ser na Porra del Burro. Pelas informações recolhidas entre os lavradores da região sobre o significado das

pequenas pedras depositadas sobre o topo do afloramento denominado Porra del Burro, por entre alguns sorrisos e alguma desconfiança, sempre nos foram dizendo, ainda que laconicamente, que por elas se adivinhavam os casamentos.

Por informações de Elias Diéguez confirmámos que de facto a este monólito se dirigiam os jovens namorados das redondezas, ou mesmo de Valência de Alcântara, para através das tentativas falhadas de colocar uma pedra sobre o afloramento saberem quantos anos os separavam do casamento.

Pelos particulares atributos presságicos, pelo singular e sugestivo topónimo de Porra del Burro, pelos prováveis vestígios de covinhas na sua base e sobretudo pelo seu local de implantação parece possível que este afloramento, ao invés dos que o rodeiam,

tenha consubstanciado a simbologia que parece estar patente nos outros menires anteriormente descritos, claramente talhados pela mão humana. Observando atentamente os afloramentos que Muñoz Carballo considera também como menires e que nas imediações do denominado Porra del Burro se localizam, não encontrámos sinais evidentes de terem sido objecto de qualquer manifestação que os ligasse ao fenómeno megalítico. Importa ainda referir que de todos estes afloramentos o que mais se destaca e o que se interliga em termos de visibilidade com o menir dos Pombais é o que parece ter emprestado o nome à propriedade onde se encontra. Nas suas imediações, para além de grande número de pedras aí concentradas, aquando das tentativas falhadas de colocação no abatimento superior do afloramento,

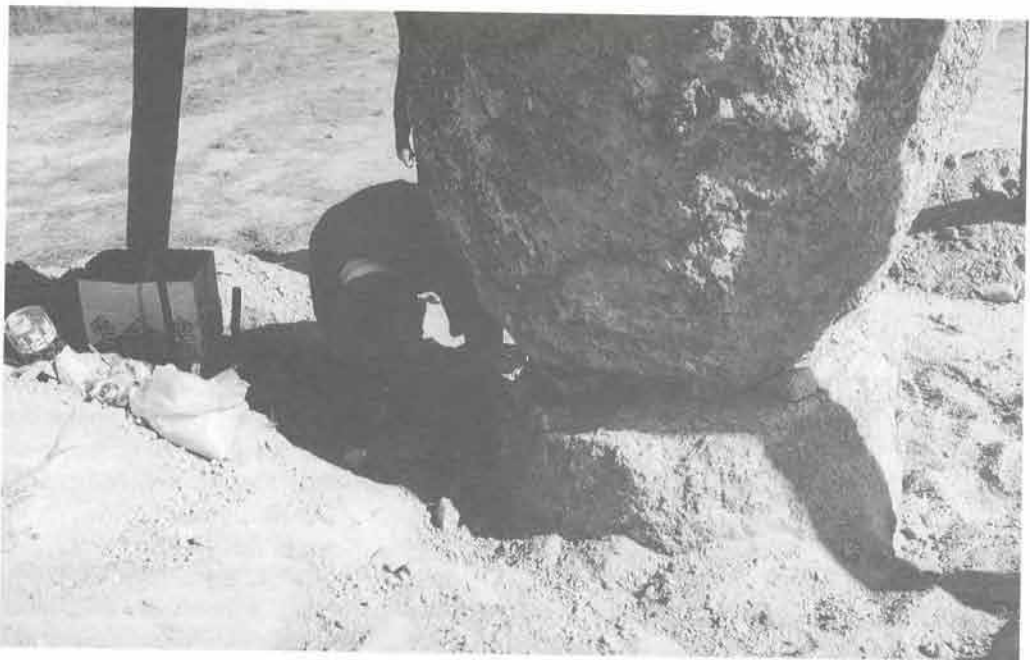
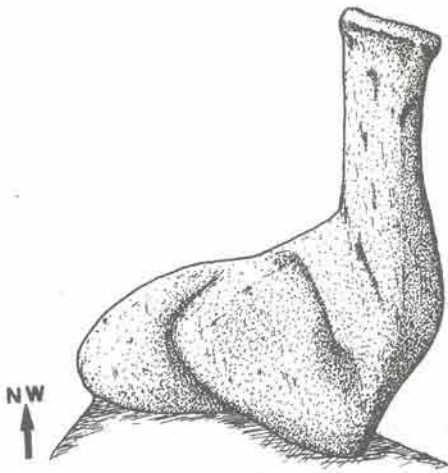


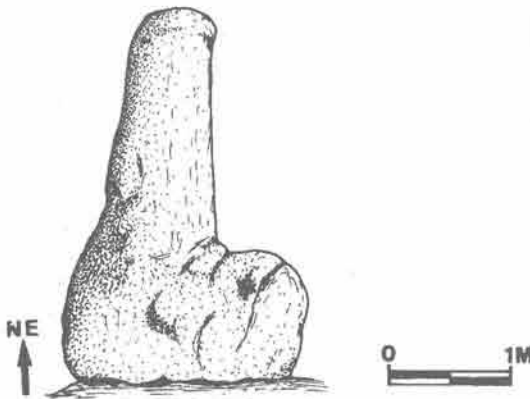
Foto 11 — Menir da Meada — Início da colagem



recolhemos alguns fragmentos muito rolados de cerâmica, provavelmente pré-histórica, sem sinais de roda.

### 6.1. TRATAMENTO DAS SUPERFÍCIES

Embora dois grupos, no que diz respeito à origem, se possam isolar entre os menires conhecidos na área em estudo, o tratamento das superfícies parece ter sido muito semelhante. Quer os monumentos talhados directamente em afloramentos (Pombais e Porra del Burro), quer os implantados artificialmente, todos receberam regularizações e alisamentos mais ou menos cuidados em todo o seu perímetro. Nos menires por nós escavados, especialmente no da Água da Cuba e no da Meada, observou-se que as superfícies protegidas dos elementos se apresentavam cuidadosamente regularizadas, podendo considerar-se que o alisamento original do grande monólito da Meada quase que atingiria o polimento. A provável única excepção, no que respeita ao cuidadoso tratamento das superfícies, encontramos-na no menir / estela do Carvalho. Neste menir não se identificou qualquer regularização das superfícies. A sua forma estelar



*Menir dos Pombais*

mostra-nos um tratamento e provavelmente uma técnica de corte idênticos ao dos esteios das antas. A regularidade deixada pela fractura natural do granito e posteriormente alterada pelos elementos é a única presente, quer no monumento do Carvalhal, quer nos esteios das antas. Se alguma regularização sofreu ela deverá ter sido exercida unicamente nas zonas de fractura artificial



Foto 12 — Menir da Meada — Colcação dos apoios durante a operação de colagem

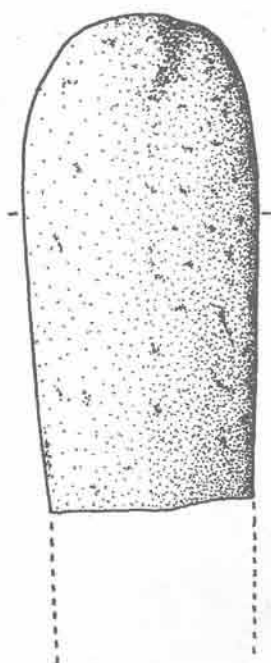
e efectuada com um instrumento pesado e pouco cortante.

O talhe e regularização das superfícies dos menires da Meada, Água da Cuba, Corregedor e Pombais obrigou a um elevado domínio da técnica escultórica do granito. A figuração fálica, quer genérica, quer de pormenor que todos apresentam, implicou a utilização de instrumentos de corte por forma a evidenciar a glande em todos eles e no da Água da Cuba e Corregedor o esboçamento do meato da uretra.

A regularização das superfícies deverá ter sido obtida primeiramente por bujardagem e posteriormente por fricção. No menir da Meada, na parte inclusa no alvéolo, portanto a melhor conservada, eram visíveis os registos deixados pelo instrumento de fricção. No sentido longitudinal eram detectáveis os sinais contínuos de um objecto rugoso que ritmadamente foi esfregado sobre a superfície do monólito e que lhe conferiu o aspecto quase polido que apresentaria em todo o corpo antes de sofrer a acção dos elementos.

## 6.2. CORTE E IMPLANTAÇÃO DOS MENIRES

Todos os menires conhecidos na área em estudo foram obtidos em granito calco-alcalino, porfiróide de grão médio ou grosso,



*Menir do corregedor*

característico da região onde se implantam. Os menires que não foram esculpidos directamente nos afloramentos, foram extraídos por técnicas provavelmente semelhantes às utilizadas para os esteios das antas. Formados por um bloco de rocha idêntica às que caracterizam o ambiente envolvente, torna-se praticamente impossível, sem um estudo geológico especializado, identificar os locais de extracção dos monólitos, sendo praticamente seguro que esses locais não se distanciariam muito do sítio de implantação.

Atendendo ao volume dos menires móveis conhecidos na área em estudo, apenas o da Meada e o do Carvalhal e eventualmente o do Corregedor colocariam problemas, quer no transporte, quer na sua implantação.

O menir da Água da Cuba com os seus 360 quilogramas de peso e uma altura total de 170 centímetros facilmente seria transportado por elevação por quatro a cinco homens, sendo o mesmo número de pessoas suficiente para a sua implantação.

Para o transporte do menir do Carvalhal que pesa 9,88 toneladas e tem uma altura de 4,77 metros seriam necessários para o seu transporte por arraste directo cerca de 158 homens e com a utilização de rolos 59 homens.

De todos o mais volumoso é sem dúvida o menir da Meada. Apesar de possuir uma altura de 7,15 metros e um peso de cerca de 16 toneladas, o seu transporte foi certamente mais fácil. A sua forma cilíndrica facilitou o transporte, se foi efectuado por rolagem. Se foi esse o processo utilizado, provavelmente seriam necessários entre trinta e cinco a quarenta homens para a sua deslocação. Parece provável que toros de madeira tivessem sido utilizados como alavanca na deslocação destas grandes



*Foto 13— Menir da Meada — Após a recuperação*

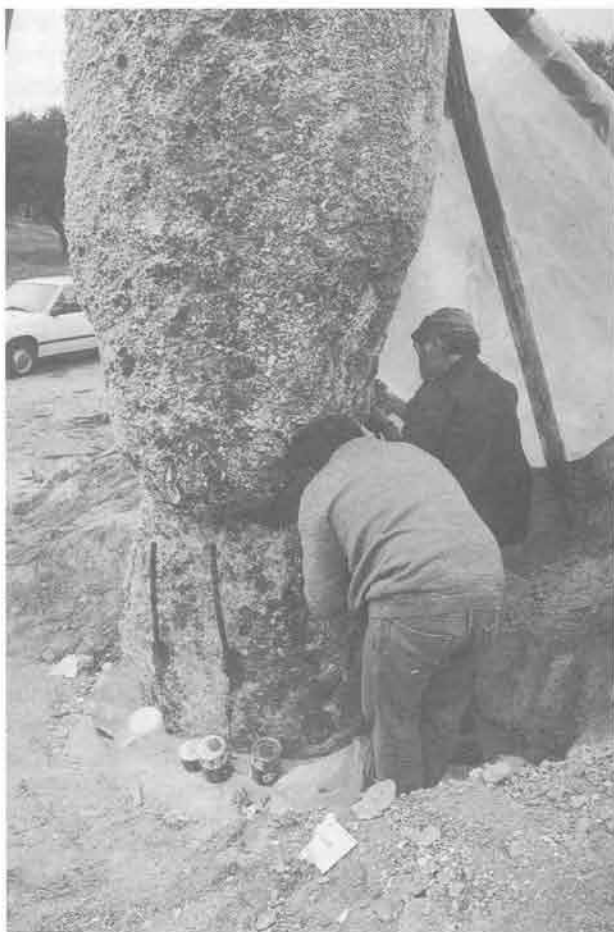


Foto 14 — Menir da Meada — Colocação dos "gatos" laterais

massas. Se esse sistema foi utilizado, o número de pessoas envolvidas no transporte destes monólitos foi provavelmente muito inferior.

Se o transporte dos menires, independentemente do processo utilizado, implicou o recurso a várias dezenas de pessoas, a sua fixação vertical no solo só poderá ter sido feita com a conjugação de

muitas mais. Este número, praticamente impossível de calcular, por desconhecermos o sistema de erecção utilizado, elevar-se-ia, provavelmente, no caso do menir da Meada, para cima das duas centenas de pessoas.

Embora desconheçamos o sistema de levantamento dos menires, através de escavações efectuadas junto às suas bases foi possível identificar o processo de implantação e consolidação. Para esse fim e para a obtenção de materiais datáveis procedemos a sondagens na base dos menires da Água da Cuba, Carvalhal e Meada. A sondagem efectuada na base do menir do Carvalhal destinava-se ainda a confirmar se o estranho monólito era um menir ou se se tratava de um esteio, único sobrevivente de uma anta.

As duas campanhas de escavações efectuadas na base do menir da Água da Cuba possibilitaram-nos identificar uma implantação sem recurso a qualquer estrutura de calços de consolidação. Numa vala aberta no sentido Sul — Norte que, ultrapassando a terra humosa,

penetrou no nível de saibro em cerca de vinte centímetros, foi implantado este pequeno menir. Introduzido na terra em cerca de metade do seu comprimento este monólito conseguiu manter-se no local original, apesar de com facilidade poder ser extraído ou fracturado. Nestas escavações nenhum espólio foi recolhido.

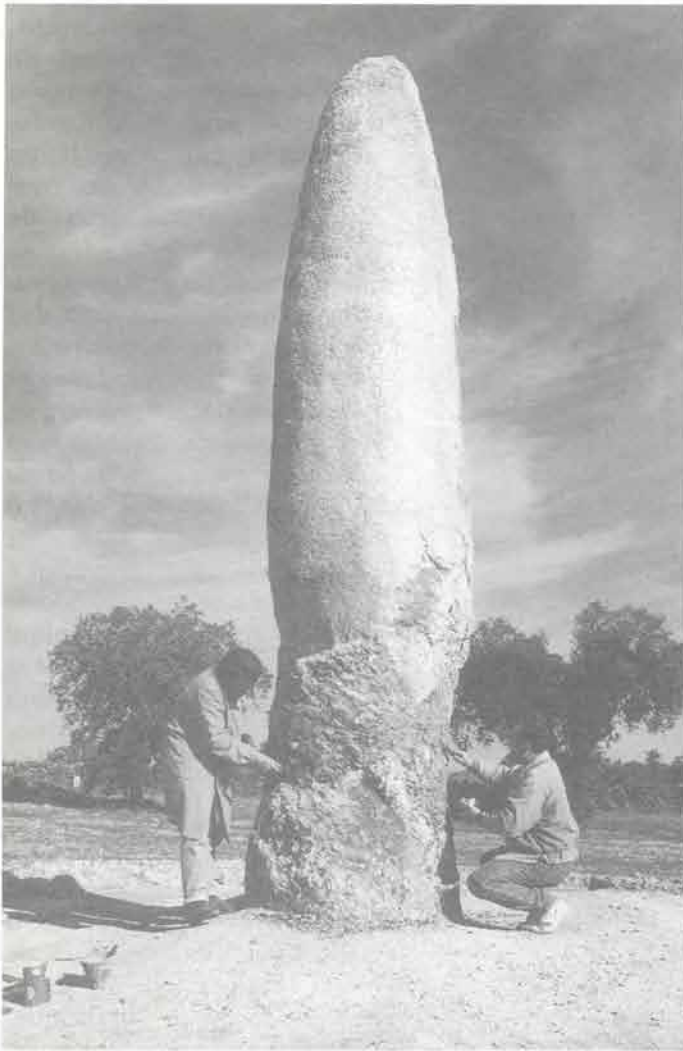


Foto 15 — Menir da Meada — Regularização da Zona de Fractura

Os trabalhos de sondagem junto à base do Menir do Carvalhal possibilitaram-nos identificar um profundo, mas estreito alvéolo escavado, no solão granítico onde foi implantado este grande monólito em forma de mitra. Ainda que não tivéssemos

casas agrícolas e de se encontrar em local bem visível.

A diminuta largura do alvéolo e a sua grande profundidade obrigaram a que a implantação deste menir tivesse sido efectuada por inclusão de cima para baixo,

escavado totalmente o alvéolo para, por um lado, evitar a queda do monumento e por outro garantir uma reserva documental, foi possível verificar que blocos de granito e grauvaque foram utilizados com calços em ambas as faces do menir. Estes calços, para além de imbricados, foram compactados com terra calcada. Uma fina camada de terra que junto ao monumento não ultrapassava os trinta centímetros cobria o solão granítico. Verificou-se, assim, que o menir do Carvalhal está implantado no solo em mais de 150 centímetros, correspondendo a mais de um terço da sua altura total. Esta forte implantação reforçada por um alvéolo significativamente estreito onde o grande bloco de granito foi colocado, possibilitou-lhe chegar até aos nossos dias, embora se situe nas imediações de várias

provavelmente com recurso a alguma rampa artificial para desnivelamento da linha de terra.

Esta escavação alargou-se a uma área de 32 m<sup>2</sup> em torno do monólito, para detecção de outros alvéolos de fixação. Nenhum outro negativo foi identificado, confirmando-se, assim, que esta laje de granito não fazia parte de qualquer anta.

Os três menires escavados na área em estudo mostraram três distintos processos de implantação. O menir da Água da Cuba foi implantado num alvéolo, em vala, sem utilização de calços líticos. O menir do Carvalhal foi implantado num alvéolo, em fossa estreita, aberta no granito, provavelmente introduzido na vertical e posteriormente calçado com blocos de pedra. O menir da Meada foi implantado num alvéolo, em vala, com utilização de calços líticos e provavelmente apoiado por uma coroa de sustentação.

## 7. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MENIRES

Cinco dos treze menires referidos, incluindo o do Carvalhal embora dele apenas conheçamos um fragmento, todos ultrapassam os 3 metros de altura. Também, e ao invés dos pequenos menires que se implantam em pequenos e estreitos vales nas imediações do sopé da Serra de S. Mamede, os de grande volume foram implantados no limite do "corredor granítico" envolvente da serra, coincidindo este limite, quer com o fim do patamar altimétrico dos 350 metros, quer com a demarcação da mancha sepulcral megalítica dos granitos.

Implantados estrategicamente em cumeadas ou aproveitando afloramentos que em locais de características semelhantes poderiam configurar, após algum tratamento

escultórico, para além da simbologia comum destes monumentos, estes cinco menires parecem formar uma verdadeira linha delimitadora das sepulturas megalíticas obtidas em granito.

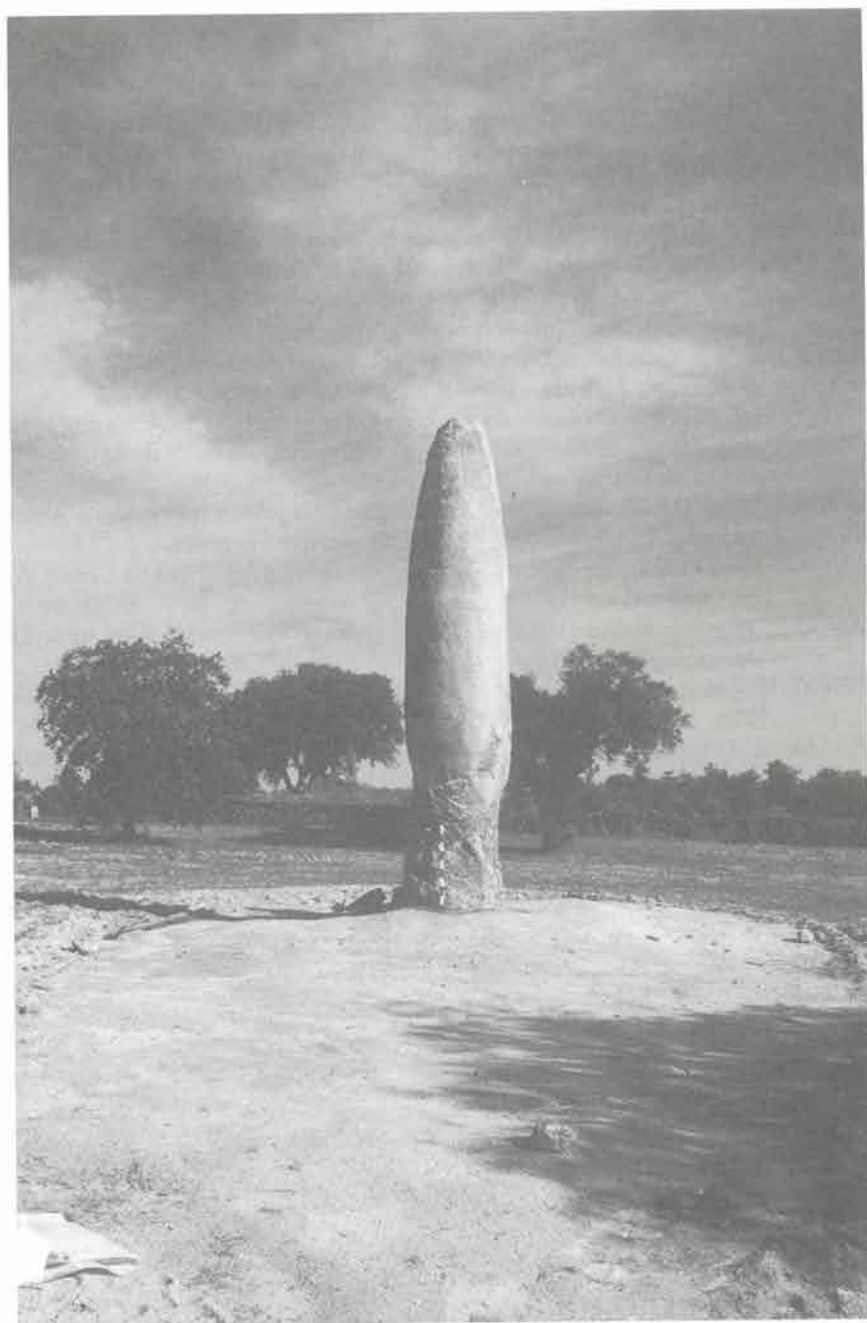
A implantação dos menires parece ter obedecido a normas bastante precisas, tudo indicando que a selecção destes pontos de cumeadas prendeu-se, também, com o contacto visual que entre eles, em série, se pode estabelecer. Se hoje o coberto vegetal impossibilita que alguns menires sejam completamente avistáveis dos que mais próximo se localizam, esse contacto visual pode ser estabelecido pela projecção altimétrica a partir dos documentos cartográficos. Neste sentido, de particular interesse se reveste também a orientação do menir/estela do Carvalhal. Este monumento apresenta as superfícies mais largas viradas exactamente no sentido nascente-poente, correspondendo à orientação geral da linha de menires, possibilitando, assim, uma melhor visibilidade. Realce merecem também as grandes dimensões do menir da Meada, elevando-se acima do solo mais de seis metros. O local de implantação deste menir é o que maiores dificuldades apresenta para o estabelecimento do contacto visual com o do Carvalhal. Só a grande altura deste monólito possibilita a visualização com o que mais a poente se encontra.

Não deixa de ser também interessante ressaltar o regular espaçamento entre os menires em referência. Observando a sua localização cartográfica verificamos que eles se distribuem com uma notável regularidade sempre, ou sobre a linha de contacto entre os granitos e os xistos, ou na cumeada mais próxima, nunca entrando em terrenos de xistos mas também nunca deles se afastando mais do que algumas centenas de metros.

Ainda analisando a implantação dos menires verifica-se que o seu território visual para norte se esgota onde se inicia o território da mancha megalítica dos xistos, enquanto que para sul ele é muito mais pequeno, completamente inserido no ambiente megalítico dos granitos.

Pelo que temos vindo a descrever, tudo indica que estes cinco menires, localizados na área de influência do rio Sever, parecem ser monumentos multifuncionais e impregnados de simbologias diversas que se interligam perfeitamente no ambiente geográfico e cultural das sepulturas megalíticas.

Alargar as prospecções para além da bacia do Sever e compreender se esta linha de cinco menires, que parecem delimitar dois territórios megalíticos, tem continuidade, parece ser provavelmente o melhor processo para avaliar a justeza das nossas observações. Independentemente das datações que se possam vir a obter, quer para os monumentos da mancha megalítica dos xistos, quer para os carvões recolhidos nos alvéolos dos menires do Carvalhal e Meada, esta linha de menires demarca dois territórios que, pelo menos do ponto de vista altimétrico, geológico, agro-florestal e climatérico, são completamente distintos.



*Foto 16 — Menir da Meada — Após a Recuperação*

### Referências Bibliográficas

- BARATA, J.P.Martins (1965), O Menir da Meada e Doação dos Castelos de Monsanto e de Abrantes com o seu termo, por Dom Afonso Henriques em 1172 e 1173, à Ordem de Santiago da Espada, *Ethnos*, IV-2, Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia, Lisboa.
- CARBALLO, G. Muñoz (1983), Menhires de Valencia de Alcantara, *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, nº17, Junio, Madrid.
- DIAS, Ana C. e OLIVEIRA, Jorge M. (1981), *Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão*, Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre.
- LUENGO, Elias D. (1965), Los Dolmenes de Valencia de Alcantara, in *V Congreso de Estudios Extremeños*, Badajoz.
- OLIVEIRA, Jorge (1985), O Menhir da Água da Cuba — Marvão, in *Actas das 1as Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano*, Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide, Portalegre.
- OLIVEIRA, Jorge (1993), Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano, in *1º Encontro Transformação e Mudança*, Uniarque (no prelo).
- OLIVEIRA, Jorge (1993), *Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo*, Ayuntamiento de Cedillo, Cáceres (no prelo).
- RAMÍREZ, Primitiva Bueno (1988), *Los Dolmenes de Valência de Alcantara*, Excavaciones Arqueológicas en España, nº155. Ministerio de Cultura, Madrid.
- RODRIGUES, Maria da Conceição M. (1975), *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Lisboa.
- SAA, Mário de (1967), *As Grandes Vias da Lusitânia - O Itinerário de Antonino Pio*, Vol. VI, Lisboa.

# O PENSAMENTO E ACÇÃO PASTORAL DO BISPO DE ELVAS, D. JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1742-1821)

---

Francisco António Lourenço Vaz



D José de Azeredo Coutinho é indubitavelmente uma das personalidades, de finais do Antigo Regime, que nos permitem acompanhar a transição de um pensamento económico e político, característico do absolutismo esclarecido, para uma ideologia liberal, ainda hesitante e repleta de divisões, que se afirmaria com a revolução de 1820. Trata-se sem dúvida de um ilustrado convicto da validade das ideias tradicionais e em luta constante contra as «falsas ideias de importação»; mas esta postura não significa que tenha recusado a modernidade, o reformismo da sociedade ou das instituições. Para ele, como para tantos outros vultos da nossa ilustração, o reformismo assentava em princípios e valores «eternos»: não poderia ser feito à revelia ou contra a religião revelada, nem pôr em causa o absolutismo ou autoridade do Rei (que vinha directamente de Deus e era sancionada pela Lei Natural); todavia deveria procurar-se a verdade e aceitar no domínio científico as novas descobertas, os progressos tecnológicos, pois isso em nada contrariava o poder e a religião.

O nosso objectivo com este trabalho é apreender os tradicionalismos e a modernidade patentes na obra e acção do Bispo de Elvas. Pretendemos também e dado que escrevemos numa Revista do Alto Alentejo, dirigida a um público diversificado, traçar o percurso existencial deste famoso prelado dando especial relevo ao seu papel activo na cidade de Elvas quer em termos políticos e até militares quer como Bispo e pastor, exortando os seus diocesanos à fé e aos bons costumes.



## 1- VIDA E OBRA DO BISPO DE ELVAS

D. José Azeredo Coutinho nasceu em Goitacazes, no Brasil, em 8 de Setembro de 1742, seu pai, Sebastião da Cunha Rangel Coutinho era «*Senhor de grandes engenhos de açúcar na província do Rio de Janeiro*»<sup>1</sup> e foi nesta cidade que fez os primeiros estudos: Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia. Concluídos os estudos preparatórios fez viagens pelo território brasileiro, procurando sempre instruir-se e adquirir conhecimentos que seriam, mais tarde, importantes para redigir as suas obras. Aos 30 anos, renunciou aos seus

direitos sobre o morgado dos Azeredos em favor de seu irmão imediato e decidiu seguir a carreira eclesiástica, desistindo também da vida matrimonial. Veio para a Metrópole para prosseguir estudos, matriculando-se na Universidade de Coimbra no Curso de Cânones. Anote-se que a sua formação universitária decorreu dentro dos novos parâmetros científico-pedagógicos da reforma pombalina da Universidade, iniciada em 1772. Muita da sua acção política e eclesiástica deixará transparecer uma forte influência do reformismo

pombalino, pensamos nomeadamente no seu interesse e adesão à inovação científica e tecnológica, presente nos seus estudos e interesse pela mecânica e «navegação aérea»<sup>2</sup>. Concluído o curso foi nomeado arceediago da catedral do Rio de Janeiro, em 1784 e, no mesmo ano, provido num lugar de deputado da Inquisição de Lisboa. Por este facto não regressou logo ao Brasil, voltou à Universidade de Coimbra para obter o grau de licenciado, que era exigido pelo lugar.

Eleito Bispo de Pernambuco em Maio de 1794, foi para esta diocese e aí permaneceria durante oito anos. Da sua actividade diocesana destacam-se: a criação de um seminário, a Direcção dos Estudos de Pernambuco e a sua actividade política como Governador da Capitania e Presidente da Junta da Fazenda. No prosseguimento desta brilhante carreira eclesiástica, foi nomeado pelo Príncipe Regente Bispo de Bragança e Miranda, em 1802; mas quando estava já em Lisboa o bispo resignatário de Bragança anulou a desistência e portanto Azeredo Coutinho continuou Bispo de Pernambuco. Surge então o primeiro percalço na sua carreira: a Mesa da Consciência considerou a Sé Vaga e o bispado como igreja das ordens. Azeredo Coutinho dirigiu um requerimento ao Príncipe Regente (1804) queixando-se da «violência e usurpação que a Meza lhe fazia da sua jurisdição episcopal e padroado da Ordem de Cristo»<sup>3</sup>.

O requerimento não seria atendido e em 1806 foi nomeado Bispo de Elvas, cargo que ocuparia até 1818, ano em que foi nomeado Inquisidor-Geral. Foi o último Inquisidor do país, pois o Tribunal seria abolido logo após a Revolução de 1820. O seu episcopado decorreu em conjuntura difícil, tendo acompanhado os seus diocesanos durante as invasões francesas e

período pré-revolucionário. Após a revolução foi eleito deputado às Cortes Constituintes pela Província de Rio de Janeiro e nelas tomou assento em 10 de Setembro de 1821, contudo seria um dos mandatos de deputado mais curto de que temos conhecimento; dois dias depois falecia de forma repentina<sup>4</sup>.

Além de vários textos de cariz jurídico e religioso, dada a sua formação em Cânones, a obra do Bispo de Elvas compreende outros de nítido pendor económico, alguns publicados pela Academia das Ciências de Lisboa de que foi sócio. Foi nesta qualidade e como Bispo de Pernambuco que Azeredo Coutinho se afirmaria como um autor de referência obrigatória, não só em matéria jurídica mas também de pensamento económico e especialmente no âmbito da política colonial. Nos seus numerosos escritos, entre os quais se destaca *O Ensaio Económico sobre o Comércio de Portugal e suas colónias*, editado pela primeira vez em 1794, defendeu o desenvolvimento da indústria e comércio do Brasil, dando também destaque às potencialidades económicas dos territórios coloniais africanos. Defendeu também a abolição dos contratos monopolistas do sal, das pescarias da baleia e das madeiras. O seu pensamento económico integra-se no memorialismo de feição fisiocrática de finais do século XVIII, onde a par de uma defesa da liberdade de produção e respeito pelo direito de propriedade, revelando influências dos autores da "escola clássica", surgem também amplamente documentadas as suas propostas de um programa global de incentivo às actividades de navegação e de comércio<sup>5</sup>.

É também nos seus escritos que nos apercebemos do seu respeito pela tradição em matéria política ou económica. Assim a

defesa da superioridade do Soberano em matéria religiosa, como sejam a nomeação dos bispos e os padroados das Ordens militares, indicia a filiação regalista do seu pensamento político<sup>6</sup>. No quadro de um absolutismo esclarecido a superioridade do Príncipe é indiscutível, quer como supremo legislador, quer como principal intérprete e responsável pelo Bem Público. É neste quadro que se move a ilustração católica e, não é de estranhar que Azeredo Coutinho combata as «falsas ideias», exortando continuamente os seus diocesanos a obedecer às leis e ao soberano, ou considere legítimo o resgate e captura de escravos na costa africana<sup>7</sup>.



## 2- A DIRECÇÃO DA DIOCESE DE ELVAS

Vejamos agora com mais detalhe o papel e principais linhas de orientação da acção de D. José Azeredo Coutinho durante os doze anos que esteve à frente da diocese de Elvas.

Possuímos da sua accção pastoral alguns textos curiosos uns da sua autoria, as cartas dirigidas aos diocesanos, e outros testemunhando o seu papel interventivo e de homem de coragem, durante os acontecimentos políticos e militares que acompanharam a primeira invasão francesa em 1808 e nos quais a cidade de Elvas esteve em destaque, dada a sua posição estratégica.

Com efeito com a invasão francesa a cidade foi ocupada por uma guarnição de aproximadamente, 1300 homens, que se distribuíram pela cidade, fortes de Santa Luzia e Lipe e comandados pelo ajudante de campo de Junot, o comandante Girou Novilarez. Os franceses comportaram-se em Elvas, tal como no resto das localidades ocupadas, «como horda de famintos malfeitores»<sup>8</sup>, saqueando e maltratando os habitantes o que cedo trouxe a inimizade e revolta dos portugueses.

Durante a ocupação o Bispo esquívou-se a recomendar aos diocesanos «que se acomodassem aos franceses» e às suas ordens e revelaria o seu patriotismo ao conseguir salvar da morte o Tenente coronel de artilharia de Elvas, Domingos Franco que tinha sido condenado à morte pelo «maneta», alcunha popular do general Loison, que sufocou a sublevação de Évora e o responsável pelo seu saque.

A capitulação de Junot em Sintra (30 de Agosto de 1808) deu início à libertação das populações do «jugo francês». Em Elvas os acontecimentos foram acompanhados da participação das tropas espanholas e inglesas e da revolta popular contra os franceses. Foi durante este período, que medeia entre 30 de Agosto e 1 de Outubro, que o prelado Elvense desempenhou um importante papel evitando, por um lado, que as tropas espanholas atacassem e ocupassem a cidade, sucedendo aos franceses, e por outro que os populares dessem azo à sua revolta dizimando e massacrando tudo o que era francês.

Os factos estão narrados num opúsculo intitulado: «*Narração dos factos acontecidos na cidade de Elvas desde que as Tropas Hespanholas, commandadas pelo General... D. José Galuzo puseram em sítio os Franceses...*» e documentam exemplarmente

a revolta e ódio popular contra os franceses e o "bom senso" e humanidade do Bispo para evitar males maiores para os seus diocesanos e para os militares envolvidos. Com efeito D. José Azeredo Coutinho, pautou sempre o seu comportamento por uma atitude de compreensão e diálogo, com todos os intervenientes, não receando o perigo e dirigindo ele próprio as negociações entre os comandantes militares envolvidos: D. José Galuzo (impaciente por atacar os Franceses) e o comandante francês Novilarez renitente em abandonar a cidade. Para não cansarmos os leitores diremos apenas que com as suas negociações o Bispo conseguiu convencer o general francês a retirar os seus homens da cidade, e a refugiar-se no Forte de Lipe, e o general Espanhol a não ocupar a cidade nem disparar sobre ela. Foi o prelado que igualmente passou a presidir à Junta Provisional de Elvas, para assegurar o governo da cidade neste momento crítico. Quanto à fúria popular ela veio ao de cima quando o comandante francês, no dia 22 de Setembro, enviou 5 oficiais e uma escolta de 30 homens para se inteirarem sobre a saúde dos soldados franceses que tinham ficado na cidade e se encontravam hospitalizados. Pretendia saber das possibilidades de seguirem viagem com o resto das tropas. Tendo ocorrido um incidente, entre a patrulha espanhola que permanecia às portas da cidade e um sargento francês pertencente à escolta referida, *«acorreu o povo em tumulto sobre elle; e como já estava armado para defesa da praça, por nela haver força de linha, esta multidão desenfreada, e sem disciplina, não reconhecia alguma autoridade, e desenfreada pelas ruas gritava- Mata, mata, que é Francês!»*<sup>9</sup>.

O Bispo conseguiu salvar os oficiais e militares franceses da raiva popular,

recolhendo-os em casas particulares<sup>10</sup>. O povo, todavia, não acalmava, "precisava de sangue" e ao anoitecer amotinou-se de novo pedindo prisão ou a morte de todos os franceses. Como o sargento francês, que já tinha sido molestado de manhã, tivesse saído do seu esconderijo foi sobre ele que recaíram as hostilidades: atacado pelos populares foi morto «com huma estocada, e com um tiro, e o arrastaram pelas ruas até quasi noite»<sup>11</sup>. Os oficiais e escolta são presos preventivamente por ordem do Bispo.

Os ânimos só acalmaram a partir do dia vinte e oito com a chegada dos militares ingleses que vinham com a missão de escoltar o exército francês até Lisboa. No dia 1 de Outubro os franceses e Espanhóis retiraram-se das imediações da cidade<sup>12</sup>. Por iniciativa do Prelado foram então feitas cerimónias litúrgicas e festivas comemorando a libertação da cidade e a «restauração do Feliz Governo de Sua Alteza Real». As cerimónias iniciaram-se em 29 de Novembro de 1808 e prolongaram-se por três dias com grande participação do povo e nobreza<sup>13</sup>.



### 3- AS EXORTAÇÕES PASTORAIS

Nas cartas pastorais dirigidas aos diocesanos transparece também o bom senso e patriotismo do bispo. Em 23 de Agosto de 1808, portanto quando os franceses ocupavam a cidade, esse patriotismo revela-se pouco exaltado, talvez por causa da

indefinição do confronto, o Bispo convida todos os diocesanos a «*assistirem às preces públicas, que tem ordenado se façam na sua Igreja paroquial pelo bem da Paz geral, exaltação da Fé, e união entre os Príncipes católicos...*»<sup>14</sup>.

Significativas para compreendermos o pensamento do Bispo Azeredo Coutinho, são duas outras «*Exortações Pastorais aos seus dicesanos*». Na primeira, datada de 20 de Junho de 1810, durante a terceira invasão francesa, surge em primeiro lugar como o pastor das suas ovelhas e principal defensor da Religião primeiro fundamento do Estado:

«*Aos nossos bons súbditos e diocesanos Nós vamos falar como um Pai aos seus Filhos bem Amados, e como um verdadeiro Amigo aos seus Amigos. Uma Nação composta de Ateístas sem Religião, e sem Moral, é uma quimera, que não existe; a Religião que nos ensina a boa Moral é a primeira base fundamental das Nações*»<sup>15</sup>.

O principal inimigo não são tanto os exércitos franceses, mas as «*falsas ideias*» que eles propagam e que em síntese são os Direitos do Homem, a Liberdade e a Igualdade. Os defensores do absolutismo esclarecido preferem falar de deveres, o primeiro dever é derrotar os franceses, questão de patriotismo, agora sem qualquer subterfúgio, mas também questão de moral e defesa do regime:

«*Portuguezes Elvenses! Ah que encantadores nomes ao proferir nos arrebatam, e nos elevam acima de nós mesmos! Eles nos fazem ver o padrão da vitória, com que rompestes as famosas linhas de Elvas;(...). às armas, Filhos, às armas, os inimigos se chegam às vossas portas(...). Vós tendes pela vossa parte a razão, a justiça, e a verdade estas*

*companheiras inseparáveis da virtude; com honra e virtude vós sereis fortes e vencedores, os vossos inimigos só tem por si a mentira, a perfídia...*»<sup>16</sup>.

É portanto no plano moral que se situa o combate, entre o mal e o bem, entre a religião revelada e os seus inimigos, a «*Seita dos Filósofos*», que arrastaram milhões atrás de uma quimera:

«*A Liberdade, esta palavra mágica, que tinha electrizado tantos milhões de homens, já hoje arrasta as mais pesadas cadeias, que ela nunca teve; a palavra mágica já não existe*»<sup>17</sup>.

Passado um ano, e no rescaldo da vitória portuguesa sobre os exércitos franceses, o prelado elvense dirige nova exortação pastoral congratulando-se com o êxito militar alcançado. Mas neste texto o bispo dirige-se essencialmente às suas diocesanas pedindo-lhes a sua aplicação no trabalho agrícola, em substituição de seus filhos e maridos:

«*E vós Filhas Elvenses, em quanto os vossos maridos, filhos, irmãos e parentes, e concidadãos correm o campo de batalha a colher novos louros na defesa das vossas vidas, honras, e fazendas, arranjai as vossas, e as suas casas, cultivai as vossas herdades, e fazei semear as vossas terras para socorrereis a eles e a vós e aos vossos pequenos filhos*»<sup>18</sup>.

Interessante é a defesa de uma dignidade da mulher, baseada na virtude e no combate às formas degradantes, como o luxo, que teriam neste período terreno propício para alastrar e que as entrelinhas do texto indiciam. A modernidade do discurso não reside apenas no apelo para que as mulheres orientem as produções agrícolas, tomando o lugar dos maridos; o bispo reivindica para elas uma função de primeiro plano, considerando que como

primeiras educadoras têm na mão o destino dos homens:

«...sabei Filhas, sabeis que os homens são tais, quais eles são educados; a sua primeira educação é aquela que eles bebem com o leite de suas Mães; um leite mau, e corrompido deixa para sempre estragada a mais robusta constituição»<sup>19</sup>.

Seria errado ver no pensamento do Bispo de Elvas um feminismo precoce, reclamando uma igualdade para o sexo fraco, na verdade o importante para ele é a dignidade da mulher que, como diz, não foi reconhecida pelos «Antigos Legisladores», porque só olhavam para as mulheres «como brutos», esquecendo as superiores qualidades com que a natureza as dotou. Entre essas qualidades destacam-se a piedade, o carinho maternal, o pudor, enfim

o papel de mãe, como educadora e consoladora dos filhos.

A mulher, no pensamento de Azeredo Coutinho, tem um lugar de primordial importância ela surge como a principal defensora da religião e da virtude e portanto uma das bases da grandeza do Estado e sustentáculo do regime. Daí o seu apelo para que as leis e governantes lhe atribuam um papel mais interventivo e se preocupem com a sua educação <sup>20</sup>. O reformismo da sociedade e das instituições passa pela instrução e por este papel criador da mulher. Ela será a principal obreira da revolução dos costumes e o principal obstáculo às falsas ideias e degradação moral, uma vez que, com as suas excepcionais qualidades, com os seus ensinamentos e exemplo é a primeira e a mais importante mestra dos homens.

## NOTAS

<sup>1</sup> - José Esteves Pereira e Guilhermino Rodrigues, *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, heráldico...*, Lisboa, 1904-1915, pp. 1210-1212.

<sup>2</sup> - Consulte-se F.A. Varnhagem, *História Geral Do Brasil*, Rio de Janeiro, 2ªed., s.d., tomo II, pp. 1047 e 1074.

<sup>3</sup> - Fortunato de Almeida, *História da Igreja, Barcelos*, 1970, p. 645.

<sup>4</sup> - «Faleceu a 12 do referido mês (Setembro), em Lisboa quase repentinamente» Fortunato de Almeida, ob. cit. p. 529

<sup>5</sup> - Veja-se José Luís Cardoso, *O pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*, Lisboa, Estampa, 1989, p. 196.

Merece ainda menção entre os seus escritos de cariz jurídico-económico a *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate de escravos da Costa de Africa*, Lisboa,

1808. Contamos em próximo trabalho analisar pormenorizadamente a obra económica do Bispo de Elvas.

<sup>6</sup> - Cfr. F.A. Varnhagem, *História Geral Do Brasil*.

<sup>7</sup> - «O objecto principal desta Analyse é desmascarar os insidiosos principios da Seita Filosofica; é apartar do vosso paraíso o pomo da infernal Serpente, soberba, e orgulhosa; é persuadir-vos à obediência às leis, e ao vosso soberano pela necessidade da vossa mesma existência» (Analyse sobre a justiça do comércio do resgate de escravos..., Lisboa, 18080, p. 4)

Nesta obra a tese de Azeredo Coutinho é a de que o resgate de escravos está determinado e é conforme às leis e proveitoso para a Nação; portanto a lei é para cumprir e só o Soberano a pode alterar ou reformular. Por outro lado considera que para os negros a escravidão é como que um estádio para alcançarem a civilização; uma espécie de

mal menor, já que em plena barbaridade imperam a ociosidade e vícios. Munindo-se de uma fundamentação jurídica própria dos teóricos do Direito Natural, especialmente de Montesquieu, vai refutar os argumentos de todos os que pugnam pela liberdade e Igualdade acusando-os de desconhecimento de causa e de porem em risco as bases do Estado: a Lei e a Soberania. Reconhecendo que existem abusos neste comércio, no fim da obra, transcreve um «Projecto de huma lei para obrigar o Senhor a que não abuse da condição do seu escravo» (cfr. ob. cit. p. 107).

<sup>8</sup> - *Dicionário de História de Portugal*, «Guerra Peninsular», tomo V p. 47.

<sup>9</sup> - *Narração...*, p. 10-11.

<sup>10</sup> - «Chegou contudo a tempo de o fazer recolher em uma casa, e impedir, que o matassem; O povo furioso gritava: — Senhor deixe matar esses cães; se as paredes do seu palácio, em que esteve aquartelado o coronel Michel comandante destes malvados, falassem, elas lhe diriam quantos inocentes portugueses foram dentro delas mortos e assassinados» (ob. cit. p. 11).

A narração documenta também a coragem do Bispo e o respeito popular pelo prelado: «Enquanto o Excelentissimo Bispo pelo meio das baionetas, pistolas, espingardas e espadas desembainhadas trabalhava para sossegar o povo» (idem, *ibidem*).

<sup>11</sup> - *Narração...*, p. 12.

<sup>12</sup> - «No 1º de Outubro pela manhã saíram os 1300 franceses, que se achavam no Forte Lipe e foram coduzidos para Lisboa por 200 Ingleses, e temendo-se, que o Povo fizesse algum rompimento contra os Francezes, se fecharam as portas da cidade (...) e ao mesmo tempo partiu o resto das tropas Hespanholas para Badajoz» (Ob. cit. p. 15).

<sup>13</sup> - Cfr. Edital pelo qual o Rº Drº Provisor do Bispado de Elvas por ordem do Exmº Bispo daquela diocese, fez publicar huma acção gratulatória nos tres dias successivos 29, 30 de Novembro e o 1º de Dezembro de 1808 pela Restauração do Feliz Governo de S.A.R., in ob. cit.

«Será sempre memorável em Elvas o dia 1º de Dezembro de 1808, em que se não vio cousa alguma que não respirasse Religião, caridade, união, agrados, obséquios, e civilidade; dia de galla, e de triumpho, cuja grandeza, e magnificencia offercia huma imagem de Corte». (Ob. cit. p. 7).

<sup>14</sup> - Ob. cit. p. 7

<sup>15</sup> - *Exhortações Pastoraes do Bispo de Elvas D. Jose Joaquim de Azeredo Coutinho aos seus diocesanos...*, Lisboa, Imprensa Régia, 1811, p. 3.

<sup>16</sup> - Ob. cit. p. 5

<sup>17</sup> - Ob. cit. p. 6

Para Azeredo Coutinho a liberdade tem nas leis de cada sociedade o seu limite: «A liberdade do homem no estado da sociedade, é limitada, e circunscrita dentro dos limites das leis de cada uma das Sociedades ou Nações» (Análise sobre a justiça do comércio e Resgate de Escravos..., Lisboa, 1808, p. 91)

<sup>18</sup> - Ob. cit., p. 18.

<sup>19</sup> - *Idem*, p. 20.

<sup>20</sup> - «...eles (os Antigos legisladores) não sabiam aproveitar-se de tantas qualidades boas, para estabelecer as leis, reformar a barbaridade dos costumes, e civilizar as Nações; eles até pareciam ser feitos para destruir, quando vos ereis feitas para criar» Ob. cit. p. 21, parenthesis nosso.

O pensamento de Azeredo Coutinho nesta matéria tem antecedentes na sua obra em Pernambuco, onde teve a iniciativa de fundar um colégio para educação de meninas, sendo também ele o autor dos estatutos: «estabeleci um seminário de meninas, e lhe dei estatutos, que correm impressos, propriamente para educação das que se destinarem a ser mães de familias» (*História do Brasil...*, p. 1075)

# MUROS RELIGIOSOS DE CASTELO DE VIDE

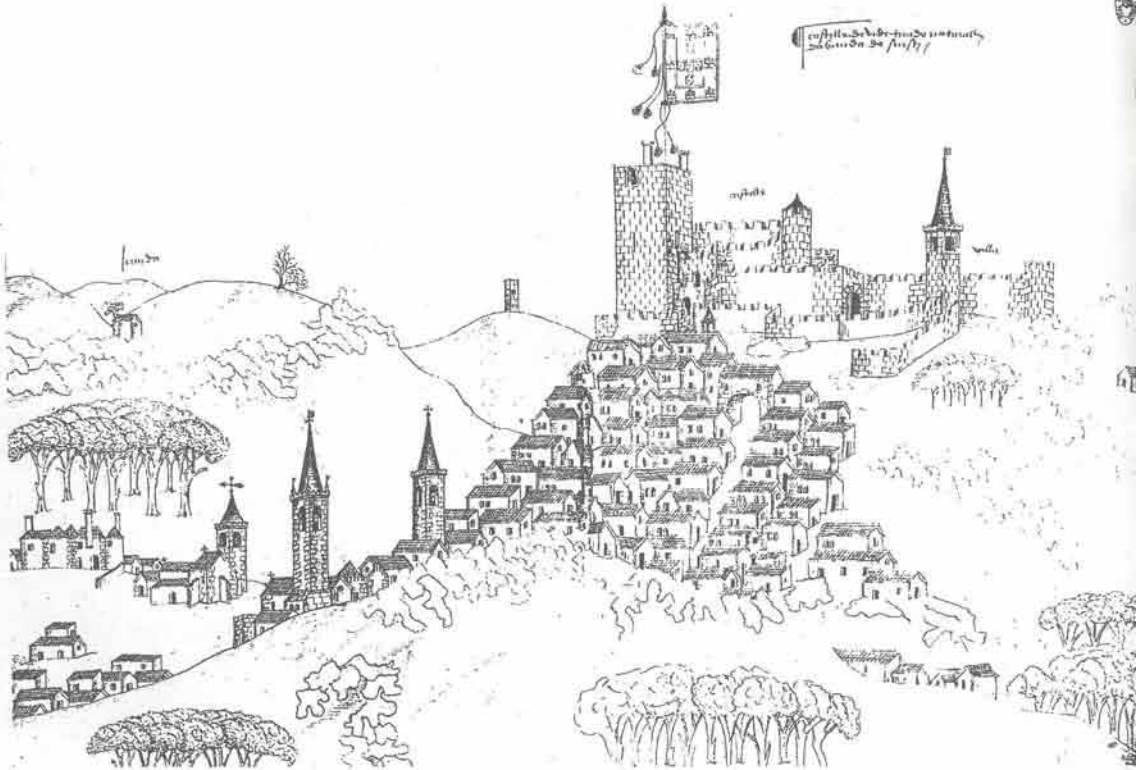
Carmen Balesteros  
Jorge Oliveira



*Castelo de Vide. — A Rua da Fonte foi um dos eixos fundamentais de comunicação com o espaço fortificado, e em torno do qual se desenvolveu a Judiaria medieval. Uma das portas apresenta marcas na mezuzah*

A necessidade quase vital de segurança impôs que, desde as épocas mais remotas, encontremos os aglomerados humanos estruturados em função de necessidades de defesa. A resposta a esta necessidade levou mesmo ao desenvolvimento de elementos físicos de separação cujo objectivo foi, ao longo do tempo, promover a protecção do espaço interno, humanizado, do espaço externo enquanto local emergente de perigos quase sempre inesperados.

A fortificação dos aglomerados urbanos criou naturalmente uma primeira relação entre o espaço interior e o espaço exterior das cercas que pressupôs que o primeiro fosse o espaço protector do conhecido, do familiar, do quotidiano, sendo o outro, o que está do lado de fora, o do desconhecido, o da alteridade, e o do perigo quase certo.



*Castelo de Vide visto de Sudeste. Livro das Fortalezas de Duarte de Armas.*

Também as cidades ou as vilas medievais afirmaram uma primeira e fundamental diferença entre si como um todo e o espaço que as rodeava, pela construção de muros defensivos. No entanto, a vivência no interior dos espaços urbanos do Portugal da Idade Média organizou-se ainda em função de outras muralhas, as de carácter sócio-religioso, que nos levam a considerá-los como realidades necessariamente plurais.

Considerando os núcleos urbanos fortificados como um todo, importa pois considerar que no seu seio se levantaram zonas de exclusão, reservadas às minorias religiosas muçulmana e judaica. Porém, a natural passagem do tempo, acarretando consigo o desenvolvimento quase orgânico dos aglomerados urbanos, torna hoje mais difícil a imediata identificação dessas zonas, impondo-se para esse fim, uma investigação criteriosa e sustentada por estudos especializados. Nesse sentido, abordaremos neste artigo a problemática que se coloca em torno da demarcação na malha urbana actual de Castelo de Vide, da comuna judaica medieval que aí se fixou.

Na Europa, a legislação canónica com vista à separação física de judeus e cristãos desenhou-se logo desde 1215 com o Concílio de Latrão. Desde então as comunidades judaicas *askhenazim* foram progressivamente empurradas para bairros fechados e separados da cristandade, o que terá certamente contribuído para o empobrecimento destas, quando comparadas com as suas congéneres da Europa do Sul. Não bastando esta separação física, outras marcas de exclusão, como a obrigação de usar sinais distintivos nas roupas, são impostas. Obriga-se o judeu a uma imediata identificação pessoal pela necessidade de trazer nas roupas uma estrela amarela ou vermelha de seis pontas,

ou uma roda. Sinal identificativo do judeu era também o envergar a típica coifa, semelhante ao barrete frígio. Procurava-se assim evitar a convivência entre judeus e cristãos, mas principalmente entre mulheres cristãs e judeus. Esta preocupação manifestar-se-ia também em Portugal com a proibição de D. Pedro I, das mulheres cristãs se deslocarem às mourarias e às judiarias, procurando deste modo evitar-se toda a possibilidade de que, por manhas do diabo, algum contacto carnal pudesse ter lugar entre estas e os seguidores de outro credo<sup>1</sup>.

A construção da mentalidade anti-judaica na Europa medieval elabora-se a partir de algumas ideias base como a de que o judeu é deícida ou seja, de que este povo foi responsável pela morte de Jesus Cristo. Assim sendo, facilmente se parte também para a construção da ideia que o judeu é o aliado natural de todas as forças maléficas, nomeadamente as do demónio. Aliado natural do demónio, o judeu é, conseqüentemente, o responsável por tudo o que de mau possa afectar a comunidade cristã. Ele é o responsável pelo envenenamento dos poços ao mesmo tempo que pela propagação de doenças terríveis como a peste. Persegue também continuamente o objectivo da morte do cristão. Pode matá-lo em corpo através da prática da medicina, bem como pode matar a alma do cristão conspurcando a sua fé.

A necessidade de excluir o judeu da cristandade quando não é possível convertê-lo, assenta também na ideia da profanação da hóstia bem como na de que ele é responsável pela prática de sacrifícios rituais. O culto ao sagrado Corpo de Deus pode mesmo ter-se desenvolvido, pela divulgação da crença de que o judeu profanou a hóstia. Essa profanação é explicada pela lenda que

conta que uma mulher terá conseguido o dinheiro para uma saia que desejava, entregando a um judeu a hóstia que ele lhe pedia em troca. Ao tentar cortá-la esta terá vertido sangue, e ao tentar fritá-la as vozes dos santos terão atraído os cristãos que impediram o sucesso<sup>2</sup>. Outra das ideias que vai contribuir para a afirmação da necessidade de separação dos judeus da cristandade, é a de que aqueles oferecem sacrifícios rituais de crianças cristãs ao demónio<sup>3</sup>.

Se a nível teológico a Igreja Cristã só pode ver com maus olhos o judaísmo dado opor-se a este a vários níveis e sobretudo na questão fundamental do messianismo de Jesus Cristo, os cristãos, por seu turno, e principalmente os pertencentes aos grupos sociais menos favorecidos, vêm no judeu, o usurário que lhes empresta dinheiro a juros elevados, que convive de perto com as instâncias do poder, e que apesar de tudo descrê da verdadeira religião. Inevitável seria que a mentalidade do homem medi-



*Castelo de Vide: delimitação da Judiaria e identificação da Sinagoga medieval*

eval não tivesse sido marcada pela necessidade de excluir a indesejável minoria religiosa.

A mentalidade anti-judaica afirma-se mais cedo na Europa do Norte e Central do que em Portugal, onde só a partir do século XIV, podemos considerar que se levantaram autênticos elementos de separação física

entre a minoria judaica e os cristãos. A obrigação canónica estabelecida pelo Concílio de Latrão em 1215 de que os judeus usassem sinais distintivos, parece não ter preocupado D. Dinis. É só provavelmente no reinado de Afonso IV que se prescreve a obrigação do judeu usar uma estrela amarela de seis pontas, e mais tarde, em 1361, nas Cortes de Elvas, que D. Pedro I ordenou a obrigatoriedade dos judeus viverem em bairros delimitados e separados da cristandade por verdadeiros obstáculos físicos, portas que se abriam e fechavam ao nascer e ao pôr-do-sol. Em 1390 D. João I teria necessidade de voltar a confirmar as leis promulgadas por D. Afonso IV e por D. Pedro I no sentido de proibir aos judeus a circulação na zona cristã após o toque dos sinos, e obrigando-os ao uso do sinal distintivo. Se esta preocupação legislativa pode ser entendida como um sinal claro do aumento da existência de normas legais discriminatórias, pode também, por outro lado, provar que na prática do quotidiano a discriminação era ignorada pelas populações, o que explica a necessidade de se confirmar legislação já existente.

Apesar de se verificar no século XIV uma crescente preocupação no sentido da separação dos dois credos, muitas serão no entanto as



*Um aspecto da Rua da Judiaria podendo ver-se, à direita, o edifício que tem vindo a ser identificado como a Sinagoga da comunidade judaica medieval.*

situações de excepção, em que por necessidade profissional de um judeu mercador, ou pela necessidade da cristandade em relação aos serviços do físico judeu, estes serão autorizados a deslocar-se após o fecho das portas da judiaria, e a ultrapassá-las. É este o caso que se verifica em Évora em 1382:

**"Hordenaçom dos mouros e judeus que acharem a deshoras fóra da mouraria ou da judiaria...** em 7 de Novembro da era de 1420 (1382)... e sendo presente Jassepe Vivas judeu arraby dos judeus... que os homens do alcaide os (judeus) prendiam tanto que era sol posto se os achava fóra da judaria e por ello recebiam grande dano por que os forçavam do costume que ante aviam... que lhes dessem regra como pudessem passar... consirando como os judeus e mouros som servidores delrey e do concelho que nom podem escusar segundo os mesteres de usam... mandaron que os judeus e mouros nom sejam presos por os acharem andar fóra da judaria e mouraria ataa que tanja o sino da horaçom... esto fazem per que os ditos judeus e mouros usam de mesteres poe que vivem muito longe da judaria e da mouraria... e se acontecer que algum judeu ou mouro fisico ou boticario ou doutro mester que cumpra a algum homem boom e for chamado per elle e o achar o alcaide a hir pera a sua judaria ou mouraria que tal como este nom seja preso... e em esto ficaram porque os dictos judeus e mouros som de boa fama e às vezes nom podem seer escusados segundo dicto he."<sup>4</sup>

Tal como grande número de outras vilas e cidades portuguesas também Castelo de Vide contou, durante a Idade Média, com uma comunidade judaica que, já durante o século XIV, terá sido compelida a fixar-se exclusivamente numa zona da Vila.

A notícia mais antiga que possuímos, até ao momento, sobre a presença de população judaica em Castelo de Vide remonta à segunda metade do século XIV, tratando-se de um documento datado de 1366 onde se refere um judeu de Castelo de Vide a quem D. Pedro I arrendara uma terra. Um outro documento dado em Castelo de Vide pelo Juiz, procurador do concelho, vereadores e homens bons, e datado de 19 de Março de 1466, refere que os judeus, entre outras minorias sociais, não poderiam comprar nem arrendar determinada propriedade, o que mostra que estes fariam parte da população do concelho<sup>5</sup>. Ainda que documentalmente só possamos ainda fazer remontar a presença judaica em Castelo de Vide ao século XIV, sabemos, contudo, que pelo menos desde 1264, judeus, entre mouros e cristãos, desempenhavam um importante papel económico na zona, facto que mereceu que D. Sancho II estabelecesse no foral dado a Marvão medidas para a protecção destes mercadores.

Para Castelo de Vide, até ao momento, não possuímos dados que nos permitam identificar a localização do cemitério judaico, nem qualquer testemunho material que nos permita pensar estarmos perante um enterramento desta comunidade. No entanto, sabemos que no vizinho concelho de Marvão terá existido uma fixação antiga de judeus, dado possuímos elementos que nos atestam a existência de enterramentos judaicos, igualmente antigos, num dos primeiros cemitérios da vila<sup>6</sup>.

Ainda que no século XV as comunas judaicas mais populosas do país fossem as de Lisboa e Évora<sup>7</sup>, a comuna de Portalegre aparecia logo em quarto lugar no que diz respeito ao quantitativo da tributação paga ao concelho<sup>8</sup>. Para além de Portalegre outras vilas do Nordeste Alentejano tiveram

também uma forte ocupação judaica e cristã-nova como o provam os processos da Inquisição de Évora para o período entre 1533 e 1688<sup>9</sup>. Os testemunhos materiais dessa presença permitiram-nos já identificar no terreno um significativo conjunto de gravações de simbologia religiosa em ombreiras de porta, em povoações desta zona como Alpalhão, Nisa e também Castelo de Vide<sup>10</sup>

Apesar de documentalmente só podermos fazer remontar ao século XIV a presença de judeus em Castelo de Vide, é possível que esta possa ter-se verificado em época anterior e que possa mesmo ter acontecido no espaço interno do núcleo fortificado mais antigo. Julgamos que o espaço urbano hoje vulgarmente identificado

como a judiaria da vila seja sobretudo a zona de fixação judaica dos finais da Idade Média, nomeadamente dos séculos XIV e XV.

Sobre a fortificação da vila, doada por D. Afonso III a seu filho D. Affonso Sanches, conjuntamente com Portalegre e Marvão sabemos que em 1270 era "... ainda villa de Vide um lugar aberto, sem muro nem castello, nem fortificação alguma; e como era na fronteira d'Hespanha pretendeu o infante fortificar-a com as precisas obras e reparos"<sup>11</sup>. A D. Dinis não terá agradado a atitude perigosamente autonomista do infante, que já possuía outras praças na região, pelo que o terá instado a deitar abaixo os muros levantados. Em 1281, depois de longo assédio, e quando tudo já se encontrava preparado para o assalto fi-



*Ruinha da Judiaria, podendo identificar-se a casa onde terá habitado o arrabi da comunidade judaica. Marca na mezuzah na ombreira da porta*

nal, a intervenção do rei de Aragão conseguiu que D. Dinis perdoasse a seu irmão. Para o efeito seria, no entanto, necessário que o infante donatário se compromettesse a demolir o castelo e as fortificações da Vide. Em 8 de Fevereiro de 1282 o infante D. Afonso comprometer-se-ia a "...derribar desde o dia de Paschoa até o de Pentecostes primeiro, que vem, tudo aquilo que de novo foi feito na torre de Vide, e no muro d'esse lugar..."<sup>12</sup>. Atendendo à documentação pode afirmar-se que já antes de 1270 a vila possuiria algum tipo de estrutura defensiva dado haver referência à necessidade de "obras e reparos". A tentativa autonomista de D. Afonso Sanches terá levado ao melhoramento dessa estrutura, obras que, pouco tempo depois, terão sido deitadas abaixo em sinal de submissão. Mais tarde o próprio rei D. Dinis promoveu a refortificação da vila, acabando-se as obras já no tempo de D. Afonso IV<sup>13</sup>.

Atendendo às gravuras respeitantes a Castelo de Vide do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas<sup>14</sup>, o espaço fortificado mais antigo da vila, pressupondo que a fortificação de D. Dinis e de D. Afonso IV seguiu o traçado da fortificação levantada por D. Afonso Sanches, ocupava um perímetro demasiado pequeno para conter o crescimento urbano da vila dos séculos XIV e XV. Quer da banda de Nordeste, quer da banda de Sudeste, as gravuras "tiradas ao natural", mostram que, no início do século XVI, a vila extravasara os muros protectores da fortificação.

Tendo em conta a localização tradicional da judiaria medieval de Castelo de Vide na encosta nascente da vila, a gravura de Duarte de Armas, feita da banda de Sudeste, incluiu certamente a antiga zona habitacional judaica. Esta gravura permite-

nos perceber que, na altura, o antigo bairro judaico não era imediatamente identificável, em tudo se assemelhando as suas antigas casas às da restante cristandade. Diamantino Trindade interpreta o arco que se levanta ao cimo daquela que parece ser a Rua da Fonte como o arco por onde fecharia a antiga judiaria<sup>15</sup>.

Do arco desenhado por Duarte de Armas já nada é actualmente identificável no terreno, e ainda que seja muito provável que a judiaria da vila fosse fechada ao cimo da Rua da Fonte e ao cimo da Rua do Mercado, nas proximidades do Largo do Mercado, não sabemos exactamente onde nem de que modo. Se através da gravura de Duarte de Armas temos alguma dificuldade em identificar a judiaria, até porque à época esta já não teria existência legal, não deixa de ser interessante verificar que, por entre o aglomerado do casario, uma rua mais larga que as restantes, deixa uma parte da antiga judiaria à sua direita. Esta rua, provavelmente a Rua da Fonte, se parece poder ter separado uma parte da judiaria, deverá também ter funcionado como um eixo fundamental de comunicação do exterior para o interior do espaço fortificado e vice-versa. Assim, o antigo bairro judaico foi certamente beneficiado pela sua localização em torno desse eixo.

Ainda que delimitado e objecto de exclusão em função de muralhas de carácter religioso, que assumiram certamente forma bastante palpável, o bairro judaico da vila possuiu, apesar de tudo uma implantação privilegiada ao organizar-se na encosta nascente da vila, e como acabámos de verificar, em torno de um eixo fundamental de comunicação com a fortificação. Entre o Largo do Mercado e o Largo da Fonte da Vila, a judiaria de Castelo de Vide respeitou também as necessidades vivenciais de

qualquer comunidade no que diz respeito à água, e em especial as da comunidade judaica, tradicionalmente ligada às actividades mercantis e manufactureiras.

No Largo da Fonte da Vila funcionou certamente outra estrutura de fecho da judiaria que pode ter incluído no interior do bairro a própria fonte. O arco que ainda hoje se levanta no acesso à Rua das



*No final da Rua da Judiaria parece ter-se levantado uma das portas da Judiaria castelovidense*

Espinhosas a partir do Largo da Fonte da Vila, e que também pode ter estado relacionado com as fortificações abaluartadas, poderá marcar uma antiga zona de fecho da judiaria.

Outra zona de fecho da judiaria funcionou, provavelmente, próximo da Volta do Penedo e da Rua do Mercado no outro dos limites do bairro, a nascente. Fechado

a nascente e a ocidente, o bairro judaico deve também ter sido fechado a Nordeste. Na Rua da Judiaria identificámos recentemente, marcado num afloramento, o negativo de um gonzo de porta, o que nos leva a pensar que o bairro possa ter sido fechado neste local por uma estrutura de carácter pouco durável.

A t e n d e n d o exclusivamente à toponímia local, bem como à actual malha urbana, certamente alterada por uma ocupação que se prolonga até aos dias de hoje, propusemos já uma delimitação provável da judiaria medieval de Castelo de Vide<sup>16</sup>. Esta ter-se-á desenvolvido pelas ruas da Fonte, do Mercado, do Mestre Jorge, da Judiaria, da Ruinha da Judiaria, da actual Rua dos Serralheiros e Rua Nova, ainda que a última possa ter sido uma zona de ocupação já de século XVI e portanto, de cristãos-novos.

O facto de Diamantino Trindade ter identificado uma moeda de Isabel a Católica

durante os trabalhos desenvolvidos na vila<sup>17</sup> parece apontar para que Castelo de Vide, como povoação fronteiriça que é, tenha mantido relações de carácter comercial com as povoações do outro lado da fronteira. É natural que as comunidades judaicas de um e outro lado da fronteira se tenham também relacionado entre si, o que explica que algumas famílias de judeus castelhanos tenham escolhido a vila como local de fixação ao serem compelidas à fuga. Encontra-se neste caso Fernão de Orta, mercador, natural de Valência de Alcântara, que aqui se fixou depois do Édito de Expulsão promulgado pelos Reis Católicos ter obrigado milhares de judeus à fuga. Nos primeiros anos da centúria de quinhentos, e já em Castelo de Vide terão nascido, de Fernão de Orta e Leonor Gomes, quatro filhos entre os quais Garcia de Orta, notável autor dos *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia*.

A pouca distância da vila em relação à fronteira, e a proximidade da Alfândega de Marvão, fez com que uma e outra fossem locais privilegiados de passagem, mas também de fixação de significativo número daqueles que fugiam à fúria da Inquisição castelhana. Sabemos que em Setembro de 1492 se levantara em Castelo de Vide um acampamento que deveria acolher os que entravam pela fronteira de Marvão. Velasco da Mota, responsável pelo levantamento e pela vigilância deste, diria que se encontravam nele entre 4000 e 5000 pessoas, e que o mesmo era guardado dia e noite para evitar as incursões castelhanas<sup>18</sup>. Um tão elevado número de pessoas pode permitir-nos avaliar o brusco *stress* populacional de que a judiaria castelovidense deve ter sido alvo. Ainda que nem todos se pudessem ter fixado na vila,

muitos foram, certamente, os que por ali tentaram iniciar nova vida e terão ficado.

Julgamos assim, que o bairro judaico extra-muros na encosta nascente de Castelo de Vide, tenha crescido no século XIV e sobretudo no final do século XV. Terá sido principalmente a partir da data do estabelecimento da Inquisição em Castela que aos membros desta comunidade se vieram juntar judeus perseguidos do outro lado da fronteira. A partir de 1492, e depois do Édito de expulsão dos Reis Católicos, a Judiaria de Castelo de Vide terá visto aumentar significativamente os seus membros. Devem ter assumido aspecto privilegiado as relações estabelecidas com Valência de Alcântara, apenas a alguns quilómetros, onde também se levantou uma judiaria que, tal como a de Castelo de Vide, possuía a sua sinagoga<sup>19</sup>.

Depois de termos procedido ao estudo das presumíveis sinagogas de ambas as comunidades e da judiaria de Castelo de Vide, sabemos que existem entre ambas alguns pontos de contacto, bem como algumas dissemelhanças. No que diz respeito aos pontos de contacto referiremos que ambas as judiarias se levantaram fora dos espaços fortificados mais antigos e que em ambas os seus ocupantes, judeus ou cristãos-novos, desenvolveram a prática de gravar simbologia de carácter religioso nas ombreiras das portas. Porém, o estudo da sinagoga de Valência de Alcântara veio revelar-nos que enquanto este edifício parece ter sido construído de raiz para nele funcionar uma sinagoga, em Castelo de Vide, o edifício que vulgarmente é identificado com a sinagoga medieval, pode não ter sido construído inicialmente para esse efeito, o que é perfeitamente aceitável no mundo da religiosidade hebraica e judaica,

onde o significado da palavra sinagoga se liga mais à assembleia ou reunião dos crentes do que necessariamente à existência de um edifício específico.

Ainda que possam ter pecado por um excesso compreensível, as historietas que, sem base científica durante alguns anos recriaram de forma generosa, a sinagoga de Castelo de Vide, a comunidade judaica da vila teve certamente a sua sinagoga, ou sinagogas, verdadeiros centros religiosos, administrativos, educacionais e de regularização da ordem social, que se

levantaram em todos os locais onde o número de judeus atingisse a quantidade de dez pessoas.

Em Portugal, a partir dos finais do século XIV, separaram-se obrigatoriamente as judiarias da restante cristandade. Criaram-se, tal como sucedeu com as mourarias, espaços habitacionais específicos de exclusão. Deste modo, a intervenção nos espaços urbanos fortificados deve iniciar-se pela compreensão dos mesmos como prováveis realidades pluridimensionais.

#### NOTAS

- <sup>1</sup> Maria José Ferro Tavares, *Judaísmo e Inquisição*, «Estudos», Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 72.
- <sup>2</sup> Informação da Professora Maria José Ferro Tavares a quem agradecemos.
- <sup>3</sup> Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p. 31.
- <sup>4</sup> Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da cidade de Évora*, Primeira Parte, p. 153, s/d.
- <sup>5</sup> Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Lisboa, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979, p. 39.
- <sup>6</sup> Carmen Balesteros, «Menorot em Cabeceiras de Sepultura Medievais de Marvão», *Ibn Maruán Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº2, 1992, pp. 113-120.
- <sup>7</sup> Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p. 75.
- <sup>8</sup> J. Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, 3ª Ed., Lisboa, Clássica Editora, 1989, p. 44.
- <sup>9</sup> António Borges Coelho, *Inquisição de Évora dos primórdios a 1668*, «Coleção Universitária», Vol. I e II, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.
- <sup>10</sup> Carmen Balesteros, «A Tradição das Gravações de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã-Nova em Ombreiras de Porta», *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local de Portalegre*, Escola Superior de Educação de Portalegre, 1994, (no prelo).
- <sup>11</sup> José Diniz da Graça Motta e Moura, *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, Fac-símile da edição de 1855, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, p. 25.
- <sup>12</sup> Idem, p. 28
- <sup>13</sup> Jorge Oliveira, «Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide/ Campanhas de 1985, 1986, e 1987-A», *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, Escola Superior de Educação de Portalegre, 1990, pp. 146-156.

- <sup>14</sup> Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Fac-Símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Introdução de Manuel da Silva Castelo-Branco, Lisboa, Edições Inapa, 1990
- <sup>15</sup> Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Lisboa, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979, p.133.
- <sup>16</sup> Carmen Balesteros e Jorge Oliveira «A Judiaria e a Sinagoga Medieval de Castelo de Vide», *Ibn Maruán Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 3, 1993, pp. 123-152.
- <sup>17</sup> Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Lisboa, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979, p. 168.
- <sup>18</sup> Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, F.C.S.H., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982, p. 256.
- <sup>19</sup> Carmen Balesteros e Jorge Oliveira, «A Sinagoga de Valência de Alcântara - Cáceres (elementos para o seu estudo)», *Ibn Maruán Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 4, 1994

# TURISMO CULTURAL EM CENTROS HISTÓRICOS FORTIFICADOS

Libânio Reis



*Reguengos de Monsaraz — Vista parcial*

Poderia talvez parecer estranho a alguns que, num Encontro de especialistas de Centros Históricos Fortificados, apareça alguém a falar de Turismo. Todavia todos constataam que o Património traz cada vez mais dividendos económicos e que o Turismo tem cada vez mais uma função cultural. O que talvez poucos saibam é a expressão quantificada desta realidade.

Segundo dados da Organização Mundial de Turismo, o número total de chegadas turísticas em 1992 foi de 475 milhões, situando-se Portugal no 13º lugar e cabendo à Europa 52% do total. Em 1993 superavam os 500 milhões, prevendo-se para 1995 cerca de 534 milhões e no ano 2000 à volta de 661 milhões. Do ponto de vista económico, em 1992 movimentou o Turismo cerca de 300 000 milhões de dólares, alcançando 8% do comércio mundial e disputando o primeiro lugar ao petróleo<sup>1</sup>. Quanto ao Turismo Cultural, ele ocupa um lugar cada vez maior na procura turística. Por exemplo, segundo um estudo de mercado em Itália, para 49,7% das pessoas é muito importante e para 23,5% é decisiva como motivação para a escolha do local de férias:

1º — a qualidade ambiental

2º — a existência de património histórico-artístico

3º — a qualidade do alojamento, restauração e hospitalidade<sup>2</sup>.

No interior de Portugal em que a população é escassa relativamente ao litoral e, concretamente no Alentejo, em que se vem verificando uma quebra demográfica, as intervenções no Património têm-se feito menos para criar espaços para utilização das populações locais e mais para utilização da actividade turística que está em expansão. Na realidade esta tem sido a dinamizadora

de adaptações de que citaria apenas alguns recentes e da região, como a do Castelo de Alvito, o Convento da Orada ou as obras em curso no Convento de S. Francisco em Beja. No domínio do Património natural, que é indissociável do construído, o turismo ocupa também um lugar cada vez mais importante, como é verificável na crescente procura de Parques como o da Peneda-Gerês a Norte, ou o da Ria Formosa a Sul.

Por isso, para todos os que, de uma maneira ou de outra, têm responsabilidades ligadas ao Património nas Autarquias, nas Instituições de protecção, no sector privado como técnicos ou agentes económicos, cada vez mais a vivência e a sobrevivência do Património estão ligadas ao Turismo.

Esta realidade que se traduz de forma positiva na conservação e valorização patrimonial e no desenvolvimento económico, tem também um reverso menos agradável. Olhemos por exemplo para este Centro Histórico que hoje nos acolhe.

Quem conheceu Monsaraz há uns anos, lembra-se como havia uma atmosfera única, povoada pelas muralhas e o casario, alguns velhos, poucas crianças e bons petiscos na tasca do Lumumba. Hoje, com o turismo, vêm-se jovens e adultos em idade activa a trabalhar na hotelaria e restauração, governando a vida sem ter que abandonar a sua terra. Todavia, cresceu muito a população flutuante (os turistas), desproporcionadamente em relação à população fixa. Por isso o Lumumba já não serve petiscos — só refeições, para tristeza nossa e há dias em que o número de visitantes por metro quadrado é semelhante ao da baixa lisboeta. Entretanto a Câmara foi obrigada a interditar a circulação de veículos no interior da muralha e forçada a fazer uma intervenção no exterior para criar parques de estacionamento e dar fluidez ao

trânsito nos dias de aperto. O tráfego exterior está controlado, mas no interior não há nem pode haver capacidade de resposta nesses dias. Na sua maioria essas pessoas são visitantes de pouco tempo e o benefício económico que deixam não é proporcional ao seu número. E quando o Turismo aumentar?

Não há receitas para resolver tudo, mas mais vale tentar prevenir que remediar. A protecção do Património em zonas limitadas como os Centros Históricos Fortificados passa necessariamente pela gestão de visitantes. Essa gestão pode fazer-se de várias formas e começa sem dúvida pela elaboração de promoção dirigida a uma clientela potencial específica previamente definida, por uma política de preços, de animação, informação e orientação desses visitantes. Apesar de se limitar a afluência em termos quantitativos, a compensação em termos qualitativos com a transformação do passageiro em turista, isto é, passando a ficar pelo menos uma noite e vindo à região ao longo do ano. Isso implica que o grande polo de atracção, neste caso Monsaraz, anime e valorize toda a zona envolvente a fim de criar entretenimento e prolongar a estadia. Todavia essa animação deve partir sempre do potencial existente, por exemplo a caça, pesca e outras utilizações do rio, observação de fauna e flora, visita a monumentos megalíticos e outros, olaria, tecelagem, etc.

Implica também uma formação profissional adequada de todos os agentes envolvidos, quer na hotelaria e restauração, quer na formação de guias de história e de natureza capazes de informar e conduzir. Assim se podem matar dois coelhos de uma só cajadada. Maior rentabilidade económica porque faz funcionar as empresas de

hotelaria, restauração e animação; melhor valorização do património existente no Centro Histórico e na zona envolvente. Tudo isto eliminando tanto quanto possível os inconvenientes dos grandes fluxos de passantes que perturbam a atmosfera característica do espaço e a qualidade da sua fruição.

Este controlo dos fluxos também permite de algum modo evitar a tentação das populações se convencerem que o Turismo é a nova árvore das patacas, largando completamente as actividades económicas tradicionais ou deixando corromper as características genuínas da sua produção artesanal. Esta tentação acarreta a prazo dois males: por um lado uma perda de personalidade cultural, por outro o afastamento desses turistas que procuram precisamente a diferença cultural.

É evidente que não temos a pretensão ingénua de pensar evitar a aculturação das comunidades locais por hábitos e valor exóticos. Desejamos sim, a bem do Património e a bem do Turismo, que a aculturação se faça tanto quanto possível de forma lenta e integradora, não de forma brusca e arrasadora como aconteceu por exemplo no Algarve.

Para este esforço é fundamental juntar instituições, técnicos e populações, pois são estas as grandes beneficiadas ou prejudicadas neste processo e nem sempre estão devidamente esclarecidas. É esta a reflexão que vos proponho lembrando que no turismo se colhem os frutos apenas 3 ou 4 anos após a sementeira.

#### NOTAS

<sup>1</sup> FLUENTES UNESCO, nº 55 — Fevereiro, Barcelona, 1994.

<sup>2</sup> AIRONE, nº 156 — Abril, Mondadori, Milano, 1994

# A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E DO HOMEM NA POESIA POPULAR DO SUL DA BEIRA INTERIOR

Francisco Henriques e João Carlos Caninas



*Desenho de um motivo bordado numa Colcha de Castelo Branco, extraído da página 161 do vol. VIII da Etnografia da Beira da autoria de Jaime Lopes Dias.*

## INTRODUÇÃO



A bordar temática mulher/homem, sob qualquer perspectiva, é abordar a contradição central da vida social. É sobre esta contradição/complementaridade que o presente trabalho se desenvolverá e, mais especificamente, na representação do corpo e das atitudes perante a vida em grupo.

De todas as estrofes poéticas as quadras populares são as composições que melhor visão dão da mulher e do homem do Sul da Beira Interior. Provavelmente pelo prazer e facilidade da sua construção, pela sua estrutura fluida, pela sua vulgarização e pelo facto de muitas terem aqui sido feitas, não excluindo, entretanto, uma percentagem de estrofes importadas de outras áreas.

As quadras populares são geralmente muito expressivas e com uma temática que abarca toda a vida social. As estrofes mais longas são muitas vezes alusivas a uma só pessoa ou situação perdendo, por isso, a versatilidade típica da quadra. Frequentemente uma mesma quadra popular pode ter género ora masculino ora feminino.

Algumas das principais características e funções da poesia popular do Sul da Beira foram já identificadas no nosso trabalho sobre *Poesia Popular dos Cortelhões e dos Plingacheiros* [18] e não cabe, no âmbito deste trabalho, voltar a referi-las.

Porquê realizar um trabalho sobre uma área geográfica tão específica? Por várias razões. Pelo forte elo afectivo que nos liga à região. Pelo conhecimento multifacetado que dela vamos possuindo. E, finalmente, por

termos realizado, há alguns anos, um trabalho de recolha de poesia popular que deu origem à colectânea mencionada [18].

Inicialmente este trabalho foi pensado para ter como fontes a poesia e os contos populares. Mas esta possibilidade alargaria muitíssimo o âmbito da pesquisa e complicaria, conseqüentemente, a rede de relações a estabelecer. Quedámo-nos pela análise da poesia. cremos também, por várias razões<sup>1</sup>, que a poesia popular, na sua globalidade, consegue ser mais ilustrativa da representação da mulher e do homem desta área que qualquer outra forma de literatura popular.

Tínhamos previsto apenas pesquisar material poético recolhido nos concelhos de Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova. Receámos, entretanto, que a mostra não fosse suficientemente significativa. Alargámos, por isso, a área geográfica da pesquisa aos extensos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

A poesia é intemporal. A poesia popular não é excepção. Tentar enquadrá-la ao longo do tempo foi-nos impossível, embora possamos referir a existência de manifestações que vão dos finais da Idade Média (alguns romances) à actualidade.

Quando iniciámos este trabalho não tínhamos ideia do tipo, da qualidade, da quantidade e dos resultados que iríamos obter. Partimos como que à descoberta, explorando ou refutando pistas conforme as opções tomadas, e o trabalho foi-se estruturando com o avançar da pesquisa. Tentámos, deste modo, conhecer um pouco melhor a mulher e o homem do Sul da Beira Interior, através da sua obra poética.

Para este trabalho foi utilizado um vasto conjunto de monografias locais e regionais de que daremos conta na bibliografia.

Relembramos o facto de muitas das monografias locais não registarem a literatura oral. O trabalho, terminado em Junho de 1992, não pode utilizar a importante informação etnográfica contida na obra *Gentes da Beira - Aspectos Etnográficos do Concelho de Proença-a-Nova* de M. Assunção Vilhena, apenas editado em Junho de 1995.

Foram observadas mais de três mil estrofes poéticas, o que corresponde a mais de quinze mil versos.

Os quatro concelhos cujo material poético analisámos estão hoje numa fase de mutação acelerada. Em todos eles se tem assistido a uma diminuição acentuada da população e os índices de envelhecimento não param, infelizmente, de aumentar. Há já lugares abandonados. Nas aldeias, da quase totalidade desta região, quase não se vê gente nova. São só velhos revestidos a pano escuro. A escola fechou, a loja fechou, as estruturas de apoio social encerraram as portas e mudaram-se. É um panorama desolador.

Castelo Branco é o único pólo de crescimento da região. Na última década e

meia a cidade cresceu. Cresceu muitíssimo. À custa do sangue jovem que deixou as aldeias. Assiste-se hoje a uma concentração de meios na cidade, provocando já uma macrocefalia regional. Assim, algumas das características que iremos encontrar nestas gentes podem já não se observar ou, quando muito, estarem atenuadas.

A passagem do mundo rural para o mundo industrial e de serviços e a importância que a escola e os meios de comunicação social (rádio, TV) têm vindo a exercer acabaram, quase por completo, por apagar as diferenças entre comunidades. Na cidade, por sua vez, assiste-se já a fenómenos de psicopatologia característicos do desenraizamento cultural das populações.

Nas páginas seguintes iremos apresentar alguns aspectos relativos à representação da mulher e do homem desta região. É óbvio que não os esgotámos. Muitos outros poderiam ser explorados porque pela poesia, como dissemos na *Poesia Popular dos Cortelhões e dos Plingacheiros*, trespassa toda uma vida e uma vivência social. A poesia popular é uma fonte inesgotável de informação.



## ALGUNS ASPECTOS FÍSICOS

### ALTURA

Em relação à altura física, das mulheres e dos homens desta região, há uma preferência especial pela estatura baixa [8:244][12:251][18:47,83,133][23:210,212]. Vejamos a quadra seguinte que sintetiza muito bem o ideal de mulher no sul da Beira Interior e não só do ponto de vista físico.

Eu nasci na Beira  
Sou mulher pequena  
Sou como o granito  
Bem rija e morena.

Do ponto de vista qualitativo a mulher baixa é denominada de engraçada [18:133]. Encontrámos apenas uma quadra onde o homem pequeno é desdenhado, com o epíteto de macaquito [12:251]. Em relação ao homem alto fala-se em o mandar serrar [23:212] e denominam-no de espanta pardais [23:212].

### COR DA PELE

Das quadras relativas à cor da pele treze referem-se ao sexo feminino e apenas uma ao sexo masculino. Das catorze estrofes mencionadas somente uma faz a apologia da pele branca. As restantes são apologéticas de uma pele morena que, na poesia, aparece com os termos corada, trigueira e preta. A cor branca da tez não se enquadra no ideal de beleza [8:43,44][18:21,24,34,38,41], por contraste com a cor morena. A cor branca é associada ao leite, à cebola, ao desconsolo e mesmo ao desprezo. A cor morena surge associada à beleza e ao sentimento de

cobiça e posse que de imediato desperta [4:199][8:43,44,59,63][18:21,34,38].

A gente do sul da Beira é, maioritariamente, de pele morena devido a factores genéticos e profissionais (trabalho no campo), entre outros; há mesmo alguns etnónimos que caracterizam esta situação: *tchamuscados* (os naturais do Rosmaninhal), *esturrédos* (os naturais de Alcafozes), *barrentos* (os naturais de Salvador).

A cor branca da pele (palidez) poderia ser sintoma de doença numa altura em que a tuberculose era endémica e as carências alimentares (havia agregados familiares subnutridos) se manifestavam na cor pálida da pele. Por contraste, a cor trigueira era testemunho de saúde e de alimentação suficiente.

### CABELO

O cabelo, feminino e masculino, revela-se na poesia popular como um elemento estético relativamente importante. Das sete estrofes encontradas três dizem respeito à mulher, duas referem-se ao homem, e as duas restantes são neutras.

O cabelo dos homens era curto e idealmente às ondas [18:33]. O cabelo da mulher deveria ser sempre comprido, preferencialmente entrançado, em noco ou a cair pelas costas. Era costume as mulheres não mais cortarem o cabelo após entrarem na adolescência [6:35][11:41][18:34].

Como o cabelo não é um elemento de fácil degradação cortava-se, com frequência, uma madeixa a quem morria para a fazer perdurar na memória. Neste sentido, veja-se a quadra seguinte:

Se passares pelo adro  
No dia do meu enterro  
Pede à terra que não coma  
As tranças ao meu cabelo [18:34].

## OLHOS

Os olhos<sup>2</sup> surgem como elementos de referência primordial na poesia popular. Porque, para além da função de ver, do embelezamento do rosto, são também importantes veículos de transmissão de mensagens e de sentimentos:

Ó meu amor se tu sabes  
O namorar dos caminhos  
É passar e não falar  
E aos olhos dar um jeitinho [18:28].

Na poesia, os olhos raramente especificam um ou outro sexo, excepto em quatro situações (duas femininas e duas masculinas) de entre as vinte e quatro estrofes seleccionadas. Em relação à cor, os olhos com maior número de referências são os preto-escuro-acastanhados, com oito menções, seguidos pelos verde-azulados, com quatro menções.

Qualitativamente associam-se aos olhos preto-acastanhados os atributos leal, verdadeiro, fogo, ardor, com uma única referência negativa, de falsos. Por sua vez os olhos azul-esverdeados são considerados desleais, perjuros, ciumentos, inconstantes e lisonjeiros. Frequentemente, numa mesma quadra, surgem referências a olhos escuros e a olhos esverdeados enaltecendo os primeiros e desabonando os segundos. Algumas vezes, os olhos aparecem adjectivados de confeitos, de luz e de cadeia.

Pelo que observámos os olhos escuros são os que possuem maior número de

referências e são também, do ponto de vista social, qualitativamente superiores.

## OUTROS ASPECTOS FÍSICOS

Foi observado um vasto conjunto de quadras onde são postos em realce outros aspectos físicos da mulher e do homem, ainda que, pelo escasso número das menções, não mereçam atenção cuidada, salvo os pés, que se desejam pequenos na mulher (aliás, como a mulher no seu todo, como já tivemos oportunidade de verificar; a mulher quer-se pequenina como a sardinha), as mamas [18:30,44], e repare-se na beleza e suave erotismo da quadra seguinte:

As garrafinhas dos seios  
É o que mais vos dá graça  
Parecem dois ramos de ouro  
Onde o olhar se embaraça [6:36]

e o coração [18:44], que surge referenciado não pela sua função de bombeamento do fluxo sanguíneo mas como reservatório dos sentimentos amorosos e da saudade. Quase que poderíamos dizer que o peito/coração surge como sinónimo de amor/saudade. Um coração pequeno aparece sempre ligado a sentimentos de bondade. Inversamente, um indivíduo cruel e desumano tem sempre um "grande coração", ou então, "um coração maior que as Portas" (Portas de Ródão em Vila Velha de Ródão) ou ainda, "maior que as campinas da Idanha".

## ALGUNS ASPECTOS PSICO-SOCIAIS

*"Predomina nas quadras soltas a relação homem / mulher enquanto adultos jovens mesmo que nem sempre sejam os mais jovens os seus autores"* [18:18].

No relacionamento com o outro sexo era pressuposto o rapaz ter várias raparigas com quem namorava simultaneamente [18:27,30,32,43,45],

Todo o rapaz que não tem  
Quatro ou cinco raparigas  
Não é rapaz nem é nada  
Chamam-lhe o mata formigas (inédito).

No entanto o rapaz não vê com bons olhos as raparigas que falam a todos os rapazes, isto é, que namoram simultaneamente com vários rapazes ou que já tivessem namorado [8:33][18:21,34]. Mas uma coisa é o que os rapazes gostam e outra o que as raparigas, também elas solteiras, querem. Quanto a isso, os desejos não se ficam aquém dos manifestados pelos rapazes. Assim, é prática comum também as raparigas manterem vários namorados em simultâneo [4:200][18:42]. Perante isto podemos falar em labilidade afectiva de mulheres e de homens, bem patente, por exemplo, nas seguintes quadras:

Ó meu amor dá-me um sim  
Senão dá-me um desengano  
Que eu quero desenganar  
Outros amores que eu amo [18:42]

A maçã do acepreste  
É doce e a casca amarga  
É com'ò amor dos homes  
Tant'pega como larga [4:192].

Em ambos os sexos elogia-se a liberdade, do rapaz e da rapariga, enquanto solteiros [4:197][18:23]. A mãe assume um papel restritivo da liberdade da rapariga [4:194], enquanto o pai surge como uma figura neutra no processo educativo-restritor [4:194].

O assédio de um a outro sexo tem sido uma característica comum ao longo do tempo e dos lugares. Nesta região, e segundo o número de quadras, predomina, de modo directo ou indirecto, o assédio da rapariga sobre o rapaz [4:194][17:163][18:37,98] comparativamente com a relação inversa [18:29]. Este novo elemento, numa análise embora superficial, parece contradizer a convicção que tínhamos de ser o homem o principal assediador. Por outro lado não tínhamos explicação para a inversão de valores surgida após o casamento no qual o homem surge, quase sempre, como figura secundária [13:13:71,72]. A condução do namoro pelo homem parece fazer-se apenas numa segunda fase, ou seja, após o consentimento da mulher. A rapariga chega a criticar a mãe por não a ensinar a namorar, ainda que lhe ensine tudo o resto.

O prazer máximo de um rapaz ainda hoje não se alterou muito para além do expresso na quadra seguinte:

Quatro castanhas assadas  
Quatro pingas de água-pé  
Quatro beijos de uma moça  
Fazem um rapaz andar em pé [18:47].

Barriga cheia, um pouco de álcool para desinibir a mente e uma mulher para desfrutar é o êxtase. É o prazer terreno supremo.

Honra e virgindade aparecem nesta poesia popular como sinónimos. Ainda que

honra, na sociedade em questão, possua um conceito muito mais abrangente.

É imprescindível ser-se rapariga ou mulher honrada. A falta de honra pode levar ao ostracismo ou mesmo a um auto-isolamento. Veja-se, por exemplo, a atitude da mulher na parte final do romance da Bela Infanta [10:38,39]. É difícil uma rapariga desonrada casar-se com outro homem que não aquele que a desonrou. Para evitar a desonra previnem-se as raparigas dos perigos que correm e, nesse sentido, não podem dar muita confiança aos rapazes [18:23] e muito menos brincar (no sentido mais lato do termo) com eles [18:42].

Pela facilidade com que a honra se perde compara-se esta com o vidro [4:196]. Tal como o vidro a sua quebra é fácil e irreversível. Para defesa da honra a mulher deixa-se matar [11:61,62] e chega a matar [18:117].

Quando a mulher é desonrada e o autor da façanha não casa consigo, diz-se enganada. E é curioso verificar que em nenhuma das composições analisadas existe uma crítica à mulher pelo facto de se deixar enganar. A mulher surge sempre como inocente e vítima. Os culpados são sempre os homens [17:136,137].

O casamento era, e é, um marco fulcral na vida das raparigas e dos rapazes desta região mesmo que, pouco tempo depois, surjam as primeiras críticas e os primeiros problemas pelo passo dado [4:197] [7:156]. O homem queixa-se da difícil função de governar mulher e filhos [4:196], principalmente, quando esta é de grandes exigências. Os queixumes da mulher em relação ao casamento calam muito mais fundo que os dos homens. As mulheres fazem contrastar a qualidade da sua vida de criança, com laços e fitas, com a presente

situação de casadas, com filhos nos braços e lágrimas nos olhos [18:39],

Quando eu era pequenina  
Usava fitas e laços  
Agora que estou casada  
Uso os meus filhos nos braços [18:39].

Contudo, é permanente o desejo de uma mãe ver a filha casada [4:197]. Porém, a mulher é incentivada, de várias formas, a continuar solteira [18:31], embora este estado tenha também os seus enganos,

Casada nunca eu fora  
Solteira trinta mil anos  
Casada cheia de filhos  
Solteira cheia de enganos [18:37].

A mulher casada lamenta-se da sua desgraça, de estar cheia de filhos [18:37,39], da vida que a leva ao pranto [14:245], de um homem que nada tem de seu [4:197] e, assim, promete vingança a quem lhe fez tão infeliz casamento [4:197]. Por tudo isto deseja retornar à vida de solteira [4:197].

É pois natural que a mulher não esqueça e que inveje todos os atractivos da sua vida de solteira quando agora, casada, com problemas financeiros, falta de liberdade, marido bruto e com uma mão cheia de filhos a puxarem-lhe pela saia, chora o seu triste fado. Mas não deixaria de chorar se tivesse ficado solteira,

A maçã do acipreste  
De verde não amadura  
Triste de quem não tem homem  
Pobre de quem o atura [14:243].

O homem casado surge como vítima e um tanto ou quanto boçal.

Em relação à violência<sup>3</sup>, num vasto conjunto de textos, o homem surge como um ser cruel, mesmo assassino. As vítimas, mencionadas na poesia popular, são na sua quase totalidade mulheres e crianças. Mulheres com as quais não parece haver qualquer tipo de relação anterior [11:53,54,61,62]. A morte da vítima, quando surge, parece ser provocada pela recusa da auto-entrega ao homem/raptor. Noutras situações é a própria esposa [10:31-34][11:63,64] a vítima, o alvo frequente da intriga familiar ou amorosa. Quando as vítimas são crianças é a força que continua a sobrepor-se. Em todas estas situações o homem é rápido na decisão e pronto na execução. A mulher mata por motivos amorosos [18:115], para defender a honra do marido [18:117] ou devido a problemas do foro psiquiátrico (!?) chegando a matar o próprio filho [18:107,108]. A violência na mulher relaciona-se principalmente com a vingança.

De entre a bibliografia analisada, seleccionámos algumas estrofes irónico-satíricas nas quais é possível observar melhor as características, geralmente negativas, de um e outro sexo. São quadras que quando colocadas na boca dos homens escarnecem as mulheres e vice-versa. São poucas as quadras que maldizem directamente o homem e, mesmo estas, parecem ser pouco consistentes. Nestas o homem surge como preguiçoso, por não se querer levantar cedo da cama [18:28] e só pensar em casar-se, mesmo velho [17:156,157].

Pela facilidade em arranjar homem, as raparigas dizem que estes são baratos [12:269]. Por cuidarem pouco do seu aspecto externo, e terem o cabelo comprido,

as raparigas chamam-lhes borrego lanudo [18:24]. A única afirmação positiva acerca dos homens é manifestada também por homens. É o caso da atitude de um criado face ao patrão, motivada pelo simples facto de aquele lhe oferecer um copo de vinho no final de um dia de trabalho enquanto que a patroa o manda trabalhar mais [10:396].

A censura às mulheres resulta de múltiplas causas. Assim: para melhor seduzirem privilegiam o aspecto exterior. Deste modo usam meias sobre meias para fazer as pernas gordas [18:23], poupam na comida para terem dinheiro para se embelezarem [13:114], usam relógio mas não sabem ver as horas [18:23], são bonitas por fora mas podres no íntimo [7:156]; são falsas, desleais e mentirosas [8:46,47] [18:98][23:212]; são curiosas e linguarúdas [14:250,251]; dão respostas pouco oportunas — dão couços — [7:156], em casa são o diabo [7:156], destroem tudo — a abrasar — [23:213] e são inúteis [23:214]; são ranhosas e metem nojo [18:23]; andam com o fogo no rabo. Só se querem casar [18:41]; manifestam superioridade em relação ao homem [8:47].

A terminar, chamamos a atenção dos leitores para as páginas 130-134 da *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa* onde irá encontrar uma saborosíssima prosa, do século passado, acerca da mulher e do homem.

## ASPECTOS COMUNS

Vamos referir seguidamente, de forma abreviada, um conjunto de características comuns às mulheres e aos homens do sul da Beira Interior.

São gente extrovertida, alegre, cantadeira, activa, foliona [4:195][18:

28,47,53], que não perdia a oportunidade de o demonstrar nas festas, nos bailes de domingo, ou durante e no final de uma árdua e longa tarefa.

O prazer para estas gentes era desfrutado de maneira dionisíaca, muito física.

São de uma etnocentricidade acentuada. A sua terra, com suas gentes, é sempre superior a qualquer outra [18:26][23:193]. Apesar disso, em questões de namoro há uma preferência por pessoas de outras comunidades/"da vila" [8:43].

Os adultos jovens, geralmente solteiros, são os dignos representantes da comunidade. E cada comunidade revê-se na sua juventude.

Embora seja um povo que mantém boas relações de amizade, e até de familiaridade, com gente de além fronteiras (Espanha) deseja a manutenção da sua identidade; não querem ser castelhanos. Este fenómeno é observável, principalmente, na temática dos contos populares da zona raiana, (nomeadamente nos concelhos de Castelo Branco e de Idanha-a-Nova) por comparação com a poesia da mesma área [7:34,40].

São profundamente religiosos e supersticiosos. Estas características podem ser exemplificadas em qualquer monografia etnográfica local. Os homens, em particular, são de um forte anti-clericalismo. Esta característica evidencia-se melhor nos contos populares do que na poesia.

São uma gente saudosista. A saudade está patente em quase toda a poesia de temática amorosa. São saudades da mulher amada, dos pais e da terra natal quando se está fora dela [8:37].

As pessoas desta região são na sua generalidade acolhedoras, mesmo para estranhos. Esta característica observa-se

melhor noutras formas da tradição oral que não a poesia. Este atributo está magistralmente exposto na seguinte quadra:

Nem mesmo à porta do céu  
Se bate com maior fé  
Deus responde:— Quem é ? Entre.  
O beirão: — Entre quem é.

Esta gente tem uma grande capacidade de trabalho e de resistência à fadiga. Trabalham, mulheres e homens, durante uma vida inteira, até à exaustão, até à véspera da morte.

## ALCOOLISMO

O sul da Beira Interior, como a Beira em geral, é uma área de elevado consumo de bebidas alcoólicas. O vinho e a aguardente predominavam sendo, também, as mais vulgarizadas e acessíveis. Quase toda a gente produzia vinho e ainda hoje isso acontece. Deste modo era natural que o álcool marcasse os hábitos alimentares desta gente.

Tanto o homem como a mulher bebiam e faziam beber os mais novos (fenómeno ainda hoje resquicial). Logo, era natural que esta realidade se reflectisse, em geral, na tradição oral e, em particular, na poesia popular.

Procurámos. Das oito quadras encontradas cinco referem-se ao sexo feminino, uma ao sexo masculino e duas são indiferenciadas.

Sabemos, ainda hoje, que o fenómeno de dependência alcoólica é mais tolerado na população masculina [3:125,126] por comparação com a feminina. Talvez por isso o fenómeno alcoólico estigme e seja mais referenciado no sexo feminino do que no

masculino. Embora, há alguns decênios atrás, a mulher surgisse em pé de igualdade com o homem no consumo de bebidas alcoólicas, em locais públicos, e este tipo de prática fosse aceite socialmente.

Na etnografia destacamos a existência de Santa Bebiana<sup>4</sup> que é a protectora e advogada das mulheres bêbedas.

O uso e abuso do álcool por parte das mulheres poderia estar ligado à

indiferenciação social dos sexos ou a uma possível tentativa de fuga de um quotidiano extremamente duro.

Na literatura popular oral não faltam textos sobre esta temática. Seleccionámos e chamamos a atenção para alguns [22:138-141] nos quais o homem é sempre o protagonista, até porque o alcoolismo feminino foi, e é, muito mais camuflado e de difícil reconhecimento.

## OUTROS ASPECTOS RELATIVOS À MULHER E AO HOMEM

### Elementos da flora e sua identificação com seres humanos

Nas quadras populares em que pudemos correlacionar seres humanos com elementos vegetais verificámos que trinta e dois casos caracterizam a mulher, três o homem e apenas um o elemento neutro. O homem é associado a uma única planta, o cravo [9:110][21:75]. No quotidiano o homem, principalmente se for adolescente ou adulto jovem, é considerado,

invariavelmente, como "um cravo". O cravo surge, assim, como sinónimo de rapaz, rapazote ou de bom rapaz.

Com a mulher passa-se algo bem diferente. As situações detectadas comparam a mulher jovem com inúmeras plantas, conforme se pode apreciar no quadro seguinte:

Espécie Vegetal	Situação				
	Casamento	Solteira	Casada	Inespecífica	Total
Rosa (4)	1	4	2	2	9
Rosa Botão [14:160, 161]	2				2
Rosa Encarnada [4: 194] [5:123]	1		1		2
Rosa Branca [23:193]	1				1
Folha de Rosa [23: 196]		1			1
Roseira [4: 201] [21:75]			2		2
Lírio Branco (raminho) [3: 158]	1				1
Salsa [21: 74]				1	1
Salsa Crúa [3: 159] [17: 106, 147]	2		1		3
Laranjeira (raminho) [3:158]	1				1
Bergamota (raminho) [3: 159] [17: 147]	2				2
Palma Branca (raminho) [17: 106]			1		1
Oliveira (raminho) [5: 122] [14:161]	2				2
Flor (não especificada) [9: 110]	1			1	2
Poejo (raminho) [5: 122] [14: 161]	2				2
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>32</b>

A rosa é o elemento vegetal dominante na identificação com a mulher.

A mulher costuma ser identificada com elementos da flora em circunstâncias especiais, como o casamento, ou em situações em que se está dependente da mulher para receber algo.

Do conjunto de elementos vegetais mencionados no quadro anterior, chama-se a atenção para as plantas de cheiro activo e agradável (rosa, poejo, bergamota, laranjeira, salsa) e para plantas de elevado valor simbólico (oliveira, rosa). Nas sociedades tradicionais, como esta ainda é, o olfacto tem uma grande importância e está, juntamente com o gosto, muito ligado à afectividade.

Assim, o cerne da dicotomia parece ser: rosa — cravo; rapariga — rapaz; mulher — homem.

Na simbologia popular a rosa representa o amor da mulher e a

feminilidade. O cravo, flor vivaz, resistente, erecta, é sinónimo de virilidade, de masculino, de amor do homem.

### CORES E SUA IDENTIFICAÇÃO COM SERES HUMANOS

Na correlação dos sexos com as cores não é possível tecer considerações credíveis devido ao escasso número de estrofes onde esta relação está patente. Não deixamos, no entanto, de lembrar as muitas referências, existentes na poesia desta área, a objectos, frutos e a variado material de cor verde/azulado. Procurámos investigar quais as cores relacionadas com um ou outro sexo, mas não chegámos a conclusões gerais, para além da possível associação da cor verde/azulado à mulher [4:195].



## QUADRO SÍNTESE

CARACTERÍSTICAS	DO HOMEM	DA MULHER
<b>Físicas</b>		
Cor da Pele		Morena, trigueira
Cabelo	As ondas	Cabelo comprido
Olhos	Escuros	Escuros
Estatuta	Baixa	Baixa
Aspecto exterior	Descuidado	Cuidado
<b>Psico-sociais</b>		
Relacionamento	Muito livre na relação com as raparigas	Muito livre na relação com os rapazes
Namoro	Podem fazê-lo com várias raparigas em simultâneo Preferência por raparigas que não tenham namorada anteriormente	Podem fazê-lo com vários rapazes em simultâneo Indiferença perante o facto do actual namorado ter amado outras raparigas
Assédio	Pouco activo	Activo
Honra	Exigem mulheres honradas	Pretendem ser honrados e ter conduta a condizer Defendem a honra até à morte
Gravidez pré-matrimonial	Culpado de engravidar a mulher	Inocente na situação de gravidez
Casamento	Chega a surgir como vítima	Desejo de retroceder à vida de solteira
Atitude após o casamento	Faz apologia da vida de solteiro	Faz apologia da vida de solteira
Queixas da situação de casado	Dificuldades de governar mulher e filhos Das exigências da esposa	Dificuldades económicas Falta de Liberdade Muitos charos
Violência	É violento, cruel, rápido	É violenta por vingança
Como vê a semelhante de sexo contrário	Maldiz a mulher Bendiz os do seu sexo e lamenta os casados	Atitude pouco crítica em relação ao homem
Religião	Religioso mas anticlerical	Religiosa
Flora associada	Cravo	Rosa
Alcool	Abuso	Abuso
Cor associada		Verde/azulado
<b>Atributos gerais comuns a ambos os sexos</b> Acolhedor Saudosista Supersticiosos Etnocêntricos Extravertidos		

### NOTAS

<sup>1</sup> A generalidade dos contos populares recolhidos e publicados nas monografias regionais possuem uma área de distribuição muito mais vasta que a área investigada, frequentemente nacional.

<sup>2</sup> HENRIQUES, p. 28, 37, 44, 45, 49, 52, 53, 87; FERREIRA, p.159; BUESCU, p. 199; DIAS, vol.2, p.36, 62 - 64; SALVADO, p.39.

<sup>3</sup> Em 1994 os autores deste trabalho realizaram um outro denominado "Violência Física na Literatura Popular no Sul da Beira Interior", inédito.

<sup>4</sup> "Em Tinalhas, no primeiro dia de Dezembro, véspera de Santa Bebiã, ao começo da noite, rapazes e homens munidos de chocalhos e campainhas, reúnem-se num dos largos da povoação a fim de organizarem o cortejo que há-de solenizar a data da Santa protectora e advogada das mulheres bêbadas.

Quando o número de adeptos é já grande, vão todos, entre ensurdecedor alarido de chocalhos, buscar o pregador, actualmente Joaquim Cainate, que marcha à frente do cortejo e sobe, de onde em onde, a um balcão ou a uma

parede a fazer sermões em versos de pé quebrado.

.../...

Meus irmãos, é o dia da Santa  
As mulheres, p'ra enganarem os homens  
Não bebem o vinho pelo copo  
Mas sim pela cântara.

As mulheres meus irmãos  
Não têm coração  
Para enganarem os homens  
Bebem vinho pelo garrafão.

As mulheres meus irmãos  
Nem isso lhes dá canseira  
Para enganarem os homens  
Bebem o vinho pela torneira."

.../...

DIAS, vol.3, 154 a 156.

### Referências Bibliográficas

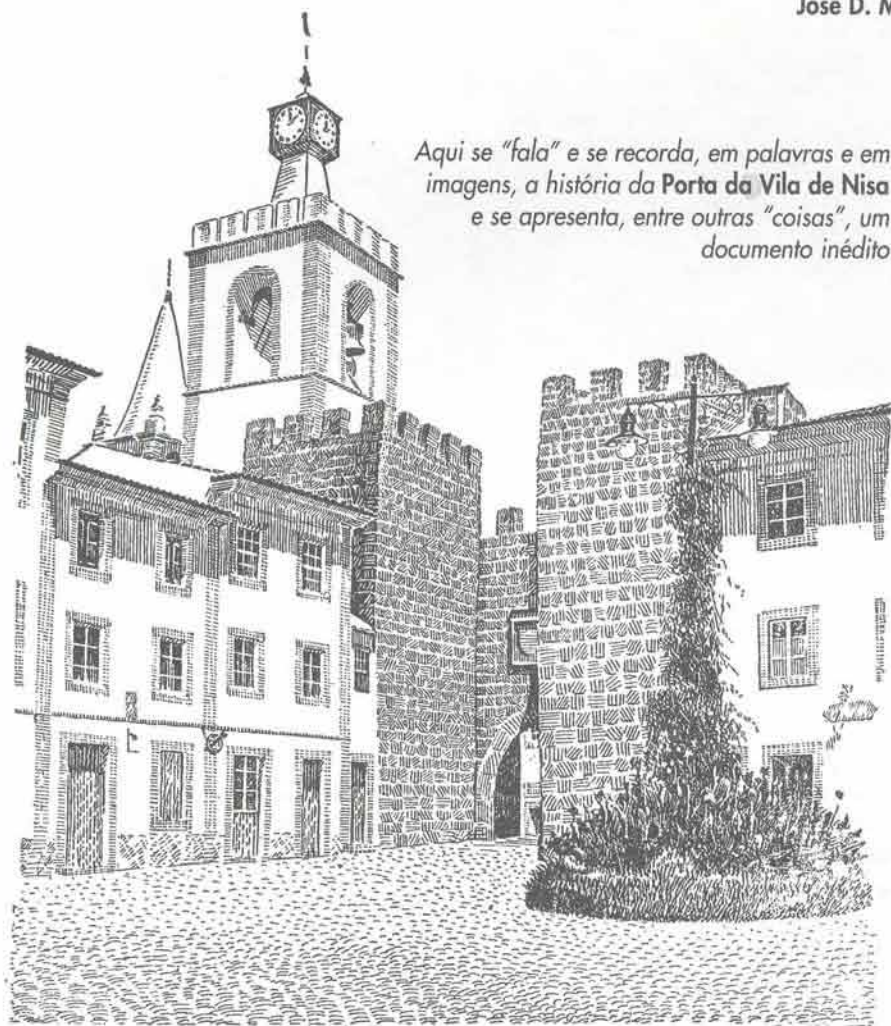
- [1] ANDRADE, Mário Marques de (1988), *Subsídios Para a Monografia de Segura*, p. 446, 2ª edição, Tomar.
- [2] BADINTER, Elisabeth, *Um o Outro*, p. 351, edição Relógio d'Água.
- [3] BELO, José Antunes (1985), *Benquerenças - no Espaço e no Tempo*, p. 172, edição do autor, Castelo Branco.
- [4] BUESCU, Maria Leonor Carvalho (1984), *Monsanto, Etnografia e Linguagem*, p. 326, Editorial Presença, Lisboa.
- [5] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1944), *Etnografia da Beira*, I volume, p. 213, 2ª edição, Lisboa.
- [6] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1964), *Etnografia da Beira*, II volume, p. 202, 2ª edição, Lisboa.
- [7] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1955), *Etnografia da Beira*, III volume, p. 265, 2ª edição, Lisboa.
- [8] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1971), *Etnografia da Beira*, IV volume, p. 244, 2ª edição, Lisboa.
- [9] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1966), *Etnografia da Beira*, V volume, p. 312, 2ª edição, Lisboa.
- [10] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1967), *Etnografia da Beira*, VI volume, p. 396, 2ª edição, Lisboa.
- [11] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1948), *Etnografia da Beira*, VII volume, p. 280, Lisboa.
- [12] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1953), *Etnografia da Beira*, VIII volume, p. 269, Lisboa.
- [13] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1963), *Etnografia da Beira*, IX volume, p. 263, Lisboa.
- [14] DIAS, Dr. Jaime Lopes (1970), *Etnografia da Beira*, X volume, p. 291, Lisboa.
- [15] DIAS, Jorge (1985), *O Essencial Sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

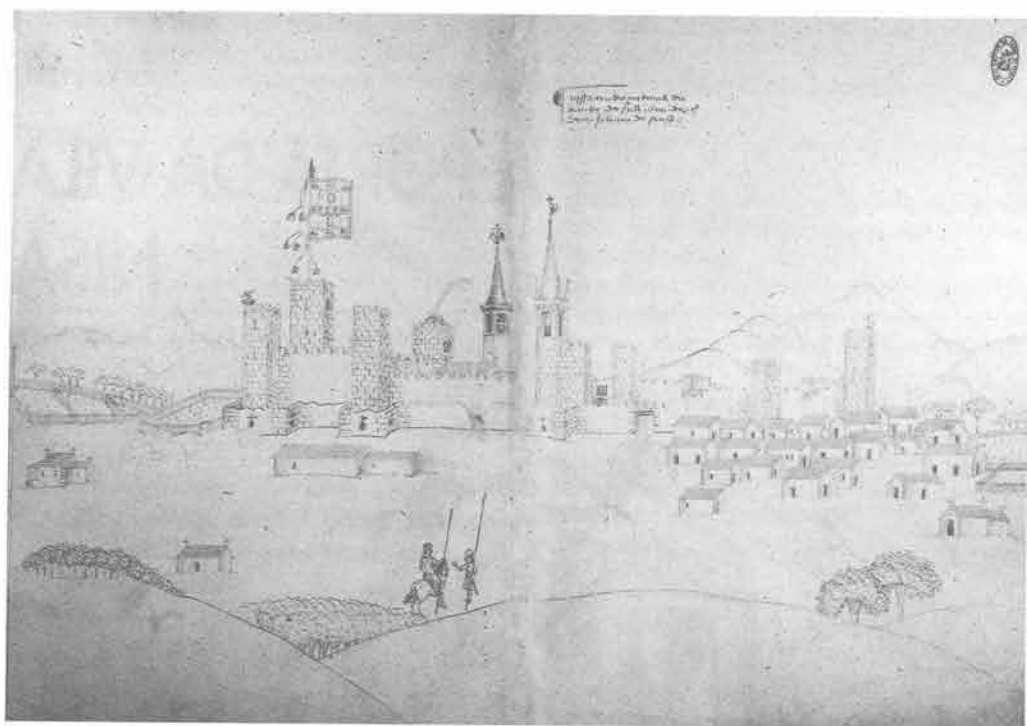
- [16] FROMM, Erich and Michael Maccoby (1972), *Social Character in a Mexican Village, A Sociopschoanalytic Study*, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- [17] FERREIRA, Seomara da Veiga e Maria da Graça Amaral da Costa (1970), *Etnografia de Idanha-a-Velha (Egitânia)*, p.192, Junta Distrital de Castelo Branco.
- [18] HENRIQUES, Francisco e João Caninas (1991), *Poesia Popular dos Cortelhões e dos Plingacheiros*, p. 158, *Preservação*, 12, Vila Velha de Ródão.
- [19] LOURENÇO, Eduardo (1982), *O Labirinto da Saudade*, p. 201, Publicações D. Quixote, Lisboa.
- [20] MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes (1986), *Malpica do Tejo - Terra Pobre, Povo Nobre*, p.454, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- [21] MATOS, Joaquim Pires de, com colaboração de José Valentim de Matos Prata (1983), *Juncal do Campo, Um Pouco da sua História*, p.166, Castelo Branco.
- [22] MOURA, José Diniz da Graça Motta e (1877), *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa*, p. 178, Lisboa.
- [23] OLIVEIRA, Acácio C. (1987), *Sarzedas e o seu Termo, Aspectos Geográficos, Históricos e Etnográficos*, p. 399, Castelo Branco.
- [24] ROXO, António (1890), *Monographia de Castello Branco*, p. 240, Elvas.
- [25] SALVADO, António (1985), *A Poesia Popular da Beira Baixa, Adufe*, 2, p.25-40, Castelo Branco.
- [26] TORGA, Miguel (1986), *Portugal*, p.141, 5ª edição, Coimbra.

# A PORTA DA VILA NISA

José D. Murta

*Aqui se "fala" e se recorda, em palavras e em  
imagens, a história da Porta da Vila de Nisa  
e se apresenta, entre outras "coisas", um  
documento inédito*





Nisa — vista do Sul. Início do séc. XVI. (Reprodução do desenho de Duarte d' Armas, a partir da edição fac-similada)

"Tem um coração maior c'a Porta da Vila" era vulgar ouvir-se dizer de alguém que "deixa passar carros e carretas",<sup>1</sup> que "não se rala com nada", de quem cujo temperamento era demasiadamente calmo, pachorrento e pacífico e que via a vida correr tranquilamente, sem sobressaltos e sem preocupações, de alguém que tinha... *um coração muito grande.*

O termo de comparação — "*a Porta da Vila*" — não surgiu por acaso, para surtir efeito. Tinha que ser algo de grande, nobre e conhecido no colectivo das pessoas de modo a não oferecer dúvidas quando se fizesse o apelo. Uma imagem forte, nítida e precisa de imediato deveria ser chamada ao

consciente. A Vila é a vila de Nisa, a Vila é a parte da zona urbana de Nisa que fica intra-muros, que corresponde ao burgo medieval, à parte mais antiga, aquela cuja origem, segundo a tradição popular e a História, remonta ao rei D. Dinis. Quando os "montesinhos"<sup>2</sup> diziam "Vou à Vila", queriam com isto significar que iam a Nisa, sede do Concelho, independentemente de ser a zona antiga ou a moderna, mas a Porta era bem identificada como a separação nítida de dois mundos temporais, pois a igreja do Espírito Santo era identificada pela "*do Arrabalde*", em oposição à outra, à Matriz, "*à da Vila*". A Porta começava o *Arrabalde*<sup>3</sup>. Mas Vila é, em Nisa, a parte



Porta da Vila. (Pormenor ampliado do desenho de Duarte d' Armas).

antiga, o *Japão*, como se ouve, por vezes, dizer, ou o "*Centro Histórico*", na mais recente terminologia, já com estatuto de espaço digno e dignificante.

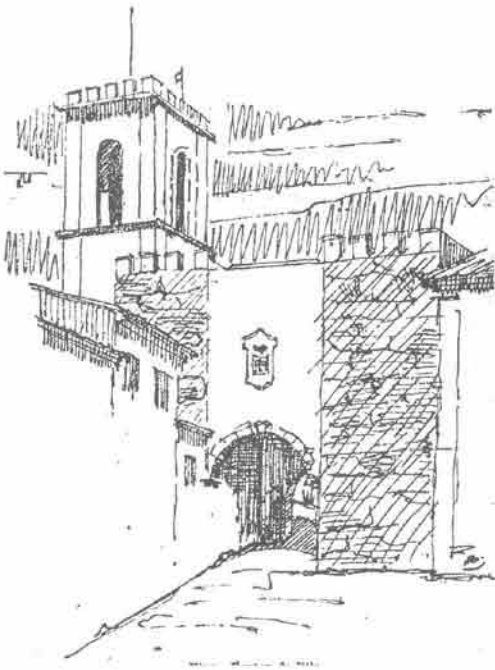
A Porta é uma das três portas do velho burgo e merece ser a *Porta da Vila* por ser, desde a nascença, a principal, a maior em grandeza física e em nobreza, a que ostenta os brasões.

O plano/projecto geometrizado, feito a régua e esquadro, em quadrícula, da povoação assim a destinou.

Porta é o vão rasgado num muro até ao nível do pavimento para permitir o acesso, a entrada, a transposição, algo que

se fecha e abre, algo que se fechava em caso de ataque inimigo, algo que se abria todas as manhãs ao *toque das matinas* e dava saída aos vizinhos para irem para as suas lides, para os campos e que se fechava com o *toque das trindades*, do recolher. Os sinos e, mais tarde, o relógio da Torre marcavam o ritmo da vida numa época em que os relógios de bolso, para não falar nos de pulso, não existiam ou passaram a ser um luxo e apenas acessíveis a algumas bolsas.

Mas a "*Porta da Vila*" é também o espaço fronteiro e exterior à porta ogival, ao vão rasgado na muralha, o Largo que apesar de actualmente estar baptizado com



o nome de "Largo Dr. António Granja" e de já ter sido "Serpa Pinto" "... ainda hoje e pelos séculos fora continua e continuará a ser a Porta da Vila" <sup>4</sup>.

"... Pergunte-se ao mais distraído dos nisenses qual a designação daquele espaço e, invariavelmente, a resposta será: Porta da Vila." <sup>5</sup>

A Porta, como Largo, já foi "o mais central e concorrido" <sup>6</sup> (mas "O primeiro e o mais antigo, regular e notável de todos é quadrado..." é "... a Praça, situada na freguesia de Matriz ao fundo da rua Direita..."). <sup>7</sup>

"Porta da Vila" foi lugar de passagem obrigatório, ou quase, para todos aqueles que necessitavam de tratar de assuntos de natureza pública, pois no edifício da Câmara funcionavam todas, ou quase todos, os serviços/repartições da administração governo local e central.



Porta da Vila. Em cima: início dos anos 20 (Arqueólogo Português, nº XXVI — 1923/24, p. 214). Ao lado: 1927-32 (reprodução de quadro existente na C.M. de Nisa)



Porta da Vila — anos 30, antes de 1936. (Foto Fonseca Bastos, in Album Alentejano, p. 871)

"Porta da Vila" foi lugar de passagem dos que, em aflição com males do corpo, procuravam o Hospital, o Hospital da Misericórdia.

A "Porta da Vila" continua a ser ponto de passagem obrigatório para as missas dominicais na Matriz e, em Procissão dos Passos, aqui se *embeleza* o "passo" existente.

Pela "Porta da Vila" passaram anualmente, durante anos e anos, a caminho da casa da Câmara, todos os mancebos do concelho; isto no tempo em que havia "Sortes"<sup>8</sup>, no tempo em que "Apurado", "Livre" ou "de Espera" marcava o destino, a sorte dos homens mas, independentemente da sorte, era um dia grande e festivo, e na Porta ressoavam as pandeiretas, a

concertina e os vivas aos *apurados*, aos *livres*...

A "Porta da Vila" foi local de afixação de editais, aquém e além porta (para o Largo e para a Vila); aqui se tomava conhecimento da vida municipal e em caixa do correio se "deitava" a correspondência para familiares e amigos e o movimento chegou a ser tão intenso que "... *Tem até já sucedido — e sucede com frequência — ... se encontrar literalmente pejada, a ponto de sêr difícil a introdução de mais correspondência*"<sup>9</sup>.

A "Porta da Vila" (no lugar denominado Porta de Santana) foi local de concentração e espera daqueles que, nas horas de maior crise, procuravam desesperadamente trabalho e aguardavam que algum empregador/lavrador ali os procurasse. Tempos difíceis em que por ali passavam os pobres a caminho do Asilo e se formavam bichas para o pão na padaria da esquina, com a Rua do Senhor. Senhor! Como recorda, com mágoa, a *greve do pão* e aqueles que a sentiram no corpo e na alma.

Tem a "Porta da Vila" servido para homenagear, quer no campo religioso, quer no estritamente terreno, os entes que de algum modo contribuíram para enaltecer a Pátria ou para ajudar os outros a mitigar as dores da alma ou do corpo.

Foi com "dor" que na manhã do dia 1 de Novembro de 1755 assistiu ao ruir da medievá Igreja Matriz, aquela que ocupava o lugar da actual "... *junto do Castelo, para onde se acha a porta principal, que he ao poente*"<sup>10</sup>.

A "Porta da Vila" foi e é local de manifestações culturais e desportivas.

Aqui se comemorou em 1946 a vitória dos Aliados com largada de pombos.

Aqui se inicia a tradicional corrida de S. Silvestre e, aqui, no final, os melhores atletas recebem os disputados prémios.



Aqui esteve em 1981 Sua Excelência o Presidente da República, o General Ramalho Eanes, aquando das comemorações dos 700 anos de Nisa (9 de Agosto de 1981) e por aqui passaram aos sete dias do mês de Maio de 1932 "... o sr. Presidente da Republica e os ministros da Ditadura" para a "Inauguração da canalização das águas, jardim público municipal e cadeia civil"<sup>11</sup>, aos 2 de Abril de 1555 el-rei D. João III<sup>12</sup>, entre 1506 e 1511 Duarte D'Armas (grande pintor e debuxador) a fim de desenhar a fortaleza.

A "Porta da Vila" foi e é espaço de intensa e variada actividade comercial, mas menos hoje que ontem. Aqui se fizeram os mercados e aos domingos "... exposição de fructas, cereaes e outros generos de consumo..."<sup>13</sup>.

Não vai longe o tempo em que quase todas as portas do Largo estavam abertas para a actividade comercial. Aqui havia de tudo.

"A Cervejaria" do Sr. António Alberto e o "Café Restauração" do Sr. José Tonilhas, ambos com esplanada, marcaram uma época. Os rebuçados e os amendoins comprados no Sr. António Alberto fizeram a alegria do rapazio e acontecimentos lá passados ainda por aí circulam como anedotas. Do segundo, ainda não abriam as portas, já a imprensa local o apontava como "Um notável melhoramento"<sup>14</sup>e, aquando da inauguração, se escreveu: "O "Café Restauração" ambiente confortável e delicadamente delineado será — tudo o indica — um ponto de reunião da melhor sociedade nisense"<sup>15</sup>.

Porta da Vila e Torre do Relógio. Em cima entre 1936-45 ( Monografia de Nisa, p. 15). Ao lado em 29.8.48 (autor desconhecido).



Porta da Vila - 1933. (Desenho de Diniz Fragoso, in *Album Alentejano*, p. 874)

Aqui havia de tudo e até farmácia. A Farmácia do Dr. Aniceto, como continua a ser conhecida, ainda que *Ferreira Pinto* seja o nome de registo, é a casa que mais tem resistido ao tempo.

"Tens farmácia e algumas lojas,  
Um talho e dois lugares;  
Quando ali fazemos compras,  
Atendem-nos sem vagares"<sup>16</sup>

"Porta da Vila" é "ex-libris" de Nisa e cartaz que se preze a imagem desta tem estampada. Os cadernos dos estudantes do Externato Durões Correia nas capas a tinham

impresa e circulou em cartões de Boas-Festas. Serve de logotipo para publicitar actividades económicas e ilustra frontispícios de livros.

Procuram-na fotógrafos, pintores, poetas e escritores

"Porta da Vila, és para mim  
A nossa mais linda entrada;  
Quantas gerações pisaram  
A tua vetusta calçada?"<sup>17</sup>

A "Porta da Vila" tem tido intervenções de quase todos os governos municipais (a Porta e o Largo) e do governo central,

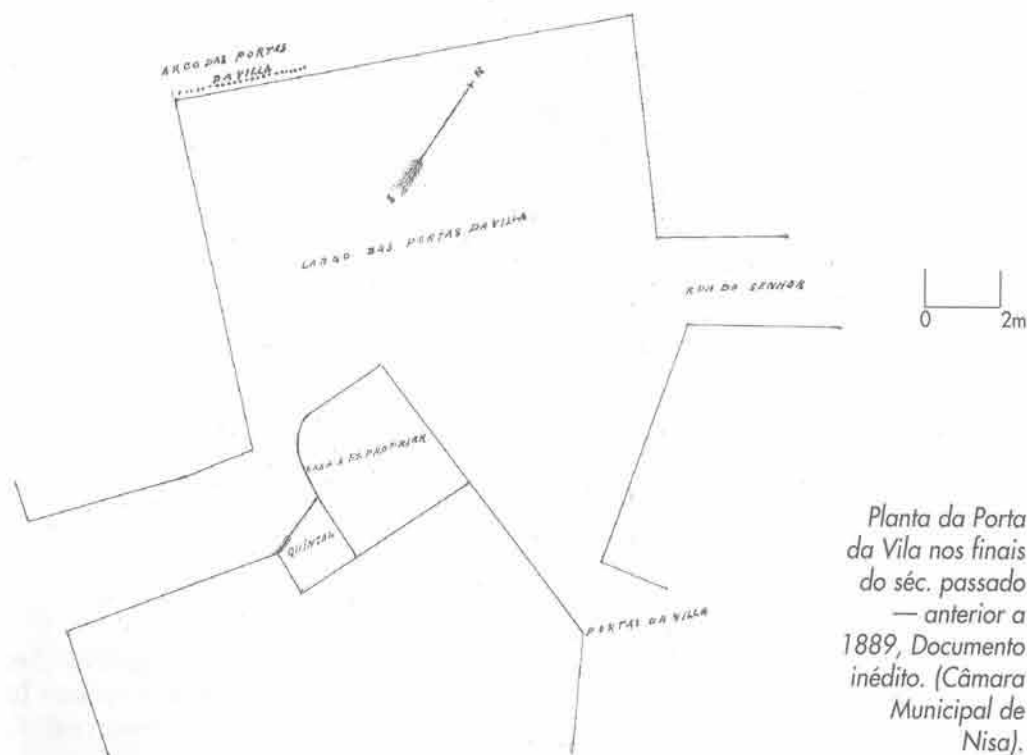


A Porta vista do interior — 28.7.57 (autor desconhecido).

contudo, apesar de tantas preocupações, os atentados de lesa-património têm sido constantes.

“Porta da Vila” foi ... é .... por ali passou a civilização, ... por ali passaram os progressos do século — a luz eléctrica, a água canalizada, o telefone — que muito bem “sentiu na pedra” em forma de atentado.

A “Porta da Vila” nasceu, integrada na fortificação, por motivos bélicos, por razões de segurança, de defesa e de protecção das populações que na vila residiam ou que a ela acorriam em caso de ataque ou de perseguição do inimigo, mas os registos conhecidos não são nada abonatórios, não da Porta em particular, mas da fortaleza em geral — não resistiu, por vezes, às investidas



Planta da Porta da Vila nos finais do séc. passado — anterior a 1889, Documento inédito. (Câmara Municipal de Nisa).



Porta da Vila — 1993 (pormenor de foto aérea)

dos Espanhóis durante a Restauração e foi tomada em 1704 no decurso da Guerra da Sucessão de Espanha, facto que originaria a demolição e posterior desaparecimento do "seu magestoso e vetusto castelo"<sup>18</sup>.

As imagens (desenhos, fotografias...) têm, por vezes, a força que falta às palavras. A Porta da Vila vive também das imagens. Com palavras e imagens historiemos e recordemos este espaço, mas busquemos, por um pouco, para uma melhor compreensão, a história breve da Vila.

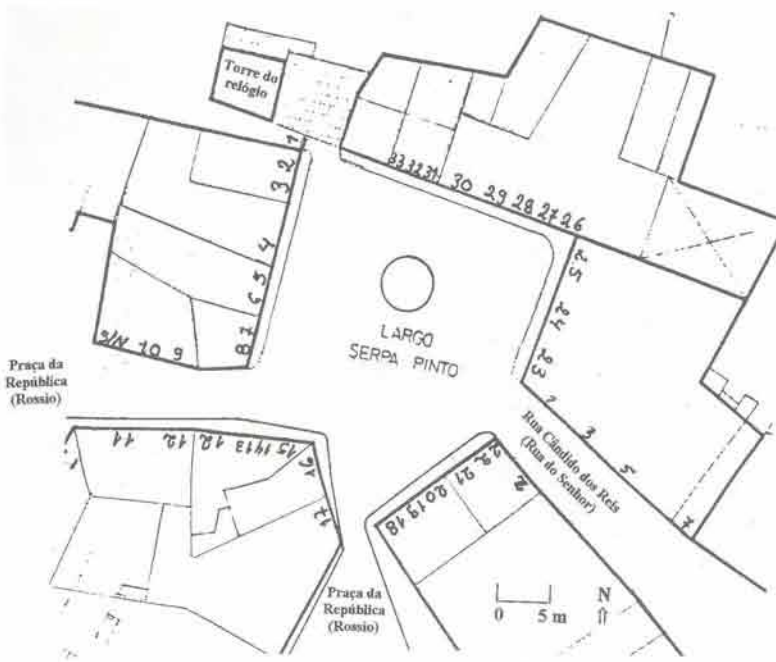
Segundo a tradição, Nisa localizar-se-ia, primitivamente, no sítio vulgarmente conhecido por Nossa Senhora da Graça (Nisa-a-Velha). Teve, possivelmente, origem num castro localizado no "cabecinho" cuja população por imposição romana desceu para o vale ao Sul.

A povoação, *destronada* do "cabecinho", romanizou-se, foi murada e

sofreu as vicissitudes da dominação muçulmana e da Reconquista.

Recebeu foral, embora para um território menor do que o actual, em data não determinada por haver desaparecido aquele documento mas, certamente, anterior a 1232, atendendo à referência que lhe faz, neste ano, D. Sancho II na carta de autonomia que concede ao Crato — "*Damus vobis populatoribus tam presentibus quam futuris foros et costumes de Nisa*".

Terá sido saqueada, queimada e arrasada pelo Infante D. Afonso Sanches aquando das lutas fratricidas que travou com D. Dinis, rei que pagaria, posteriormente, a lealdade demonstrada pelos niseses, mandando edificar e cercar de muralhas 4,5 Km para Sudoeste, no vale do Zambujal, a actual Vila. Segundo a tradição o local terá sido escolhido pelo Rei devido à sua amenidade, fertilidade e pelo facto de ficar à "sombra" do castelo de Terron, muito perto



A planta da Porta da Vila em 1977.



Lápide de 1646 (Foto J. Murta)

da Torre de João Vaqueiro (o castelo existiu e é atribuído aos Templários, mas não está confirmada a sua localização e tanto poderia ter existido no actual território Português como no Espanhol, pelo que entramos no campo misto do real/imaginário; a Torre está

envolvida em lendas de edificação romana e é desaparecida, se é que chegou a existir).

Pensamos que nas proximidades do local (ou no próprio local) havia um pequeno núcleo populacional ou, se já desaparecido aquando da fundação de Nisa, existiu em data anterior a D. Dinis, pois o Homem deixou por ali marcas da sua presença.

Apesar da inexistência de dados escritos concretos sobre a fundação desta nova vila (os escritos conhecidos são já do tempo de Afonso IV e referem-se à edificação das muralhas - 1343)<sup>19</sup>, a localização do castelo num extremo e no ponto de cota mais elevada, o traçado das ruas principais, secundárias e praça e, ainda, a urbanização intra-muros atestam o planeamento dos burgos novos do tempo do rei Lavrador. Os inúmeros portais góticos e as características construtivas/defensivas da fortaleza



Lápide do tempo de D. Manuel I que esteve na Porta (Foto J. Murta)

mostram também o seu medievalismo. Intra-muros não têm sido encontrados, por ora, vestígios anteriores à Idade Média, aos finais do Séc. XIII. Medievos são os silos escavados no piso térreo do edifício da actual Fundação Lopes Tavares e no lugar onde existiu uma casa no início da recentemente apelidada Rua de Moçambique.

Quando Nisa foi "transferida" a sua nova implantação obedeceu, como era norma do seu fundador e prática na Europa da altura, às características da "bastide" (fortaleza) — um plano criterioso com ruas de traçado rectilíneo, cruzando-se

ortogonalmente e demarcando blocos rectangulares de casas. Além do traçado geométrico das ruas e blocos de casas, do castelo para o alcaide e seus efectivos militares, e da Igreja, integrou-se um espaço aberto para o comércio, convívio e manifestações públicas (hoje conhecido por Praça do Município). Aqui, porque a população já era detentora de autonomia popular, deve ter sido edificada a "Domus Municipalis" (e erigido o pelourinho) que, apesar de ter sofrido alterações, se manteve sediada até aos nossos dias.

O burgo dionisino, no tempo do Venturoso, rei que lhe doou foral novo em 1512, já tinha extravasado as muralhas para a "banda" Sul, para o "Arrabalde", como o demonstram os desenhos de Duarte D'Armas (princípios do século XVI). Foi um crescimento com malha apertada, mas sem regras geométricas definidas, sem um plano regular de raiz como fora o anterior.

Não mais parou o seu crescimento o que se comprova pela erecção de edifícios religiosos em determinados pontos afastados das muralhas e pela construção de uma segunda cintura defensiva, aquando da Restauração (1646), que veio a ser derrubada (1ª metade do Séc. XIX), não só por ser desnecessária militarmente, mas também por questões expansivas. O castelo, hoje reduzido a uma parede e com parte do seu antigo espaço ocupado por "elegante moradia"<sup>20</sup>, havia entrado em ruína mortal em 1704, provocada pelos Espanhóis durante a Guerra da Sucessão.

A aceleração do surto expansivo é notória a partir dos finais do século passado e fez-se, principalmente, ao longo das principais vias de acesso/saída — Alpalhão/Portalegre, Arez/Lisboa/Tolosa e Montalvão (mas não Castelo Branco —



O arco, os brasões e os atentados ao património (Foto de J. Murta)



Os Brasões da Porta (Foto J. Murta)

Norte; os terrenos são, por um lado, menos planos e menos soalheiros/saudáveis e, por

outro lado, porque têm mais água, são mais agricultados). É também nesta altura que o casario, com consentimento camarário e régio, se vai "arrimando" às antigas muralhas e as asfixia e "corrói".

No nosso século, anos 70/80, a expansão planeada, fez-se principalmente nas zonas a Poente. Actualmente o Plano Geral de Urbanização contempla várias zonas, mas sempre em desprimor do Norte<sup>21</sup>.

### A PORTA A EVOLUÇÃO

Aquando da abertura das valas na Porta da Vila (Dezembro de 1994), para a instalação subterrânea dos cabos eléctricos que denegriam a imagem do *ex-libris* de Nisa, constatou-se que não tinha havido revolvimentos anteriores de solos. A Porta assenta sobre granito alterado e, curiosamente, não se detectaram alicerces (não se pode generalizar, mas em sondagens efectuadas, em data anterior, às fundações de três edifícios também não se viram indícios de alicerces).

A fortaleza da Vila de Nisa cuja origem remonta ao tempo do rei D. Dinis tem tido uma "vida" muito atribulada.

O castelo está reduzido a uma *parede*, as muralhas do burgo medieval têm sido asfixiadas pelo casario e as "portas e postigos" têm sofrido na pedra os caprichos dos homens. Mantêm-se de pé a Porta da Vila e a Porta de Montalvão.

Não iremos problematizar se a Porta é ou não do tempo de D. Dinis — o traçado da povoação não oferece dúvidas e tinha em conta a erecção de muralhas defensivas. Se estas começaram ou não a ser levantadas no tempo do rei Lavrador já poderá ser questionado, atendendo à ausência de



Lado Poente — números 11 e 12 (Foto de J. Murta)



Lado Poente — números 9, 10 e s/n (Foto de J. Murta)

informação escrita anterior a 1343, reinado do quarto rei Afonso, *O Bravo* de cognome.

Segundo o documento mais antigo que é conhecido e que nos permite visualizar a *Porta principal*, a que dava para o Arrabalde — o desenho de Duarte D'Armas, vista de Nisa da banda Sul (inícios do séc XVI - entre 1506 e 1511) — esta era flanqueada por duas torres quadrangulares ameidadas salientes para o exterior. Um duplo brasão moldurado, onde se distingue um escudo e uma cruz, encimava o arco da *Porta*.

No tempo do Rei Venturoso (séc. XVI) a fortaleza sofreu obras de restauro e, para perpetuar a memória desta intervenção, o Senado da Vila mandou afixar num dos

alpendres que se construíram na época, próximo da *Porta*, uma lápide em mármore branco onde

*"aparecem as armas do Reino ladeadas por dois meninos empunhando estandartes com cruces de Cristo, o brasão da Vila de Nisa e uma esfera armilar"*.<sup>22</sup>

Em 1646 foi colocado sobre os primitivos brasões da *Porta*, ocultando-os, *"dous letreyros em pedra marmore, dos quais consta em como o Senhor Rey D. João Quarto tomara por Padroeyra do Reyno a Nossa Senhora da Conceição"*.<sup>23</sup>

Da lápide com 1 metro de comprimento e 78 centímetros de altura consta a seguinte inscrição em latim <sup>24</sup>.

AETERNIT. SACR.  
IMMACVLATISSIMAE  
CONCEPTIONI MARIAE  
IOAN. IV. PORTVGALL. REX.  
VNA CVM GENERAL. COMITIIS  
SE. ET REGNA SVA  
SVB ANNVO CENSU TRIBVTARIA  
PVBLICE VOVIT  
ATQVE DEIPARAM IN IMPERII TVTELAREM ELECTAM  
A LABE ORIGINALI PRAESERVATA PERPETVO DEFENSVR V  
IVRAMENTO EIRMAVIT.  
VIVERET VT PIETAS LVSITAN.  
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE  
EXARARI IVSSIT.  
ANN. CHRISTI M.DCXLVI.  
IMPERII SVI VI.

Sobrepondo-se a esta lápide, num pequeno nicho aberto na muralha, foi colocada uma imagem da "Virgem da Conceição".

Em época não determinada, mas provavelmente no tempo do Restaurador, atendendo às intervenções mencionadas e ao facto deste rei, durante a Guerra da Restauração (1646), ter mandado reparar a fortaleza e edificar uma 2ª cintura defensiva (facto já mencionado), as duas torres foram ligadas por abóbada de berço à altura do adarve da muralha.

Ficou assim um alpendre "sobre o qual estava um largo parapeito entre duas torres"<sup>25</sup> e uma "ante-porta" em arco redondo constituído por blocos de cantaria aparelhada assente sobre empostas quadradas e em cujo fecho ficaram as armas da Vila.

Em 1744, certamente, as faces exteriores (sul) das torres foram unidas. A Câmara arrematou o "fazer o arco da porta da vila de ladrilho e cal e guarnecer e cair toda a frontaria do arco até acima à torre"<sup>26</sup>.

Em 1775, apesar do terramoto do 1º de Novembro ter provocado danos na vila

(a antiga igreja matriz ruíu) a Porta não foi afectada

Nos finais da 1ª metade do século passado, a lápide do tempo do rei D.Manuel I foi colocada a meio do paramento exterior do alpendre, e houve que "compôr a muralha com ameias e outros ornatos, que a tornaram mais vistosa"<sup>27</sup>.

Em 1880 o arco da Porta esteve para ser demolido por deliberação da Câmara em 2 de Janeiro, mas acabou por escapar ao infortúnio<sup>28</sup>.

Em 1922 a *Porta* é classificada Monumento Nacional (Decreto nº 8228 de 4 de Julho de 1922).

Em 1945 a *Porta da Vila* sofreu uma grande intervenção por parte da Direcção dos Monumentos Nacionais<sup>29</sup>.

Desta intervenção resultou o retirar do alpendre, da lápide do tempo de D. Manuel I e da lápide de D. João IV (1646), bem como do nicho e da remoção de toda a caiação (fazendo uma observação atenta é possível distinguir onde arrancava o arco do alpendre — 8º silhar do cunhal da torre da direita/leste — e ver vestígios de cal). Pretendeu-se restituir a *Porta* à traça primitiva, aquela que a primorosa pena de Duarte D'Armas nos legou.

Ficaram, assim, novamente visíveis os primitivos brasões — as Quinas Portuguesas e a Cruz de Cristo.

As duas lápides devem ter sido acauteladas, mas perdeu-se o seu paradeiro.

Nos anos 80/90 a *Porta* é utilizada como suporte de cabos e fios eléctricos da rede da iluminação eléctrica e dos telefones. Abusivamente ali vão sendo colocados e



Largo da Porta da Vila frentes Oeste, Sul, Sul,  
e Norte (Foto J. Murta)

primorosamente contornando o arco. Denegrindo a imagem visual da Porta não dignificavam quem os colocara nem as instituições que tinham, e têm, o dever de zelar pela defesa e conservação do património e levavam a população a tecer críticas. A imprensa fez eco. Em vão! A própria publicação estatal *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado* patenteia os atentados, caindo no ridículo, numa fotografia a cores da Porta da Vila<sup>30</sup>.

Em 5 de Abril de 1994 a Câmara Municipal de Nisa delibera a *Eliminação dos cabos na Porta da Vila* (deliberação nº 196/94). A partir desta data começam os contactos (via escrita, telefónica e pessoal) com as empresas responsáveis pela colocação dos cabos — EDP/LTE (Electricidade de Portugal /Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S. A.) e CTT/TELECOM (Correios e Telecomunicações de Portugal/Portugal Telecom, S. A.).

Em Dezembro de 1994, após um processo moroso e difícil, os cabos começaram a ser instalados subterraneamente com o apoio da Câmara, mas a conclusão só vê a luz do dia em 6 e 23 de Janeiro de 1995, respectivamente pela TELECOM e pela LTE<sup>31</sup>.

Em Março de 1995 foram encontradas no *Curral da Adua*<sup>32</sup>, armazém camarário, as duas lápides retiradas da Porta em 1945, aquando das intervenções referidas<sup>33</sup>.

— Leitura da lápide do tempo de D. Manuel I (ou seja a interpretação com desdobramento de siglas e abreviaturas e a reconstituição do que falta ou do que está incorrectamente escrito, mas permanecendo a grafia em latim)

Breve explicação acerca da leitura:

• — O ponto faz parte do texto na gravação e utiliza-se para abreviaturas,

siglas, numerais e, também, para separar palavras.

() — Na leitura é norma *colocar entre parêntesis curvos* e em itálico o desdobramento das siglas, de abreviaturas, de numerais e, ainda, as correcções de letras ou palavras incorrectamente gravadas ...

V — A letra **V** escreve-se sempre **V** mesmo que tenha o valor de **U**

AETERNI (e)T. SACR (æ).  
IMMACVLATISSIMAE  
CONCEPTIONI MARIAE  
IOAN(es). IV. PORTVGALL. REX.  
VNA CVM GENERAL(itate). COMITIIS  
SE. ET REG(i)NA SVA  
SVB ANNVO(anno) CENSU TRIBVTARIA  
PVBLICE VOVIT  
ATQVE DEIPARAM IN IMPERII TVTELAREM ELECTAM  
A LABE ORIGINALI PRAESERVATA PERPETVO DEFENSVR V (am)  
IVRAMENTO EIRMAVIT (firmavit).  
VIVERET VT PIETAS LVSITAN (a).  
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE  
EXARARI (exarare) IVSSIT.  
ANN (a). CHRISTI M.DCXL.VI (mille sescenti quadraginta sex).  
IMPERII SVI VI (sextus).

**Tradução** (ou seja a versão em português)<sup>34</sup>:

*À Eterna e Sagrada Imaculatíssima Conceição de Maria.*

*João IV, Rei de Portugal, ele próprio em união com toda a comitiva e sua Rainha, no ano tributário do censo votou (agradeceu) publicamente, e eleita tutelar do Império e Mãe de Deus, preservada do pecado original, firmou a defesa (da conceição e da maternidade divina de Maria) com o juramento perpétuo para que visse a piedade Lusitânia.*

*Com esta viva lápide mandou exarar um perene memorial no ano de Cristo de 1646, sexto do seu Império.*

A lápide do tempo de D. Manuel tem de altura 107 centímetros e de largura 60 centímetros. Merece um estudo aprofundado — atente-se, por exemplo, na dita esfera armilar e no brasão da Vila onde o escudo e a meia-lua têm um posicionamento diferente do actual.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição que esteve no nicho sobre a lápide epigrafada foi levada em 1945 para a sacristia da Igreja Matriz de Nisa. As diligências efectuadas para encontrar a imagem têm sido infrutíferas.

As lápides estiveram durante algum tempo na Biblioteca/Casa da Cultura e estão recolhidas, por ora, no átrio da Câmara (antigo hospital)<sup>35</sup>.

Futuramente deverão ter destino mais condigno, e hipótese já equacionada é a de ficarem perto da *Porta* acompanhadas de texto e de imagens elucidativas da evolução daquele espaço.



Frente nascente e início da Rua Cândido dos Reis (Foto J. Murta)



*A Rua a Oeste aberta/alargada em 1880  
(Foto de J. Murta)*



*A Porta da Vila e a Torre do Relógio —  
18.7.95 (Foto de J. Murta)*

## O ARCO E OS BRASÕES DA PORTA

O arco da Porta da Vila é em ogiva<sup>36</sup> pouco acentuada constituído por blocos de granito e tem na pedra de fecho em relevo gravado as armas de Portugal da época da fundação do castelo e as cinco quinas com nove besantes cada uma. Não evidencia grandes sinais de decaimento (pulverização), contudo os fios eléctricos e do telefone, ali colocados abusivamente nos anos 80/90 deixaram algumas marcas.

Encimando o arco da Porta encontram-se dois escudos com motivos em meio-relevo colocados ao lado um do outro, cada um lavrado em seu bloco de granito justapostos por argamassa de cal e areia.

Este conjunto tem, a toda a volta, moldura de bocel com talão em ambas as faces. É dupla na parte superior e apresenta vestígios de caiação. Mede de comprimento 170 cm e de altura 199 cm.

O brasão da esquerda (comprimento de 74 cm e altura de 96,5 cm) representa as quinas de Portugal da época da edificação da Porta. Sob estas há vestígios de um hipotético castelo, uma possível referência às armas da Vila. No da direita (comprimento de 61 cm e altura de 96,5 cm) a cruz de Cristo faz alusão à Ordem do mesmo nome e a quem esteve cometida a tarefa da edificação da fortaleza e a defesa da região. Sob cada um dos braços da Cruz repousam as cinco quinas.

## O DECAIMENTO DOS BRASÕES

Não há, nos dois escudos, sinais evidentes de pátina. Estes apresentam em toda a superfície sinais de pulverização, principalmente na parte inferior (ponta ou contra-chefe) e nos rebordos da pedra, junto



Rosto de um caderno do Externato Durões  
Correia. Anos 50

à argamassa de cal e areia empregue como ligante. A escamação é notória também nas "pontas". Pequenos aracnídeos hospedaram-se sob algumas das "escamas".

No escudo da esquerda, o canto superior direito (cantão sinistro do chefe) ostenta uma depressão onde são nítidos os ataques nefastos do cinzel e existem vestígios de argamassa com resíduos de pintura de tom carmesim (não encontramos explicação para esta anomalia).

Teve também, este escudo, no cantão sinistro da ponta (parte inferior direita) uma excrescência de argamassa de cal (tipo pastilha elástica para ali lançada) que se deveu certamente a um acto de vandalismo em época muito recente, pois que em fotografias dos anos cinquenta desta centúria não é visível. Esta excrescência foi retirada em Julho de 1993; nota-se ainda onde esteve

colada pois o granito apresenta uma coloração mais clara.

A pedra de suporte dos escudos é o granito rosa de grão médio (não homogéneo, com tendência, nalguns pontos, para o grão fino), de duas micras e com alguns megacrístais de quartzo. É proveniente, certamente, da zona do Carvalhal, próximo de Alpalhão.

No estudo do decaimento da rocha de suporte não podemos ter em conta os factores intrínsecos, endógenos (composição mineralógica e química, textura e estrutura, porosidade, permeabilidade aos gases e à água, dureza, abrasividade, tensão e rotura), bem como alguns extrínsecos, exógenos, uma vez que não dispomos de meios para tal.

A orientação geográfica da Porta (virada a Sul) tem contribuído para a degradação dos escudos, a acção do vento suão (ainda que não dominante) associado ou não à chuva faz-se sentir com intensidade nesta zona.

Consideramos que o estado de decaimento dos escudos não é maior atendendo ao facto de desde 1646 a 1945 estarem protegidos pelo alpendre, quer da acção do homem, quer do vento, chuva, geada, mudança de radiações solares e de temperatura, etc.. A lápide, que em 1646 ocultou os escudos, criou-lhes um nanoclima que não lhes deve ter sido desfavorável, permitindo-lhes assim factores de luz, humidade, temperatura e vibrações ao longo do dia e do ano mais ou menos constantes. Os factores bioquímicos, físicos, químicos e físico-químicos não se devem ter feito sentir.

Se compararmos o paramento da muralha onde se insere a Porta (protegido de 1646 a 1945) com os voltados a sul das torres laterais, constatamos que aquele aparentemente não apresenta vestígios de



Monumento ao Dr. António Granja (1897 - 1964). Inaugurado a 9 de Abril de 1981 (Foto de J. Murta)

decaimento enquanto que nestes é bastante notório, principalmente a partir da meia altura, ainda que o tipo de pedra seja o mesmo.

No século passado a acção agressiva dos ventos foi em parte contrariada, pois em volta do Largo foram erguidos edifícios de dois andares.

A parte superior da moldura contribui para que os agentes atmosféricos actuem de maneira diferente na superfície dos escudos

e se criem deste modo dois nanoclimas — superior e inferior com passagem gradual de um para o outro — que accionam de modo distinto os mecanismos de decaimento da pedra.

Por um lado a parte superior dos escudos não é tão atingida pelas bâtegas das chuvas ainda que não ácidas e a escorrência das águas provenientes da muralha é desviada lateralmente pelos talões da moldura — há assim menores efeitos da secagem-molhagem e da lixiviação.

Por outro lado a insolação, a exposição ao Sol, e o consequente aquecimento/temperatura e humidade são distintos, há uma dilatação e uma expansão diferencial dos minerais da rocha e dos materiais das juntas bem como uma variação das reacções químicas e do volume nos capilares e interstícios.

## **CERVEJARIA CENTRAL**

DR

*António Maria Alberto*

Especialidades em

Vinhos, Licôres e Cervejas

CABINE TELEFÓNICA N.º 2

Largo Serpa Pinto, 30 — NIZA

(Album Alentejano, p. 893)

Durante o Estio estão sujeitos a altas temperaturas e a grandes amplitudes térmicas. É no período da máxima temperatura diurna ambiental que estão expostos às radiações solares directas.

**J. P. MENDES**  
COMPLETO SORTIDO DE  
MERCEARIAS, PAPELARIA E MIUDEZAS  
Louças esmaltadas e de alumínio  
Largo Serpa Pinto, 17 - NISA

(Album Alentejano, p. 893)

**CHAPELARIA NISENSE**  
DE  
**Joaquim Maria Curado Bicho**  
Grande sortido de chapéus,  
sombriinhas, bonés, etc. 55-N  
PREÇOS FIXOS  
3, Largo Serpa Pinto, 4  
Telef. Cabine 2  
**NISA**

(Brados do Alentejo, 27.10.35)

**CENTRO COMERCIAL**  
DE  
**João da Cruz Rosa**  
Salpicaria, Merceria e Miudezas  
Completo sortido de papelaria e géneros alimentícios de 1.ª qualidade. Louças de esmalte e alumínio, fabrico especial e exportação de carnes fumadas, premiadas na Exposição Distrital. 29-N  
Largo Serpa Pinto, 18, 19 e 20. Telef. Cabine 2-NISA

(Brados do Alentejo, 27.10.35)

No Inverno as temperaturas negativas fazem-se sentir e o pouco tempo de exposição ao sol (por vezes não acontece) não é suficiente, concerteza, para o degelo ou para reduzir a humidade. Ainda que não seja muito frequente o granizo/saraiva tem uma acção agressiva a não desprezar.

Os aracnídeos e certamente micro-organismos contribuem para a progressivo decaimento, bem como os efeitos químicos provocados pelo contacto pedra-cal.

O tráfego automóvel no largo da Porta da Vila é diminuto e apenas de viaturas ligeiras pelo que vibrações ou poluição são insignificantes.

As vibrações provocadas pelos sinos da Igreja Matriz (muito próximo) ou do relógio que bate de quarto em quarto de hora não contribuem, provavelmente, para a aceleração do decaimento.

#### A CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DOS BRASÕES

A atitude a tomar agora passa pela substituição, a curto prazo, dos escudos originais por réplicas (o que nos parece mais correcto) ou por deixar que o "tempo" se vá encarregando do decaimento total e que os vindouros decidam e/ou nos acusem.

Não se nos afigura positiva nenhuma operação de limpeza ou a aplicação de quaisquer produtos, ainda que nos pareçam inofensivos, nem a instalação de protectores físicos (placas acrílicas, por exemplo), por serem inestéticos e prejudiciais (criar-se-ia um nanoclima adverso à já debilitada saúde da pedra).

Já havíamos referido em 1993 que deviam ser estabelecidos contactos com a EDP e com a TELECOM para que estas empresas retirassem, pela via pacífica, os

cabos que primorosamente contornavam o arco da Porta e optassem pela solução da instalação subterrânea.<sup>37</sup> Como já se disse os fios e os cabos eléctricos foram retirados em Dezembro de 1994 e Janeiro de 1995, após deliberação do executivo camarário.

## O LARGO O NOME

À Porta começava o espaço exterior - o Arrabalde.

"Porta da Vila" foi, talvez, o primeiro nome dado ao espaço envolvente da Porta.

Em 1890, aquando do ultimato inglês, e a exemplo do que aconteceu noutros pontos do País, a Porta foi baptizada de *Largo Serpa Pinto* em homenagem a um dos homens que havia contribuído para o conhecimento do interior africano e que, naquela data, os ingleses reclamavam.

Em 1981, aquando das comemorações dos 700 anos da Vila, outro nome lhe foi dado — *Largo Dr. António Granja* (1897-1964), homenagem ao médico que, embora não sendo filho da terra, muito amou os desfavorecidos desta, mas, em contrapartida, ele era, por alguns, pouco amado, pois não poupava críticas ao regime, e, assim, só tardiamente chegou o que o Sr. José Ventura Balonas já havia sugerido: "*De tantas ruas que temos, algumas com nomes que pouco nos recordam, nenhuma fala: (...) do Dr. António Granja Subdelegado de Saúde e Médico municipal que ao longo de vários anos espalhou pròdigamente o seu talento, na cura dos males que enfermavam os corpos, dando ainda, quando necessário, do seu bolso, medicamentos precisos*"<sup>38</sup>. Na altura (9 de Abril) foi inaugurado o busto que se encontra no Largo. À solenidade presidiu o Sr. Presidente da República — General Ramalho Eanes.

Riscou-se um nome e o candeeiro, com base em multicores flores envolvida, que ocupava o ponto central do Largo e que era parte integrante do "ex-libris" de Nisa. Nasceu outro nome e um monumento para um extremo deslocado e com pètreos cubos ali despejados. Críticas têm sido tecidas, não ao homenageado, mas à concepção do monumento que é considerado "pobre" e de difícil leitura e, ainda, ao local onde se ergue.

## A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

Inicialmente toda a vila estava circunscrita pelas muralhas, pois se assim não fosse não se compreenderia a existência destas e o criterioso projecto planeado e concretizado, mas com o rodar dos tempos, mais cedo ou mais tarde, o espaço interior acabaria por se mostrar insuficiente e começariam a ser construídas casas no espaço exterior, no Arrabalde. Ampliar as muralhas era solução, mas nem sempre fácil ou justificável. O Arrabalde foi crescendo. O *Cadastro da População do Reino* elaborado em 1527 (ordenado por D. João III) dá 295 moradores para a vila mais 54 casais apartados. Com data de 1554 a "*Carta de criação e ereição das igrejas de São Sebastião e São Simão*" diz "*serem os fregueses muitos, assim na vila como no arrabalde*"<sup>39</sup>.

Os desenhos elaborados por Duarte D'Armas, em data anterior (entre 1506 e 1511), mostram que realmente o casario já extravasava o burgo estendendo-se para Este. O espaço exterior envolvente da Porta era protegido por um troço de muralhas (em ruínas na época).

Atendendo às suas características é uma construção posterior à primitiva, possivelmente dos finais do séc. XIV ou princípios do XV.

ESPECIALIDADES  
em  
**CARNES FUMADAS**  
do Alentejo  
**João Rosa**  
NISA

(Correio de Nisa 22 e 29.7.45)

Sapataria  
**Modelo**  
DE  
Jodo de Oliveira Figueiredo  
Calçado feito e por medida, pa-  
ra homens, mulheres e crianças  
Executa todos os trabalhos da  
sua arte,  
Largo de Serpa Pinto  
NISA

**OURIVESARIA**  
Relógios das melhores marcas e dos  
mais fins modelos  
Completo e seleccionado sortido de  
fins objectos para Brindes  
**AGENTE DOS RELÓGIOS OMEGA**  
Largo de Serpa Pinto — NISA

(Correio de Nisa 29.7.45)

**Latoaria Central**  
—  
Única casa da especialidade.  
Grande sortido. Concretos em  
radladores.  
Largo de Serpa Pinto, 29 — NISA

(Correio de Nisa 5.8.45)

O paramento em frente da Porta deve ter sido destruído por ineficaz aquando das reparações empreendidas por D. Manuel I que igualmente mandou construir alpendres (abertos) junto das muralhas, "os alpendres do concelho".

Se o paramento a que nos referimos não foi derrubado ao tempo do rei Venturoso sê-lo-ia aquando da edificação da 2ª cintura defensiva durante a Restauração, pois esta "começava à Porta da villa junto da torre do relógio e continuava" para Oeste.

Foi neste espaço franco e aberto em frente da Porta conjugado com os alpendres, que se fizeram, até meados do século passado, os mercados e as feiras (nos

alpendres ficavam as lojas de fanceria, nos mercados, e as dos ourives, nas feiras), mas por falta de espaço, devido ao crescimento do comércio e à edificação de habitações, foi transferido para o Rossio (1847).

Não há, não são conhecidos, documentos que nos permitam determinar a partir de que data se começaram a edificar as primeiras habitações nas proximidades da Porta da Vila e que pouco a pouco contribuíram para que um espaço aberto e de grande visibilidade se transformasse num largo fechado e de horizontes restritos. Isto só aconteceu, certamente, a partir do momento em que se concluiu que as muralhas eram ineficazes face às novas armas e máquinas utilizadas no teatro da guerra. As muralhas foram construídas em plena Idade Média e a pirobalística do alvorecer dos tempos modernos tornava-as inoperantes. A guerra da Restauração obrigou, como já se referiu, à edificação de uma segunda cintura defensiva que começava à Porta da Vila passava por Santa Anna (zona do Cinema), detrás do Calvário e da Igreja do Espírito Santo, ao fundo da Devesa e ia até à Porta de Santiago (Palácio), onde se ligava à já existente. Ficou por concretizar um projecto à Vauban da autoria do francês Nicolau Langres, que englobava todo o burgo medieval e que se tivesse sido implementado teria evitado, possivelmente, algumas derrotas e, em 1704, o início da ruína do castelo, provocada pelos espanhóis, que viria a desaparecer<sup>40</sup>.

As casas começaram, assim, certamente, a ser construídas nas proximidades das muralhas (parte Sul), no geral, e da Porta, em particular, a partir de finais do Séc. XVII. A segunda cintura tirava o já pouco ou nulo valor defensivo da primeira e a Porta perdia a função para a qual fora criada de tal modo que, já se disse,

em 1744 a preocupação da vereação da altura foi melhorá-la esteticamente em vez de a municiar com características bélicas. Não deixa de ser curiosa a utilização que já era dada às muralhas na primeira metade do século passado e que continuou a ser prática corrente:

*"A outra muralha maior" (a medieval) "tem-se applicado a fins mais convenientes e salutareos do que aquelles para que foi edificada, porque está servindo de varanda e recreio ás familias, que habitam junto d'ella; e sobre outra parte estão varios edificios particulares, ficando por isso como obra de fortificação perfeitamente inutilisada; e também depois da invenção da artilheria pouco para este fim ella poderia servir pela posição geográfica da villa, que podia de qualquer dos lados ser batida e bombardeada"*<sup>41</sup>.

As primeiras referências escritas ao comércio e às casas, no Largo, são-nos

dadas pelo autor do texto anterior - Motta e Moura:

*"... n'este largo, que é o mais central e concorrido se faziam outr'ora os mercados, mas porque estes iam crescendo, e a superficie estava estacionaria e sempre na mesma, ficavam os concorrentes em aperto e incommodo, que se tornava escusado, havendo tão bello e espaçoso rocio, onde podiam fazer-se, como hoje se fazem, sendo para ali mudados por nossa ordem no anno de 1847; mas nos domingos, que não são de mercado, ainda se faz n'elle uma exposição de fructas, cereaes e outros generos de consumo, que vão concorrendo em tal quantidade, que talvez em breve seja preciso fazer nova mudança"*<sup>42</sup>.

*"O segundo largo é mais irregular, porque dos lados do sul e oeste é um polygono informe com um angulo agudo, que obstroe completamente a entrada por aquella parte, e impede, que d'elle se veja o rocio até Santa Anna; mas em compensação os seus edificios pelo norte e leste, e ainda mesmo da parte de oeste são muito mais apparatusos e bellos que os da praça" (Praça do Município), "porquanto junto do arco d'abobada, que já descrevemos" (é o alpendre que foi retirado em 1945 pela Direcção dos Monumentos Nacionais) "está o edificio nobre, que por nosso risco e direcção se fez dos velhos alpendres, que ali estavam," (os alpendres do concelho, do tempo de D. Manuel, que foram aforadas como se dirá mais adiante) "e que apresenta um prospecto admiravel"; (frente Norte — corresponde aos números de 26 a 33)<sup>43</sup> "depois junto d'elle estão as casas de residência do nosso querido tio, que para aquelle lado tem uma elegante e vistosa cimalha em forma circular,..."<sup>44</sup> (frente Nascente — corresponde aos números 23, 24 e 25).*

BOUTIQUE

*Filipana*

de: Piedade Nunes Baptista Cebola

*Confecção por medida  
Moda e Bom Gosto*

*Visite-nos*

Largo Dr. António Granja, N° 20 - 6050 NISA

(Notícias de Nisa 28.4.95)

## FARMÁCIA FERREIRA PINTO



Cosmética  
Manipulados  
Veterinária  
Ortopedia

Largo Dr. António Granjo, Nº 3 - 6050 NISA  
Telef.: 045/42335

(Notícias de Nisa, 25.8.95)

# Sales

Comércio de:

Religiosos  
Pratas  
Estanho  
Cristais  
Louças  
Roupas  
Flores



Utilidades para o Lar - Decoração

Largo Dr. António Granjo, 12  
Praça da República, 129  
☎ (045) 42693 6050 NISA

(Em saco plástico actual)

Este é o edifício hoje habitado pelo Senhor António Carmona Ribeiro que, segundo o autor, será o mais antigo. Teve a sua origem conhecida em casas (há uma data inscrita de 1774) da residência do capitão Manuel Pais de Moraes (falecido em 1785). Noutra passagem refere-se-lhe: "... situado no princípio da rua do Mourato da parte esquerda com duas frentes, sendo uma para a Porta da villa..." Foi o edifício

construído no lugar, em que estavam as casas da residência do capitão Manuel Pais de Moraes, que as legou com mais bens á Misericórdia, e esta depois aforou a Manoel Dias Pestana, que as deu a seu filho o sargento-mór Domingos Pestana que no anno de 1820 as reedificou e acrescentou com outras contíguas, que comprou; e d'elle passaram a actual possuidor, que no anno de 1828 casou com a sua viúva, e depois no de 1835 concluiu pela forma que hoje tem" ... "dois andares de três janelas cada um, e uma rica e formosa cimalha, com saccadas no centro" (frente para o Largo — Nascente, corresponde aos números 23, 24 e 25) "e um só andar, e sete janellas, tres de saccada com formosas bacias de cantaria e gradarias de ferro, e quatro de peito envidraçadas e oleadas, tudo com muita regularidade:" (frente para a actual Rua Cândido dos Reis - Rua do Senhor- números 1, 3, 5, 7) "tem varias salas, e quartos interiores, e muitas accomodações para os mesteres da vida, e sobre tudo uma espaçosa varanda sobre a muralha com as mais lindas e sedutoras vistas"<sup>45</sup>.

Este e outros edificios não encostavam à muralha, uma espécie de rua permitia a preservação desta porém, nos finais do século passado (1886), a Coroa vai vendendo a cada um dos proprietários este espaço público adjacente, que se transforma em quintal, com ou sem acomodações, e, a partir deste, constroem-se escadrias de acesso à muralha, que se transforma em sucessivas varandas e miradouros particulares.

Nos meados do séc. XIX (1845) a Câmara, presidida pelo Dr. Motta e Moura e sob proposta deste, deliberou aforar os alpendres do concelho "... mui deformes; porque eram abertos, tornavam-se perigosos de noite, e suspeitos de se commetterem

n'elles immoralidades" e "surge" em 1846 segundo "risco e direcção" do autor que estamos a citar "um dos dos mais bellos e regulares edificios modernos, com dois andares, quatorze janellas de frente, e uma sacada no centro, todo envidraçado"<sup>46</sup>. (Frente Norte - corresponde aos números 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33. O proprietário, José da Graça Curado - bisavô do professor José Francisco Figueiredo, o autor da "Monografia de Nisa" - ao arrematar os alpendres havia-se comprometido a instalar no edificio a construir a Casa do Peso porém, após a sua conclusão, foi autorizado, a seu pedido, a comutar este compromisso para casa a construir no Rossio de Fora, o que se concretizou.

Dr. António Granja  
MÉDICO  
19-N  
Consultas no Hospital  
Chamadas a  
qualquer hora.  
HOTEL CORREIA  
NISA

Recordando o homem e o médico que deu o mais recente nome à Porta da Vila. (Brados do Alentejo, 27.10.35)

"... no quinal da rua do Senhor uma linda casa de dois andares toda ornada e pintada com muito primor, que foi construída no anno de 1850;" (frente para a actual Rua Cândido dos Reis é o nº 2, foi porta, hoje é janela; para o Largo tem os números 21 e 22) " em frente estão quatro edificios todos de dois andares, que se erigiram desde o anno de 1838 até o de 1849, em que se acabou o ultimo junto do arco; ... "<sup>47</sup> (frente Oeste - corresponde aos números - da esquina para o arco — 7 e 8, 6 e 5, 4, 3 e 2. A frontaria que tem o nº 1 foi construída mais tarde, pois só nos finais do século houve venda do terreno e autorização de construir "arrimado" à muralha, mas a frontaria apenas corresponde a uma passagem).

Como se constatou o espaço em frente da Porta que começou por ser limpo e aberto como convinha para efeitos de defesa ou de contra-ataque veio a ser ocupado por casas de habitação de dois andares e acabou por ficar ladeado e fechado (séc XIX) a Este, Oeste e Sul.

Diz-nos José F. Figueiredo "Os edificios que o cercam datam quase todos da primeira metade do século XIX, excepto o que fica a sul, de dois andares, mandado construir por António Dinis Figueiredo em 1889" (frente Sul - corresponde aos números 12, 13, 14, 15 e 16).

Como no local onde se edificou este prédio havia outro ou outros de péssimo aspecto e prejudiciais à regularidade do largo, deliberou a Câmara, em sessão de 16 de Fevereiro de 1888, expropriá-lo e demoli-los. Feito o devido alinhamento, ficou a Porta da Vila com uma entrada franca — o que até aí não sucedia, pois as moradias expropriadas obstruíam tal comunicação, impedindo, no dizer do dr. Mota e Moura, que se visse o Rossio até Santana "<sup>48</sup>.

Nele desembocavam, primitivamente, duas ruas no canto Nordeste (a actual Rua Cândido dos Reis e a ligação ao Rossio e, hoje também, ao Jardim). Em 1888 foi aberta/alargada uma outra no ângulo Sudoeste, aquela que nos permite ver o Rossio até às bombas de gasolina, até ao Cinema (Santana). Sabíamos o que nos diz José F. Figueiredo, mas não sabíamos como era na realidade o Largo antes da *entrada franca*.

Por mero acaso chegou-nos às mãos uma planta antiga da Porta da Vila. O Senhor João Manuel Galhardo deu-nos conhecimento de uma pasta-arquivo existente na Divisão de Ambiente e Urbanismo da Câmara Municipal de Nisa. Um manancial de documentação inédita surge perante os nossos olhos. Fazia parte do espólio uma planta antiga da Porta da Vila, sem data. Despertou-nos a atenção por não corresponder ao traçado actual. "*Casa a expropriar*" estava inscrito no desenho. Expropriar para quê? Para alargar o espaço? Vieram-nos à memória palavras de Motta e Moura.

Ficou encontrado como era a Porta da Vila antes de 1888, ficamos a compreender a afirmação que Motta e Moura fizera: "*O segundo largo é mais irregular, porque dos lados do sul e oeste é um polígono informe com um ângulo agudo, que obstrói completamente a entrada por aquela parte, e impede, que d'elle se veja o rocío até Santa Anna;*".

O pavimento do largo começou por ser de terra batida, passou pela calçada dita "*à antiga portuguesa*" e em 1944 "*algumas ... ruas, encontram-se calcetadas a paralelepípedes ...*" e "*O Largo Serpa Pinto também se encontra assim, sendo de um lindo aspecto*"<sup>49</sup>.

*A Porta da Vila já não é o que era!* dizem os saudosistas.

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades!*

Mudaram-se os nomes ao Largo, porém esta mudança não o *aqueceu nem o arrefeceu!*

A mudança tem raízes mais profundas, *toda a vida é composta de mudança!*

A mudança, foi e é a nível local, regional, nacional...

A mudança foi e é política, económica, demográfica, social...

A Praça do Município continua a ser o largo "*mais antigo, regular e notável de todos*", continua a ser "*quadrado*", mas será ainda "*o primeiro*"?

Algumas instituições/serviços que estavam no edifício camarário (Finanças, Tribunal, Correios, Polícia...) saíram. O Hospital foi transferido. O Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia tem um acesso mais fácil, um acesso que não passa pela Porta. Alguns serviços da Câmara também se dispersaram por Nisa. Algum comércio que existia no velho burgo foi morrendo.

A Praça do Município ainda é "*o primeiro*"?

O burgo medieval deixou de satisfazer as necessidades do Século XX (automóvel à porta ou na "garagem", casa com mais divisões, casa de banho condigna ...) e os residentes que ficaram são, na maioria, os que já não tinham idade para emigrar ou construir nova casa.

Nisa cresceu e o Largo que se dizia "*o mais central e concorrido*" deixou de o ser, nasceram outros largos, outros espaços, criaram-se outros serviços, outras formas e outros locais de comércio, nasceram outros cafés, cervejarias e bares (as últimas

## AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS NA PORTA DA VILA — NISA

N.º Porta	Casa/ Actividade no passado	Casa/actividade no presente
1		
2	*Sucursal da Pensão Peninsular	
3	*Chapelaria Nisense — * Barbearia/Alfaiataria António Tremoco — * Lugar de Frutas de José da Cruz Maia de Joaquim	
4	* Chapelaria e camisaria de Alfredo Curado Bicho Maria Bicho * Tabacos, artigos de caça e pesca de António Grave * Comércio de electrodomésticos * Utilidades eléctricas-Rádio e TV de J. M. Charrinho	
5		
6		* Farmácia de Ferreira Pinto (Dr. Aniceto)
7		
8	*Sapataria Modelo de João de Oliveira Figueiredo	
9		
10	* Pensão Mundo Novo de António Maria Correia da Silva	*Café Martins
S/N		
11		
12	*Talho	*Sales — Comércio diverso
13		
14	*Ourivesaria Pina *Barbearia de Francisco Gonçalves Nunes *Electricidade/T.V. *J. P. Mendes	
15	*Antero Figueiredo — mercearias, papelaria, miudezas...	*Lugar de Frutas de Maria da Graça Curado Basso
16	*J. P. Mendes — mercearias, *Comércio de material eléctrico	
17		* Consultório-Mecânico/dentí
18	Mercearias	
19	*Centro Comercial de João da Cruz Rosa	
20		
21	*Padaria	*Boutique Filipana
22		
23		
24	*Café Restauração	*Escritório da EPAC
25		
26	*Casa de Mobilias de Joaquim Maria Bicho *Talho de César Figueiredo	
27	*Carpintaria Costa *Actividade ligada a pneumáticos de automóveis	
28		
29	*Latoaria Central * Café/leitaria de Luis Panasco	
30	*Escritório de Serviços do Sr. Martins *Barbearia Paralta	
31	*Cervejaria Central de António Maria Alberto	*Lugar de frutas de M.ª Augusta Palheta *e Isabel Carrasco
32		
33		

**Observações:**  
 \* Simboliza cada uma das casas/actividades sediadas na Porta da Vila. Mais do que um \* , no mesmo n.º de porta, significa a sucessão da casa/actividade.

A casa J.P. Mendes esteve, inicialmente, no n.º 17, mais tarde transitou para os n.ºs 14, 15 e 16. Para este levantamento baseámos-nos no contacto directo com as actuais casas, na publicidade comercial feita no passado e no presente na imprensa regional e contámos com a colaboração do Sr. António Carmona Ribeiro, do Sr. António da Conceição Maurício e do Sr. José Dinis Figueiredo Ramalhele, aos quais reiteramos publicamente os nossos sinceros agradecimentos.

contagens apontam para meia centena; em 1944 apenas havia 3 cafés, sendo um deles o do Sr. António Alberto, portanto na Porta da Vila)<sup>50</sup>.

Os jovens de hoje... *Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades!*

As Escolas do Rossio mudaram-se para o Convento, *toda a vida é composta de mudança!*

Fala-se muito na revitalização e embelezamento da Porta da Vila.

Embelezar é fácil - luz, cor e ausência de elementos perturbadores. Luz na Porta/Largo, luz na Porta/Monumento. Cor nos prédios, nalguns prédios - *"Reparações de frontarias"* lhe chamava em título, em 1945, o número primeiro do *Correio de Nisa* que registava *"... com sincera satisfação estas acertadas providências, porque vêm concorrer para o bom aspecto da Vila."*<sup>51</sup>. Acabe-se com a perturbação de tantos fios aéreos.

Revitalizar é mais difícil e complicado, mas não impossível - a revitalização faz-se com pessoas.

A revitalização não se faz com o parque de estacionamento que já se estende até à frente da Farmácia, Farmácia que con-

tinua a vender remédios, a curar e a dar vida às pessoas e ao Largo.

A revitalização da Porta faz-se com a revitalização do *Centro Histórico*, a revitalização da Porta faz-se, deve ser feita, integrada num todo coerente para a Vila de Nisa. Revitalizar não é ser só ponto de passagem, mas também, e aliado a actividades ali localizadas ou desenvolvidas, permanente ou temporariamente - comerciais, culturais, lúdicas ... - actividades que sejam únicas ou que, se tiverem concorrência, possam sair ganhadoras, ou, pelo menos, não perdedoras, porém a Porta da Vila já deixou de ser *"o mais central e concorrido"*.

A *"Porta da Vila"* já deixou de ser termo de comparação para quem tem *"um coração muito grande"*?

Poderá a *"Porta da Vila"* vir a ser termo de comparação para quem tenha um *"grande coração"*?

*"... e pelos séculos fora...continuará a ser a Porta da Vila"*.

## NOTAS

- <sup>1</sup> - *Carretas* eram os carros puxados por vacas ou bois e, deste modo, muito lentos, muito vagarosos.
- <sup>2</sup> - *Montesinho* é o nome dado aos habitantes das aldeias do concelho que não receberam foral de concelho - Monte Claro, Cacheiro, Pardo, Duque, Arneiro, Chão da Velha, Falagueira, Montes Matos, Albarrol, Pê-da-Serra, Velada, Vinagra e Salavessa. É empregue em sentido depreciativo. Cf. COSTA, Alexandre de Carvalho, *Gentílicos e Apodos Aplicados aos habitantes da Vila de Nisa e ainda a algumas localidades do Concelho*, edição da Câmara Municipal de Nisa, 1986, p. 22.
- <sup>3</sup> - *Arrabalde* é vocábulo de origem árabe e significa que *fica fora do recinto, que fica nos subúrbios*.
- <sup>4</sup> - FIGUEIREDO, José F., *Monografia da Notável Vila de Nisa*, Sintra, 1956, pág. 31. Ainda antes de a "Porta da Vila" conhecer o nome de *Largo Dr. António Granja* já o Professor Figueiredo fazia esta observação que continua a ser correcta.
- <sup>5</sup> - MENDES, Mário, "Nisa Viagem pela Toponímia", in *Diário do Alentejo*, 6 a 12 de Agosto de 1993.
- <sup>6</sup> - MOURA, José Dinis da Graça Motta e, *Memória da Notável Vila de Nisa*, Parte primeira, Lisboa, 1877 p. 167.
- <sup>7</sup> - *Ibidem*, p. 165
- <sup>8</sup> - *Sortes* era a designação dada à Inspecção Militar, que era realizada no edifício da Câmara por uma equipa do Exército que para o efeito ali se deslocava. Havia dias destinados para cada uma das freguesias.
- <sup>9</sup> - Cf. "Pedem-se providências urgentes" in *Correio de Nisa*, nº 1, 22 de Julho de 1945.
- <sup>10</sup> - *Memórias Paroquiais - Nisa, freguesia da Matriz*, Quesito nº 6, fls 141. Citado por PORTUGAL, Fernando, "A Igreja Matriz da Vila de Nisa - Subsídio para a sua História", separata do *Correio de Nisa*, 1966, p. 11
- <sup>11</sup> - Notícia de 1ª página in *Diário da Manhã*, 7 de Maio de 1932.
- <sup>12</sup> - Cf. LARANJO, P. M. Coelho, "As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo" in *Arqueólogo Português*, Série I, Vol XXVI, Lisboa, 1923/24, pág. 209 e BARRETO, Themudo, "A Ordem de Cristo" in *Reconquista*, 25 de Maio de 1995.
- <sup>13</sup> - MOURA, *ob. cit.* p. 167.
- <sup>14</sup> - Cf. *Correio de Nisa*, nº 1, 22 de Julho de 1945.
- <sup>15</sup> - Cf. *Correio de Nisa*, 9 de Dezembro de 1945. O "Café Restauração" foi inaugurado no 1º de Dezembro de 1945.
- <sup>16</sup> - PARALTA, M. de Lourdes Seabra de Mascarenhas, *Memorial em verso da notável Vila de Nisa, sua história, gentes, usos e costumes*, edição da autora, 1982, pp. 44. Esta situação já se alterou - o talho e os dois lugares referidos já não existem. O lugar existente hoje é outro.
- <sup>17</sup> - *Ibidem*
- <sup>18</sup> - Cf. PORTUGAL, Fernando, "Nisa e a campanha de 1704", in *Correio de Nisa*, 26 de Junho de 1965.
- <sup>19</sup> - Cf. GONÇALVES, João Gouveia Tello, *Construção das muralhas de Castelo Branco e Nisa*, separata de Estudos de Castelo Branco, 1965
- <sup>20</sup> - FIGUEIREDO, *ob. cit.*, p. 12.
- <sup>21</sup> - Cf. MURTA, José Dinis, "Nisa e o seu Centro Histórico - Breve Análise Histórica e Urbanística", in *Centros Históricos*, nº 1, Março de 1995, pp. 54/58.  
*Idem*, "O Centro Histórico de Nisa - Breve Análise Histórica e Urbanística" in *Notícias de Nisa*, nº 2, 12 de Maio de 1995; nº 3, 26 de Maio de 1995 e nº 4, 9 de Junho de 1995.
- <sup>22</sup> - KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal, I - Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1943, p. 105.

- 23 - MARIA, Fr. Agostinho de Santa, Santuário Mariano, Lisboa, Off.<sup>a</sup> de António Pedrozo Galvão, 1707/23, tomo 3<sup>o</sup>, livro 4<sup>o</sup>, p. 392.
- 24 - A transcrição foi feita a partir da inscrição da lápide, que conforme se dirá foi encontrada em Março do corrente ano. A transcrição que se encontra na pág. 14 da *Monografia da Notável vila de Nisa* contém algumas incorrecções, possivelmente tipográficas; nela nos baseámos em estudos anteriores.
- 25 - MOURA, ob. cit., p. 163.
- 26 - Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. p. 16, nota de rodapé.
- 27 - MOURA, ob. cit., p. 162.
- 28 - Cf. FIGUEIREDO, Ob. cit. p. 15, nota de rodapé.
- 29 - Foi notícia in *Correio de Nisa* de 28 de Outubro de 1945
- 30 - Cf. Edição de 1993, 2<sup>o</sup> volume, p. 54.
- 31 - Cf. MURTA, José Dinis, "Em Defesa do Património - Intervenções na Porta da Vila em Nisa", in *O Distrito de Portalegre*, 30 de Dezembro de 1994
- *Idem*: "Porta da Vila - Centro Histórico de Nisa - Errare humanum est", in *Fonte Nova*, 26 de Janeiro de 1995.
  - *Idem*, "A Nova/Velha Imagem da Porta da Vila - O Núcleo Histórico de Nisa", in *O Município - Boletim Oficial da Câmara Municipal de Nisa*, nº 89, 1 de Fevereiro de 1995, pp. 4 e 5)
- 32 - O *Curral da Adua* é hoje armazém camarário mas em tempos idos foi o local onde diariamente, pela manhã, se reuniam os porcos de diferentes donos para depois, durante o dia, em conjunto, em vara, serem conduzidos pelo *adueiro*, pelo porqueiro, por terrenos baldios, caminhos e ribeiros para se alimentarem. À tarde era o regresso e a dispersão, a *recolha* de cada animal a casa do seu dono. Também se realizaram touradas no *Curral da Adua*. Era no tempo de outras vontades; hoje os enchidos adquirem-se no "*Jumbo*" ou no "*Pão-de-Açúcar*" e as touradas têm outras formas e outros espaços.
- No *Curral da Adua* há mais *Pedras* das quais oportunamente será dada notícia mais circunstanciada; para já refira-se que uma fez parte da base de um cruzeiro com a data inscrita de 1638 (esta data increve-se também no cruzeiro de N<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup> da Graça) e outra é uma ara romana (mais uma para a longa lista do Concelho de Nisa). O cruzeiro esteve em frente da Igreja de S. Pedro, segundo informação do Senhor António Carmona Ribeiro. A Igreja de S. Pedro já não existe, no local implantou-se o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia.
- 33 - O achado destas duas lápides deve-se às persistentes pesquisas efectuadas pelo Sr. António Carmona Ribeiro e pelo Sr. João Francisco Lopes.
- 34 - Para a leitura e tradução desta epígrafe tivemos a colaboração de pessoa amiga, do Sr. Padre Manuel André Pinheiro, a quem, publicamente, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.
- 35 - MURTA, José Dinis, "Nisa - Duas Lápides que estiveram na Porta da Vila", in *Fonte Nova*, 4 de Março de 1995
- *Idem*, "História Breve de Duas Lápides", in *O Pregão*, nº 66, 20 de Julho de 1995.
- 36 - No desenho de Duarte D'Armas o arco é de volta perfeita, sem-circular. O desenho, no geral, tem-se revelado fiel e rigoroso, depreendemos ter havido aqui uma imprecisão do autor.
- 37 - Cf. MURTA, José Dinis, *Os Brasões da Porta da Vila de Nisa - O Estado de Decaimento - Proposta de Conservação/Preservação*, Outubro de 1993, (exemplar na Biblioteca Municipal de Nisa)
- 38 - BALONAS, Ventura J., "Para uma nova Toponímia" in *Correio de Nisa*, 8 de Janeiro de 1966
- 39 - Cf. PORTUGAL, Fernando, "A Igreja Matriz da Vila de Nisa - Subsídio para a sua História", separata do *Correio de Nisa*, 1966, pp. 12 e 13.

- 40 - Cf. MURTA, José Dinis, "28 de Março - Dia Nacional dos Centros Históricos", in *O Pregão*, nº 60, 30 de Março de 1995.
- 41 - MOURA, ob. cit., p. 165.
- 42 - *Ibidem*, p. 167.
- 43 - A numeração do Largo é corrida, seguida de 1 a 33. Começa à esquerda da porta propriamente dita e segue em sentido inverso ao movimento dos ponteiros do relógio. Há janelas que já foram portas, mas a numeração não as conta; há uma porta sem número (corresponde a uma das entradas do Café Martins, a que dá para o Largo - neste edifício funcionou a escola feminina) e o 12 repete-se duas vezes - um é porta de habitação e outro está ligado ao comércio (este último foi porta, janela e novamente porta).
- 44 - MOURA, ob. cit., pp. 166 e 167.
- 45 - *Ibidem*, p. 161.
- 46 - *Ibidem*, pp. 162 e 161.
- 47 - *Ibidem*, p. 167.
- 48 - FIGUEIREDO, ob. cit., p. 30
- 49 - GOULÃO, António, "Descrição de Nisa" in *Correio de Nisa*, 19 de Julho de 1969.
- 50 - *Ibidem*, 22 de Julho de 1967
- 51 - Cf. *Correio de Nisa*, nº 1, 22 de Julho de 1945

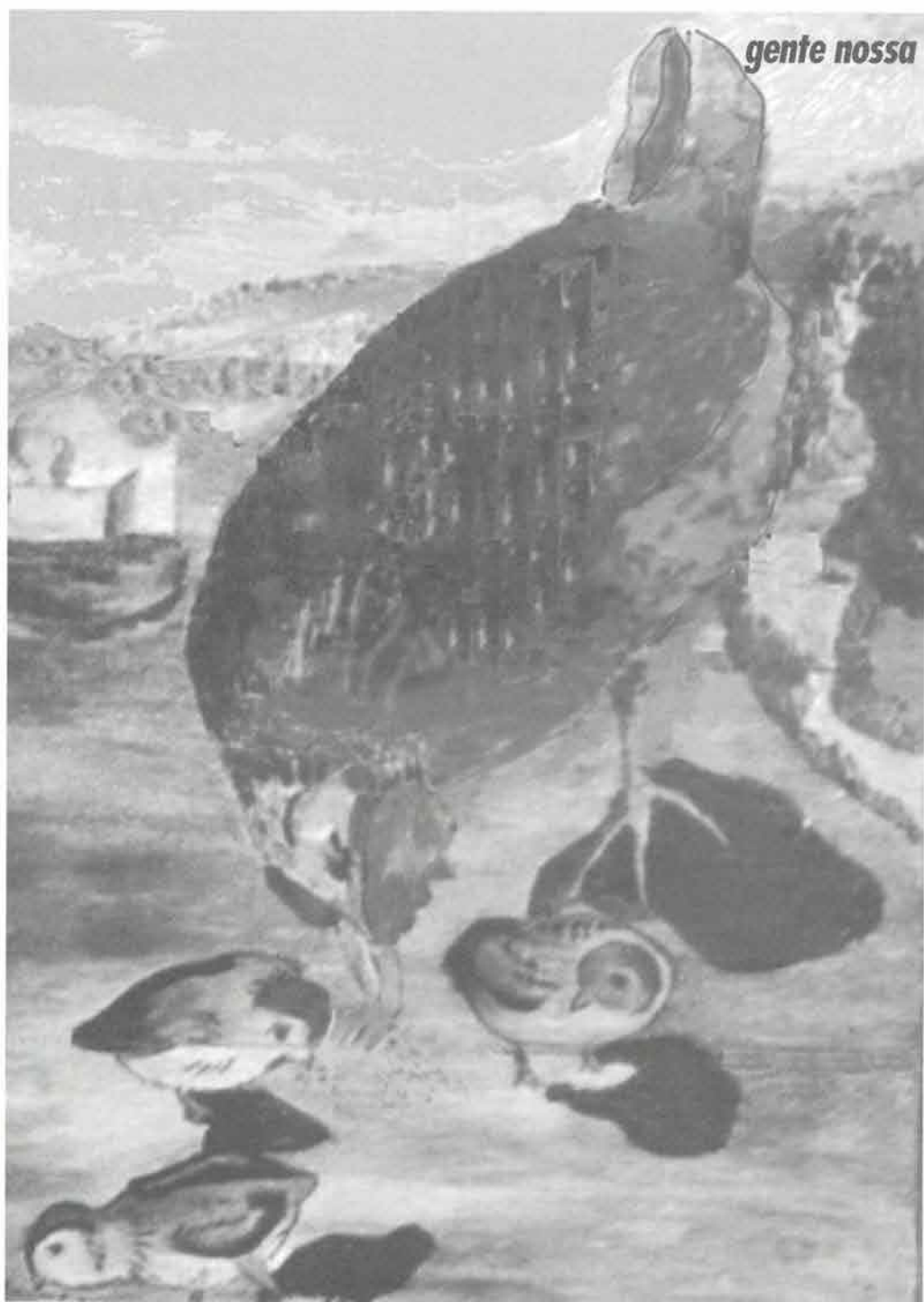
#### Referências Bibliográficas — Fontes Complementares

- ALMEIDA, João de, *Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, 1943
- ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Fac. simile do MS. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Patrocínio da Academia Portuguesa de História e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1990
- AZEVEDO, Pedro A. de, *Extractos Archeológicos das "Memórias Paroquias de 1758"*, "O Archeologo Português", V, 1900, pp. 349/352
- BARROS, Luís Aires, *Alteração e Alterabilidade de Rochas*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1991
- BARROS, Luís Aires, Os Monumentos e a Doença da Pedra, in *Colóquio/Ciências*, Revista de Cultura Científica, ano 3, nº 9, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, pp. 59/74
- BASSO, José Fraústo, *Nisa-a-Velha - Tradição - Lenda*, "O Distrito de Portalegre", nº 5 744, 21 de Agosto 1981
- CARDOSO, p<sup>te</sup> Luís, *Dicionário Geográfico ou Notícias de Todas as Cidades, Vilas, Lugares e Aldeias de Portugal e Algarve*, Lisboa, 1747/1751
- COELHO, P. M. Laranjo, *As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo*. "O Arqueólogo Português", XXVI, 1923/24, pp. 185/248
- COSTA, Alexandre Carvalho, *Toponímia Portuguesa - Nisa*, "O Distrito de Portalegre", nº 5 519, 18 de Fev. 1977
- COSTA, António Carvalho, *Corographia Portuguesa e Descripçãem Topographica do Reino de Portugal*, Lisboa, 1706-1712
- GASPAR, Jorge, *A Propósito da Originalidade da Cidade Muçulmana*, in *Separata de Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. III - 5, Lisboa 1968
- GASPAR, Jorge, *A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média*, in *Separata de Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. IV - 8, Lisboa 1969
- GASPAR, Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1987, pp. 243/259

- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, Lda, Lisboa, 1989 (2ª edição)
- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873-1890 (Voz: Nisa)
- MURALHA, Pedro (direcção de), *Album Alentejano*, Tomo III, Distrito de Portalegre, Lisboa, s/data, pp. 871/897
- VASCONCELLOS, J. Leite de, *Coisas Velhas - 79. Senhora da Graça de Nisa*. "O Archeologo Português", XXII, 1917, p. 167
- VASCONCELLOS, J. Leite de, *Matéria Filológica 2 - Etimologia de Nisa*, "Revista Lusitana", XXIX, 1930/31 pp. 173/185

#### Outras Fontes

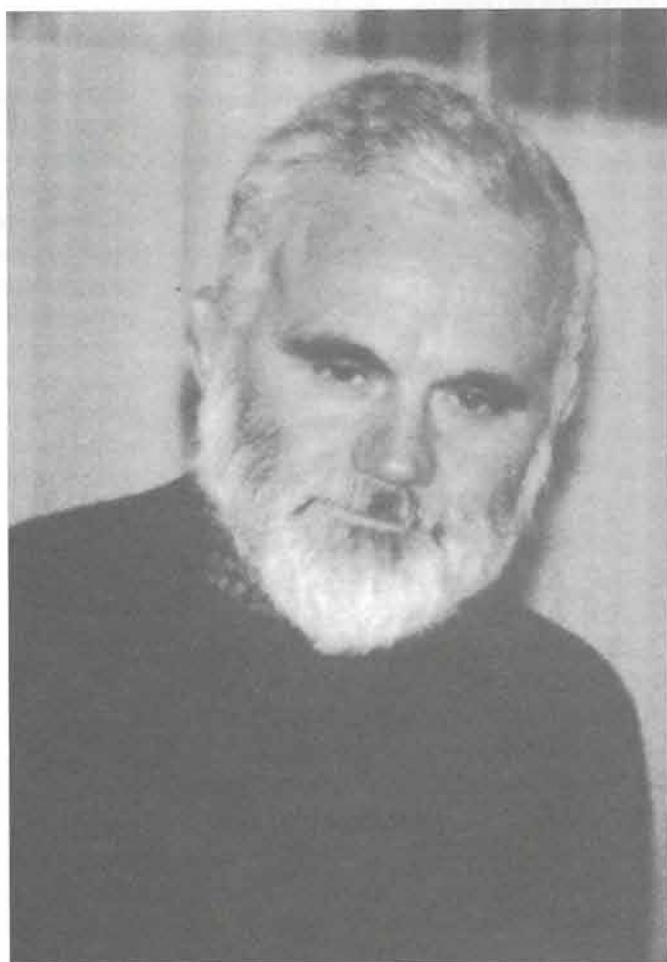
- Arquivos da Câmara Municipal de Nisa
- Carta Corográfica - escala 1.100 000 - folha 28 - Ano de 1960
- Carta da Propriedade Rústica - Escala 1/5 000 - (Vila de Nisa) - Campanha de 1959 com introdução de algumas alterações até 1989
- Carta Militar de Portugal - escala 1/25 000 - folha 324 - Ano de 1946
- Fotografias Aéreas - 16 Maio 1989 - (Visão estereoscópica)
- Fotografias Antigas e Recentes
- Núcleo de Museologia da Fundação Lopes Tavares - Nisa
- Plano Geral de Urbanização de Nisa (Planta Síntese) - 1992
- Projecto de Ampliação da Rede de Distribuição de Água de Nisa (Plano Geral, escala 1/1 000 - s/data, mas provavelmente dos inícios dos anos 40 - séc. XX) (cedido por um particular)



*gente nossa*

# MANUEL RAMIRO SALGUEIRO - - O HOMEM E A ESCRITA

Carlos Marques



*Manuel Ramiro Salgueiro:  
"Chamei parvo ao ministro uma  
parvoíce ministerial".*

Aos 28 dias de Outubro de 1933, nascia em Escusa, freguesia de São Salvador da Aramenha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre, Manuel Ramiro Salgueiro. Homem solitário, introvertido, provocador, amante da Natureza e dos outros, permitiu que entrássemos na sua vida para que pudéssemos desvendar um pouco da sua personalidade e o revelássemos nestas páginas aos homens da sua terra.

Encontrámo-lo em Lisboa, em sua casa numa tarde de domingo, sentado em posição de meditação, apenas visível por uma luz ténue que ilumina pontualmente a sala, e foi aí que iniciámos a descoberta deste homem de barbas brancas e olhos claros de um brilho intenso.



N.º 159869 (Série E)

NASCIMENTO

Nome Manuel Ramiro Salgueiro  
filho de João Estanislau Salgueiro  
e de Juliana da Conceição Ramiro  
nasceu em Escusa, freguesia de Aramenha, concelho de Marvão, distrito de Portalegre  
aos 28 de Outubro de 1933 como se vê do registo n.º 183 - a fl. 917 do ano de 1933  
Mãe e Comar? do P.º Civil, 21 de Fevereiro de 1933

Out. Com.º do Registo Civil,

*[Handwritten signature]*

Imprensa Nacional

Rosto da sua cédula pessoal

À medida que se desenvolvia a nossa conversa fomos sentindo uma maior proximidade com um homem de carácter reflexivo, bom comunicador, nada tímido, sempre frontal nas afirmações e na exposição de ideias e, paulatinamente, fomos descobrindo toda uma vida de luta sem tréguas, com laivos de marginalidade. Marginal da palavra, esteve sempre do lado dos fracos e dos perseguidos, considerando que as pessoas apenas conhecem a sua personalidade aparente porque raramente alguém conversa com ele. Apenas vêem a sua figura, as características físicas, algumas características psicológicas que se reflectam na moral dos outros, e mais nada. A sua personalidade real não está escondida, simplesmente não tem ocasião de a definir porque, desde muito novo se sentiu um solitário, desde criança que a solidão o acompanhou. Se, por um lado, tinha uma grande necessidade das pessoas, por outro, sentia-se mal no meio delas. Só há uma boa dezena de anos esta sensação se tornou clara, quando houve necessidade de se definir na sua actividade e no seu resto de vida. Havia necessidade de uma redefinição das normas que tinha desde criança e o estudo da psicanálise ajudou-o a encontrar o seu eu profundo, a encontrar o seu verdadeiro caminho o que, por sua vez, destruiu completamente a imagem que os outros tinham dele. Então aconteceu o conflito quando, por volta de 1964, senti que o seu olhar chocava as pessoas e senti, ao mesmo tempo, medo de olhar os outros, sentia-se procurado, mas a sua personalidade amedrontava-o, o que provocou um ainda maior afastamento. Começa nessa altura a ser professor, a dizer verdades aos alunos e a criar, com isso, problemas aos adultos. Em 1970 "cortaram-me o pio e, a partir dessa

*altura a minha vida foi um caos*". Hoje, só está vivo porque teve um pouco de consciência de si mesmo; foi agredido de todas as maneiras e feitios. A primeira grande agressão sentiu-a no campo religioso. Estudou no Seminário de Aveiro durante três ou quatro anos, onde não o perceberam e um dia, infantilmente, disse no recreio: "e se me fosse embora?"; um dos alunos mais velhos ouviu, foi dizer ao padre e, de imediato, o conduziram à estação. Com quinze anos sentia que era já uma *persona non grata*. Não tinha ido para o Seminário por vocação, mas por tradição de família; o lado positivo da sua passagem pelo Seminário foi uma certa cultura que lá adquiriu, mas nada mais do que isso. A saída do Seminário condenava-o a voltar à Escusa, a trabalhar com o seu pai agricultor, ao pesadelo do trabalho da terra, da colheita da azeitona, do apascentar do gado. Recorda que quando saía com o rebanho se deixava ficar em contemplação, os animais abalavam e depois tinha que andar o resto do dia à procura deles, não os encontrava e o pai chegou a bater-lhe por isso. Foram dois anos à beira da loucura; sentia-se atirado para um meio que não era o dele, nunca gostou da agricultura, da natureza sim, ainda hoje, porque aí encontra a paz. A sua fixação sempre foi a cultura, querer saber coisas, mas não ali, nem daquela maneira, precisava de uma libertação que tardava a chegar. Entretanto, o irmão formou-se e mandou-o estudar para Évora, onde fez os primeiro e segundo ciclos num ano. Com dezanove anos e foi logo para a tropa onde cumpriu o serviço militar como cabo miliciano. Fez, nessa altura, algumas disciplinas do antigo sétimo ano do liceu. Após o serviço militar empregou-se na Casa Pia de Lisboa e fez outra parte do sétimo ano, tendo completado a alínea de

Letras e deixado duas disciplinas da alínea de Ciências por fazer. Entrou para a Faculdade de Letras com média de dezasseis valores. O primeiro ano correu muito bem e decidiu dedicar-se à investigação, mas no princípio do segundo ano um esgotamento impediu-o de continuar os estudos com o mesmo ímpeto com que os iniciara. A necessidade de sobreviver em Lisboa, uma vez que não tinha emprego nem podia estar a viver à custa da família, obrigou-o a procurar novo emprego; conseguiu começar a dar aulas, com um horário incompleto, e assim foi fazendo o seu curso universitário, tendo também tirado o Curso da Alliance Française.

Durante os seus tempos de estudante-trabalhador, sentia-se doente, mal podia estudar. Um dia resolveu palmilhar quilómetros por Lisboa e foi parar ao Viaduto Duarte Pacheco, andavam nessa altura a construir a auto-estrada da Ponte. "Por volta das seis da tarde, estava a choviscar, reparo num grande aglomerado de trabalhadores que acabavam o trabalho e vejo um indivíduo ajoelhado, de mãos postas, voltado para o sol, pensei que fosse algum árabe; pedi para me deixarem a sós com ele e verifiquei que estava perante um paranóico, um suicida. Agarrei-o, fui levá-lo à família e deparei com problemas gravíssimos. Pensei que como cristão e católico que era, não o devia largar mais e não o larguei; agarrei-o com força e não se matou, morreu quinze anos depois, de ataque cardíaco. Mas daí para a frente fiquei com fama de homossexual; as pessoas não podiam de modo nenhum deixar de acreditar nisso, uma vez que me viam com ele para todo o lado.

Inclusivamente os próprios padres assim pensavam. Afinal, fiz isto por caridade, com a melhor das intenções, e estes sacanas que andam a apregoar o amor de Deus fazem uma coisa destas?". Com estes problemas à flor da pele, Ramiro Salgueiro dedica-se afincadamente ao estudo da Psicanálise e fecha-se cada vez mais no seu casulo. Com a questão levantada a propósito da sexualidade, falou-nos da sua experiência tardia com mulheres, dos seus sucessos e dos seus fracassos, dos assédios homossexuais que sofreu, em consequência da fama que teve, e do conceito de homossexualidade, na perspectiva do yoga. Diz Ramiro Salgueiro: "Nesta perspectiva, se todos nós somos filhos de um homem e de uma mulher, porque é que não

havemos de ser homossexuais também? Quer dizer, uma coisa é ser, outra coisa é o praticar, foi a conclusão que eu tirei. Hoje não há homossexuais, há apenas sexualidades. Cada um deve tomar o seu caminho sexual, todos são livres, não há morais que impeçam de se fazer aquilo que se quiser, desde que não se prejudique ninguém. Deve-se lutar contra os excessos e os abusos sexuais, a estupidez e a hipocrisia. A minha moral é esta. Ora, qual é a religião, qual é a moral, qual é a ética que ensina a pessoa a evitar os abusos e os excessos? O yoga ensina-nos. Esta é a minha verdadeira personalidade moral, que ninguém conhece". À medida que se aperfeiçoava



Diploma da conclusão do Ensino Primário Elementar

no yoga ia descobrindo que, na realidade, o que procurava na sua vida eram guias, porque nunca tivera um pai à altura e o avô morreu, num momento importante da sua vida, quando sentiu a necessidade de ter alguém próximo que o conduzisse, que o orientasse. Era em homens de idades avançadas que procurava essa imagem. Na Escusa encontrou o Teofa, nos Açores encontrou um outro indivíduo, com quem aprendeu que a solidão e o isolamento, tal como a idade, espiritualizam o corpo. Estes dois homens, para além do suicida de que nos falou antes, foram também seus guias na procura de modelos em que se tinha empenhado. Actualmente considera ter já encontrado o seu caminho, através da psicanálise e do yoga.

Recordando alguns episódios da sua vida, conta que um dia, após ter dado uma entrevista ao então Rádio Clube Português, foi passear para a Praça da Figueira e viu um indivíduo dar um pontapé a um pombo e pensou: "É aqui que fico." Tomou a atitude socrática, vestiu-se de uma forma simples e despretensiosa, camisa e calças, por vezes calções, começou a rir de tudo e de todos tendo por ali ficado durante dois anos. Gastou dezenas de contos em milho, ia todos os dias para ali duas ou três horas, pedia baldes às floristas que enchia de água e dava aos pombos. Depois, escrevia cartas ao Presidente da Câmara da altura, o Engenheiro Nuno Abecassis, em nome dos pombos da Praça da Figueira. Após a primeira carta apareceu uma quantidade enorme de pombos mortos em frente da Praça do Município. Diz Ramiro Salgueiro: "O tipo deve-se ter vingado, porque eu gozei com ele. Eu escrevia nas cartas: se vocês não fazem isto, um dia, quando forem a passar a gente caga-vos em cima." Com estas atitudes criou amigos e

inimigos, mas convence-se que conseguiu revolucionar, pelo menos, algumas mentalidades. Mesmo assim, em 1979, quando era já professor profissionalizado, e acreditava que alguma coisa tinha mudado na maneira de cada um encarar o outro, havia alunos que não o queriam deixar entrar na escola, dada a sua fama de homossexual, e os seus colegas professores olhavam-no com uma raiva enorme. Nas escolas por onde passou deixou marcas aos outros e a si próprio; agitava a escola, ia para as aulas de uma forma diferente, espontânea, sincera, sem hipocrisias, dizia a verdade, colocava uma certa poesia na maneira como dizia as coisas e isso "encantava os cachopos". Tentaram mover-lhe processos disciplinares nas escolas porque tinha fama de agitador, o que causava medo aos reitores, "no Passos Manuel estive oito meses no estaleiro. Chamei parvo ao ministro, uma parvoíce ministerial.". A sua explicação para estes acontecimentos, encontra-a no yoga, na explicação karmica, "o karma diz-nos que os nossos actos presentes são causados pelos actos do nosso passado, se não os corrigirmos de actos praticados no presente, eles em futuras gerações continuarão a prejudicar-nos e a levar-nos por caminhos ínvios até que não tenhamos consciência deles".

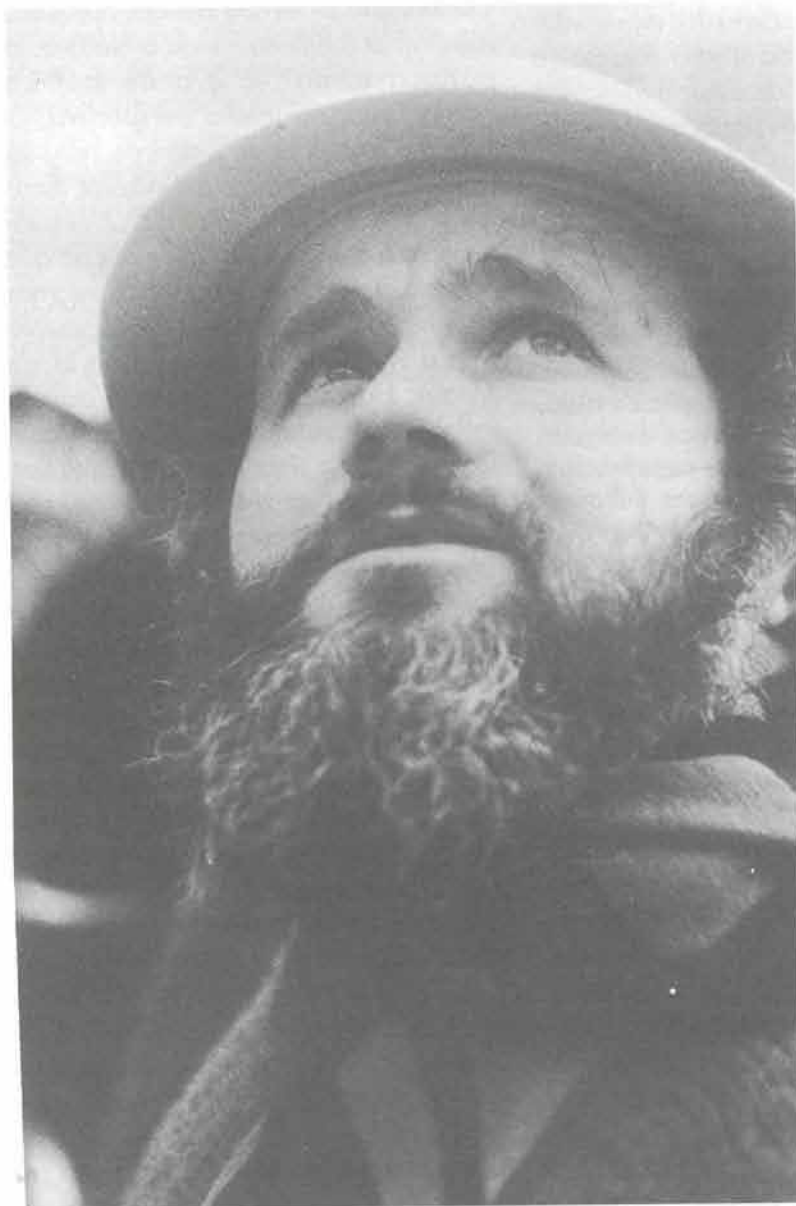
Partindo para uma reflexão pessoal sobre o mundo, Ramiro Salgueiro aceita a mundialização, mas pensa que os caminhos que estão a ser seguidos poderão não ser os mais correctos. No que diz respeito à Comunidade Europeia, aceita-a como um caminho para o encontro do Homem com o Homem, mas é difícil chegar a bom termo com este processo, dado o esbanjamento de energia que se continua a praticar em função

de uma elite minoritária fixada no hemisfério norte. Diz ele *"Em termos nacionais há uma elite socio-político-cultural que absorve a maior parte das energias e fica a massa, constituída pelo aglomerado de minorias, a ceder sempre de boa vontade e inconscientemente a energia que possuem a indivíduos que a gastam em excesso. Encontramos então escalões, nos níveis mais baixos da escala humana, verificamos que as pessoas projectam as suas necessidades nos tais grupos elitistas, nas tais pessoas carismáticas e esquecem-se dos próprios problemas. Como depois sentem os problemas na pele, lutam umas com as outras e não se entendem. Cada um procura as suas conveniências e não há solidariedade. O Homem não consciencializa a sua personalidade e não vê no outro um ser humano como ele. Não percebe que não pode gastar em excesso porque quem está ao seu lado também precisa de ser apoiado. A incessante busca gananciosa dos homens é centrada na terra, o que conduz à pobreza, à desertificação, à emigração por falta de recursos, a matança inconsciente iníqua da fauna e da flora ao nível do país, ao nível do mundo; que direito terá o Homem de gastar em excesso ao ponto de extinguir uma espécie? Será o Homem o rei do universo?"* Este é, na perspectiva de Ramiro Salgueiro, um problema mágico, já que o Homem ainda não se consciencializou da sua situação: *"Cientificamente, sabe-se que a Terra não é o centro do universo, Copérnico disse-o, sabe-se que o homem*

*não é o rei dos animais, é descendente do macaco, disse-o Darwin e, sabe-se também que o homem não é o centro de si mesmo, o homem é um esquizofrénico, disse-o a psicanálise. As elites sabem-no e não têm coragem de o dizer; continuam a viver tal e qual como homens arcaicos e, portanto, por este processo, mata-se tudo e é impossível evitar as guerras. Só quando os homens se consciencializarem que, de facto, a Terra não é o centro do universo, que eles próprios não são os reis dos animais e que nem, coitadinhos, são reis de si próprios, só nessa altura é que é possível encontrar a paz. Transpondo isto para níveis políticos, procurar-se-ão soluções políticas e nunca se encontrarão. Construirão muitas estradas e barragens e estragarão completamente a natureza e ficarão na mesma e depois, consoante os maus humores que chovem da Comunidade Económica, este país afundar-se-á porque a agricultura está a morrer e vai ser tudo importado, este país será, dentro de dez ou vinte anos, um vazadouro de turistas que não sentem os problemas dos locais para onde vão passar as férias e depois vão-se embora, depois de deixarem tudo estragado e, os que cá estão, são tão loucos como eles e pensam que assim é que é bom, veja-se a entrada de Castelo de Vide, parece um bocadinho de Albufeira".* Confrontado com estas realidades, Ramiro Salgueiro considera-se um anarca, não no sentido vulgar da palavra, mas como yogui, já que na visão desta doutrina, não necessita de ter poderes, pondo em causa a sua

própria vontade de poder, prescindindo dos poderes, o que é o princípio da libertação. A sua alimentação é limitada, apenas faz uma refeição diária, por vezes come uma

fatia de pão com queijo, fruta, bebe água, de três em três dias come um prato de fogaço que gosta de acompanhar com uma pinga de vinho bom, bebe um café de vez em



Manuel Ramiro  
Salgueiro :  
"Cortaram-me o pio  
e, a partir dessa  
altura a minha vida  
foi um caos".

quando, desta maneira é que tem mantido a saúde e tem mantido a sua postura em face da sociedade. Dando um sentido político a estas atitudes, Ramiro Salgueiro gostava que os outros vivessem deste modo, porque só assim se poderia dar vida a tudo: "o caminho da vida é este mesmo, o caminho da liberdade é este mesmo, é a gente encolher-se. As pessoas sabem que isto é verdade, mas não sabem como fazê-lo, só o yoga é que ensina estas coisas. É através do yoga que eu procuro o auto-aperfeiçoamento que, infelizmente, é muito lento; é isto que me interessa." Partindo da descoberta do yoga e a propósito da religião, Ramiro Salgueiro, aponta toda uma série de conceitos e ideias sobre os quais se debruçou e que, de alguma forma, têm conduzido o seu pensamento e lhe dão, actualmente, as suas linhas de conduta em termos religiosos: "No livro *Paira o Açor*, eu defendo que é urgente substituir Tomás de Aquino por Francisco de Assis, isto tem um fundamento filosófico, porque todo este desenvolvimento socio-político, científico e cultural tem a sua raiz no cristianismo. Não haveria ciência se não houvesse judaísmo e cristianismo. Deus dominou a natureza criada e o homem pode ser Deus se conhecer as leis da natureza. Todo este fenómeno de desenvolvimento científico, tecnológico tem as suas miseráveis raízes numa grande ideia, que é o cristianismo, portanto, quem é o grande expoente filosófico do cristianismo? São Tomás de Aquino, quem foi o desgraçado, espezinhado na mesma altura pelo cristianismo? São Tomás de Aquino, porquê? porque o

*cristianismo se aliou à política. Qualquer religião, quando se alia à política, estraga tudo. O cristianismo deixou de ser religião verdadeira quando Constantino se tornou cristão, porque a hierarquia religiosa imitou a hierarquia política e, daí, o grande mal do cristianismo, na minha perspectiva. O máximo expoente de toda esta religião política é o cristianismo e o máximo mentor é S. Tomás de Aquino. O Renascimento é a origem do racionalismo que informou toda a nossa vida. Nós estamos a viver no Renascimento, o Renascimento está a viver nos últimos anos da Idade Média. Há que substituir toda aquela inflação cultural das sumas filosóficas e teológicas pela simplicidade de uma flor. Eu não sou materialista, eu sou espiritualista. Do ponto de vista yógico, o que de facto existe é o espírito, simplesmente, o espírito tem necessidade de desenvolver um corpo para se aperfeiçoar. É o próprio espírito que constrói o corpo aparente para se aperfeiçoar; quer dizer que o grande espírito universal dá origem a um corpo, ele próprio, por amor, divide-se em múltiplas parcelas, envolve-as dentro desse corpo e diz assim: vivam por vocês próprios; isto é, para mim, o conceito de criação, diferente daquele Deus possessivo e malfeitor: Faça-se a Terra, do judaísmo, eu não gosto disso. Esta maneira de ver a Criação é uma autêntica doação, aliás, é a doação que está na origem do Cristianismo. Cristo era um yogui, eu não sou capaz de ver Cristo senão como yogui, porque os*

*yoguis, com o desenvolvimento superior, são capazes de fazer aqueles milagres todos. Cristo tem a escola oriental, era um yogui, simplesmente, transpôs o yoga para o Ocidente e adaptou-o. Pai Nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome, isto é uma autêntica oração yogica, mas quando se volta à outra parte: o pão nosso de cada dia nos dai hoje, isso já não é. Nós não precisamos de pedir nada porque Deus sabe tudo aquilo que nós precisamos”.*

Como homem de cultura, quer pelos seus conhecimentos, quer pela sua produção, procurámos saber a sua opinião sobre este tema, tendo Ramiro Salgueiro considerado que a cultura, pela maneira como é proposta em termos sociais, não passa de uma alienação. Pergunta: *“valerá a pena nós esquecermo-nos de nós próprios e alienarmo-nos em ideias que nos propõem e que muitas vezes vão influenciar o nosso espírito? Mas depois põe-se-me o problema, o exame de consciência, valerá a pena eu fazer cultura? O que é a cultura, afinal? Para mim a cultura é a auto-consciencialização de si próprio, no sentido de ser cada vez melhor e criar um ambiente não só para si como para os outros.”* Naturalmente quisemos conhecer também um pouco deste homem fabricante de cultura através dos livros que escreve e ficámos a saber que Ramiro Salgueiro começou a escrever com treze anos; inconscientemente, fazia umas redacções, mas não teve de imediato uma consciência da escrita. Com os problemas que lhe surgiram na altura, a saída da aldeia, o mal que se dizia da literatura, a subordinação da literatura à

moral, afastou-o da ideia. Só mais tarde voltou a pensar na escrita, quando abriu os olhos para o mundo, quando encontrou casos e pessoas que lhe despertavam a atenção. O seu primeiro poema, ainda inédito, chama-se *Desespero*, e é a nota clarificante do seu estado de espírito, na altura em que foi escrito. Andava sempre acompanhado por um bloco a que chamou “bloco maldito” e anotava tudo o que lhe ocorria a qualquer momento, depois começou a escrever uma espécie de diário sobre o paranóico e suicida que encontrou, a sua vida com ele. Aos poucos, à medida que foi estudando a literatura para dar as aulas, foi-se apercebendo da técnica da escrita e foi aplicando, tendo sido sob a forma de sonetos que fez os seus primeiros poemas. Através da recolha da poesia de Teofa, da maneira como ele fazia os seus poemas, procurou imitá-lo e surgiram então os diferentes tipos de poesia que ainda hoje utiliza, tendo concluído que, afinal, a poesia é uma questão de maquetas que se vão sobrepondo até se atingir o edifício perfeito, tal como na arquitectura. Começou a escrever, rebuscando na literatura portuguesa as formas mais básicas e mais características: a cantiga paralelística da Idade Média, depois procurou a canção, a sextina, a oitava, o vilancete, o poema livre. Tem livros escritos, não publicados, entre os quais um livro de sextinas, e um de oitavas com mais de oitocentas estrofes; além disso, tem um livro sobre coisas da sua região que deve ter uns vinte e seis mil versos, mas ainda está por dactilografar. Em resumo concluí que o seu propósito de escrita atravessou várias fases: *“primeiro, não vale a pena, a moral não deixa, segundo, tenho de escrever, a moral é falsa, terceiro, não sei como escrever, vou tentar, maldita*

*escrita, quarto, a poesia, afinal é uma questão de maquete, é uma arquitectura*". Em prosa, apenas escreveu três ou quatro ensaios que estão publicados na revista IBN MARUAN, além de alguns artigos que publicou nos jornais Batalha, Jornal de Almada, Diário de Lisboa e na Revista de Pedagogia.

Diz gostar muito de estudar, neste momento dedica-se à aprendizagem do alemão. Todos os dias lê um pouco e, dessa leitura saem fichas de leitura que abre para todos os temas que encontra nos livros que lê, o que corresponde, pelo que vimos, a mais de um milhar de fichas, organizadas por ordem alfabética de temas e onde se encontra toda a informação, tal como numa enciclopédia. Contou-nos ainda ter um esboço de dicionário de rimas que utiliza também nos seus livros e que gostaria de desenvolver, além disso, começou a dedicar-se ao ensaio etnográfico e tem tanta coisa para publicar que nem sabe quando o conseguirá fazer.

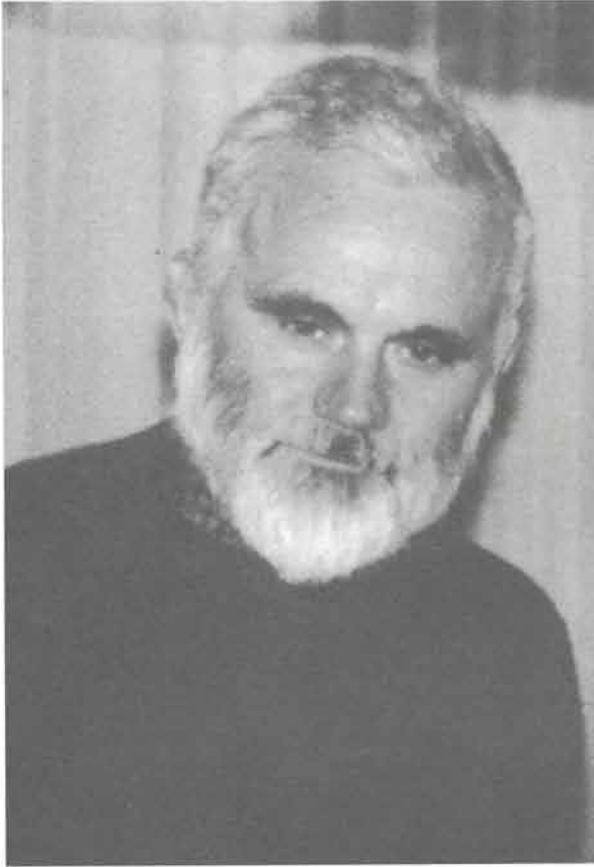
A sua participação nos Cadernos das Edições MIC (Movimento de Intervenção Cultural) surgiu quando Fernando Grade, que já conhecia de vista, um dia apareceu na escola a vender livros, chegaram à fala e ele convidou-o a enviar os seus trabalhos. Destas publicações não colhe dividendos, antes pelo contrário, tem de pagar para ser publicado, uma vez que se trata de uma espécie de cooperativa e cada autor é ao mesmo tempo vendedor, o que torna difícil a colocação dos livros no mercado, tornando-se assim uma publicação de carácter mais restrito. Dos grandes editores nunca conseguiu que o publicassem.

A sua escrita é um prolongamento da visão do mundo que nos deixou ao longo

desta conversa. Os seus livros, diz, são libelos acusatórios, têm que ser lidos como tal, são os livros da revolta, dedicados a marginais, aos que vivem do outro lado da vida, aos incompreendidos, aos solitários. Os textos que não publicou foram dedicados aos cães e aos pombos da Praça da Figueira. Sempre procurou toda a linha de marginais rejeitando as elites, por fim chegou à terra, no seu último livro *Paira o Açor* faz uma análise e uma defesa da fauna e da flora contra o Homem; depois, espera poder vir a falar nos seus livros, de libertação, com simplicidade e paz, "*o fim da minha vida vai ser assim uma espécie de Francisco de Assis sem religião*".

Na leitura atenta dos seus textos está patente uma revolta global contra tudo e contra todos, neles se encontram os retratos da aldeia onde nasceu, da família, da sociedade, da escola, da política, no fundo, Ramiro Salgueiro considera-se um anarquista, um homem sem leis e sem religiões, mas extremamente ligado à sua terra e às suas gentes por uma relação, ao mesmo tempo de mágoa, porque nunca o entenderam como ele era, queriam que ele fosse doutor e ele apenas queria ser o menino que fora durante a sua vivência ali; e de saudade, porque o distanciamento aumentou, quer geográfica quer psicologicamente. Escrever nesta Revista é uma forma de aproximação ao povo da sua aldeia, porque é lá que está o seu coração. Marcado pela vida, sente-se neste homem um anseio telúrico, emocionalmente expresso quando se falou da aldeia da Escusa. Que este artigo, que agora publicamos, seja também uma forma de aproximar um homem da sua terra natal.

## BIBLIOGRAFIA DE MANUEL RAMIRO SALGUEIRO



### Livros publicados a Stencil:

- DIGRESSÃO PELA ENEIDA DE VIRGÍLIO, trabalho de Estágio, Lisboa, 1973.  
AO QUE VIER DEPOIS, Sonetos, Lisboa, 1975.  
RECORTES SEM IMPORTÂNCIA, Sonetos, Lisboa, 1976.  
SEMI-ODE À GUERRA, Enfiadura de poemas em verso livre, Lisboa, 1977.  
REDONDILHAS EM FORMAS QUADRANGULARES, Lisboa, 1978.  
FRONTISPÍCIO PARA UM RETRATO, Lisboa, 1979.  
FANTASIA PARA UM VALE DE POBRES, Lisboa, 1980.

A CANTIGA DA AMIGA, Lisboa, 1981.

QUADRAS IN-POPULARES, Lisboa, 1982.

### Livros impressos:

FRONTISPÍCIO PARA UM RETRATO, Edições MIC, S. João do Estoril, 1987.

FANTASIA PARA UM VALE DE POBRES, Edições MIC, S. João do Estoril, 1988.

A CANTIGA DA AMIGA I, Edições MIC, S. João do Estoril, 1989.

REDONDILHAS EM FORMAS QUADRANGULARES, Edições MIC, S. João do Estoril, 1990.

PAIRA O AÇOR, Edições MIC, S. João do Estoril, 1994.

### Livros Colectivos:

VIOLA DELTA XV - Poemas - Livro Colectivo - Edições MIC - S. João do Estoril, 1990.

VIOLA DELTA XVI - Poemas - Livro Colectivo - Edições MIC - S. João do Estoril, 1991.

VIOLA DELTA XVII - Poemas - Livro Colectivo - Edições MIC - S. João do Estoril, 1992.

VIOLA DELTA XVIII - Poemas - Livro Colectivo - Edições MIC - S. João do Estoril, 1993.

VIOLA DELTA XIX - Poemas - Livro Colectivo - Edições MIC - S. João do Estoril, 1994.

# MESTRE TEMPERA O HOMEM E A OBRA

Carlos Abafa



*Desenho a grafite, pelo Pintor Ventura  
Profírio, quando da realização da  
Exposição Retrospectiva, na Oficina  
d' Artes Plásticas Ouriço — Castelo  
de Vide, 1982*

**A**o abordar a obra de Mestre Tempera vou-me cingir especificamente à sua obra produzida, esta espalhada por muitos colecionadores que adquiriram na sua maioria por rifas (modo de venda, de grande parte da sua obra) e não tanto ao homem, que foi barbeiro de profissão e das muitas histórias que andam à sua volta.

Manuel Nunes Miranda, conhecido por todos como o Mestre Tempera, viveu em Santo António das Areias, onde fez a sua

vida e nos tempos livres se dedicou com mestria às artes visuais, embora sem qualquer preparação especial para a actividade que desenvolveu nos seus tempos livres, enquanto esperava pelos seus clientes, para o corte de cabelo ou para escanhoar a barba, ele é um *self made man* sensível aos valores estéticos e formais da pintura.

Mestre Tempera nasceu em Santo António das Areias em 1918 a 25 de Agosto



*Paisagem de Marvão, — Coleção particular José Manuel da Costa*



*Casa-loja  
onde viveu em  
STº António  
das Areias*

e morre a 8 de Março de 1970 vítima de doença.

Mestre Tempera é um personagem simples e curioso que pinta nas horas livres da sua actividade profissional, no entanto, o desenvolvimento da sua obra está mais de acordo com a definição de *arte bruta*<sup>1</sup> e não tanto com a *arte naïf*, até porque o termo *naïf* está um pouco gasto pela simplicidade de aplicação a qualquer indivíduo que se dedique à *pintura de domingo*, ou seja, nos



*Paisagem de Marvão, vista da casa do pintor — Colecção particular de Carlos Abafa*

seus tempos livres, independentemente da qualidade desta. Isto, porque o desempenho de Mestre Tempera é peculiar, isto é, ele desenvolve uma percepção do real condicionada à sua experiência pessoal de narrador da sua época, libertando-se por pequenas visões metafóricas para realçar e valorizar a sua pintura.

Mestre Tempera pinta com muita frequência paisagem das áreas da sua vivência, Ranginha, Beirã, Santo António das Areias e Marvão que é representada repetidamente em várias obras de um modo peculiar. Devo dizer, que o Mestre Tempera

despertou-me para uma visão algo diferente da que é convencionalmente dada aos turistas e visitantes de Marvão, que é a sua vista do lado da encosta de Santo António das Areias em que a vila de Marvão parece escorrer pela encosta ao lado do castelo, sempre fortemente presente. Por vezes, as suas paisagens contam pequenas histórias locais, não só da organização física, como dos elementos que ele introduz narrativamente, o cavaleiro que faz corte à dama, o encontro amistoso, o encontro das comadres, ou dos compadres, a dama que à janela espera algo, os animais domésticos (vaca, cabra, ovelhas, cães, galos e as



Os Corticeiros



“queridas” galinhas...) ou o camponês que transita de carroça, nos seus afazeres...

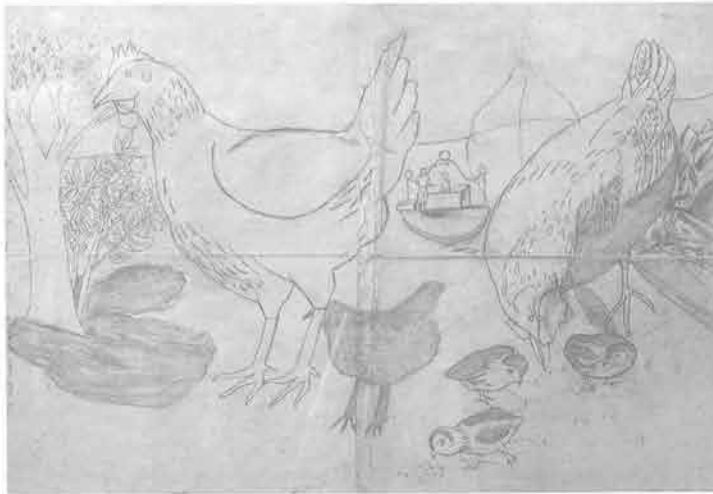
Esta é uma das suas facetas fundamentais, a sua crítica social, que com um olho clínico ele sabe colocar os traços pertinentes, acentuando ou aligeirando segundo o que lhe interessa comunicar. Vejamos pois a *Tourada à vara larga em Stº António das Areias*<sup>2</sup> que é a mais curiosa das representações de tourada, em que este representa deliciosamente a emigrante vinda de Lisboa, os senhores da terra, as madames, as donzelas, os aventureiros da arte de tourear, o fogueteiro, a “rapaziada” e a Banda de música para dar mais animação à festa. Este contexto de animação ainda muito popular nas festas locais é um momento de convívio por excelência, que Mestre Tempera não descarta, por toda a agitação provocada por todos perante, normalmente a “vaca” ou o “bezerro” duma herdade das proximidades e que serve de



*Tourada à  
vara larga  
em Stº  
António  
das Areias*  
— Em cima  
e ao lado  
um  
pormenor



*Pormenor da Tourada à vara larga em S<sup>o</sup> António das Areias.*



*Desenho As Galinhas.*

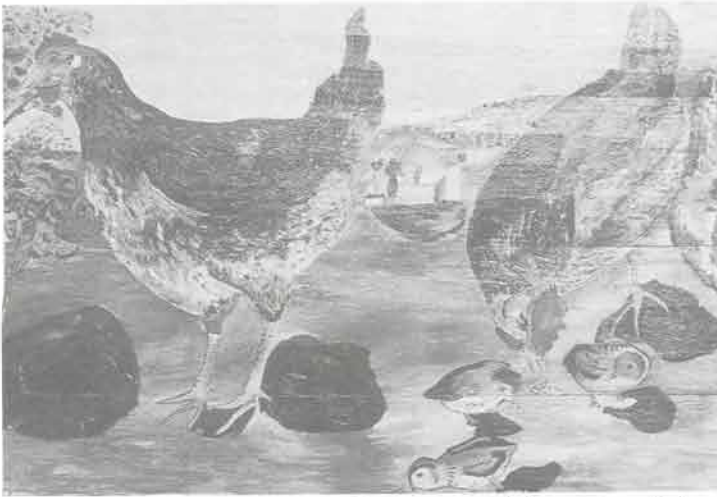
catalizador das energias acumuladas por todos no dia a dia, para demonstrações de coragem, humor e fulgurância perante os outros. É este espírito de festa que ele focaliza, imortalizando-a.

O elemento humano está sempre presente quer a dar-lhes comida quer ao fundo, em segundo plano, na fonte.

Outras cenas curiosas da vida do quotidiano campesino, é a que a Câmara Municipal de Castelo Vide tem sobre a

Mestre Tempera dá também grande atenção à vida campestre, pois são vários os quadros que representam a vida do campo em geral e a doméstica, são exemplo disso, os vários quadros em que ele desenha galinhas. São dum modo geral bem conseguidas a sua representação como se pode apreciar no desenho a grafite<sup>3</sup> (possivelmente a maquete de um quadro a óleo sobre o mesmo tema<sup>4</sup>) e de outro em que representa a sua mulher na Herdade do Pereiro a dar comida às galinhas<sup>5</sup>.

Transporta-as para um primeiro plano, dando um determinado estatuto social e de ensinamento rural, *duma mãe verdadeiramente galinha que ensina seus filhos a alimentar-se.*



Pintura em madeira — As galinhas.



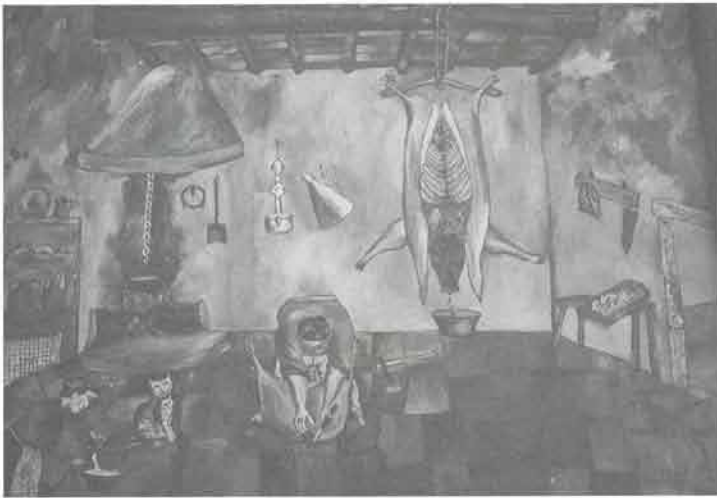
Pintura em madeira — Mulher com galinhas.

matança do porco e a dos corticeiros, ambas em óleo sobre madeira. Outros temas como a *Dança*<sup>6</sup>, a *Eira*<sup>7</sup> e o *Lagar*<sup>8</sup>, a *Aldeia* (desenho a grafite)<sup>9</sup> e outras como *Trabalhando no campo* e *Lavrando*<sup>10</sup>, que falarei mais tarde.

o mar agitado do oceano, com suas caravelas.

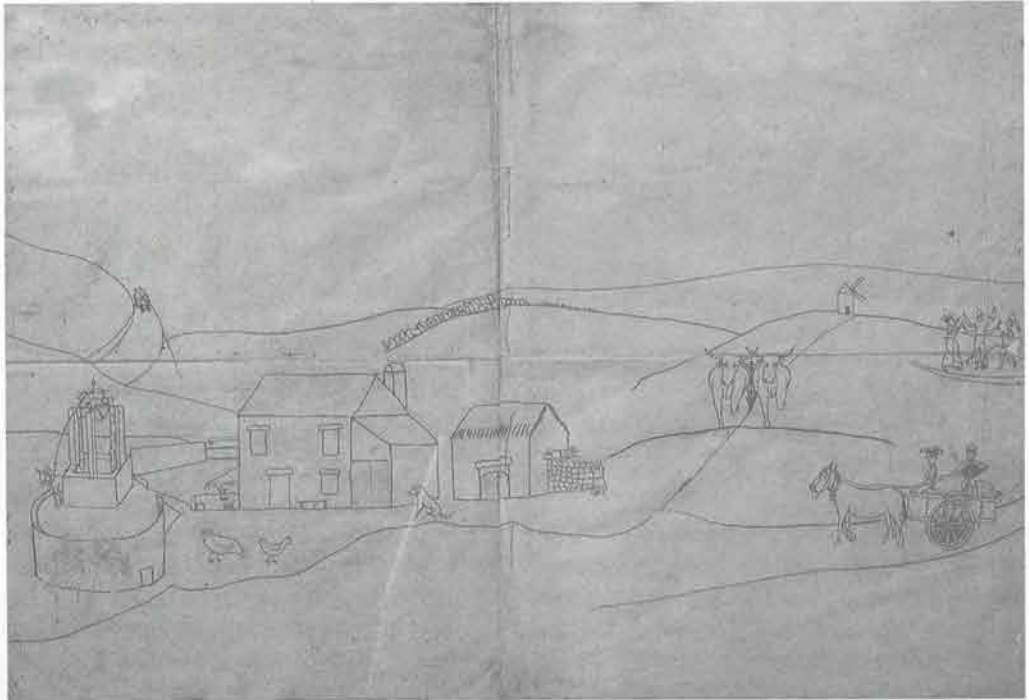
É naturalmente um bom observador. Compare-se por exemplo com o grafismo da *Aldeia* que estabelece um equilíbrio com mestria na narração gráfica, que im-

Mestre Tempera pinta algumas cenas do seu imaginário ao lançar alguns temas como a cidade de New York<sup>11</sup>, ou uma enenação amorosa em *Veneza*<sup>12</sup>, talvez com a ajuda de algumas gravuras da época ele esboça com alguma facilidade os temas. É evidente que nalgumas das suas obras o estático, o ingénuo e a simplicidade aparece de uma forma mais hirta, penso que se trata de "cópias livres" de outras representações (como o caso do *Infante em Sagres*)<sup>13</sup> que seu génio não conseguiu libertar-se dessas imagens. No entanto, observe-se a perspectiva da Ponta de Sagres, como evidencia a profundidade de campo socorrendo-se de alguns artificios para que esta possa suportar a figura do Infante implantada na paisagem, e representa



Pintura em madeira — Matança do porco.

pressiona pela graciosidade e leveza da ambiência produzida, ou o ritmo das formas e movimentos da *Dança*<sup>14</sup>, em que um grupo de trabalhadores após o trabalho dança em círculo, com muita alegria e graciosidade. É excelente a forma de representar a sugestão do círculo dos dançarinos, fazendo esvoaçar as saias das camponesas e da



Desenho A Aldeia.



A Dança



Eira



Lagar

posição que se encontram, de modo a integrar o observador na dança, não esquecendo o contraponto do tocador, para melhor, equilibrar a composição e dar sentido de festa e alegria.

Mestre Tempera também dedica grande parte da sua obra a representações religiosas e são exemplo disso *o Bom Pastor, Última Ceia de Cristo, Pesca Milagrosa* entre outras.

## OS SUPORTES

Quanto aos suportes na obra de Mestre Tempera, este aproveita todos os que lhe apareçam (papel de qualidade muito fraca, aglomerado de madeira, tábuas de caixa de sabão, outras madeiras), sem ter muitos cuidados no seu preparo e que em grande parte estão a deteriorar-se, devido a penetração de humidade e fungos, sobretudo nos aglomerados, pois estes não tiveram nenhuma preparação prévia, antes da pintura.

Na Escultura utiliza o granito amarelo, dito podre, por ser mais macio. Também utilizou o cimento, numa escultura de Cristo<sup>15</sup> ou o papel maché, que aplicou na composição escultórica da *Última Ceia de Cristo*.



Porto de New York



Cena em Veneza

## A COR

Torna-se evidente os seus fracos recursos e o seu exíguo poder de compra,

sobretudo na aplicação da cor. São materiais de fraca qualidade, o que é pena.

Mestre Tempera utiliza muito o negro, e o branco nas suas composições, mais como falta de recurso do que por tendência, no entanto a sua pincelada é fortemente expressiva e conseguindo uma singular modelação de volumetria nos objectos representados, para além de uma envolvência estética muito pessoal.

A cor é aplicada na maioria das vezes duma forma directa sem grandes matizes de tons, acentuando os volumes e as sombras pela aplicação de negros.

A cor assume normalmente um carácter realista, principalmente nas pinturas de grande densidade expressiva, complementando a mensagem. Embora os matizes de cinzas e pretos lhe dêem um forte dramatismo aos temas versados. Utiliza a cor em tons fortes, mas sem ser agressiva e aguerrida, porque a aplicação dos matizes cinzas equilibram-nos.

## A TÉCNICA

A técnica é simples e natural, sem grandes recursos de materiais. Aqui queria abordar dois tipos de pinturas de Mestre Tempera que são exemplares quanto às suas capacidades criadoras.

Uma é a pintura da *Última Ceia* que utilizando basicamente as cores vermelho, preto e branco, na

modelação das figuras em que o preto serve de contorno para sombrear e modelar. O verde também aparece como complemento da harmonia e equilíbrio cromático da composição.

Aplica vários matizes de cinzas, levemente coloridos ou simples para lhe dar uma maior unidade ao trabalho. As várias tonalidades de ocre dão realce ao fundo e chão da cena, assim como, a alguns elementos que estão na mesa (cabaças, a malga de Cristo e o pão). Por conseguinte, estes jogos de cor aplicada a uma realidade simbólica faz equilibrar a composição e, por outro lado, dá-lhe uma ambiência mística adequada ao tema versado.

A outra técnica que utiliza com grande mestria e de efeito plástico profundo é a que utiliza nos dois



*Casamento*



*Casamento — Pormenor*



*O Infante D. Henrique*

quadros *Lavrando e Trabalho no campo*, especialmente o último.

O suporte é uma tábua de caixote de sabão, tosca e com uma textura acentuada, que este aplicava a navalha da barba para a afagar e assim tirar partido da textura para a pintura. Depois explora com matizes de cinza, por vezes levemente coloridos com ocre, para acentuar um maior equilíbrio das formas e das manchas. O preto vai acentuar as formas gostosamente desenhadas por manchas complementadas com brancos que provoca uma maior profundidade de campo. A figura da mulher dando alimento às

galinhas, o homem lavrando e outro a transportar algo, possivelmente farinha, pois que ao lado da ponte existe uma casa da qual sai água (azinha), que vem confluír no rio que passa debaixo da ponte e se espraia defronte desta paisagem montanhosa, estando posicionados estrategicamente num

triângulo, reforçando a composição. Mas também sabemos que Mestre Tempera não descarta normalmente o facto de pintar o de associar o hábito de contar histórias, e esta colocação é particularmente feliz não só no equilíbrio da composição, como também na narração de uma história.



*O Bom Pastor*



*A Pesca Milagrosa*

O efeito desta técnica, tirando partido da textura do suporte, evidencia o seu estilo pictórico.

A água é um outro elemento muitas vezes presente na obra de Mestre Tempera. E representa-a com algum ênfase. Por vezes, esta não faz parte da paisagem representada como é o caso da paisagem da Beirã<sup>16</sup>, em que este substitui o caminho de ferro por um rio, ou na cena de campo em que os limites em primeiro plano são de um rio.

É curiosa a caracterização desta paisagem alentejana, sempre limitada pela

água, pelo facto de não ser uma zona particularmente seca, mas em que os cursos de água não são abundantes nem significativos.

## A COMPOSIÇÃO

A composição da maior parte dos seus temas é equilibrada e bem definida visualmente. Determina bons enquadramentos na escolha dos seus temas. Distribui os objectos de forma a conseguir uma composição centralizada, embora não determine um equilíbrio estático, mas antes, sempre muito dinâmica e cativante para o



*Promenor da Pesca Milagrosa*



Cristo — Col. Part. de Joaquina Miranda

observador, pelo posicionamento muito feliz das figuras ou dos objectos no espaço enquadrado.

As suas composições são sintéticas. Com uma economia de meios e de elementos pictóricos ele sabe narrar a sua história simples e directa

A composição tende quase sempre a ser uma narrativa duma história, como por exemplo na *Pesca Milagrosa* em que a história é contada através dos pescadores em cena quando pescam nas águas agitadas, se dirigem a Cristo e agradecem ofertando um peixe, a um Cristo comovente e pacificador das forças em presença, como não deixa de referir o tradicional pão (talvez a fazer recordar o milagre dos pães), como ainda a presença das gaivotas e do peixe a grelhar atrás do Cristo. Além disso a composição vive dum dinamismo exemplar. As figuras estão posicionadas na composição por um lado, para contar a história bíblica, por outro, numa lógica de leitura em que o lado esquerdo toma uma importância dramática do acontecimento



Lavrando

para acabar na solução feliz, dada por Cristo ao fazer o milagre, como também a presença discreta dum fogareiro a assar o peixe, em sinal de festa.

A expressividade é sempre muito acentuada. Ela procura, o sinal evidente duma atmosfera de mistério e de codificação das situações vividas.

A perspectiva resulta normalmente da sobreposição de planos sucessivos e de uma adaptação dos elementos quanto mais longe mais pequenos para acentuar este efeito da profundidade de campo.

Num dos seus quadros *O Casamento*<sup>17</sup> em que o cortejo com os noivos, estão em primeiro plano, montados em cavalos muito próximo do observador e a igreja com o padre (em tamanho reduzido) em segundo plano, para evidenciar o afastamento das duas cenas, assim como o afastamento dos convidados se vão reduzindo em tamanho para acentuar a perspectiva. É um modo eficaz, mas ingénuo e natural de representação da perspectiva. Por outro lado, ele inverte a ordem das situações em termos compositivos para realçar a importância do acto e dos seus "actores".



*Santo António com o Menino*

É curioso que Mestre Tempera nunca deixa de representar a sombra projectada pelos objectos e pessoas, acentuando necessariamente este efeito para evidenciar a perspectiva, que ele quis dar aos seus trabalhos. É também sinal de um grande observador.

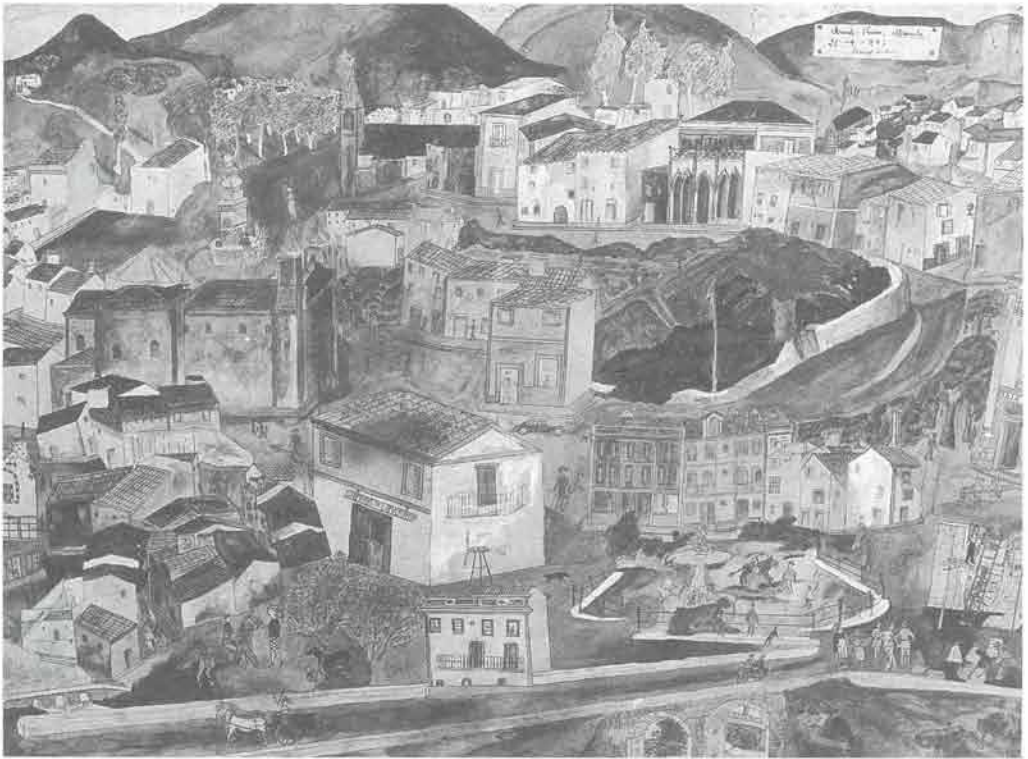
## A ESCULTURA

Mestre Tempera dedica-se igualmente à escultura em granito com algumas imagens de Cristo, Arcanjos e Nossa Senhora e uma Ceia de Cristo<sup>18</sup>, e um Santo António, que é a escultura com mais interesse, que conheço

dele a não ser a exótica cena escultórica da *Última Ceia*.

A imagem de Santo António com o menino ao colo que atinge um tamanho desproporcionado em relação ao Santo, numa atitude lânguida, em que o menino "escorre" pelo corpo de Santo António. As proporções entre os dois elementos são exageradamente desequilibradas, mas, no entanto, não perde o efeito de uma eterna ternura entre eles, tornando a imagem muito curiosa e bela.

A escultura de Mestre Tempera é interessante, mas não aquilo que de mais valor tem a sua obra. No entanto, a cena

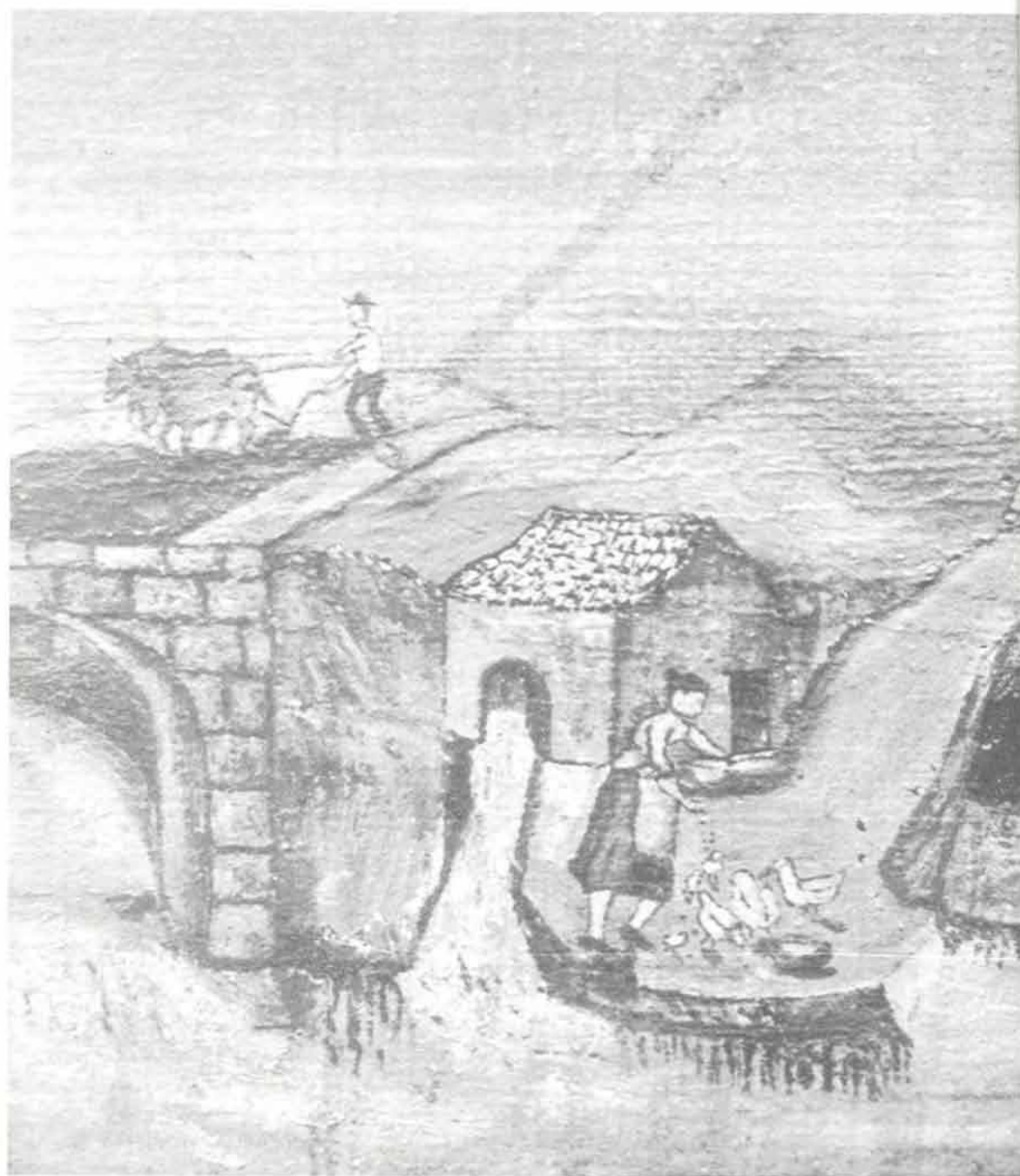


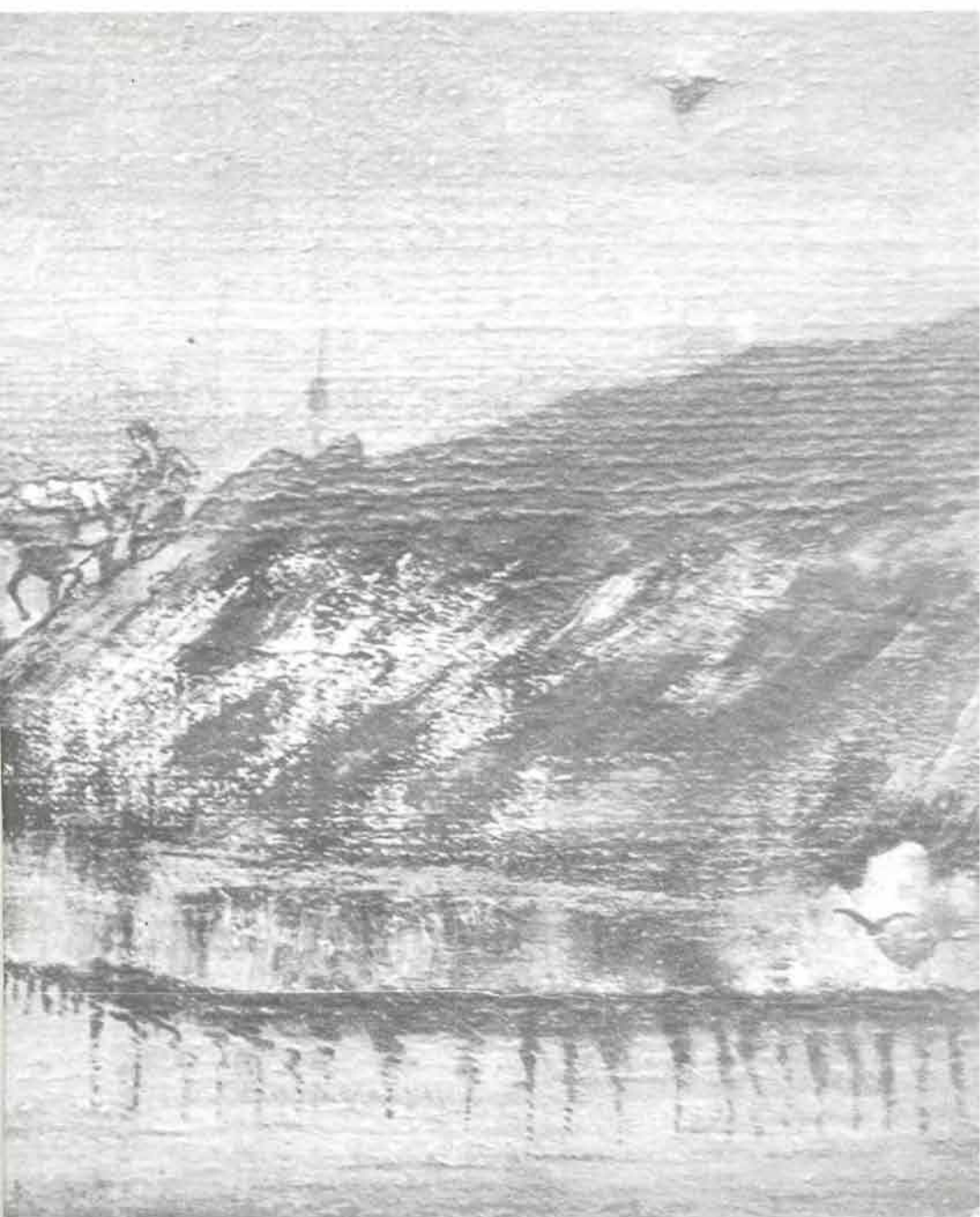
Ranginha





*A Última Ceia de Cristo*





*Trabalho no campo*

da *última Ceia de Cristo*, é muito pragmática embora haja alguns problemas volumétricos, na conjugação de relação das figuras, pois que, a representação em pintura resulta melhor fundamentalmente, pela dinâmica dos olhares e do movimento tenso e cúmplice dos corpos no acompanhamento de Cristo, figura central e ponto fucral da composição. A pintura torna expressiva a composição. A mesa representada em perspectiva invertida, faz alargar o campo de visão da cena e facilita a colocação dos apóstolos numa correlação de certo dinamismo.

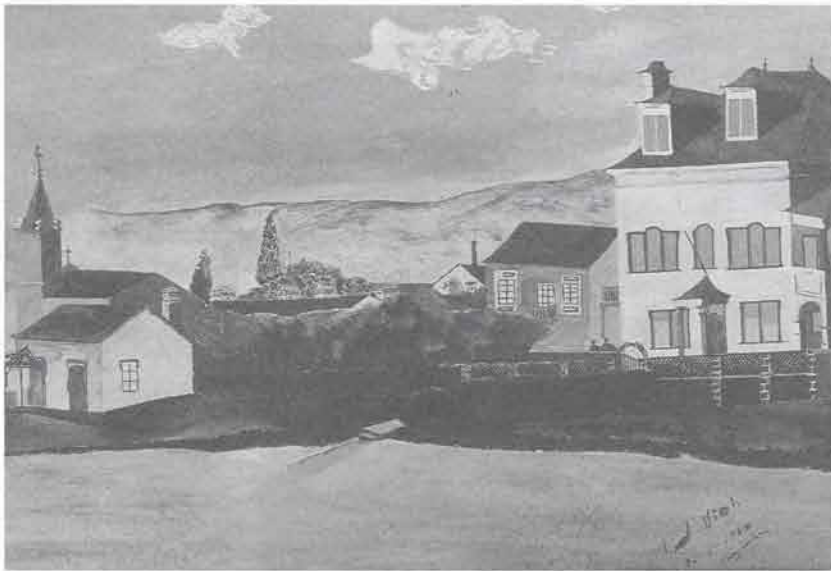
Na mesa o pão, as malgas, o peixe, as facas e as cabaças do vinho elementos simbólicos e vitais na representação cristã e também tradicionalmente significativos no meio campesino.

No entanto, a encenação através da representação escultórica, não é tão forte em termos de comunicação, pois a amálgama

dos volumes condiciona a expressividade e conjuntura do acto, é que na pintura esta é muito intensa provocada essencialmente através do olhar espectante dos discípulos

A curiosidade desta representação da *Última Ceia de Cristo* é devido ao tamanho das figuras e dos elementos que o acompanham nesta encenação, como por exemplo a de aparecer como recipiente para o vinho não um jarro, mas sim um garrafão, estes elementos formais fazem de facto, que se ache interessante, assim como a sua representação volumétrica torna típica esta cena de Cristo com os seus discípulos.

Mestre Tempera foi sempre conhecido por esta sua actividade, vendendo os seus quadros, como já afirmei, através de rifas ou troca de pequenos favores, espalhando assim por todo o concelho de Marvão, Castelo de Vide e Portalegre, as suas obras.



Beirã

As dificuldades eram de facto muitas nesses tempos e a troca de uma obra por alguns magros escudos, ajudava a viver.

Era interessante, que o Museu de Marvão pudesse recolher algumas destas obras dar-lhe o destaque devido. Pois estas

a não terem uma intervenção adequada terão necessariamente um fim rápido, pelo facto do Mestre Tempera não ter acautelado a preparação dos suportes e também o facto de alguns destes não serem os mais aconselhados para a actividade pictórica.



Vista geral da  
Última Ceia de  
Cristo, escultura em  
papier maché

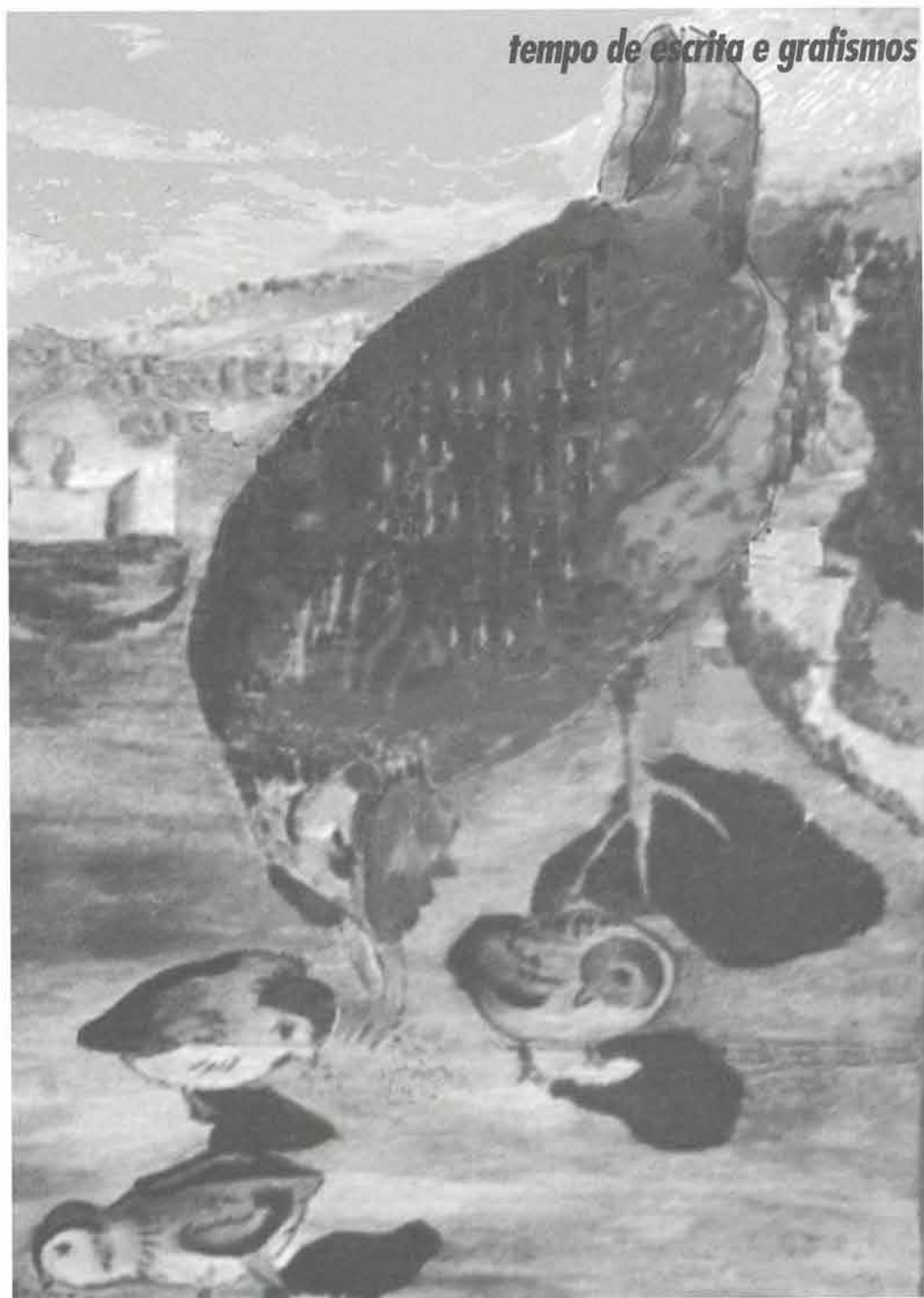


Pormenor da  
Última Ceia de  
Cristo, Na mesa o  
pão, as malgas, o  
peixe, as facas e as  
cabaças do vinho  
elementos  
simbólicos e vitais  
na representação  
cristã e também  
tradicionalmente  
significativos no  
meio campesino.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Em 1949, Dubuffet introduz o termo de arte bruta, como a arte espontânea, natural, desenvolvida por si mesmo sem interferência exterior aparente.
- <sup>2</sup> Coleção particular do Pintor Ventura Profírio
- <sup>3</sup> Coleção particular do Pintor Ventura Profírio
- <sup>4</sup> Coleção particular de Serrano Gordo
- <sup>5</sup> Coleção particular de Gavancha
- <sup>6</sup> Coleção particular de José Gomes
- <sup>7</sup> idem, de José Gomes
- <sup>8</sup> idem, de José Gomes
- <sup>9</sup> Coleção particular do Pintor Ventura Profírio
- <sup>10</sup> Coleção particular de Joaquina Miranda, neste momento desconhece o seu paradeiro.
- <sup>11</sup> idem, de José Gomes
- <sup>12</sup> idem, de José Gomes
- <sup>13</sup> idem, de José Gomes
- <sup>14</sup> Idem, de José Gomes
- <sup>15</sup> Coleção particular de José Gomes
- <sup>16</sup> Coleção particular da ADT/NA, antes pertença de Cardinho.
- <sup>17</sup> Coleção particular de José Gomes
- <sup>18</sup> idem, de José Gomes, em papel maché.

*tempo de escrita e grafismos*

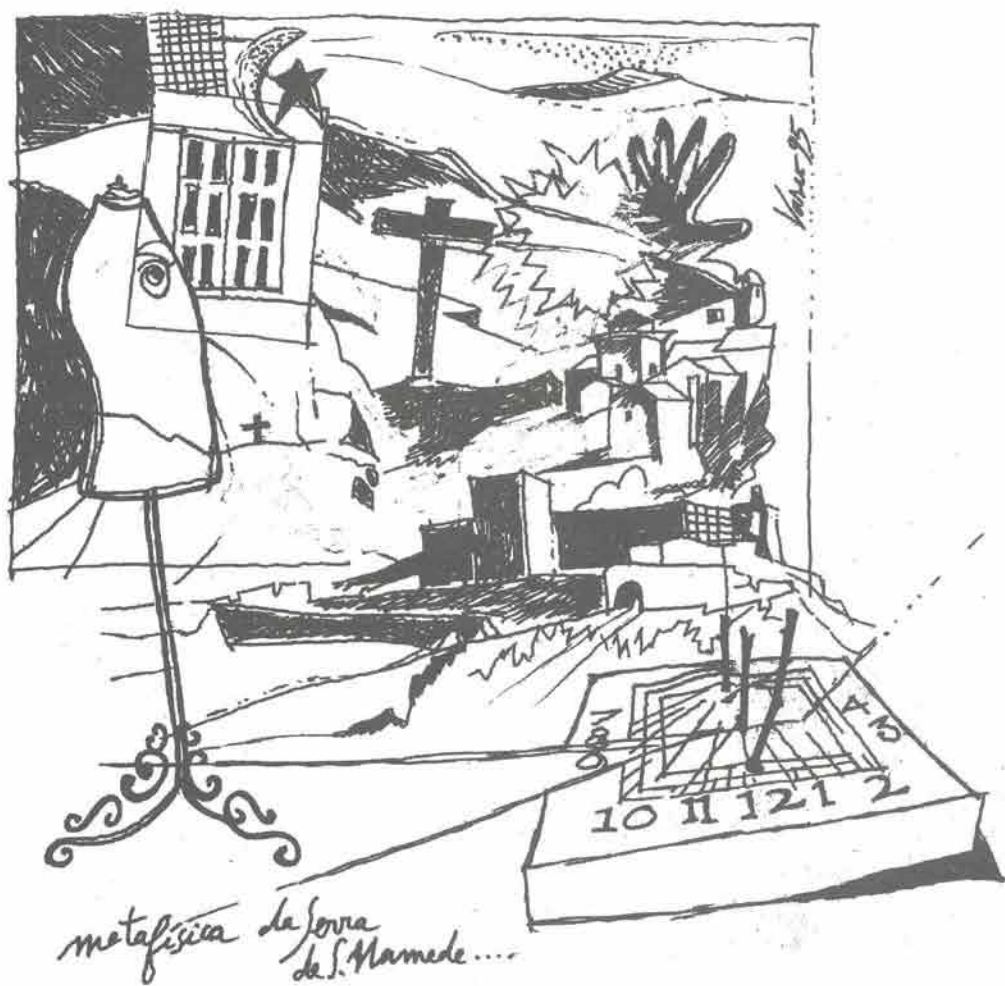


Com o desafio lançado por Jorge Oliveira, na nota de abertura da última edição de *Ibn Maruán* — nº4 Dez 94 — a quantos quisessem colaborar na revista não só com seus escritos, mas também na área das artes plásticas, gráficas e fotográficas, surge nesta um **tempo de escrita e grafismos**.

Alguns quiseram colaborar connosco, no desafio de, por algumas palavras, e sobretudo pela imagem expressarem a ideia de *S. Mamede — a Serra, o Parque, o lugar e, seus envolventes*.

Desta heterogénea participação de pessoas sensíveis ao visual, que expressaram os seus sentimentos para com *S. Mamede* damos nas páginas seguintes o resultado dessa envolvimento metafórica, mítica e afectiva com o tema.

Esperamos que seja uma primeiríssima participação e no futuro surjam novos projectos e novos colaboradores.



Desenho de Vasco da Câmara Pestana

## SERRA DE S. MAMEDE, UMA VISÃO DO SILÊNCIO

A Serra de S. Mamede é o nosso alter Ego.

O lugar absoluto por excelência. O lugar que está onde deve estar, bem no centro do nosso mapa. Pessoal. Lugar de partidas e chegadas. Lugar onde se deixa a casa, as casas, a árvore, o livro, a mulher e a filha. O lugar eleito, por ocultas forças, para vivermos. Num lugar de Silêncio, que nos devolve à infinita meditação sobre um tempo em que a actividade não era condicionada em forma de lucro e do sucesso, do consumo, do auto-consumo a qualquer preço.

As noites ainda nos arrebatam, e lançam-nos nas suas sucessivas vagas de um sufocante mar nocturno. O silêncio profundo destas noites atira-nos contra nós próprios, de encontro a estes penedos eriçados, rasgando a dobra do cabeço dos montes que nos cercam. E isolam num outro tempo. Redoma pêtrea de luz. Reserva. Parque Natural. Chame-se-lhe o que quiserem que a realidade de clausura e de distanciamento e de isolamento (porque não assumi-lo?) deve permanecer. Resistir.

Gravam-se profundos sulcos, umas pegadas de fóssil já nos acompanham qual sombra por estas paragens. Cicatrizes do nosso corpo que aos poucos se vai identificando com a *topografia* de um território que se nos cola à pele como nas noites escaldantes deste Verão Interior de 95.

Num tempo em que o homem não estava tão tragicamente interdependente, e tragicamente separado de uma intimidade com o Ser. Ser para *além* do tempo e dos espaços. Terá existido alguma vez um *tempo* e um *espaço* desses? Um tempo-destino que de *aqui* se nos afigura estranha e incredulamente possível. Talvez por causa do efeito obsessivo de tais penedias, e de tais cercanias vazias. Num lugar quase deserto de homens ressoa mais nítido o apelo do ermita. E da vida de peregrino. Dos senhores de uma *ordem*, da qual os *monges-guerreiros* eram protagonistas os guardiões do saber do templo. Guarda avançada de um futuro que era um regresso, quotidianamente assumido, à pureza original de um princípio, de uma Fundação.

O deserto ameaça este território. Apesar das suas fontes aparentemente inesgotáveis de vida, de água. E não só. Mas também fontes eternas de Silêncio, de prazer cósmico no vivido. Fontes da Vila.

É isto que se nos oferece dizer sobre S. Mamede, a serra mais elevada deste ALÉM TEJO. Daqui quase que se avista o mar. E entra-se pelo deserto adentro de Castela, da Espanha Estremenha. Do Mediterrâneo mais extremo chegam aqui clamores. Aqui do alto de Marvão. Daqui estamos mais perto das noites estreladas e dos inolvidáveis entardeceres do Penedo Monteiro ou de uma das Penhas. Clarões de Luz atordoam-nos o

olhar e a vegetação agitada por uma brisa quente do Vento Suão, vindo directamente do Norte d' África "aqui tão perto"... Daqui avistamos tapetes voadores dançando nas nuvens esfarrapadas de luz. Sempre mais luz. Encadeado o espírito por lendas de belas deusas mouras e celtas, estamos e ficamos completamente vitrificados, hipnotizados. Perante tal contacto com a eterna mãe natureza.

A Serra de S. Mamede, com Castelo de Vide, Marvão e Portalegre, até quando se manterão de pé como guaritas, vértices deste triângulo esotérico que dá pelo nome de Serra de S. Mamede? Até quando postos avançados de milenárias civilizações com as suas diferentes épocas e culturas, da Romanização até à Islamização. Até ao mito da Lusitânia, essa imensa Altântida da Europa. Essa ilha oculta de jardins com os seus poetas no Al Andaluz. Mas também Lusitânia de muitas ruínas anteriores e interiores. Antas e Menhires registando um mapa outro. Uma enraizada força tectónica alastra e paira a lua sobre este ressequido e áspero território. Território também de cavaleiros, de aventureiros na demanda do *Santo Graal*.

Por favor limitem-se a tratarem o melhor que puderem e souberem do que

existe, e deixem todo o resto como está, assim como uma fotografia eterna da minha partida e chegada. Cultivem o jardim de Éden. Até eu voltar a esta morada. A este ventre materno... Mas acrescentem-lhe só uns pozinhos mágicos de Arquitectura, uns quantos templos com os seus eremitérios e respectivas hospedarias para receber os peregrinos. E, por ali e por aqui, em sítios estratégicos, espalhem umas quantas ruínas de anfiteatros greco-latinos.

Zelem por este território. Que eu saberei immortalizá-lo. Longe do frenesim das massas de turistas que querem ver aquilo que não se vê à *vista desarmada*. Esse espírito ainda está latente aqui. Na Serra de S. Mamede. Esse *Espírito do Lugar* que Michel Butor tão bem nos soube restituir. É isso que procuro nos sítios. Um espírito. Uma estética de cenário magnífico para rodar o sentido eminentemente trágico das nossas vidas.

Zela por tais lugares, grande muralha da china do castelo de Marvão iluminado, entrecortado de rios luminosos. Em mais um final de tarde com trovoadas a aproximar-se num céu cor de chumbo. E liberta-se da terra escaldante um éter. Uma atmosfera poética. Uma súbita brisa marítima. Uma maresia...

Vasco da Câmara Prestana

## MARVÃO PARAÍSO ALENTEJANO

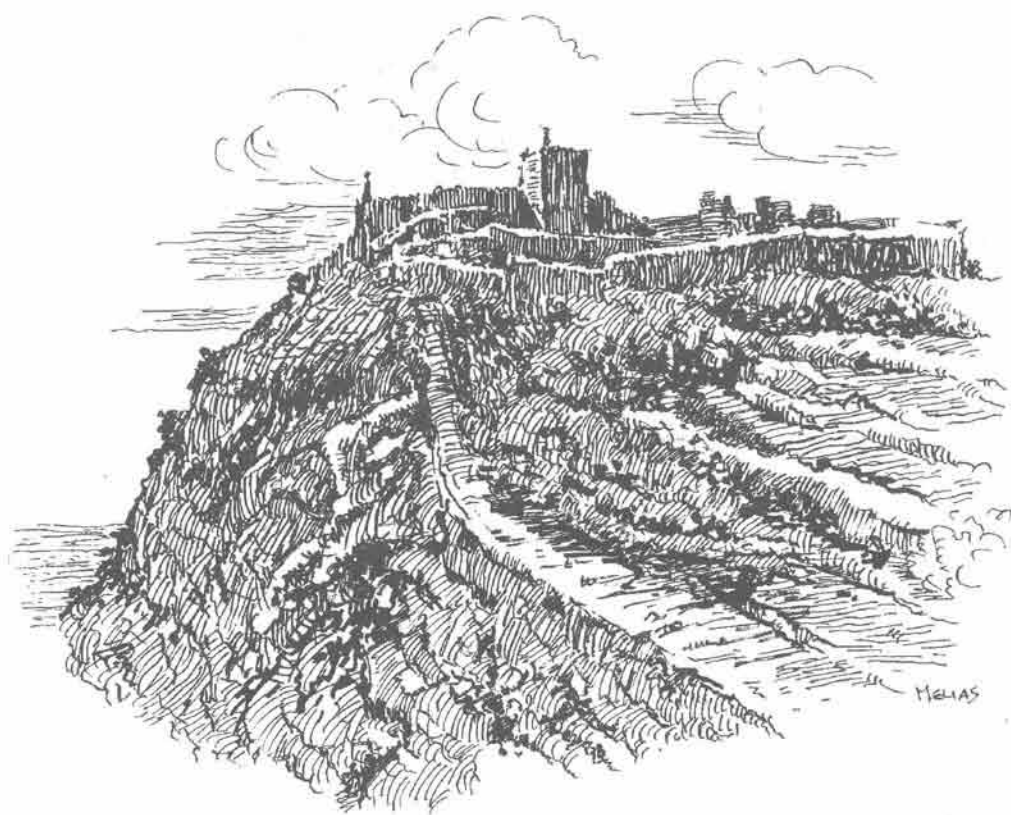
Gosto de estar em toda a parte do ALENTEJO, razão pela qual incluo neste roteiro uma visita à pequena vila de Marvão.

Burgo histórico do passado, Marvão, fica situado numa elevação que desce abruptamente erizada em penhascos, só acessíveis para mansão de águias, imagem de beleza que a nossa vista experimenta do alto amuralhado, em torno único, vencendo o horizonte impregnado de uma paisagem longínqua, onde os plainos e as serras alvejam através da distância sem fim, estendendo-se num interminável panorama.

Não é fácil descortinar-se o quadro amplo que se deslumbra do alto do castelo desta vila; — é deveras surpreendente, produzindo efeito de estranhas sensações extasiantes, de verdadeira sugestão plástica, de um encanto profundamente poético e fascinante.

Para os que vivem os sortilégios da poesia e da sedução, à busca de ávidas atraências, tem aqui algo de transcendente, de maravilhoso em que se pode alimentar ou recrear.

Mário Elias



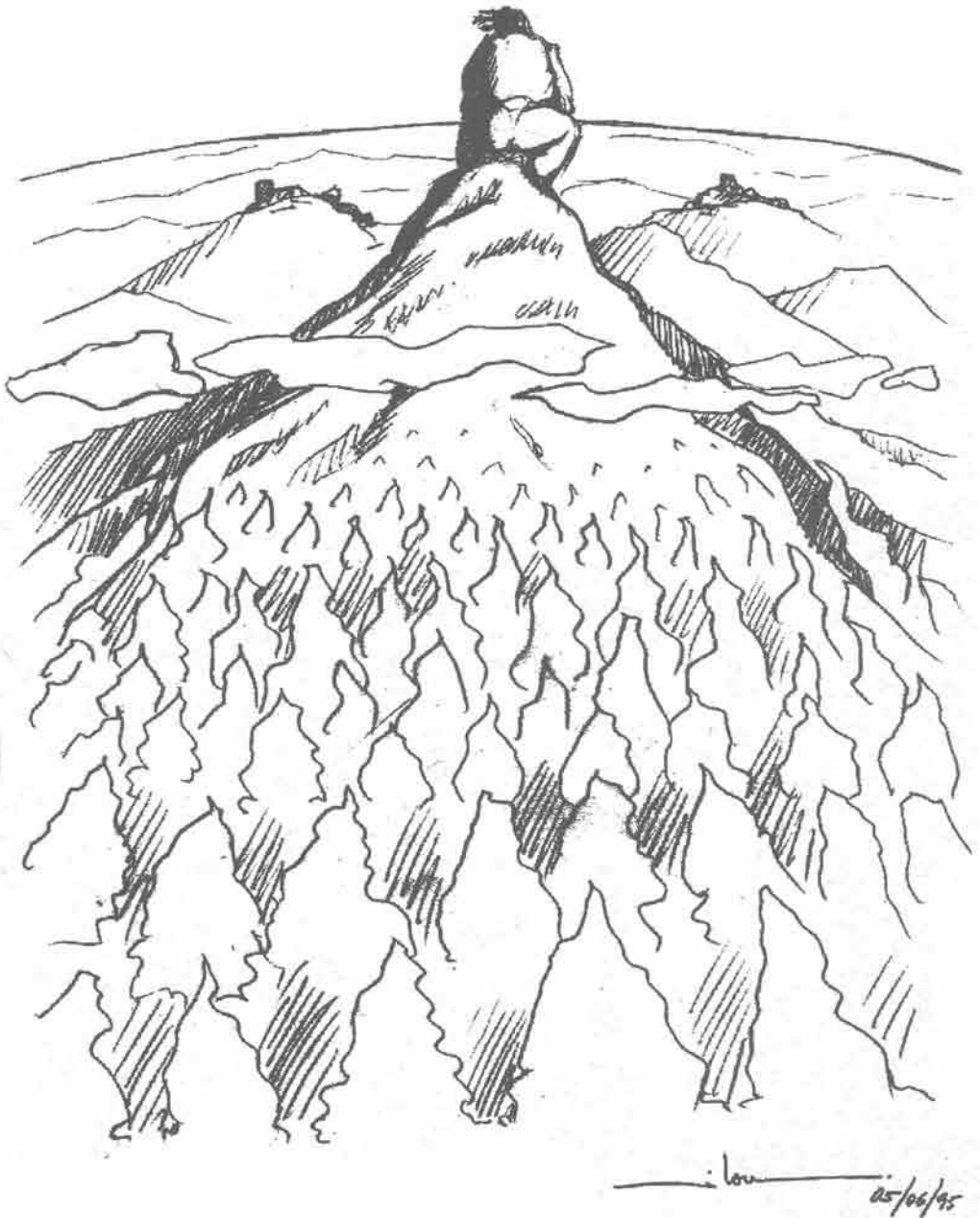
*O castelo de Marvão num desenho de Mário Elias*

Aqui percebi como a morte pode ser tão agarrada na terra  
Uma despedida tão grande e fica-se tão sozinho.  
Choro uma filha.  
É para sempre a despedida. Não se acredita mais.

*Xana*

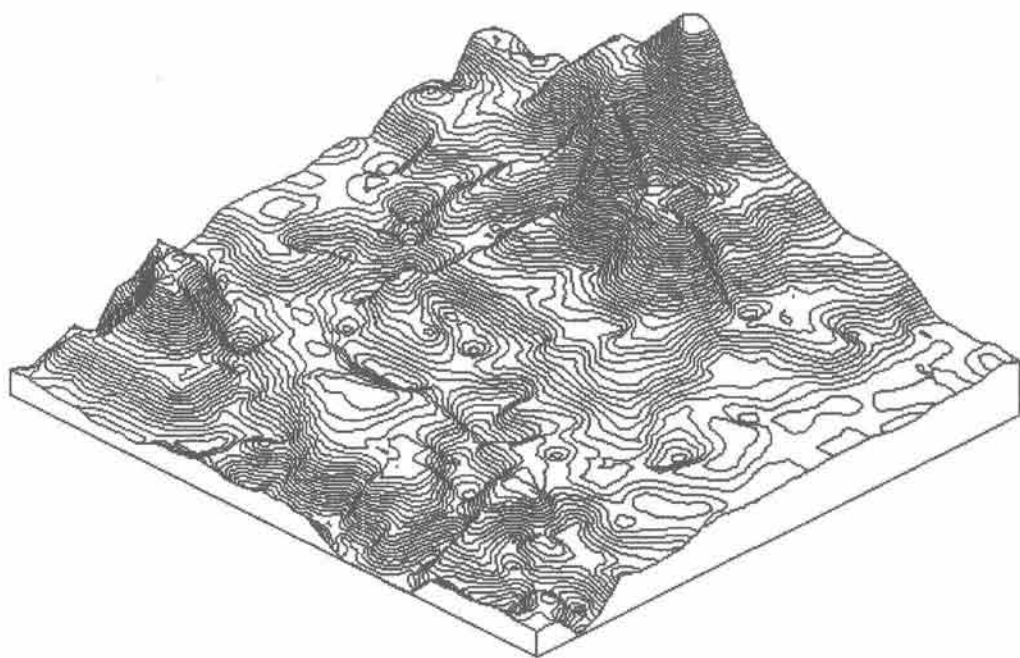


*Desenho de Xana*



Desenho de António Bilou

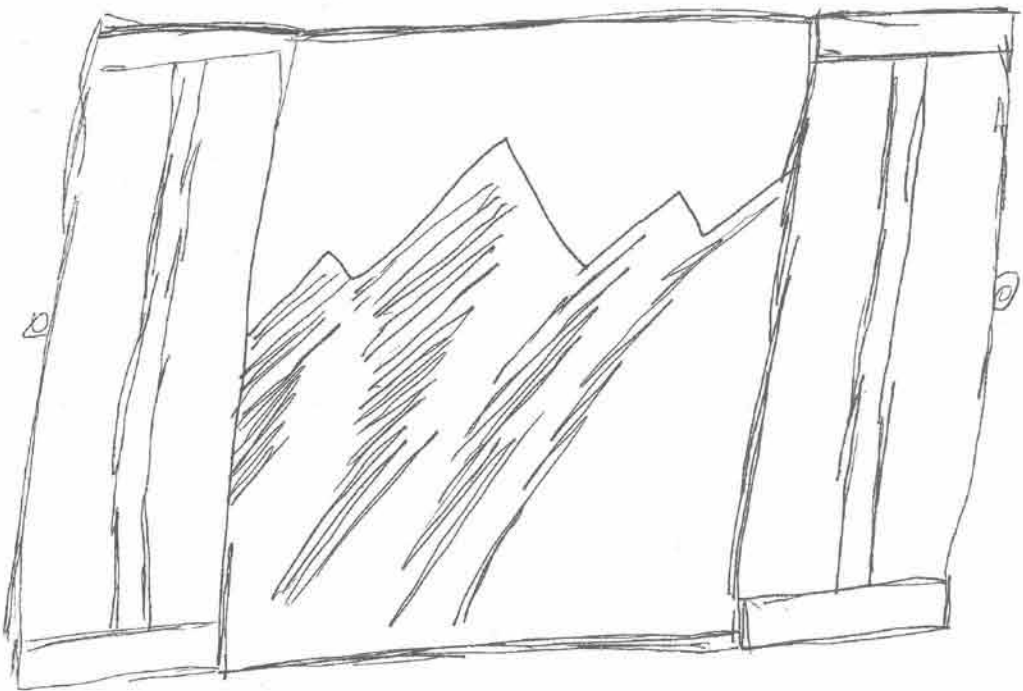
De byte a byte pela Serra de S. Mamede  
J. O.



*Desenho computadorizado por J. O.*

A Serra habita em nós entra pela janela da  
Vida e confunde-se com o coração

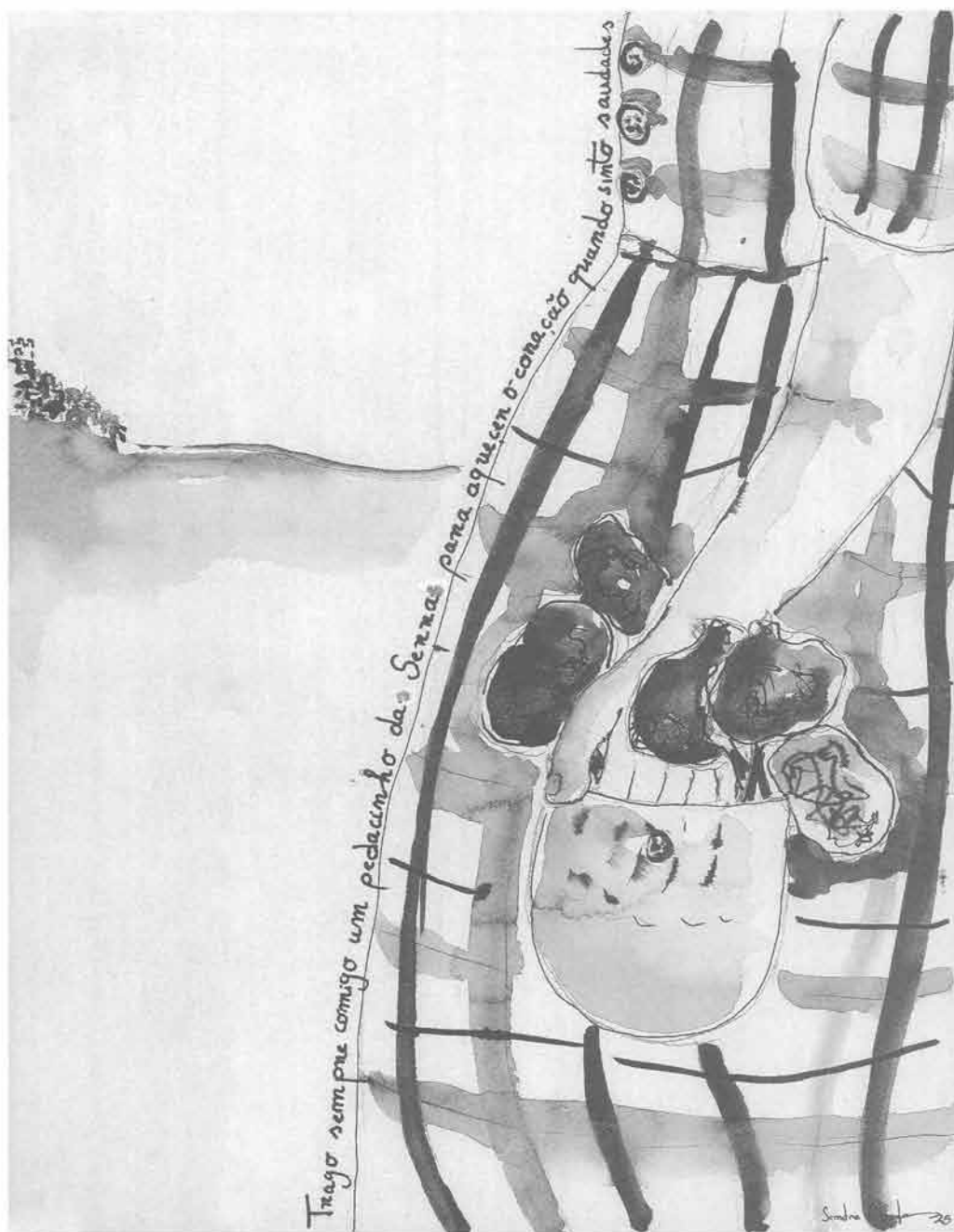
António Gonçalves



Desenho de António Gonçalves

Trago sempre comigo um pedacinho da Serra para  
aquecer o coração quando sinto saudades.

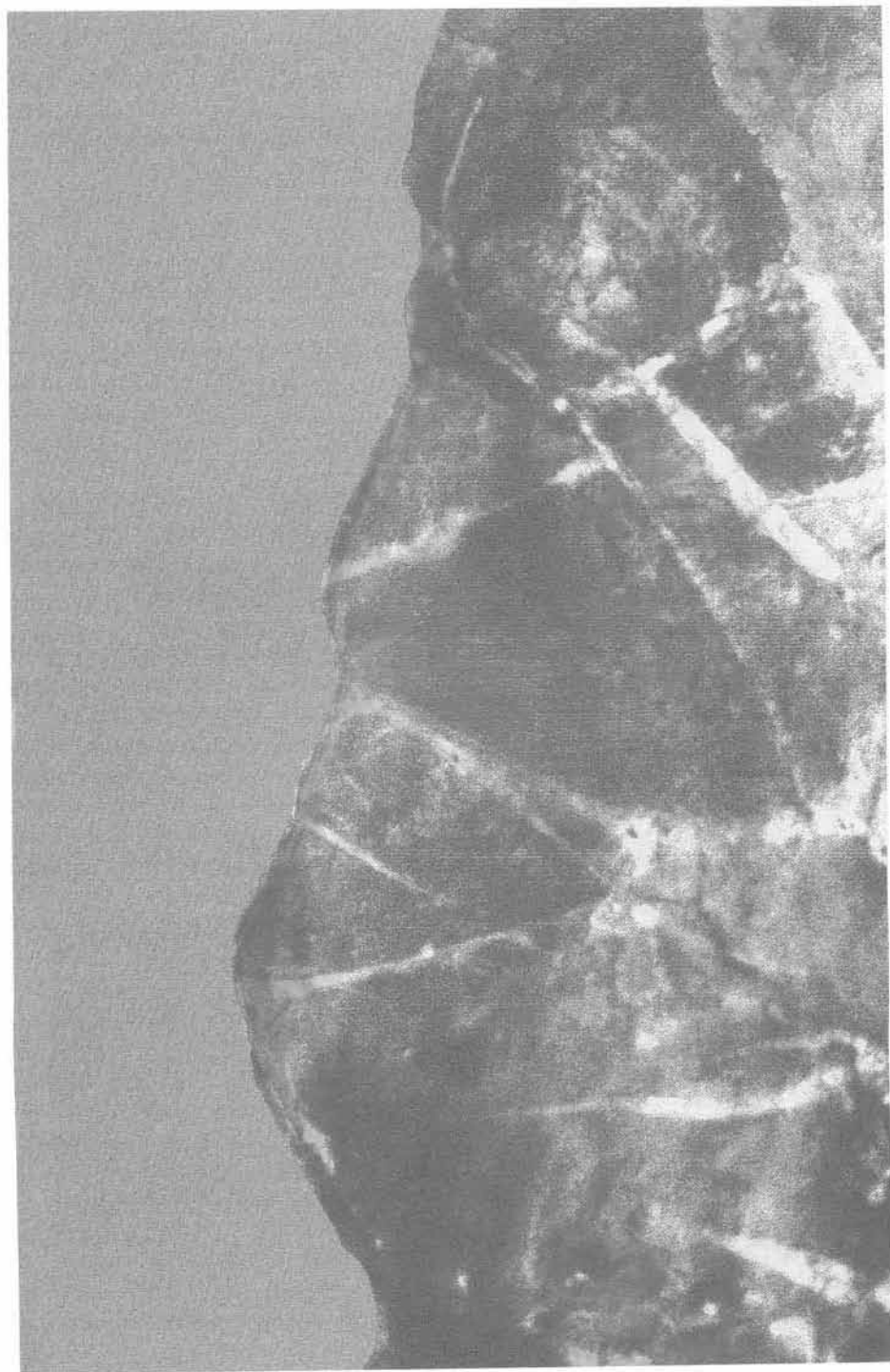
Sandra Abafa



Aguada de Sandra Abafa



*Desenho de António Caldeira*



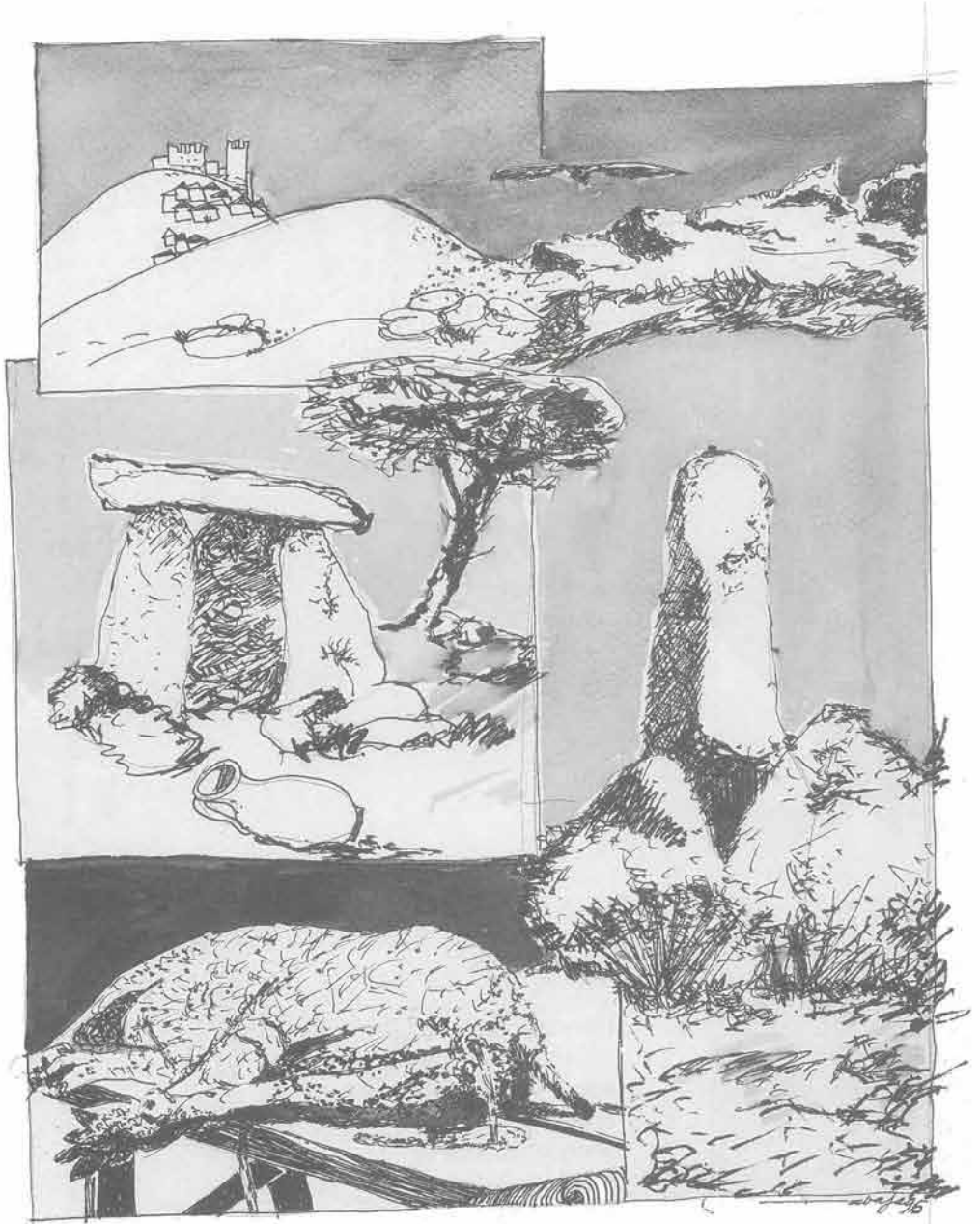
António Covinhas

## CENÁRIO IDÍLICO

Neste cenário idílico, fértil, sensual e feminino onde volumosos *seios* brotam da terra-mãe ou da mãe-terra, acolhem uma profunda Vida, sendo o homem o elemento preponderante na relação amistosa entre o ambiente e a qualidade dum quotidiano sentido.

S. Mamede zona de iguarias naturais para o corpo e alma, os quartzitos, a flora, a fauna, as águas de diferentes sabores, os cheiros e sabores de mil e uma ervas que polvilham a Serra, e, dão prazer e sentido à romanesca sobrevivência humana, dum reconstrução do visível e no questionar sempre presente e constante da imortalidade.

Carlos Abafa



Desenho de Carlos Abafa

Uma casa branca,  
um escalão de pedra,  
não é preciso debruçar  
a Serra  
enorme oferece-se  
às telas  
e a outros olhos.

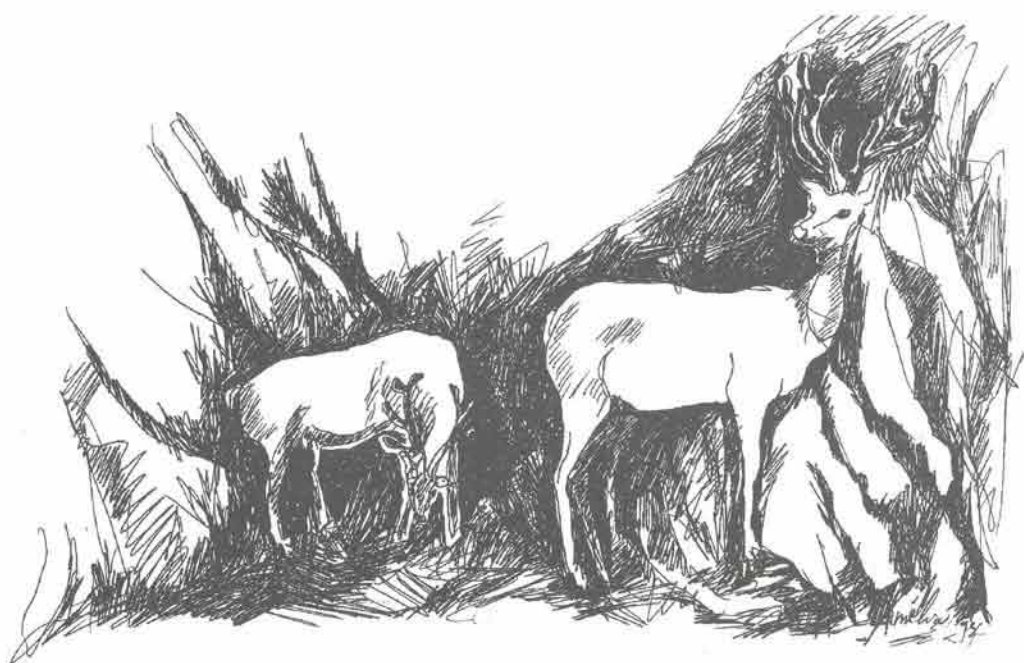
Amélia Alexandre



*Desenho de Amélia Alexandre*



*Desenho de Amélia Alexandre*



*Desenho de Amélia Alexandre*

as hastes de luz do sol  
prendem-se nas teias  
dum velho tronco  
e pequenos hinos  
soltam-se com as folhas  
e assentam devagar  
no colo da terra.

Amélia Alexandre

## MARVÃO

Meus passos lentos,  
dentro da tua muralha  
e meus olhos a observarem  
pormenores  
de todas as mil maravilhas!...

Teu poético fontanário,  
de granito, no Largo do Espírito Santo,  
com três bicas e uma cruz ao cima,  
de belas recordações,  
para os habitantes de Marvão,  
de todos, todos os tempos...  
onde em filas iam  
com suas bilhas de barro  
recolher a indispensável água!...

Que sonhador é  
ver as avezinhas a voar  
e ouvi-las cantar,  
ao pé das árvores  
e das torres do castelo!...  
Até vi um pequenino corvo  
num canto do forte a descansar,  
mas assim que me viu  
pôs-se a voar!...

MARVÃO é muito bucólica  
e inteiramente multicolor,  
com o cristal das nascentes d'água,  
o amarelo das giestas,  
o lilás do belo odor dos rosmaninhos,  
o branco das estevas,  
o verde do musgo, ervas,  
o vermelho das papoilas,  
as florzinhas brancas do carapineiro,  
e muitas outras cores  
das tuas flores silvestres!...

Fulgurante e medieval MARVÃO  
és terra  
do meu coração!...

Maria Olívia Diniz Sampaio

## LINDA VILA DE MARVÃO

Berço do registo de meus filhos,  
Vila, freguesia e concelho  
Como teus filhos, de ti falaremos e seremos dignos,  
Marvão, consideramos-te do nosso jeito,  
Mas guardamos-te em nosso peito,  
Temos-te em nossa memória.  
Com todo o valor da tua história  
De ti, Marvão, o que eu digo,  
Em ti nós somos os trilhos,  
Vagueando-te com ensejo,  
E muita apreciação,  
Não terminando esse desejo  
De sempre te percorrer, Marvão!...

Linda Vila de Marvão  
toda de pedra construída  
Antiga na construção  
Resistente e bem erguida

Queria-te fazer comparação  
Se bem que ninguém tenha lembrado  
És livro aberto e bem encadernado  
Linda Vila de Marvão  
...e falando de ti até ao fim  
Aceita-me esta imaginação como homenagem  
Dizer-te o que me passa pelas veias  
Abriste-te p'ra S. António das Areias,  
Mostras teu título à Portagem,  
Linda Vila de Marvão!...  
Teu palco virado para Escusa, Cabeçudos e Jardim,  
Estás escrito e desenhado  
P'ra terras de Espanha voltado  
Aberto p'ra eternidade e então  
Se bem que a ninguém tenha lembrado,  
És livro aberto e bem encadernado  
Linda Vila de Marvão!...  
Mas ainda te quero dizer mais  
Falar por detalhes com pendência  
Foste desde abrigo a famílias reais  
Até a famílias de maior obediência

Linda Vila de Marvão  
Por fortalezas circundada.  
Ao cimo teu imponente castelo,  
Prezando -se de todo o zelo  
Lembrando por reis ainda ser governada,  
Com tal estado de conservação  
Linda Vila de Marvão.

Vais nos olhos turistas,  
Ficas em nosso coração  
Fascinas com tuas vistas  
És um espectáculo, Marvão!...

Se bem que a ninguém tenha lembrado,  
És livro aberto e bem encadernado,  
Linda Vila de Marvão.  
Linda do fundo ao cima,  
Meu documento em resistente pergaminho  
Que nunca ninguém pudera ter apagado.  
Em cada uma fila de casas com portas de madeira e cantaria trabalhada  
E, então  
Oh, meu livro adorado,  
Por penhascos e castincheiras encadernado  
Linda Vila de Marvão!...

Maria Albertina Afonso

# AUTISTAMENTE

António Manuel Vaz Gonçalves

## PARA O SOBRAL.

*"Só temos direito sobre as coisas pelas quais sofremos".*  
Montesquieu

## O TERROR LUMINOSO

Cresciam silenciosos sob o marfim. Ardiam precocemente olhando para o terror luminoso do sul, e embebedavam-se com toda a astúcia possível. Asperamente despediam-se de todas as coisas que eram feitas para amar — construíam cidades inteiras pelo pensamento dentro, como uma caneta inútil sem mãos para utilizar.

Digo a inominável brancura da dor,  
confundindo-se a tristeza com a própria  
textura das mãos.

quero dizer: as mãos são o próprio  
crime.

Cresciam silenciosos e inúteis entre a  
semente dos sonhos — os manequins  
estavam possuídos de uma terrível,  
extraordinária sagesa do cristal —

— Partiam o cristal  
com grandes pedras cinzentas e  
mortíferas: violentamente,  
apaixonadamente.

Esboços da clara e impossível  
percepção das minhas vidas vividas  
impossivelmente.

Desde então, não mais puderam  
chamar-se pelo seu próprio nome.

Os tubarões amam a carne, comendo-  
a com a boca enorme e cheia de paixão.

Digo: uma casa onde habita uma filha,  
de chão povoado de flores belas e terríveis.  
Flores perfumadas, devo dizer, flores  
perfumadas de vinho com crianças dentro:  
crianças com imensos e negros olhos  
dementes.

E tudo isto num minúsculo quadrado  
de tempo.

Um castelo, com rios a correr dentro  
da sua própria sólida formação de pedras.

Este natal não há-de acabar nunca: há-  
de ser o mais longo e o mais triste de todos.

Odeio lentamente o Natal, com flores envenenadas a crescer dentro do meu absoluto silêncio.

Conheci um homem que era patético e se alimentava da sua própria sabedoria solitária — esse homem construiu o seu lugar de morte,

E eu pude assassiná-lo junto às flores luminosas do medo.

Depois dessas fugazes e insólitas experiências, dediquei-me à investigação sobre os corações humanos, e constatee que a terra é redonda e se sustenta a si mesma, dentro da sua própria e inevitável solidão.

Tens uma doença repugnante — disse — uma espécie de cancro inominável, uma ciência obscura e tenebrosa

Repito: uma criança perde tempo a socorrer um cego?

— Uma cegueira de brusca autenticidade invertida..

O litoral, a latejar soberbamente dentro do incêndio do sul — assim quem rasga as flores povoadas de silêncio.

O amor, digo, a morrer dentro do terror.

Estás a construir as ameixas maduras, os pomares abertos dentro dos dedos envenenados.

Estás a morrer dentro do teu cemitério  
de luz, estás no inominável exercício do teu  
talento —

— Desde então,  
não mais parei de morrer:

Lentamente,  
Como uma criança perdida dentro do  
seu próprio pavor da descoberta.

## A ROMPER

Digamos assim: paisagem incendiada.  
E ainda: rostos translúcidos, paredes  
cinzentas, uma dor lenta sem limites.

Acontece por vezes o sonho incompleto  
da memória junto aos nomes esquecidos da  
infância:

com cidades ferozmente menstruadas  
pelos tornozelos adentro.

É preciso mais vinho, ou audácia,  
ou mulheres loucas de longos dedos  
ansiados —

— vivo por dentro do próprio pavor  
de (me) descobrir

A escolha incendiada das máscaras —  
era tudo um admirável exercício do terror.

O tempo — uma grande, imensa  
escuridão das mãos escavando  
luminosamente a sua própria acrobacia  
interna. Quero dizer: cores com meses, anos  
e dias assassinados precocemente.

Por vezes, quando ouço a cabeça  
branca da morte pisando-me o cérebro,  
conjugo o verbo escrever (ou talvez, para  
ser mais exacto, o verbo doer) na primeira  
pessoa do singular, e fico prostrado com  
vozes de crianças dentro do peito.

— Essa descoberta é a própria vida  
despedindo-se de mim com uma rude e feroz  
alegria pensativa.

Não posso mais falar de poesia sem  
haver um punhal rasgando-me o ventre:  
falo de um tortuoso exercício de ter-  
ror.

Repito: a morte é fácil, difícil é perder  
a vida.

Daí em diante, decidi morrer todos os  
dias, e perdi a vida junto ao meu próprio  
silêncio.

Daí,  
Dessa áspera textura das minhas  
células, desse terror nascente das minhas  
mãos,

Nasceu o meu lugar de sofrimento:  
p-r-e-m-a-t-u-r-o, e-s-c-o-l-h-i-d-o, i-n-  
a-b-a-l-á-v-e-l, i-n-d-i-z-í-v-e-l.

Aí é quando. Quase. A romper como  
um feto pelo ânus.

De resto, há quem diga que se estão a  
dar grandes transformações —  
— é possível.

## DE DENTRO

Acendia cigarros e ficava aceso toda  
a noite — construía lugares de silêncio dentro  
das próprias palavras. Retardava o infalível  
fluxo do tempo: sabia que estava destinado  
a morrer, e era assim que com os cotovelos  
fazia força contra os definitivos espelhos  
ensanguentados dos relógios.

Cheguei a planejar assassinios,  
gloriosas obras de arte a que os humanos  
chamam crimes:

era uma cruel e dolorosa denominação  
para a inteligência —

— já havia aprendido a hábil  
perspicácia da luz, o diurno deslumbramento  
da cor —

— Voava agora dentro da noite, era tudo uma nocturna clarividência do medo.

Rompia pelas madrugadas dentro como um anzol de poesia.

As mãos rasgavam acidamente — era o tempo dos anéis de pedra.  
Quero dizer: morte, morte, morte.

Desde então,  
não mais parei de correr para mim.

As crianças olhavam-me com os seus grandes olhos loucos; os velhos estavam com os olhos sentados no silêncio.

O silêncio dos velhos — pensei — a grande sagesa da vida, feita espera da morte.

Por vezes, aconteciam paisagens e rostos incendiados.

Vivia com uma rapidez embriagada pelas metamorfoses da poesia:  
o silêncio, o medo, a loucura e a morte.

Escrevo.

Escrevo e começo a respirar. Lembro-me: o gelo em forma de palavras cinzentas, cheias da sua própria beleza pavorosa.

A grande demência das casas, a sua orgânica respiração em forma de quartos silenciosos, obscuras cavernas com um cheiro louco de mel.

Inventava papéis brancos para as palavras, possuía enormes tinteiros de sangue para escrever pedaços dolorosos de inteligência —

— a memória ficava presa às mãos:  
era assim que a terrível metáfora do corpo ficava incendiada junto às flores loucas do pensamento.

Mexia nas pedras, voltava-as de cabeça para baixo e ria-me da minha própria maturação junto às suas cinzentas simetrias. Era agora irremediável como uma pedra absoluta.

Prendia cordas em volta das gargantas, com musgo envenenado a crescer para dentro dos olhos do passado —

— pensava que os pássaros acordavam mortos nas madrugadas.

Era assim que ateava dentro de mim os incêndios da solidão.

Passava devagar entre os labirintos do silêncio com uma tesoura para cortar sorrisos.

Digo: os olhos têm buracos atrás dos olhos. Os espelhos partiam-se com fragor de encontro ao meu silêncio incendiado.

Havia o chão, claro, o chão que os pés comiam sofregamente. O chão estava possuído da horrível luminosidade doentia do tempo, cravado de estacas vivas de cristal: o chão estava vivo e alimentava-se dos próprios passos.

Morri,  
e os mortos acordaram-me para eu ver  
a morte — deram-me espelhos para me ver  
dentro de mim.

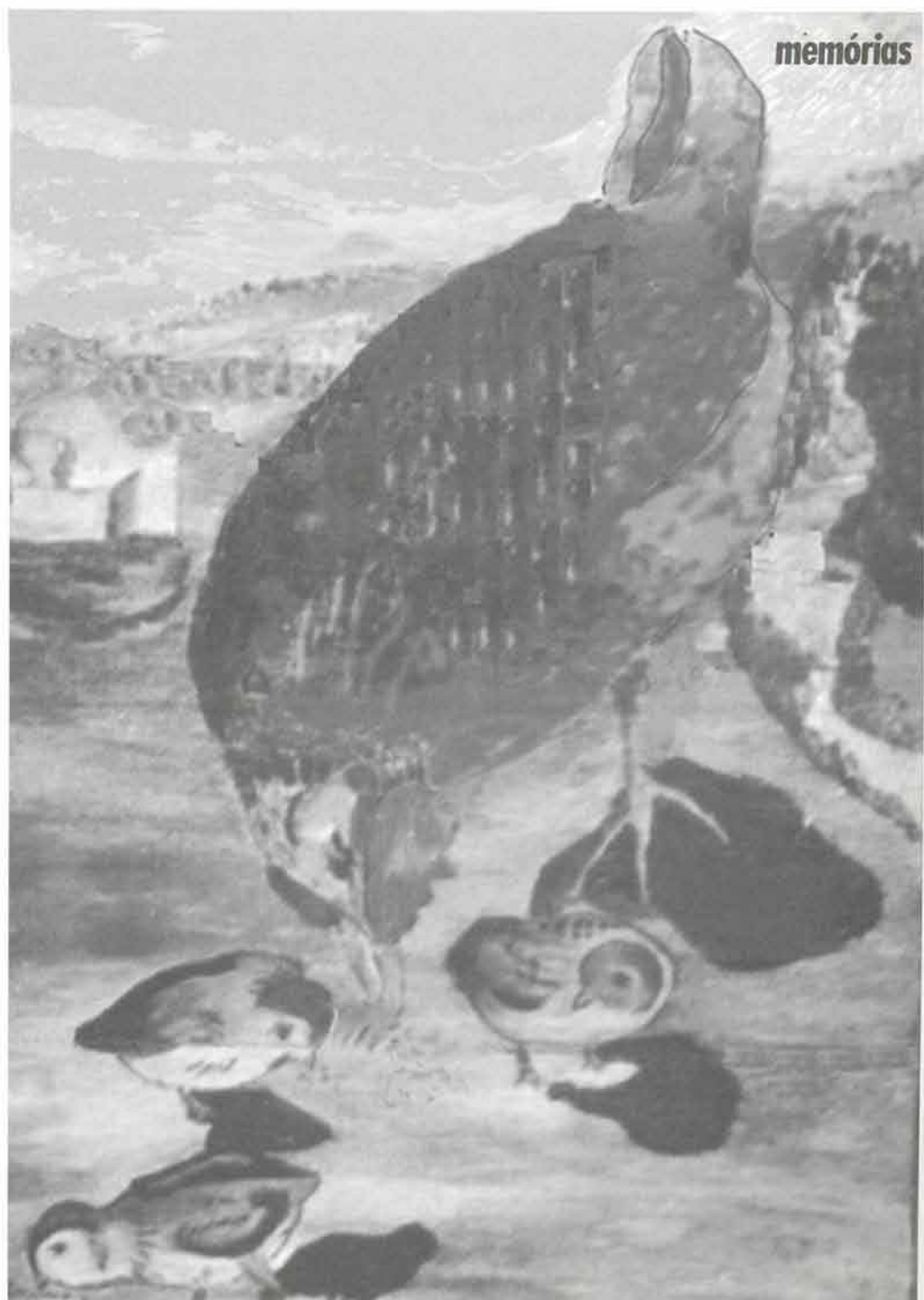
Alimentava-me da minha própria  
inteligência, conscienciosamente,  
ininterruptamente:

estava predestinado à horrível mortal  
clareza da sabedoria.

Daí em diante,  
o prazer de assassinar-me consumiu-  
me inteiramente,  
e passei muitos anos a construir  
palácios de silêncio dentro da minha morte.

A morte:  
como um incêndio que vem de dentro  
até à boca.

— chega com grandes labaredas  
viciosas.



---

## MEMÓRIAS

Recolha de Jorge de Oliveira

Uma imagem vale por mil palavras. Não sei quem o afirmou pela primeira vez, mas quem quer que o tivesse feito, referindo-se à imagem fotográfica, ou não, às que agora e aqui se mostram esta afirmação aplica-se perfeitamente. Embora cada uma possa valer mil e muitas palavras, na verdade não dispensam um breve comentário. São fotografias de épocas distintas, como as respectivas legendas tentam indicar e retratam diversos aspectos de Marvão. Duas foram as fontes de recolha destas imagens. Do espólio do saudoso Jeremias da Conceição Dias chegaram-nos as mais antigas, as outras foram recolhidas do importante arquivo documental da Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul.

Quem recorda Marvão fica sempre com a sensação de que nada mudou nesta

terra desde a Guerra da Restauração. Na verdade as últimas grandes transformações urbanísticas remontam ao século XVII, contudo, observando atentamente as imagens que agora apresentamos, facilmente verificamos como aqui e ali mudanças significativas foram ocorrendo. São as fontes do Largo do Espírito Santo e de Nossa Senhora da Estrela, é a janela manuelina, é o passadiço coberto, são as casas da Praça d'Armas, são os muitos edifícios não rebocados, é a praça de Olivença com mais construções, são os muros da cerca do Convento, é o cemitério velho, são as duas portas na actual torre de menagem. Enfim, cada imagem valendo por mil palavras mostra-nos como Marvão também foi mudando.



Marvão — Encosta vista de N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> da Estrela



Marvão — castelo



*Marvão — Praça de Olivença*



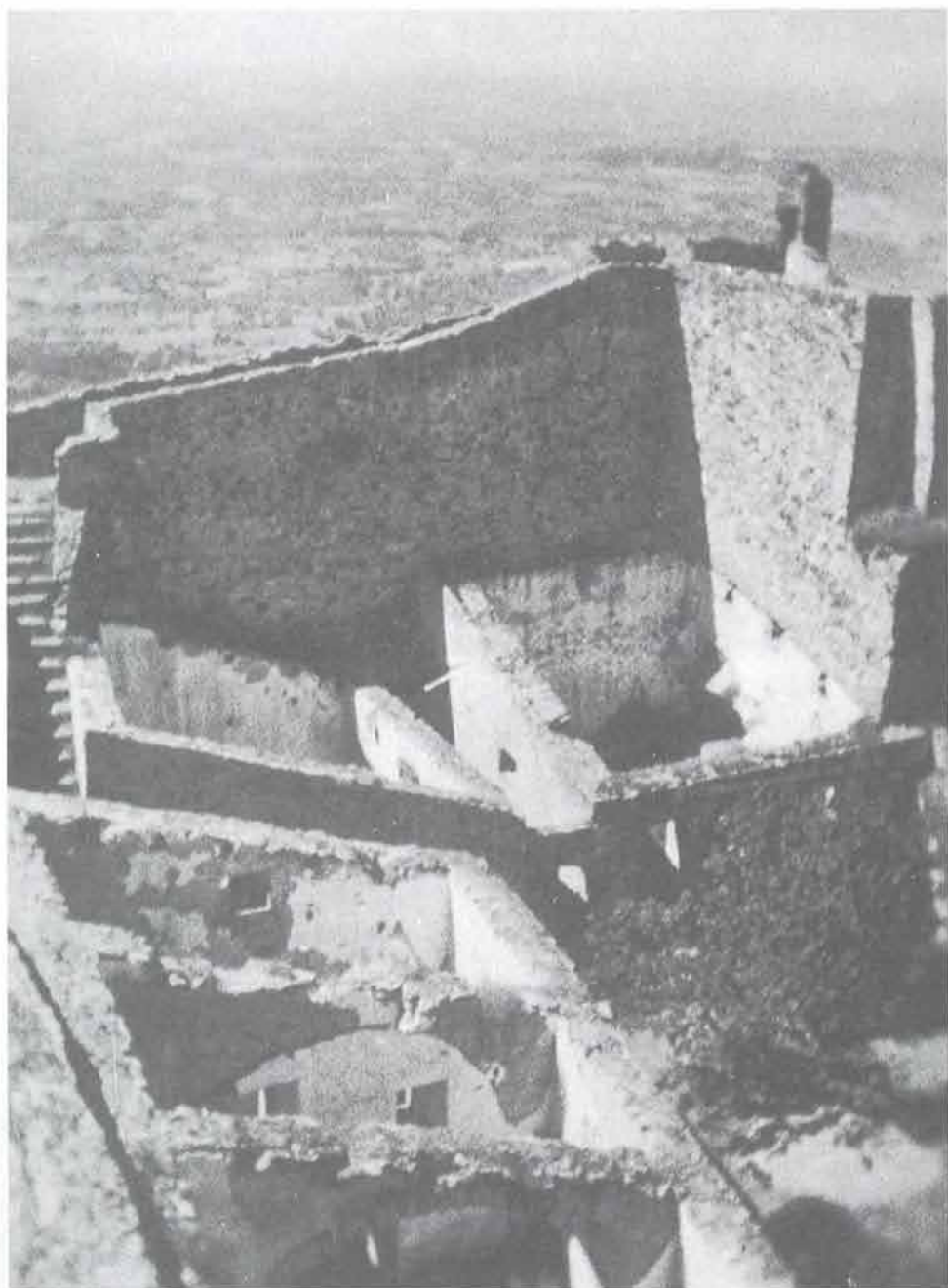
*Marvão — Vista parcial*



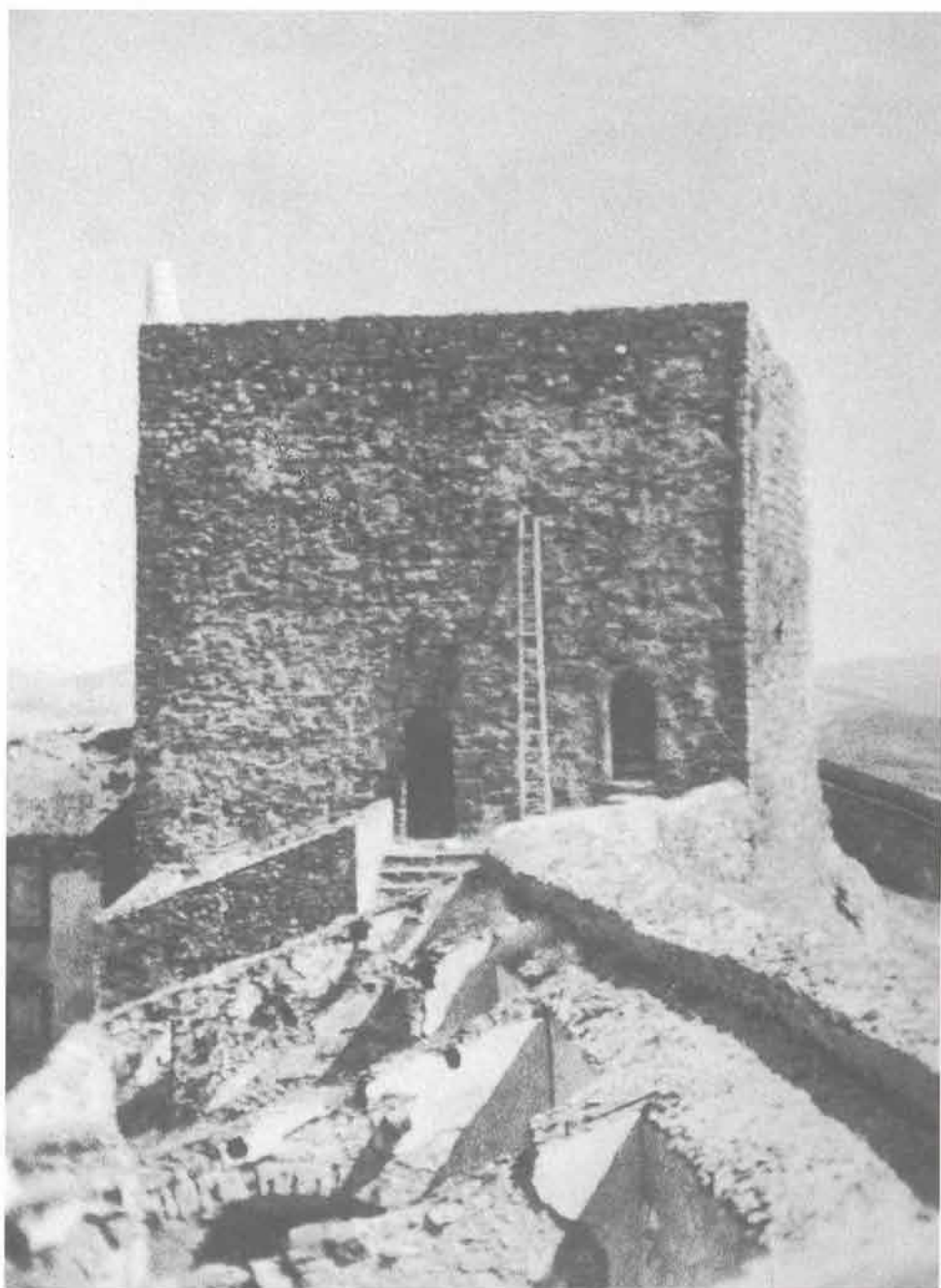
*Marvão — Largo do Espírito Santo*



*Marvão — Vista geral*



*Marvão — Praça de Armas*



*Marvão — Torre do Bôto*